

COMUNICAÇÃO, ENSINO E TECNOLOGIA

Experiências e discussões pertinentes à formação do profissional

Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Gabriela Pereira Melo
Alessandra Bacelar (Orgs.)



Entendemos que a tecnologia é uma importante aliada dos processos formativos em Comunicação, agregando valor e amplificando o que é desenvolvido. Porém, defendemos que, longe de ser a totalidade da percepção, ela é um meio. A tecnologia nos aproxima, nos tornando “contemporâneos dos nossos contemporâneos”, como certa vez falou Comte-Sponville. Em pleno século XXI conhecemos amplamente uma gama inimaginável de coisas porém padecemos da “ditadura inflexível da superficialidade”. Os estudos que compõe esse volume mostram aspectos diversos, amplos, não fechados de como a tecnologia pode agregar muito à comunicação e ao ensino, mas também as dificuldades e entraves que ela cria na sociedade em transformação. Entendemos esses textos como introduções ao pensar transversal em comunicação, educação e formação. Esperamos que as leituras e estudos apresentados aqui possam ser úteis na construção de um conhecimento para a formação e ensino da comunicação. Como dito antes, entendemos esses textos como introduções ao pensar transversal em comunicação, educação e formação. Aproveite e boa leitura!



**COMUNICAÇÃO,
ENSINO E
TECNOLOGIA**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

COMUNICAÇÃO, ENSINO E TECNOLOGIA

*Experiências e discussões pertinentes
à formação do profissional*

Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Gabriela Pereira Melo
Alessandra Bacelar
(organizadores)

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Arte de capa: Soltoy @soltoyk

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação — 13

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PÔRTO Jr, Gilson.; CASTRO, Darlene Teixeira; MELO, Gabriela Pereira; BACELAR, Alessandra (Orgs.).

Comunicação, ensino e tecnologia: experiências e discussões pertinentes à formação do profissional [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr.; Darlene Teixeira Castro; Gabriela Pereira Melo; Alessandra Bacelar (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

292 p.

ISBN - 978-85-5696-210-2

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação. 2. Educação. 3. Tecnologia. 4. Ensino. 5. Jornalismo. I. Título. II. Série.

CDD-177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
COMUNICAÇÃO, ENSINO E TECNOLOGIA: abrindo caminhos	
CAPÍTULO 1	15
AS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO INTRODUZIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR ATRAVÉS DO PROGRAMA ESCOLA LIVRE DE JORNALISMO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Melânia Kássia Barbosa e Silva; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 2	34
AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO EDUCACIONAL COM O USO ADEQUADO DAS TECNOLOGIAS E DA COMUNICAÇÃO	
João Nunes da Silva	
CAPÍTULO 3	53
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO CURSO DE JORNALISMO DO ESTADO DO TOCANTINS	
Poliana Macedo de Sousa; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 4	65
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E CIBERCULTURA	
Darlene Teixeira Castro	
CAPÍTULO 5	90
CULTURA, COMUNICAÇÃO E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA	
Maria Lúcia Adriana Silva Gomes; Rodrigo Barbosa e Silva	
CAPÍTULO 6	109
O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA ACCOUNTABILITY: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS	
Camila Pena de Alencar; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 7	125
A COBERTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS	
Rose Dayanne Santana Nogueira; Cynthia Mara Miranda	

CAPÍTULO 8	146
ASPECTOS GERAIS DA VIOLÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS Clifton Morais Correia; Rodrigo Barbosa e Silva	
CAPÍTULO 9	157
LIBERDADE DE IMPRENSA SOB AMEAÇA: UMA ANÁLISE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO TOCANTINS Gabriela Pereira Melo; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 10	177
O TELEJORNAL DFTV 1º EDIÇÃO E A VEICULAÇÃO DA VIOLÊNCIA Wéllida Araújo Resende da Rocha; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior; Rodrigo Barbosa e Silva	
CAPÍTULO 11	205
AS ESPECIFICIDADES DO FOTOJORNALISMO APLICADAS À FOTOGRAFIA DE CASAMENTO Melânia Kássia Barbosa e Silva; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 12	247
FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO/JORNALISMO: UMA PESQUISA DESCRITIVA SOBRE OS CURRÍCULOS DE QUATRO UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior; Sinomar Soares de Carvalho Silva	
CAPÍTULO 13	263
MEMÓRIA DO PRIMEIRO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS Shara Alves de Rezende; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
CAPÍTULO 14	278
O ESTUDO DE EGRESSOS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA MELHORIA DO ENSINO Shara Alves de Rezende; Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	

APRESENTAÇÃO

COMUNICAÇÃO, ENSINO E TECNOLOGIA: abrindo caminhos

*Tornou-se chocantemente óbvio
que a nossa tecnologia
excedeu a nossa humanidade.*

Albert Einstein

O Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem a satisfação de trazer mais uma contribuição ao ensino e aos processos de formação. Trata-se do livro **COMUNICAÇÃO, ENSINO E TECNOLOGIA: experiências e discussões pertinentes à formação do profissional**.

Entendemos que a tecnologia é uma importante aliada dos processos formativos em Comunicação, agregando valor e amplificando o que é desenvolvido. Porém, defendemos que, longe de ser a totalidade da percepção, ela é um meio. A tecnologia nos aproxima, nos tornando “contemporâneos dos nossos contemporâneos”, como certa vez falou Comte-Sponville. Em pleno século XXI conhecemos amplamente uma gama inimaginável de coisas porém padecemos da “ditadura inflexível da superficialidade”.

Os estudos que compõe esse volume mostram aspectos diversos, amplos, não fechados de como a tecnologia pode agregar muito à comunicação e ao ensino, mas também as dificuldades e entraves que ela cria na sociedade em transformação. Entendemos esses textos como introduções ao pensar transversal em comunicação, educação e formação.

No capítulo 1, intitulado **AS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO INTRODUZIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR ATRAVÉS DO PROGRAMA ESCOLA LIVRE DE JORNALISMO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO**, de Melânia Kássia Barbosa e Silva e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, discutem o programa

“Escola Livre de Jornalismo” e sua abordagem nas escolas de redes públicas ao introduzir as práticas de comunicação, pensadas para a formação do estudante como cidadão, no instante que desperta o senso crítico desses jovens sobre temas que envolvem sociedade, cultura, comunicação e novas tecnologias da informação, bem como promove o debate a respeito da importância da informação e do conhecimento.

No capítulo 2, intitulado **AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO EDUCACIONAL COM O USO ADEQUADO DAS TECNOLOGIAS E DA COMUNICAÇÃO**, de João Nunes da Silva, destaca as redes sociais como youtube, gmail (e seus serviços como Google drive e Google docs), ambiente virtual de aprendizagem Moodle, o uso de fóruns online e aplicativos ou serviços como o whatsapp, utilização de vídeos e filmes, dentre outras tecnologias que contribuem, significativamente não apenas para o ensino a distancia, mas, também para maior aproveitamento das aulas presenciais.

No capítulo 3, intitulado **DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA: PERFIL DOS GRUPOS DE PESQUISA CIENTÍFICA NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, de Poliana Macedo de Sousa e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, apresentam um perfil dos grupos de pesquisas da área das Ciências Sociais Aplicadas nas instituições de ensino superior do Estado do Tocantins que figuraram nos últimos Censos do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil – DGP/CNPq (2008, 2010 e 2014), sendo elas a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTO), Universidade do Tocantins (Unitins) e Universidade Luterana do Brasil (CEULP/Ulbra).

No capítulo 4, intitulado **SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E CIBERCULTURA**, de Darlene Teixeira Castro, discute o panorama da sociedade da informação, perpassando pela inovação e a cibercultura. A autora discute a informação e o conhecimento como recursos econômicos

fundamentais e, ancorado nas tecnologias de informação, passam a servir de objeto da sociedade da informação.

No capítulo 5, intitulado **CULTURA, COMUNICAÇÃO E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA**, de Maria Lúcia Adriana Silva Gomes e Rodrigo Barbosa e Silva, refletem de que forma as novas tecnologias na área de comunicação, que possibilitaram a aquisição da informação sobre os mais variados temas por um número maior de pessoas, afetam culturalmente a sociedade atual. O estudo em questão toma como base os conceitos de cultura e identidade e comunicação.

No capítulo 6, intitulado **O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA ACCOUNTABILITY: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS**, de Camila Pena de Alencar e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, analisaram as redes sociais (Facebook e Twitter) da Associação Contas Abertas, nos meses de outubro a novembro de 2016, e investigou-se o papel dessas ferramentas na disseminação de conteúdos relativos à transparência, ao controle social, à fiscalização de gastos públicos e ao combate à corrupção. Utilizou-se a metodologia qualitativa, a partir da técnica de entrevista em profundidade com membros da equipe da Associação Contas Abertas; além disso, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental pertinentes ao objeto de estudo.

No capítulo 7, intitulado **A COBERTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS**, de Rose Dayanne Santana Nogueira e Cynthia Mara Miranda, analisam a cobertura do Jornal do Tocantins sobre a violência contra a mulher, com objetivo de identificar se o mesmo contribui ou não para o enfrentamento desse problema social. Para isso, foram escolhidos, estrategicamente, os meses de março, agosto e novembro de 2016, devido às datas temáticas que carregam, quais sejam: março, com o 8 de março, Dia Internacional da Mulher; agosto, aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha, no dia 07 de

agosto; e novembro, com 25 de novembro como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher.

No capítulo 8, intitulado **ASPECTOS GERAIS DA VIOLÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS**, de Clifton Moraes Correia e Rodrigo Barbosa e Silva, abordam quais são as causas originárias da violência, além de apontar os seus tipos. Discutem-se também as consequências que a violência causa nas pessoas e na sociedade e quais os mecanismos de prevenção e combate devem ser tomados a fim de que seja sanado esse problema.

No capítulo 9, intitulado **LIBERDADE DE IMPRENSA SOB AMEAÇA: UMA ANÁLISE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO TOCANTINS**, de Gabriela Pereira Melo e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, ilustram casos acometidos aos jornalistas do estado no exercício da profissão, impedidos de desenvolverem seu trabalho por meio de violência entre os anos de 2012 e 2016. Ilustram-se as garantias e limitações da legislação brasileira, a correspondências com os casos vivenciados, bem como a análise de casos ocorridos no estado, suas origens, vítimas e motivos.

No capítulo 10, intitulado **O TELEJORNAL DFTV 1º EDIÇÃO E A VEICULAÇÃO DA VIOLÊNCIA**, de Wéllida Araújo Resende da Rocha, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior e Rodrigo Barbosa e Silva, analisam o programa DFTV 1ª Edição para verificar como transmite a violência sem se tornar em um programa policial. Para esta verificação foi utilizada a análise qualitativa e quantitativa, além da utilização dos modos de endereçamento dos operadores de análise proposto por Gomes (2007).

No capítulo 11, intitulado **AS ESPECIFICIDADES DO FOTOJORNALISMO APLICADAS À FOTOGRAFIA DE CASAMENTO**, de Melânia Kássia Barbosa e Silva e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, apresentam a história e elementos típicos do fotojornalismo, suas técnicas, composições e principais gêneros fotográficos relacionados ao tema em tela, quais sejam:

fotografia de casamento, fotojornalismo, fotografia documental, fotografia social e fotografia fine art. Para chegar a termo, foram realizadas entrevistas com alguns profissionais especialistas em fotografia de casamento que cederam alguns de seus registros fotográficos para análise.

No capítulo 12, intitulado **FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO/JORNALISMO: UMA PESQUISA DESCRITIVA SOBRE OS CURRÍCULOS DE QUATRO UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL**, de Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior e Sinomar Soares de Carvalho Silva, discutem temas ligados às áreas da Educação e Comunicação aprofundando-se nos debates sobre currículo e formação em Comunicação/Jornalismo na esteira das mudanças propostas pelo Ministério da Educação – MEC para estes cursos em 2013. Por meio de uma abordagem qualitativa e métodos descritivos e exploratórios realizamos um estudo sobre os Projetos Pedagógicos de quatro cursos de universidades federais da região norte do Brasil, nos estados de Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins. Este estudo busca percorrer e descrever as abordagens de quatro elementos de análise que podem resumir o perfil do egresso desejado pelo MEC

No capítulo 13, intitulado **MEMÓRIA DO PRIMEIRO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS**, de Shara Alves de Rezende e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, estabelecem a memória acerca da criação e trajetória do primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Estado do Tocantins. Para isso compreenderemos em quê contexto histórico e político cria-se o Tocantins, em seguida faz-se um breve panorama da imprensa tocantinense para finalmente se contar a trajetória do primeiro curso de Comunicação Social do Tocantins.

No capítulo 14, intitulado **O ESTUDO DE EGRESSOS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA MELHORIA DO ENSINO**, de Shara Alves de Rezende e

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, desenvolvem um estudo de egressos como um instrumento fundamental para conhecimento do perfil profissional dos graduados, tendo o propósito de buscar subsídios para melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária. O estudo de egresso do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins poderá trazer contribuições preciosas para fortalecimento do curso e da instituição.

Esperamos que as leituras e estudos apresentados aqui possam ser úteis na construção de um conhecimento para a formação e ensino da comunicação. Como dito antes, entendemos esses textos como introduções ao pensar transversal em comunicação, educação e formação. Aproveite e boa leitura!

Palmas, outubro 2017

Gilson Pôrto Jr.
Darlene Teixeira Castro
Gabriela Pereira Melo
Alessandra Bacelar
(Orgs.)

CAPÍTULO 1

AS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO INTRODUZIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR ATRAVÉS DO PROGRAMA ESCOLA LIVRE DE JORNALISMO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Melânia Kássia Barbosa e Silva¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

1. Introdução

As práticas educativas informais são cada vez mais utilizadas na complementação da formação do aluno em seu processo de ensino e aprendizagem, colocando-o como protagonista de seu próprio desenvolvimento. E ao colocá-lo para fazer suas próprias escolhas, ajuda também na sua formação como cidadão, com posturas diante da vida que irão mostrar que suas atitudes sempre afetarão mais alguém, além de si mesmo e vice-versa. Assim, poderá pensar e se preocupar constantemente com o outro, com sua comunidade ou mesmo com a realidade ao qual está inserido socialmente.

As atividades extracurriculares, aqui denominadas como um processo de educação informal entra como uma ferramenta de fundamental importância ao inserir a visão e a postura crítica da profissão dos jornalistas, por meio do programa “Escola Livre de Jornalismo”, com a aplicação de oficinas que permitem aos estudantes perceberem e desenvolverem trabalhos típicos da formação e das práticas da comunicação ao mesmo tempo em que se preocupa com o direcionamento do que estão produzindo.

¹Graduada em Comunicação Social/Jornalismo. Pós-graduanda em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos. E-mail: melk@mail.uft.edu.br

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

Portanto, para a análise dessa transformação na vida e percepção dos alunos, foi feita uma pesquisa em duas das unidades escolares atendidas entre março a junho de 2016 por um grupo de acadêmicos do Curso de especialização em ensino de comunicação e jornalismo: temas contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins.

As intervenções no ambiente escolar das unidades foram feitas mediante a análise de cinco redações, selecionadas aleatoriamente entre 15, sobre a temática “corrupção”, oriundas das oficinas realizadas no Colégio Estadual Tiradentes em Palmas – TO, tendo como critério a percepção dos alunos quanto a responsabilidade social e o conhecimento da temática, bem como a proximidade com a sua realidade. E também por meio de questionários aplicados no Colégio da Polícia Militar em Araguaína - TO que receberam oficinas sobre a temática “Produção textual para assessorias de comunicação” e de “fotojornalismo”. Com as questões, a pesquisa trabalhou com a formulação de respostas objetivas positivas e negativas, bem como descritivas em alguns parâmetros justificáveis, que possibilitou ao mesmo tempo analisar os conhecimentos adquiridos pelos 33 estudantes sobre a temática exposta na pergunta e perceber as transformações adquiridas pelo processo das oficinas de Jornalismo.

Portanto, chega-se à conclusão que o programa Escola Livre de Jornalismo tem muito a acrescentar na formação e no processo de ensino e aprendizagem, destacando a educação informal como uma importante ferramenta por sair do convencional e propor outras vertentes aos estudantes. Além de levar discussões à sala de aula que fazem os alunos refletirem como parte afetada dessa realidade, ressaltando ou desenvolvendo o seu lado cidadão.

1.1 O programa Escola Livre de Jornalismo e a educação.

O 'Programa Escola Livre de Jornalismo'³é um projeto interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins (UFT) criado no ano de 2014 sob a coordenação do professor Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, que tem como objetivo aproximar a comunidade acadêmica do curso de comunicação social/jornalismo da UFT das escolas públicas de qualquer instância, divulgando a formação na área de jornalismo ao mesmo tempo dessa pretensa aproximação.

A interdisciplinaridade é um processo que visa a construção do conhecimento em uma escala mais globalizante, e pode ser considerada imperativa e também a mais importante diante das novas condições da produção do conhecimento científico. E segundo Barros (2012 apud CABRAL FILHO; LOPES, 2015), a comunicação é igualmente considerada interdisciplinar, pois faz parte de modelo social que lhe oferece suporte, além de possuir um amplo campo de produção discursivos que interage com outras áreas sociais e com o próprio campo científico.

O foco do programa é o ensino de jornalismo e das práticas jornalísticas através de oficinas elaboradas por alunos de graduação ou pós-graduação do curso e instituição citados sob orientação de um professor, visando a publicitação e popularização do que é desenvolvido por essa área do saber.

Inicialmente o projeto se desenvolve por meio de dez atividades formativas com intuito de criar uma cultura jornalística junto aos alunos das escolas públicas, a saber: 1.Pauta e entrevista jornalística; 2.A narrativa jornalística; 3.Jornalismo de opinião e ética; 4.Fotografia; 5.Radiojornalismo; 6.Telejornalismo; 7.Jornalismo Multimídia; 8.Jornalismo social, cultural e político; 9.Redes sociais e 10.Jornalismo internacional - temáticas contemporâneas.

³ Disponível em http://map.reevo.org/reports/view/432?1=pt_PT

Sem quaisquer fins lucrativos e com reconhecimento oficial do Ministério da Educação (MEC), o programa tem em contexto o trabalho com jovens e adultos da classe baixa com o tipo de educação informal propiciando ações formativas a alunos das escolas públicas na área de jornalismo. Uma atividade inovadora que permitirá o empoderamento em temáticas da comunicação social e do jornalismo. No entanto, não descarta trabalhar com as redes particulares quando assim for necessário.

É importante ressaltar que a educação faz parte da vida do ser humano desde seu nascimento para que assim se torne parte de uma sociedade e da cultura pertencente a ela. Ao mesmo tempo esta cultura rege o caminho a seguir na educação desses indivíduos por meios de conhecimentos científicos (Biesdorf, 2011).

No entanto, é importante deixar claro que a educação é muita mais ampla que o mero conhecimento científico, pois ela tem o papel de transformar o homem em um sujeito pensante, apto a agir frente aos acontecimentos geridos em sociedade, assim cognominando - os cidadãos.

Segundo Gandin (1995), a educação deve planejar e decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e, em consequência disto, ela deve decidir que tipo de ação educacional é necessária para alcançar este objetivo.

Se a escola tem por finalidade formar um corpo de alunos críticos, pensantes e atuantes na sociedade, primeiramente ela deve postar-se da mesma forma servindo de exemplo para o alunado e para a sociedade à qual está inserida. O futuro cidadão com estas características, só é possível se a própria instituição possuir o papel de escola cidadã (BIESDORF, 2011).

Émile Durkheim (1978, p.41) diz que:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela

sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1978, p.41)

A educação é dividida em três instâncias, a educação formal, não formal e a informal. Contudo as abordagens apresentadas somente darão ênfase à educação informal, pois se trata de uma diretriz trabalhada pelo programa “Escola Livre de Jornalismo”.

De forma abrangente e para diferenciação, a educação formal é uma proposta de educação institucionalizada com o espaço físico da sala de aula e com conteúdo programado, carregada das culturas e valores próprios de cada região. Já a educação não formal é promovida com uma troca de experiências e vivências entre as pessoas em coletividade.

A educação informal vem com uma posição notória na sociedade ao reger o bom relacionamento entre os indivíduos, o que inicialmente é função da família, mas por acomodamento transfere para a escola e a comunidade. Esta se caracteriza por sua espontaneidade sem qualquer intenção, somente por meio de vivências e conversas do dia-a-dia. Assim abrange as diversas possibilidades educativas em um processo contínuo e permanente na construção do conhecimento.

Brandão (1985) define a educação informal como sendo aquela relacionada ao processo da “livre” transmissão de certos saberes, tais como: a fala comum do grupo ao qual pertence o sujeito, as tradições culturais e demais comportamentos característicos das diversas comunidades inseridas em uma sociedade. Já Furter (1978) define como sendo toda e qualquer forma de interferência complementar no processo educativo por instituições não pertencentes às redes escolares de ensino.

Portanto para a análise do corpus foi estudada redações selecionadas de forma aleatória mediante oficina aplicadas por alunos da especialização de ensino em jornalismo da UFT, que teve na temática corrupção um trabalho de análise e discussões da

situação atual do Brasil, bem como o papel social do cidadão diante de tal conjuntura política, social e econômica.

Outra fonte de estudo foi por meio das oficinas de produção textual como foco na elaboração de texto escrito para assessorias, logo que no Colégio Militar há formação para que os alunos assumam as responsabilidades de comunicação da instituição. Com isso os alunos puderam ver na prática o direcionamento do foco de atenção possibilitado pela notícia por meio do lide⁴.

Ainda na mesma unidade escolar, foi aplicada a oficina de Fotojornalismo com a abordagem da imagem que conta a notícia. De forma simples e resumida, os alunos puderam conhecer um pouco do processo histórico da fotografia, o conceito e concepção fotojornalística, e alguns elementos de composição que são utilizados para chamar atenção de quem observa a imagem fotográfica. Além de uma diferenciação do fotojornalismo do século XX e atualidade com transformações notórias ao longo dos anos.

Assim a Escola Livre de Jornalismo, na sua “livre” transmissão de saberes da área em questão, chega também com a proposta de interferir na complementação de estudantes das redes públicas do Tocantins para mostrar a realidade vista e percebida pelo ponto de vista jornalístico, deixando claro que a educação informal é uma herança cultural, facilmente definida pelo ambiente ao qual o sujeito se encontra inserido, e vive (TIBA, 1998).

⁴ Lide - Palavra aportuguesada do inglês "lead", conduzir, liderar. O jornalismo usa o termo para resumir a função do primeiro parágrafo: introduzir o leitor no texto e prender sua atenção. Há dois tipos básicos de lide: o noticioso, que responde às questões principais em torno de um fato (o quê, quem, quando, como, onde, por quê), e o não-factual, que lança mão de outros recursos para chamar a atenção do leitor. Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo (1996)

1.2 Formação do cidadão

Para Read (2001), a educação tem dois objetivos inicialmente pré-definidos. Primeiro que o homem era educado para ser o que realmente é, e o segundo para tornar-se o que não é. Assim, o ser humano conservaria e manteria suas características individuais, ao mesmo tempo em que elimina as características inconvenientes passíveis de adequação para o bom convívio em sociedade. É uma forma de lapidação que conserva e orienta os comportamentos de mais valia para assim se evitar o máximo de conflitos possíveis.

A educação na formação ou mesmo construção do “cidadão” tem o papel de ensinar as pessoas a ler o mundo a sua volta de maneira cidadã (BARBERO, 2000). Assim o sujeito pode perceber e ver o mundo para todos, com mudanças ou transformações que venham a contribuir coletivamente e onde o individualismo não tem espaço.

Barbero (2000) ainda ressalta que a educação é que ajuda a criar uma mentalidade crítica nos jovens, formando indivíduos questionadores e menos acomodados e resignados na pobreza. Com isso, a educação interfere também na negativa de jovens inertes diante do poder estratégico dos meios de comunicação ao tentar fazê-los passar por opinião pública.

Assim ao adotar tal postura transformadora, o termo cidadania é abordado em sentido de sociedade civil, onde o indivíduo reconhece o outro como sujeito de direitos legítimos, resultado dos movimentos e lutas sociais da década de 70 e 80. Pois na década de 90 as Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades sem fins lucrativos é que passaram a estimular tais espaços e a promoverem, bem como desenvolverem comunidades carentes, tendo por origem as relações de direitos e deveres da cidadania (REIMBERG,2009).

Reimberg (2009) ainda utiliza Manzini-Covre para ressaltar que,

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Nesse sentido a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda população. (...) Em vez de meros receptores, são acima de tudo sujeitos daquilo que podem conquistar. Se existe um problema em seu bairro ou em sua rua, por exemplo, não se deve esperar que a solução venha espontaneamente. É preciso que os moradores se organizem e busquem uma solução capaz de atingir vários níveis, entre eles o de pressionar os órgãos governamentais competentes (MANZINI-COVRE, 1993, p.10, apud REIMBERG, 2009).

Portanto, a educação permite formar cidadão que tenha ciência dos seus direitos e deveres, pois ela permite conhece-los e entender seu funcionamento, ressaltando a importância da educação nessa formação cidadã.

Para o educador Paulo Freire (1982), a educação é a porta para a concepção do cidadão consciente, crítico, hábil para participar ativamente da vida política.

“Ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu País. Do seu Continente. Do mundo. Os problemas do seu trabalho. Os problemas da própria democracia” (FREIRE, 1982; p. 96).

Contudo é suma importância a discussão acerca da formação do cidadão no nosso país, ainda mais pelos danos causados durante anos pelo grande atraso das políticas educacionais que não tem a preocupação com o desenvolvimento do senso crítico, de vital importância para se exercer a tão sonhada cidadania proposta pelos grandes educadores. Assim, o ser cidadão

é pensado nas escolhas individuais de cada ser humano com posturas que afetam também a vida de outras pessoas.

1.3 As práticas de comunicação e a escola

A comunicação é um campo de estudo da área de humanas com natureza fortemente interdisciplinar, pois se estrutura em uma diversidade de temas, abordagens e problemas. O seu saber se encontra mais na linha de gestão e administração do conhecimento do que um simples fazer, associando assim as chamadas práticas de comunicação que está intrinsecamente ligada ao ensino e ou educação.

Assim, ao ter a sociedade contemporânea caracterizada ao longo dos anos pelos meios de comunicação, ganhando território na vida das pessoas, no seu dia a dia ou mesmo em suas relações sociais, torna-se de extrema importância para o processo de ensino e aprendizagem, integrando a educação e a comunicação e diminuindo a então distância antes existente entre conhecimento e informação. Para isso, a escola tem que possuir também um olhar para a contemporaneidade e deixar de lado o conservadorismo de outrora e a resistência à cultura da mídia, encarando de frente o desafio da inserção desses meios e ferramentas dentro das práticas pedagógicas.

Contudo, o primeiro passo é reconhecer que na atualidade a informação e o conhecimento têm um papel fundamental na sociedade em seus processos evolutivos econômicos, políticos-democráticos e social (BARBERO, 2000). E a escola neste novo processo deixa de ter o papel de única legitimadora do saber devido a multiplicidade de ferramentas e acessos disponíveis para se chegar as informações que circulam por outros canais, longos e descentralizados.

Portanto, segundo Barbero (2000), essas transformações fazem com que o cidadão na atualidade peça por um sistema educacional que sai da mesmice do estudo convencional e que

tenha por premissa a capacitação de acesso a multiplicidade de escritas, linguagens e discursos políticos e ideológicos, os quais geram decisões que os afetam com seres pertencentes de uma sociedade. Assim, pode oferecer ao cidadão a possibilidade de distinguir entre um jornalismo independente e confiável e um outro que de forma camuflada defenda um partido, um grupo econômico ou uma instituição por interesses individuais.

Neste contexto, os profissionais de comunicação e jornalismo dentro do programa Escola Livre de Jornalismo, traz elementos da profissão para a realidade dos estudantes por meio das oficinas e atividades práticas desenvolvidas, contemplando o alunado, mesmo que informalmente, por esse novo sistema educacional defendido por Barbero (2000). Com isso, ao ter acesso as diversas formas e extensões da escrita e da linguagem áudio ou visual, os estudantes puderam perceber o poder de um texto e uma imagem na formulação da notícia que já vem carregada pela intencionalidade do autor e dos seus pré-conceitos formulados por sua cultura e experiências.

Segundo Rodrigues, Santos e Oliveira (2016), ao utilizar as ferramentas de comunicação como instrumentos pedagógicos para complementar o ensino, a escola possibilita ao estudante a oportunidade de expressar-se de forma mais vivaz e completa, estimulando dentro outras vertentes, o senso e a racionalidade crítica.

A escola precisa exercitar as novas linguagens, que sensibilizam e motivam aos alunos, e também combinar pesquisas escritas com trabalhos de dramatização, de entrevista gravada, propondo formatos atuais como um programa de rádio, uma reportagem para um jornal, um vídeo, onde for possível. A motivação dos alunos aumenta significativamente quando realizam pesquisas, onde se possam expressar em formato e códigos mais próximos da sua sensibilidade. Mesmo uma pesquisa escrita, se o aluno puder utilizar o computador, adquire uma nova dimensão e,

fundamentalmente, não muda a proposta inicial (MORAN, 1994; p. 24).

Portanto, as práticas comunicacionais agregam informações e conhecimentos teóricos e práticos que introduzem mais dinamismo nos ambientes educacionais, bem como produz e promove a circulação destas, frente a atuação política e a participação social, favorecendo a interação ativa da comunidade escolar, além da constituição do princípio democrático como estruturante do trabalho pedagógico e da gestão escolar. Para tanto, recorreremos novamente a Barbero (2000), quando fala da necessidade de uma escola onde aprender a ler signifique diferenciar, ponderar, tornar evidente e escolher onde e como se fortalecem os preconceitos ou se renovam as percepções sobre política, família, cultura e até mesmo sexualidade.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) coloca como dever da escola o compromisso de educar os alunos dentro dos princípios democráticos, desta forma preocupa com a introdução destes indivíduos na vida em sociedade além da qualificação de suas potencialidades e do senso crítico ao abordar as problemáticas que interferem em seu contexto local ou regional.

Para tanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborado pela secretaria de Educação fundamental do Ministério da Educação (MEC), em 1998, ressaltam que a formação do alunado deve ser capaz de permitir a compreensão do termo cidadania como participação social e política, assim como o exercício de seus direitos e deveres, posicionar-se de maneira crítica, utilizando o diálogo para mediar conflitos, bem como sabendo utilizar distintas fontes de informação e recursos da tecnologia para adquirir e construir conhecimentos.

E para que isso ocorra é preciso que a escola repense as relações com os meios de comunicação, deixando de lado a postura conservadora ainda existente, e voltando para a contemporaneidade, onde as transformações necessitam de

conhecimentos mais amplos e diferenciados para uma formação também cultural.

Estamos diante de uma nova cultura gerada pela comunicação de massa diante das atuais modificações políticas, ideológicas e econômicas, onde também os adolescentes têm como referência os seus iguais difundidos principalmente pela internet. Portanto, os adultos não perderam a influência na formação desses jovens pelo antigo processo de escola, igrejas e partidos políticos, apenas houve a complementação da instituição “mídia” como parte dessa ação educativa, aprofundando essa interface com a perspectiva de recriar a cumplicidade da escola com o seu público.

1.4 Resultado e Discussões

Após levantamento bibliográfico em torno deste estudo, foi realizada uma pesquisa objetiva com alternativas positivas e negativas, bem como descritiva com 33 alunos do Colégio da Polícia Militar em Araguaína que participaram das oficinas do programa Escola Livre para verificar as transformações nos estudantes, quanto a sua formação cidadã por meio das práticas de comunicação adotadas durante o projeto. Ainda foram analisadas três redações sobre corrupção, escolhidas aleatoriamente entre as produções dos alunos do Colégio Tiradentes, em Palmas, para análise do senso crítico desenvolvido pós debate com os jornalistas, integrantes do programa e acadêmicos da pós-graduação em ensino de comunicação: temas contemporâneos da Universidade Federal do Tocantins.

Com o mundo cheio de informações e diversos canais de comunicação, os alunos de forma unânime, acreditam que pouco a pouco a escola está inserindo os meios de comunicação e trabalhando as diversas linguagens que os rodeia, como internet, televisão/ rádio e até meios impressos. No entanto, somente 39% dos estudantes acreditam que seu caráter, seu jeito de lidar com a vida, de respeitar, ser solidário e viver em sociedade é mérito da

escola. Outros demais, 61%, atribuem tal feito à família e as experiências vivenciadas.

Todos os alunos aprovaram as oficinas apresentadas e as avaliaram entre os conceitos ótimo, bom, regular e ruim comprovando a qualidade e aceitabilidade do programa pelo corpo discente dentro das escolas, alcançando 88% entre ótimo e bom.



Figura 1: Avaliação dos alunos do Colégio Militar de Araguaína das oficinas ministradas

Para tanto, 100% dos entrevistados afirmam que estas atividades por meio da Escola Livre de Jornalismo são melhores que as aulas tradicionais, apontando respectivamente este destaque por suas abordagens diferenciadas e dinâmicas, que possuem os mesmos processos de ensino de aprendizagem, mais que despertam maior interesse pela oportunidade do desenvolvimento prático. Assim, todos concordaram também que as oficinas ministradas, despertaram o seu ser cidadão e os tornaram mais críticos em relação à notícia, pois tiveram uma forma de conhecimento particular da área que possibilitou verem as técnicas desenvolvidas e a analisarem a notícia por diversas vertentes, pois

ao conhecer seu funcionamento perceberam que nem toda informação é conhecimento, mas que todo conhecimento é informação e tem qualidade, e, conseqüentemente reformularam uma nova visão sobre os conteúdos noticiados valorizando a importância de estarem bem informados além de atentos aos detalhes.

Em um conceito resumido de cidadania e ser cidadão que implica em respeitar e dar valor ao que é de todos, bem como contribuindo para um mundo melhor, lutando para o desenvolvimento coletivo. 94 % dos alunos acreditam que a comunicação ou jornalismo pode ajudar na transformação do homem para ser mais cidadão à medida que dar acesso as informações e conhecimentos gerados de uma realidade igual ou diferente à sua, mostrando o mundo ao seu redor com as problemáticas existentes, que conseqüentemente leva a reflexão e desperta o senso crítico.

Os alunos também acham importante a circulação de informações e conhecimentos que tenha a participação ativa de membros do corpo discente da comunidade escolar, e sua maioria, 76%, dizem que puderam por meio das oficinas contribuir na formulação e desenvolvimento de ferramentas de comunicação dentro do ambiente escolar como páginas em redes sociais, canais informativos e jornais impressos, que os mesmos acreditam que ajudam os alunos em geral, bem como mantém informada a sociedade a qual estão inseridos. Assim, 91% acreditam inclusive, que como podem aprender com o professor, também pode complementa-lo dentro da sua realidade, pois conhecimento também se faz da cultura e vivência de cada pessoa.

E essa realidade cultural de uma comunidade bem informada, pôde ser percebida ao analisar as cinco redações elaboradas pelos alunos da 3ª série do ensino médio do Colégio Tiradentes, levando em consideração as suas abordagens de proximidade e responsabilidade social, bem como o conhecimento sobre a temática corrupção.

Ficou evidente que todos conhecem a abrangência do termo como ato de corromper a si mesmo ou a alguém, bem como a referência política e partidária que é mais visível nos meios de comunicação. Ainda se encontra presente nas redações, abordagens de situações corriqueiras da vida em sociedade para justificar as argumentações, arroladas ao pleno conhecimento dos direitos e deveres de cidadania dentro do foco de discussão que cada um escolheu abordar.

Em duas das redações, bem curtas e diretas, os estudantes, ao trazerem relatos da sua vida em sociedade, fala dos pequenos gestos como furar a fila no banco, colar em uma prova, dentre outros considerados comuns, é também uma forma de desonestidade, por vez corrupção, pois foram adquiridos sem seguir as regulamentações sociais impostas. Contudo, em uma destas há uma ênfase ao tráfico de influências nos órgãos públicos, proveniente do favorecimento de um em prejuízo a outro, ressaltando o sofrimento da camada pobre que depende dos serviços públicos, ora prejudicados por essa então “sociedade” corrupta, que camufla o dinheiro destinados a esse tipo de atendimento.

Mais adiante podemos perceber o amadurecimento político e social dos estudantes e da contribuição dos meios de comunicação nesse processo. Mostrando se inseridos nas problemáticas sociais e buscando intervenções para a solução.

Em uma das redações, a estudante deixa claro que informação não falta, pois, a mídia dá acesso aos diversos escândalos de corrupção no Brasil, enfocando o país, pois segundo ela é seu ambiente, onde vive e conhece melhor seu processo. Ainda faz uma crítica a grande mídia, por acreditar que a mesma seleciona o que vai ser publicado ou não, em um processo que parece tentar esconder alguma coisa, citando como exemplo a Operação Lava Jato e o crime de Evasão de Divisas praticados por correntistas do banco HSBC.

A estudante cita ainda como escândalos de corrupção do mensalão e a privatização da Vale do Rio Doce, e muitos outros que não são investigados. Enfatizando a responsabilidade de fiscalização por parte da sociedade e a recente e até então promissora autonomia da Polícia Federal.

Em outros trabalhos temos as explicações da corrupção como consequência do retrocesso educacional que já vem com uma educação de base, bem como a falta de transmissão de conhecimentos dos fatos sociais da realidade que acabam se tornando insignificantes, tendo por consequência um cidadão sem senso crítico e espírito de mudança. Assim, considera que os atuantes do poder, por ser escolha do povo, ganham por essa falta de amadurecimento informacional, pois assim o povo não sabe quem colocam para lutar por seus direitos.

Ainda, em uma das redações, o estudante faz um alelo dos cidadãos que sabem cobrar seus direitos, mas esquecem que também tem deveres perante a sociedade. E nesse caminho, a corrupção foi se tornando natural e cultural, por acharem que tirar vantagem não afetam mais ninguém.

Em complementação, todos os trabalhos acreditam nas mudanças com base da conscientização das pessoas para que assim possam buscar uma sociedade melhor.

Considerações Finais

Conclui-se que o tradicionalismo das escolas públicas não é mais um modelo almejado nem mesmo pelo Ministério da Educação, mas se encontra em um processo lento de transformação por fatores culturais, políticos, sociais e econômicos do país.

A educação informal muitas das vezes oferecida por experiências e vivências fora dos livros didáticos, apresentaram se dinâmicos e eficiente no processo de ensino de aprendizagem, além de chamarem mais atenção por sair da mesmice das salas de aula e

terem um processo de formação crítica e social por oferecer estado de proximidade da realidade de um semelhante.

Neste momento se encontra o ser cidadão que pode perceber e ler o mundo a sua volta através de uma educação que contribui para a formação de uma mentalidade crítica, sendo mais questionadores e menos acomodados, com habilidades suficientes para participar da vida política.

Por meio da Escola Livre de Jornalismo, ficou claro que os estudantes aprovaram essa aplicabilidade teórico-prática das oficinas de jornalismo e que estas também lhes permitiram enxergar com outros olhos a informação e o conhecimento, bem como a sua aplicabilidade na formulação da notícia, além mostrarem interessados nas problemáticas sociais e inseridos nas discussões de melhorias para a sociedade.

Portanto, têm-se um programa que muito pode acrescentar em conhecimento e formação do alunado em todo seu processo de ensino e aprendizagem, destacado com a educação informal, propondo novos direcionamentos aos estudantes, além de levar à reflexões e discussões da sua realidade, desenvolvendo o seu caráter cidadão.

Assim, a proposta é que os profissionais também sejam questionadores e pensem constantemente no jornalismo que irão produzir para o cidadão, oferecendo informações básicas de serviços para o seu dia a dia, que disponha conhecimentos da melhor maneira possível e de forma abrangente, permitindo condições de escolha dentro dos seus direitos políticos, com pluralismo, liberdade e democracia, e que possa ampliar o contexto da cidadania.

Referências

- BARBERO, Jesús Martins. **Desafios Culturais da Comunicação à Educação**.
Revista Comunicação e Educação nº 18, 2000.

BRANDÃO, C. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, 1985.

BRASIL. MEC – **Coordenação de educação Infantil** – DPEIEF/SEB – Revista CRIANÇA – do professor de educação infantil. Brasília, DF, nº 42, dez/2006.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; LOPES, Antônio Jardson Ferreira. **A contribuição da comunicação como espaço interdisciplinar na afirmação cidadã do trabalho do Assistente Social**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015. Disponível em www.compos.org.br/biblioteca/adilsonjardson_compos2015_final_2751.pdf. Último acesso em 16/12¹2016.

DURKHEIM. E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTER, P. **Existe a formação extra-escolar? Os problemas dos diagnósticos e dos inventários**. Fórum Educacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan.-mar. 1977a.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 8^a Ed. São Paulo: Edições Loyola. 1995.

MORAN, José Manuel. **Os meios de comunicação na escola**. Série Ideias n.9. São Paulo: FDE, 1994. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/c_ideias_09_021_a_028.pdf. Acesso em: 24 de julho 2016.

REIMBERG, Cristiane. **A comunicação popular como ferramenta para a construção da cidadania**. Revista Rumores, v. 3, n.5, 2009. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51162>. Último acesso em 13/12/2016.

READ, Herbert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins e Picosque Fontes. 2001.

RODRIGUES, Eduesley Simões; SANTOS, Marly Sousa Barbosa; OLIVEIRA, Annanette Rabelo Batista de. **Os meios de comunicação na educação.** Cadernos de graduação – Ciências Humanas e Sociais, Aracajú, v.3, n.3, p. 183-194, Outubro 2016. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/3519/1969>. Acesso em 12/11/2016.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: como superar os desafios do relacionamento professor aluno em tempos de globalização.** São Paulo: Editora Gente, 1998.

CAPÍTULO 2

AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO EDUCACIONAL COM O USO ADEQUADO DAS TECNOLOGIAS E DA COMUNICAÇÃO

João Nunes da Silva¹

Introdução

Eu entendo que o processo de ensino e da aprendizagem apresenta-se hoje com maiores possibilidades para a produção e difusão de conhecimentos. Com o surgimento de novos recursos tecnológicos e comunicacionais é cada vez mais evidente a necessidade de sabermos utilizar adequadamente o que está ao nosso alcance para ampliar o espaço que chamamos de sala de aula a fim de tornar o cotidiano educacional mais atrativo e eficiente no sentido de formar profissionais competentes, responsáveis e críticos.

Este artigo parte da minha experiência como docente e visa apresentar elementos para a reflexão acerca do uso de metodologias educacionais com o auxílio das tecnologias disponíveis as quais favorecem no processo de ensino e de aprendizagem além sala de aula, especialmente na interação com ambientes virtuais, como é o caso do uso das redes sociais (youtube, facebook, plataforma digitais de ensino a distancia (moodle), e-mail, além de aplicativos ou serviços para comunicação como o whatsapp e similares. Parte-se da compreensão de que essas ferramentas ampliam o espaço educacional e permitem maior interação entre estudantes e professores facilitando o acesso aos conteúdos, as informações e discussões de modo a estimular maior participação e contribuir para a efetividade.

¹ Doutor em comunicação e cultura contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba -UFPB- (1997), com licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1991), com ênfase em Sociologia UFPB (1993). E-mail: joao.ns@mail.uft.edu.br.

As experiências realizadas demonstram que o uso adequado de metodologias digitais torna as aulas presenciais mais agradáveis, mais participativas e produtivas tendo em vista que o estudante e o professor não se limitam ao espaço físico da sala de aula e nem tampouco apenas a um encontro. Com o uso de vídeos, textos e orientações o estudante acompanha com facilidade os conteúdos, podendo com isso interagir mais durante as aulas e participando com comentários e opiniões sobre o tema da aula.

Nas linhas a seguir destaco a relação educação e tecnologias digitais, a forma como utilizo as ferramentas digitais e mídias para melhor aproveitamento das aulas e como o uso das redes sociais e aplicativos ou serviços como o whatsapp contribuem significativamente para trabalhar os conteúdos das disciplinas; além disso, o uso de filmes, fotos, vídeos em sala de aula aliados a interação com as redes sociais também são importantes no cotidiano educacional por favorecer a flexibilidade e a liberdade do educando com o devido respeito às diferenças, especificidades e particularidades.

A educação e as tecnologias e a democratização do conhecimento

A educação implica socialização; tudo o que se refere a educação está necessariamente relacionado à coletividade, ou seja, a vida em sociedade; portanto, a educação envolve a necessidade de adquirir ou aprimorar conhecimentos por meios de métodos e técnicas capazes de preparar o indivíduo para uma vida social, o que significa para uma sensibilização cultural.

Dessa forma, educar-se tem a ver com o ato de se preparar para saber lidar com o mundo a sua volta e, de alguma forma, a agir no mundo consciente dos valores, dos costumes e da cultura. Para tanto, o indivíduo não pode prescindir dos sentidos e significados que estão presentes no mundo e que ele carrega consigo desde os primeiros momentos que entrou em contato com

o outro, a começar pela família como o seu primeiro grupo-instituição social, através da qual apreende grande parte de conhecimentos e valores que vão fazer parte de toda a sua vida.

A chamada educação moderna se refere ao tipo formal, baseado na racionalidade estimulada pelo Iluminismo, no século XVII e desenvolvida nas escolas e universidades até os dias atuais. Tal forma de educação tem sua primazia com o advento da industrialização e da sociedade burguesa baseada no indivíduo e na propriedade, fundamentos do liberalismo.

Essa perspectiva educacional tem sido alavancada também com o crescimento das tecnologias de informação e Comunicação – TICs e com a globalização em nome do comércio e da liberdade do indivíduo. Na universidade as TICs têm sido fundamentais para ampliar a noção de espaço e tempo, favorecendo a flexibilidade nos processos educacionais tanto na forma de educação presencial como a distância, as chamadas EAD.

São exemplos da influência das TICs, o uso das plataformas digitais nos cursos de Educação a distância, como, também, o uso de vídeos, computadores, laptops, audiovisuais, além de uma diversidade de softwares disponíveis com vários serviços de comunicação e informação que dão conta das necessidades da sociedade moderna e globalizada.

A dinâmica da sociedade industrial inevitavelmente exige cada vez mais o uso de tecnologias de comunicação e de informação para suprir as necessidades diversas. Na educação formal as tecnologias digitais quando utilizadas de forma adequadas além de favorecerem na aprendizagem estimulam a interação e a integração e contribuem para uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo e seus desafios na atualidade. Em outras palavras, podemos afirmar que as experiências educacionais baseadas no uso de tecnologias da comunicação ao serem utilizadas corretamente de modo a envolver professores e estudantes a interagirem de forma criativa e colaborativa favorecem na

democratização do conhecimento e na ação responsável e consciente dos indivíduos perante a sociedade moderna.

O uso de filmes, por exemplo, sejam completos ou em partes tem se tornado comum na maioria das salas de aulas das escolas e universidades como forma de dinamizar as aulas e favorecer debates de modo a facilitar na compreensão dos conteúdos programáticos.

Frequentemente utilizados em salas de aulas, os filmes resultam em bons resultados quando bem planejado e trabalhado o seu uso por parte do professor. A linguagem cinematográfica não é tão simples e requer cuidados diversos para se levar para uma sala de aula, pois trabalha com emoção, envolvimento ação, enredo, música, luz, movimento, mistério, enquadramento, desafio, suspense, o que exige um olhar criterioso e capacidade de comunicação.

Essa perspectiva do uso das TICs na educação podem ser desenvolvidas considerando o ambiente da sala de aula, o que chamamos de aulas presenciais e sua continuidade nos ambientes virtuais como nas redes sociais e com o uso de programas, ferramentas e aplicativos que podem ser usados antes, durante e depois das aulas.

Destaco a seguir as principais formas de uso das TICs e metodologias no cotidiano das disciplinas ligadas às ciências sociais que costumo trabalhar. Para o cotidiano da sala de aulas temos os planos das disciplinas e os de aula, por meio dos quais direciono as ações para os conteúdos trabalhados, em seguida temos o quadro branco com pincel, notebook, datashow, caixa de som, vídeos do youtube ou produzidos com windows *movie maker*, slides em PowerPoint, livros e textos; essas ferramentas são utilizadas conforme as necessidades, pois nem sempre é necessário trabalhar todas em uma aula.

Para auxiliar no cotidiano das disciplinas costumo utilizar as redes sociais online como facebook, youtube, gmail, serviços como o whatsapp e a plataforma moodle. A seguir serão destacadas

as formas de uso e sua utilidade como ferramenta par fins pedagógicos.

Essas ferramentas destacam-se como facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem e devem ser utilizadas de maneira integrada com o ensino presencial de modo a permitir maior efetividade e participação.

Os planos de disciplina e de aulas são indispensáveis para direcionar e gerenciar as ações a serem realizadas conforme os objetivos da disciplina. Não consigo imaginar como algum docente pode prescindir dessas ferramentas.

É no plano da disciplina que contém todas as informações necessárias para a realização das atividades da disciplina; a partir da ementa temos o cargo chefe para o detalhamento do conteúdo, objetivos, metodologia, bibliografia e cronograma. A partir de então temos os planos para cada aula, no qual deve conter inclusive a indicação de textos, a metodologia e material necessário para cada aula.

O plano de curso deve ser apresentado e discutido no primeiro dia de aula, pois será o guia para todo o semestre disciplinar. A partir de então, o próximo passo é escolher e orientar as ações necessárias para a efetivação.

Ao se pensar nos planos de curso e de aula há primeiramente há necessidade de saber que concepção de educação orientará as aulas da disciplina; isso é fundamental para o desenvolvimento de uma metodologia que favoreça uma formação adequada às para manter ou alcançar um tipo de sociedade.

Numa sociedade baseada nos valores liberais, por exemplo, com prioridade no individuo e na propriedade, conforme os princípios do iluminismo solidificados com a industrialização e o capitalismo, temos então uma orientação para a manutenção de uma estrutura social que se constituiu excludente, onde poucos tem sucesso. Sendo assim, toda a racionalidade que se instituiu sob os auspícios do cartesianismo e do positivismo usa as tecnologias e

as novas descobertas de forma a ignorar os conflitos e interesses que surgiram com a expansão da sociedade burguesa.

Essa perspectiva prioriza um conhecimento para si e por mais que utilize de várias possibilidades que as tecnologias da informação e da comunicação oferecem, reduz a educação a valores individualistas; em consequência se tem um conhecimento medíocre, trôpego no qual não se permite a crítica, a reflexão e a problematização dos conteúdos de acordo com as diferentes realidades.

Assim se maximiza um conhecimento baseado na competitividade, de forma que cada individuo estudante passa a direcionar toda sua atenção e práticas com vistas à satisfação pessoal em detrimento da coletividade.

Boaventura de Sousa Santos (2000) chama isso de “conhecimento abissal”; significa que o conhecimento social é tido como se estivesse dividido em dois universos distintos, sendo um de um lado da linha e outro do outro lado; o autor afirma que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade torna-se inexistente e é até mesmo produzido como inexistente.

Nessa forma de pensamento há uma impossibilidade da “co-presença dos dois lados da linha”. Para se contrapor a essa forma de pensamento abissal Boaventura Santos (2000) defende a Ecologia dos saberes, que consiste em considerar os diferentes saberes e a pluralidade de conhecimentos heterogêneos de forma que o conhecimento é na verdade como um interconhecimento; ainda em sua opinião,

A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes. Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2000, p.25).

Se consideramos as possibilidades que as TICs oferecem e usar os recursos que nos oferecem, aliada a uma metodologia adequada às necessidades e particularidades dos estudantes, especialmente os da classe popular, teremos, então a ampliação dos espaços educacionais e contribuindo dessa forma à democratização do conhecimento.

É com esse pensamento que tenho utilizado uma metodologia que se aproxime o máximo possível das necessidades dos estudantes da Universidade, de modo a transformar os usos do espaço e do tempo ampliando assim as possibilidades de ensinar, aprender, produzir e discutir conhecimento além do convencional, como sala de aulas e bibliotecas.

Para isso já no primeiro encontro com os estudantes, além de apresentar e discutir o plano da disciplina sugiro a utilização dos recursos disponíveis como o uso das redes sociais, a formação de grupo da disciplina no whatsapp e e-mail da turma para facilitar a comunicação e o transito de informações, além de possibilitar o acesso a textos, debates, orientações e opiniões.

Também na oportunidade apresento o software livre de apoio à aprendizagem, o Moodle- Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment². Esses recursos são utilizados como complementos das aulas presenciais, pois entendo que podemos nos apropriar das tecnologias de informação e de comunicação disponíveis para tornar o ambiente da sala de aula mais agradável, dinâmico e produtivo e, dessa forma, favorecer uma percepção de que o estudo da disciplina não se resume à sala de aula e muito menos a um encontro semanal, como se dá na visão tradicional de educação. A seguir será destacado de que forma esses recursos são utilizados durante o semestre nas

² O Moodle é um Sistema de gestão da aprendizagem em trabalho colaborativo baseado nesse software ou plataforma, acessível através da Internet ou de rede local. Em linguagem coloquial, em língua inglesa o verbo "*to moodle*" descreve o processo de navegar despreziosamente por algo, enquanto se faz outras coisas ao mesmo tempo Cf. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Moodle>. Acesso em 29 de julho de 2017.

disciplinas que trabalho e como são úteis no cotidiano de professor e estudantes.

Após apresentação do plano da disciplina que será trabalhado durante o semestre é fundamental abrir espaço para discussões, críticas e sugestões; é a partir do plano que temos inclusive a indicação da metodologia para cada aula e para as avaliações. Ao final dessas etapas o estudante precisa ter clareza de que o plano proposto e atualizado a partir de sugestões corresponde ao ponto central para o curso da disciplina e, por isso, deve ser disponibilizado para o acompanhamento de cada encontro entre professores e alunos, conforme o cronograma apresentado. Cada atividade indicada, como aulas e avaliações ou atividades deve corresponder aos objetivos estabelecidos.

Com a ciência do plano da disciplina o estudante terá conhecimento do que precisa para participar ativamente das aulas, de suas atividades e do conteúdo a ser estudado; é nesse momento que os recursos tecnológicos serão úteis para o cumprimento do que é proposto no plano. Daí o uso das TICs será fundamental como forma de subsidiar as aulas antes, durante e depois de cada encontro. Por isso, se faz importante, também, a indicação da utilização uso das redes sociais, plataforma moodle, e-mail e serviços como o whatsapp para auxiliar durante o período que durar a disciplina.

Motivar a criação de um e-mail da turma é importante porque servirá como uma ferramenta que permite o envio de textos, principalmente, além de comunicados para todos os estudantes matriculados na disciplina; é fato que esse serviço também pode ser feito usando o moodle, o facebook e o whatsapp, mas tem a vantagem de que cada e-mail servirá como registro dos contatos e nem sempre todos os alunos utilizam o serviço do whatsapp.

Outra vantagem é que o gmail, por exemplo, permite o envio de arquivos grandes com o recurso do *Google drive*, que é um serviço de armazenamento online de arquivos e também

abriga o Google docs; por meio desses serviços é possível compartilhar arquivos, documentos, incluindo fotos, vídeos, planilhas, slides em PowerPoint, textos em Word e em pdf³. Tudo isso pode ser utilizado conforme a necessidade.

Com os serviços do Google drive e Google docs é possível ainda criar pastas compartilhar com cada pessoa ou grupos de estudantes. Com todos os textos e documentos disponibilizados online que serão utilizados na disciplina, o estudante e o professor podem acessar de qualquer lugar em que esteja online e ainda pode facilmente baixar arquivos compartilhar com qualquer participante do grupo ou com outra pessoa que utiliza o serviço do gmail, utilizar o recurso do bate papo, além de fazer trabalhos ou atividades em grupo, inclusive editar e trabalhar no mesmo texto em conjunto e simultaneamente.

Costumo incentivar o uso desses serviços por apresentar várias vantagens além da sala de aula, de forma a desconstruir a idéia de educação tradicional focada entre quatro paredes e em apenas um dia da semana. Com esse recurso o estudante também não pode usar a desculpa de que não tem o texto da aula, uma vez que a partir dos primeiros dias de aula pode ser disponibilizado. Além desse recurso do gmail os textos podem ser disponibilizados na plataforma moodlepor meio da disciplina cadastrada e também através do serviço do whatsapp que será destacado a seguir.

Sobre whatsapp como serviço de apoio na disciplina

O whatsapp corresponde a um software para smartphones e é utilizado para troca de mensagens, vídeos, fotos, áudios através da internet. Esse serviço permite a criação de grupos, o que pode ser utilizado com facilidade como uma ferramenta de apoio às aulas conforme a necessidade do professor e estudantes.

³ PDF significa Formato Portátil de Documento e dentre as varias vantagens que oferece uma delas é perservr a formatação original e não permitir modificação

Considerando que praticamente a maioria dos alunos possui celular com esse aplicativo, incentivo a criação de grupo da turma ou disciplina para enviar informações via textos ou vídeos. Esse recurso também tem sido importante porque é possível utilizar de forma rápida e integrada disponibilizando link de textos, áudios e vídeos e ainda favorece o bate papo individual ou com todos do grupo. Informações, orientações, avisos de urgência e disponibilização de textos são utilizados conforme a necessidade. Esse serviço também pode ser utilizado para disponibilizar vídeos do youtube.

Nas aulas, por exemplo, costumo utilizar para linkar com vídeos criados por mim mesmo ou disponibilizar trechos de filmes ou linkar a filmes completos que podem ser baixados no aparelho de celular. Esse recurso é muito importante para manter atualizado o estudante e oferecer mais subsídios para complementar o que foi visto em sala de aula de forma a favorecer o aprofundamento do conteúdo.

Conforme seja necessário é importante incentivar o debate de temas trabalhados nas aulas, de forma que os estudantes matriculados na disciplina e cadastrados no grupo do whatsapp podem formar subgrupos e realizar trabalhos ou debater além da sala de aula. É importante orientar os estudantes para que as conversas de cunho pessoal sejam utilizadas em outro expediente, como no serviço privado. A seguir será destacado o serviço do youtube.

O youtube como ferramenta educacional

O youtube é uma rede social para compartilhamentos de vídeos, o nome sugere que você faz a televisão que quer; cada pessoa pode ter o seu canal particular, produzir e disponibilizar na rede o que considera importante.

A rede youtube possui uma infinidade de vídeos e filmes; como professor de Universidade considero indispensável o uso

dessa plataforma digital para escolher vídeos como suporte tecnológico de comunicação. O recurso pode ser utilizado online bem como é possível baixar filmes e vídeos relacionados aos conteúdos da disciplina para trabalhar em sala de aula; no caso utilizo nas disciplinas de Sociologia, ciência política e demais ciências sociais.

Para um melhor aproveitamento da disciplina criei um canal no youtube para o qual produzo vídeos a partir dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula durante a semana; o espaço é aproveitado para orientações, comentários e postagens de filmes curtos produzidos com o aplicativo *Windows Movie Maker*. Esse material é devidamente organizado e apresentado também na sala de aula ou disponibilizados os links no grupo do whatsapp e ou do e-mail para serem apreciados pelos cursistas das disciplinas. Tal experiência tem demonstrado resultados positivos, pois os estudantes costumam acessar os vídeos, comentar e curtir, além de utilizar para seus estudos individuais ou em grupo. Por exemplo, orientação para trabalhos, explicações sobre determinado assunto trabalhado em sala são importantes para um maior aproveitamento e acompanhamento da disciplina. Tais recursos permitem maior interação dos alunos com os conteúdos das disciplinas e com professor e alunos.

Além da produção de vídeos utilizando o *movie maker* para o uso em sala de aula e sua disponibilização no canal do youtube os estudantes também são incentivados a produzirem o seu vídeos, principalmente para apresentação de trabalhos em sala ou para disponibilizar na internet, seja utilizando o youtube ou outra rede social como o facebook com vistas a favorecer maior interação do conteúdo com a turma.

Ao terem a oportunidade de realizar seus próprios vídeos os alunos são estimulados a produzirem sentido e a compartilhar a aprendizagem ao mesmo tempo em que colaboram com suas singularidades e dão vazão às suas capacidades cognitivas e de compreensão e reflexão a partir dos conteúdos produzidos.

Sobre o uso de filmes

Nas aulas de diversas disciplinas, especialmente nas ciências humanas e sociais, o filme tem sido uma ferramenta fundamental para maior aproveitamento no processo socioeducativo; por sua riqueza de linguagem os filmes atraem principalmente o público jovem, o qual demonstra maior compreensão de determinados conteúdos com o uso dos filmes do que apenas com a explicação do professor. Mas é importante salientar que não adianta simplesmente passar um filme para ocupar uma aula sem que antes se faça um planejamento de como será útil e em que ocasião.

Segundo Moran (1995, p. 27) “o vídeo é sensorial, visual, linguagem falada, linguagem musical e escrita. Linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não separadas. Daí sua força”. É exatamente por essa riqueza de linguagem que o uso de vídeos se mostra atrativo e eficiente como auxílio nas disciplinas. Mas é preciso ter clareza quanto aos objetivos para o uso de vídeos e filmes. Em geral deve-se considerar o assunto a ser trabalhado e selecionar, no caso de filmes, trechos que favorecem a reflexão ou contextualização de modo a esclarecer aspectos fundamentais do conteúdo desenvolvido.

Em sala de aula o uso de filmes deve-se levar em consideração alguns aspectos como: Ter um objetivo didático claro; saber qual o tipo de filme, especialmente sua narrativa e sua duração. Se o filme for longo, de mais de duas horas, por exemplo, é importante ter clareza se vale a pena exibir completo; caso seja, é fundamental esclarecer sobre sua relevância para a compreensão do conteúdo da disciplina. É mais produtivo usar partes do filme ou curtas-metragens, pois tem a vantagem de não se mostrar cansativo e logo favorecer o debate e a reflexão.

De qualquer forma, sempre que o professor optar por trabalhar algum filme, deve haver uma preparação previa como: assistir o filme, destacar as partes que interessa conforme o

assunto da aula, ler algumas críticas disponíveis sobre a obra, fazer algumas questões sobre o filme as quais serão devem ser respondidas pelos estudantes e que serão úteis para o aprofundamento do tema trabalhado na disciplina. Outra opção é solicitar, após o filme, uma análise crítica do filme relacionando com o conteúdo trabalhado. As resenhas críticas devem ser originais.

É importante esclarecer a turma quanto à atividade a ser feita a partir do filme, por exemplo: uma crítica não é um resumo, não significa contar o filme. O acadêmico precisa saber sempre que está numa universidade, quando for o caso; dessa forma, é importante utilizar metodologias e estratégias que favorecem a capacidade de análise, de síntese e de reflexão.

Quando se escolhe um filme para trabalhar em sala de aula não se pode esquecer que a escolha deve corresponder a uma perspectiva pedagógica; por isso que não adianta passar um filme simplesmente para ocupar uma aula ou como mera atividade de lazer ou de cunho estético.

Os filmes que não estão diretamente relacionados aos conteúdos programáticos da disciplina devem ser exibidos em outro momento e local, como, por exemplo, numa sala de vídeo ou numa programação de cineclubes. Nas disciplinas que trabalho costumo utilizar filmes e outras Tecnologias de Informação e de comunicação, como as citadas, de forma a contribuir para uma cultura digital ou um público cinematográfico, dado que estimula a capacidade cognitiva e reflexiva e o uso do senso crítico.

Conforme destaca Pierre Lévy (1993) a cultura digital se refere aos resultados das interações sociotécnicas com as TICs e trabalha além da oferta de informações, também com a ampliação das capacidades cognitivas, supostamente, pelo acesso às tecnologias da inteligência. É com essa perspectiva que o professor deve pensar sua metodologia para atuar na educação.

Dando continuidade a essa perspectiva da cultura digital, o tema seguir será o uso da Plataforma Moodle como importante

ferramenta de apoio pedagógico. Trata-se de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) gratuito que facilita a interação socioeducativa e o seu uso não se refere apenas aos cursos a distância, mas, também como ferramenta complementar as aulas presenciais no cotidiano das escolas ou universidade.

Numa sociedade complexa na qual é evidente a predominância das Tecnologias de Informação e de comunicação em todos os segmentos onde se encontram pessoas, não há como negar a necessidade de se apropriar de alguma forma dos recursos disponíveis, especialmente quando falamos de educação.

O AVA deve ser visto como uma das possibilidades de acesso a informação e a interação de estudantes, professores e sociedade. É fundamental considerar as potencialidades dos recursos tecnológicos que estão ao nosso alcance e explorar suas possibilidades, especialmente no âmbito educacional. Para tanto, os professores devem estar solícitos a discutir sua formação no sentido de refletir sobre como utilizar de maneira crítica as tecnologias no contexto educacional tanto no contexto da sala de aula assim como na educação a distância (EAD).

Tenho atuado na educação nas modalidades presencial e a distância e percebi que em ambos os formatos a mediação tecnológica como o uso de plataformas digitais são importantes; é evidente que no formato a distancia há se que se considerar o máximo de esforço possível para mediar o processo de ensino e de aprendizagem de forma que o estudante encontre todas as possibilidades necessárias para a sua formação. Por isso o AVA favorece recursos diversos de interação professor e estudante por meio de chats, bate-papos, fóruns, além da possibilidade de disponibilizar filmes, textos, áudios e atividades online necessárias para uma formação efetiva.

Esses mesmos recursos podem facilmente ser utilizados como formas complementares da educação presencial. Não estou em nenhum momento aqui afirmando que os Ambientes Virtuais de Aprendizagens devam substituir as aulas presenciais, mas sim

evidenciando que podem e devem ser utilizados como recursos complementares para auxiliar nos cursos ou educação presenciais. Há varias vantagens do uso de plataforma como o moodle quando utilizados como auxílio às aulas presenciais, vejamos a seguir.

Alem de ser totalmente gratuito, no caso do moodle, e potencializar a aprendizagem colaborativa uma das principais vantagens com o uso de recursos tecnológicos como AVA é a ampliação do espaço-tempo. No ambiente Moodle, alunos e professores podem interagir conforme as necessidades acessando textos, vídeos, interagindo via fóruns ou chats, utilizando o sistema de avisos e informações, dentre outras possibilidades.

Conforme destaca Almeida (2003), os ambientes virtuais de aprendizagens são sistemas computacionais disponíveis na internet os quais possibilitam a integração de diferentes mídias, linguagens e recursos, além de apresentar informações, desenvolver interações, produzir, socializar produções, independente do tempo e do espaço de quem participa.

No ensino a distancia podem ser usados os diferentes recursos para tornar o processo de ensino e de aprendizagem condizente com as necessidades da formação dos estudantes. Quando ao regime presencial os recursos mais indicado são os documentos, no qual é possível acessar textos, o fórum, hiperlinks para vídeos, embora se possa utilizar os demais recursos, como mensagens, avisos e atividades.

De acordo com o artigo 81 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 e no decreto nº 2494 de 10 de fevereiro de 1998, os cursos presenciais podem adotar parte da carga horária na forma semipresencial, mas, para isso, é indispensável indicar a carga horária no plano de curso da disciplina e a forma como será utilizada. A carga horária para as disciplinas permitidas no modo semipresencial não pode ser superior a 20 % da carga horária total do curso.

Ainda no que se refere aos cursos presenciais nada impede de utilizar concomitantemente os ambientes virtuais de

aprendizagem como forma complementar de ensino, como o uso de fóruns, links para textos e vídeos e outros recursos que contemplem as necessidades pedagógicas.

O uso do recurso dos fóruns, por exemplo, é importante como forma de propiciar a ampliação das discussões sobre o conteúdo trabalhado em sala de aula de modo que servem para esclarecimentos, espaço para sugestões e opiniões, propiciando assim maior interação entre professor e estudantes.

O fórum online consiste num espaço de discussão assíncrono em torno de determinados temas, em geral proposto pelo professor da disciplina. Tal recurso demonstra bastante adequado para o aprofundamento de forma reflexiva. O professor e os estudantes podem utilizar o fórum no moodle a partir da necessidade conforme o conteúdo programado. Por exemplo, é importante realizar fóruns distribuídos durante o semestre do curso, no caso, para cada avaliação ou bloco de conteúdos trabalhados, realizarem um fórum e indicando a periodicidade do mesmo. Esse recurso facilita na aprendizagem dos conteúdos permite ao professor acompanhar mais de perto os estudantes e identificar as principais dificuldades da turma sobre a matéria trabalhada.

Antes de utilizar o fórum e outros recursos do moodle é necessário preparar a turma para o uso do ambiente virtual, destacar sua importância como ferramenta complementar no processo socioeducativo que envolve os cursistas. Em seguida deixar claro para a turma o que é um fórum e como aproveitar bem esse recurso para o aprofundamento do conhecimento.

Um fórum virtual não é um espaço para copiar e colar partes de textos consultados, nem tampouco simplesmente para concordar com a opinião de outro participante; trata-se de uma sala virtual para discussão, de modo que cada participante pode apresentar sua opinião sobre um assunto, levantar questionamentos ou comentários sobre o que os colegas afirmam, entre outras possibilidades. Para isso basta o clicar na mensagem

inicial que introduz o fórum, responder e verificar o que os demais colegas apresentam; tudo deve ser feito de modo que favoreça o aprofundamento de um tema; por isso não faz sentido copiar e colar sem que o participante tenha noção do que está tratando. Para incentivar a participação dos estudantes é importante atribuir nota para a participação, a qual deve ser adicionada as atividades presenciais para totalização da nota.

As discussões realizadas via fóruns na plataforma moodle tem sido importantes como complemento à sala de aula porque além de ser flexível por seu caráter assíncronico, facilitam na aprendizagem dos conteúdos e ainda permitem maior interação entre professor e estudantes e desses entre si, dentre outras possibilidades.

Considerações finais

O processo de ensino-aprendizagem tem sido ampliado com as possibilidades que as tecnologias de informação e de comunicação oferecem no cotidiano. A educação não se limita a espaços e tempo determinados; esses conceitos tem sido inclusive ressignificados com o crescimento das tecnologias que estão cada vez mais presente na vida das pessoas, inclusive independente de classes sociais, crenças ou ideologias.

Neste artigo foi apresentado de que forma as TICs transformaram os processos sócio-educacionais, de forma que até mesmo um aparelho de celular com uma variedade de recursos disponíveis aos usuários, podem se tornar em ferramentas de auxílio á educação, seja em escolas ou universidades e até mesmo em qualquer ambiente físico em que se encontrem os indivíduos.

Ao longo do artigo foi demonstrado que as tecnologias digitais de comunicação e infoirmação podem perfeitamente serem usadas tanto para os sistemas de educação a distancia quanto para o ensino presencial.

Ficou evidenciado que os recursos das redes sociais como youtube, facebook, correios eletrônicos, além dos Ambientes Virtuais de Aprendizagens –(AVAs), como é o caso do moodle, e o serviço do whatsapp, que pode ser utilizado tanto pelo celular como pelo computador, favorecem significativamente nos processos de ensino e de aprendizagens e, por isso, devem ser “explorados” no cotidiano das aulas nas escolas e universidades.

Tais recursos tecnológicos não significa em nenhum momento que devem substituir as aulas presenciais, mas sim, são importantes ferramentas para ampliar as possibilidades educacionais em ambas as modalidades.

Além dos recursos como o uso de filmes em sala de aula, do uso do computador, de data show, caixa de som, quadro, pincel, giz ou outros, as tecnologias que estão a disposição com o acesso à internet, possibilitam a professores e estudantes maior proximidade, interação e integração, flexibilidade para o estudo e acompanhamentos dos conteúdos programáticos de forma que a sala de aula foi ampliada com as possibilidades que as TICs oferecem.

A disponibilização de textos diversos, os quais podem se acessados até mesmo por meio de aparelhos celulares é apenas uma das vantagens que estudantes e professores tem a disposição; com os grupos criados no whatsapp, além das mensagens, orientações e opiniões possíveis, podem ser disponibilizados e acessados textos diverso, vídeos e filmes, áudios, links os quais permitem aos participantes flexibilidade para o estudo dos conteúdos das disciplinas de forma dinâmica e mais agradável. Além disso, os serviços como gmail, Google drive e Google docs, são importantes formas de armazenamentos online que auxiliam no cotidiano das aulas.

Temos, portanto, possibilidades diversas para tornar os estudos cada vez mais algo além da perspectiva tradicional de educação, como é o caso de apenas um encontro semanal entre professores e estudantes.

Os aspectos apresentados neste artigo constituem elementos para a contribuição para a discussão sobre as metodologias educacionais auxiliadas pelas tecnologias como fundamentais para a melhoria da educação, especialmente na modalidade presencial.

As experiências realizadas nas disciplinas que ministro nas aulas presenciais tem demonstrado resultados satisfatórios, especialmente no que diz respeito à interação professor e estudantes e no processo de discussão e aprendizagem dos conteúdos trabalhados em sala de aula; os vídeos disponibilizados no canal youtube, a interação via whatsapp e a plataforma moodle tem possibilitado facilidade no acesso aos conteúdos, de modo que dificilmente o estudante vai para a sala de aula sem elementos suficientes para a discussão e o aprofundamento do conteúdo programático.

Referências

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini, **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem**, in: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 327 a 340, jul/dez. 2003. Disponível em: <http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1KXP7M5K3-GQHJCT-1FPR/Almeida2003.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2003.
- BRASIL, Lei nº 9.394 /1996 e o Decreto nº 5.622/2005 **esclarecem sobre a oferta de cursos superiores a distancia**. Portaria MEC nº 301/1998 estabelece normas para este credenciamento.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MORAN, J. M. O vídeo na sala de aula. **Comunicação e educação**. São Paulo, v.1, n.2, p. 27-35, Jan./abr. 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da Razão indolente - contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000

CAPÍTULO 3

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO CURSO DE JORNALISMO DO ESTADO DO TOCANTINS

Poliana Macedo de Sousa¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS SOCIAIS APLICADAS

Quando falamos (ou lemos) algo sobre produção científica, a primeira imagem que associamos a tal termo é a publicação de artigos científicos, porém a produção científica e sua consequente divulgação não se resumem apenas à publicação em periódicos.

Sabe-se ainda, que a produção científica é um dos pilares das universidades como bem explica Moraes (1995, p. 21) citado por Pôrto Jr & Sousa (2016, p. 10) que “as universidades devem ser lugares de investigação, documentação, criatividade e ensino”. E que, além dos periódicos, existem outras tipologias documentais dentro do ambiente acadêmico que também atuam como “locais” para divulgação da produção científica como livros, anais de eventos entre outros. Cabe a cada docente/pesquisador escolher em qual desses “meios” são mais adequados para sua área de atuação.

Portanto, o que seria essa comunicação científica? Esse modo de informar a produção da ciência por uma determinada universidade?

¹ Mestre em Ciências do Ambiente com graduação em Comunicação Social - Jornalismo, ambos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). É membro do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE), professora voluntária no curso de Jornalismo (UFT) e pós-graduada em Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo pela UFT/Opaje.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

Souza (2008, p. 142) explica que

a comunicação científica está associada aos canais que transferem o conhecimento produzido no âmbito de um determinado grupo cujo saber, particularmente o de caráter especializado, é produzido sob determinadas estratégias de construção. Ainda que todo o saber seja originado a partir do vasto universo mental do senso comum, quando sua produção está subordinada à aplicação de métodos, técnicas e instrumentos tidos como sustentadores operacionais de uma estratégia, ou metodologia, globalmente conhecida como ciência, será então um conhecimento científico. Esse conhecimento gerado a partir do emprego da metodologia com que se faz a ciência será o resultado da consolidação e comunicação de um jeito de se construir o conhecimento, sendo tipificado por um instrumental próprio, capaz de ser determinado como um produto socialmente constituído: a Ciência.

Há consenso que as diferentes áreas dão preferência a canais diferentes para publicarem os resultados de suas pesquisas. Atualmente, a quantidade de artigos publicados em periódicos científicos é utilizada como forma de mensurar e avaliar a quantidade de informações que um pesquisador divulga no meio científico, mas nem sempre, como o velho senso comum já normatizou, quantidade é sinônimo de qualidade.

Meadows (1999) citado por Mueller (2005) explica que essa relação entre qualidade e quantidade dificulta o estabelecimento de parâmetros para comparação:

Isso pressupõe que a produtividade é mais bem avaliada em termos de artigos publicados. Muitos pesquisadores de humanidades preferem, no entanto, publicar os resultados de suas pesquisas em formato de livro e não em periódicos. Isso provavelmente compensa o desequilíbrio em matéria de publicação, mas em quanto? Em termos brutos, quantos artigos equivalem a um livro? Do mesmo modo, os engenheiros orientam-se muitas vezes para o desenvolvimento de produtos e patentes. Como é que se pode comparar isso com artigos? A resposta simples é que não se pode, embora hajam sido feitas

várias tentativas nesses sentido (por exemplo, estimativas empíricas igualam um livro a algo que varia de dois a seis artigos).

Mueller (2005) ressalta ainda que

[...] as pesquisas nas ciências normais ou experimentais, apesar das diferenças entre elas, são geralmente conduzidas por equipes, se apoiam em paradigmas universalmente aceitos e produzem artigos não muito longos, que são enviados para publicação prioritariamente em periódicos de circulação internacional e em língua inglesa. Nas áreas classificadas como ciências sociais e humanidades, ao contrário, as pesquisas, de modo geral, parecem produzir textos mais longos e não necessariamente publicados como artigos mas também são importantes os capítulos de livros e livros, frequentemente assinados por apenas um pesquisador. Nessas áreas podem conviver mais de uma abordagem teórica ou várias escolas de pensamento. Não há, também, uniformidade nos métodos adotados, havendo espaço para métodos quantitativos, semelhantes às ciências exatas, métodos qualitativos em suas várias versões e o uso de diversas combinações. Um terceiro grupo, formado pelas áreas ligadas à tecnologia e às ciências aplicadas parecem seguir ainda outros padrões, onde relatórios e trabalhos apresentados em congresso gozam do mesmo prestígio que artigos científicos ou capítulos de livros nas outras áreas.

Cada área possui suas especificidades e maneiras diferentes de fazer pesquisa, bem como formas e maneiras de divulgação de suas pesquisas. Outro fator que pesa para as publicações da área de Ciências Sociais Aplicadas é que os pesquisadores das áreas de exatas e naturais publicam em inglês e em revistas internacionais, enquanto na área de sociais aplicadas, os pesquisadores publicam mais na sua língua materna e em seu país.

O grau de consolidação da área de conhecimento também é um fator influenciador. Nas áreas de ciências humanas e sociais, o conhecimento não está consolidado e então a pressão para se publicar é menor, o elenco de canais disponíveis para publicação

é igualmente menor e a massa crítica necessária ao reconhecimento do que foi publicado está ainda em formação (SILVA, MENEZES & PINHEIRO, 2003, p. 195).

Como não há tanta pressão para publicar na área de ciências sociais aplicadas, isso reflete no quantitativo inexpressivo de grupos de pesquisa no país, principalmente porque não existe uma cultura científica ou até mesmo uma recomendação “implícita ou explícita” dos órgãos que regulamentam os programas de PG, dessa necessidade por publicar os resultados de determinada pesquisa em revistas de alcance internacional, ou seja, e inglês e bem avaliada pelas bases de dados internacionais.

Nas áreas de ciências sociais e humanidades, a publicação em revista de padrão internacional é exceção e a falta de publicações nacionais regulares faz com que as mesmas não sejam selecionadas para serem analisadas pelos indexadores internacionais (entre os quais estão as publicações/bases de dados do ISI) (SILVA, MENEZES & PINHEIRO, 2003, p.214)

Para Rosa (2008), muitos pesquisadores brasileiros não se dedicam exclusivamente à pesquisa, principalmente porque essa sobrecarga da pesquisa em si, pois demanda tempo, acaba impactando as demais atividades docentes, como as aulas, a orientação de teses e dissertações, e a própria produção dos artigos desenvolvidos por esses docentes.

Luiz (2006) tece crítica sobre essa cobrança por quantificação da produção acadêmica em que, para ele

[...] a atual tendência pela quantificação como estratégia de avaliação de “qualidade” acadêmica, se por um lado a viabiliza operacionalmente, por outro, não nos deve cegar quanto às suas claras limitações. [...] o campo acadêmico impõe tantas dimensões e nuances de qualidade que os ideais de quantificação de qualquer avaliação, se não têm malogrado totalmente, têm, pelo menos, suscitado a justificada insatisfação de muitos (LUIZ, 2006, p. 301).

O objetivo deste artigo é analisar onde os docentes e consequentemente, pesquisadores, do curso de Jornalismo do Estado do Tocantins publicam seus trabalhos científicos e como foi a produção acadêmica dos mesmos nos últimos 10 anos.

CURSOS DE JORNALISMO NO TOCANTINS

O curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins foi criado em 1996, por meio do Decreto nº 332/96, do Governo do Estado do Tocantins, na então Universidade do Tocantins (Unitins). Sua criação veio atender a demanda do mercado da comunicação que, a exemplo de outros setores econômicos, se encontrava em franca expansão, dada a criação recente desse Estado da federação.

O curso de Bacharelado em Comunicação Social foi criado pelo Decreto Estadual n.º 332 Diário Oficial do Estado do Tocantins, nº 556, página 5080, de 18 de outubro de 1996, e pela resolução de criação: Resolução Unitins nº 001/96, de 04 de novembro de 1996. O funcionamento foi autorizado pelo parecer nº 076/00, publicado em Diário Oficial de 28 de agosto de 2000, nº 965, página 20939.

A primeira estrutura curricular do curso de Comunicação Social foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins, conforme parecer nº 068/99 “Aprovação de grades curriculares e autorização para funcionamento do Curso de Comunicação Social”, processo nº 1999/2700/002024, aprovado em 04 de maio de 1999. O reconhecimento do curso foi feito pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer nº 306/2001, aprovado em 20/09/2001, processo nº 2001/2700/002379.

Conforme dados do E-mec³, portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que reúne dados de todas as instituições

³ Ver <http://e-mec.mec.gov.br>

de ensino no país, em 2001 foram criados também, mais dois cursos de Comunicação Social - Jornalismo: Unirg e CEULP/ULBRA.

A atual UnirG, que antes era denominada Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH), mantida pela Fundação Educacional de Gurupi (FEG) no período compreendido entre 1985 a 1997, em que eram ofertados apenas dois cursos de graduação: Direito e Pedagogia. Ainda sobre a Unirg, não há muitas informações oficiais em sua página na Internet.

O curso de Jornalismo do CEULP/ULBRA também iniciou suas atividades no ano de 2001, com o objetivo de estimular os alunos a estudar e compreender as novas demandas midiáticas, passando a dominar não só a técnica do “fazer jornalístico”, mas também a reflexão, a crítica, a criatividade, a ética e a cidadania. O curso do CEULP/ULBRA foi autorizado pela Resolução CONSEPE nº 050, de 17/10/01 e reconhecido pela Portaria MEC nº 718, de 06/10/06.

Em 2003, com a criação da Universidade Federal do Tocantins, em convênio assinado entre o Governo do Estado, a Unitins e o Governo Federal, o curso de Comunicação Social, bem como os demais cursos de graduação oferecidos pela Unitins, foram transferidos para a UFT. Já transferido para a UFT, o curso foi recredenciado em agosto de 2005 pelo Conselho de Educação Superior - Inep/MEC.

Com a instituição das Novas Diretrizes Curriculares⁴, em 2013, os cursos de Jornalismo passaram a constituir graduação dissociada da grande área da Comunicação Social, sendo assim necessária a reestruturação da concepção do curso e matriz curricular, ou seja, as três instituições que ofereciam o curso de Bacharel em Comunicação Social, agora ofertariam Bacharel em Jornalismo.

⁴ Ver RESOLUÇÃO MEC - N° 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Com isso, o quadro de docentes das Universidades como um todo sofreu consideráveis transformações, havendo a obrigatoriedade de formação mínima de mestrado para a docência na graduação e incentivando-se a efetivação de professores doutores em todas as áreas. Acompanhando essas transformações, surgem várias adequações dos cursos a essa nova realidade, sendo uma delas a reestruturação de seus Projetos Pedagógicos.

PERFIL DOS DOCENTES E SUA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A pesquisa tem caráter exploratório. Caracterizada como do tipo documental, estudo de caso, procedimentos concomitantes e métodos mistos (Creswell, 2007). O universo da pesquisa foi constituído por 35 docentes do curso de Jornalismo das instituições de ensino superior do Estado do Tocantins, respectivamente: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Centro Universitário UnirG e Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp/Ulbra).

Após identificar as instituições de ensino superior, realizou-se o levantamento dos docentes das instituições selecionadas por meio de relação fornecida pelas coordenações dos cursos e informações dos sites institucionais. Foram excluídos desta pesquisa os docentes convidados ou voluntários das instituições que ministravam disciplinas temporárias.

O foco da pesquisa foi identificar o destino das publicações científicas produzidas pelos docentes nos últimos dez anos de produção acadêmica dentro das categorias estabelecidas pelo CNPq, via Currículo Lattes, sendo elas: Artigos, Livros/Capítulos de Livros, Anais de Congresso (Trabalhos completos), Resumos em Congressos e Apresentação de Trabalhos.

O procedimento adotado nesta pesquisa documental foi a coleta de dados em fonte primária, neste caso o Currículo Lattes de cada docente que é disponibilizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disponibilizado

na Plataforma Lattes. A coleta de dados aconteceu no dia 24 de novembro de 2016.

O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia (CNPQ, 2016).

Com relação à atualização das informações coletadas nos currículos dos docentes, algo que chama a atenção é a não atualização dos currículos por mais de anos, há um caso que a última atualização, principalmente de produção científica, data do ano de 2009, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Última atualização do Currículo Lattes dos docentes de Jornalismo no Tocantins

Ano de Atualização	Quantidade de Docentes
2016	26
2015	01
2014	04
2013	03
2009	01

Fonte: Extração de dados da base de Currículo Lattes em 24/11/2016.

Ainda, do quantitativo de currículos analisados, 35 ao todo, temos: 20 docentes doutores, 08 mestres e 07 especialistas, conforme se demonstra na Tabela 2, demonstrando assim que houve há um corpo docente apto para desenvolver mais pesquisas, uma vez que são doutores.

Tabela 1. Formação/Titulação dos Docentes de Jornalismo (Tocantins)

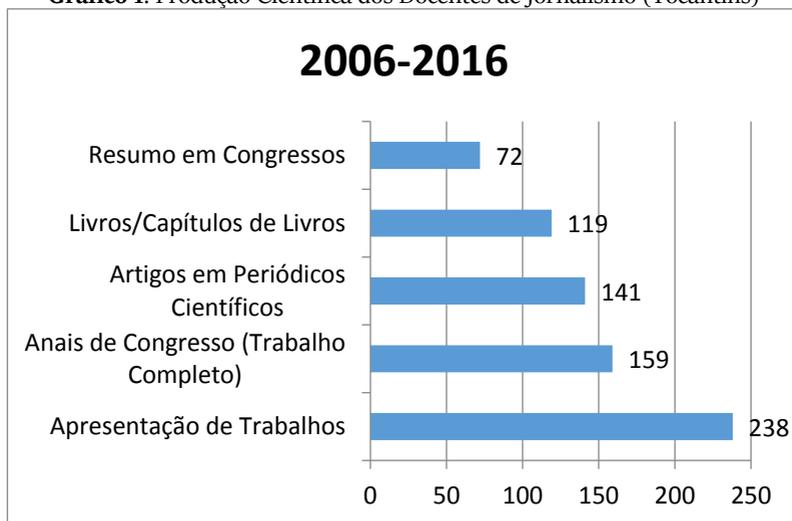
Formação/Titulação	Quantidade de Docentes
Doutorado	20

Mestrado	05
Especialização <i>Lato Sensu</i>	07

Fonte: Extração de dados da base de Currículo Lattes em 24/11/2016.

Com relação aos dados sobre onde publicaram os docentes de Jornalismo do Estado do Tocantins nesses últimos dez anos, ou seja, entre 2006 a 2016, identificou-se que há preferência para Apresentação de Trabalhos em congressos científicos com 238 publicações até o mês de novembro de 2016. Na sequência, há a preferência por publicação de resultados de pesquisas em Anais de Congressos (trabalhos completos), com 159 publicações no período analisado, ou seja, legitimando a preferência dos docentes de Jornalismo para a participação em eventos científicos, diferentemente de outras áreas como apresentamos no tópico anterior.

Gráfico 1. Produção Científica dos Docentes de Jornalismo (Tocantins)



Fonte: Extração de dados da base de Currículo Lattes em 24/11/2016.

Analisando ainda o Gráfico 1, temos a publicação de artigo científico em terceira posição na preferência dos docentes para

divulgação científica com 141 publicações nesses 10 anos. Na sequência e ainda conforme dados dos currículos dos docentes, a publicação de livros e/ou capítulos de livros fica em penúltima opção com 119 obras publicadas nesses dez anos, o que podemos considerar um expressivo número para a área. Em último aparece a publicação de resumos em congressos, com 72 publicações, o que justifica-se uma vez que se há a possibilidade de publicar o trabalho completo em determinado evento, faz-se essa opção, até porque é “bem visto” pela comunidade acadêmica a publicação do trabalho completo.

CONSIDERAÇÕES

Com base nos dados apresentados e nos posicionamentos dos autores, percebe-se que não há uma tipologia correta para publicação científica, pois áreas como Ciências Sociais Aplicadas e nela encontramos o Jornalismo são tendentes à divulgação científica em Congressos, Seminários, Colóquios e demais eventos dessa natureza. Apresentar o trabalho e compartilhar a experiência vivida durante determinada parece ser a preferência dos professores aqui pesquisados.

Mas um questionamento surge: como considerar o que é uma publicação de peso? Porque publicar em periódicos é mais expressivo do que que publicar um livro? Essas exigências por mais publicações de qualidade e em periódicos de impacto por parte da Capes aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e conseqüentemente aos docentes faz com que haja uma cobrança maior por quantificações maiores.

Quando analisamos o Gráfico e as tabelas como um conjunto: porque os professores pararam de atualizar seus currículos e por tanto? Até porque se subentende que se são docentes de cursos superiores estão produzindo ciência e deveriam publicar algum resultado? Porque a preferência por Congressos e não revistas científicas? Geralmente os Congressos publicam com

maior rapidez e por quorum de participantes em seus Grupos de Trabalho, quanto os periódicos, por exemplo, demoraram mais de seis meses para dar um parecer se aceita ou não aquele trabalho científico.

Por fim, a discussão que este trabalho pretendeu levantar é onde publicam os docentes do curso de Jornalismo do Estado do Tocantins? E como resposta temos que os apresentações de trabalhos com publicação do trabalho completo dispararam se relacionarmos aos artigos em periódicos.

São esses questionamentos que ficam como sugestão para uma próxima pesquisa, em que haja entrevista com cada um desses docentes, para que possamos entender as motivações em publicar ou não.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução** nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Resolução CNE/CES 1/2013. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 26

CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS – CEULP/ULBRA. **Jornalismo.** Disponível em <<http://www.ulbra.br/palmas/graduacao/presencial/jornalismo/bacharelado/>> Acesso em 30 de Nov 2016.

CNPQ. **A Plataforma Lattes.** Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em 30 de Nov 2016.

CRESWELL, Jhon W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LUIZ, R. R. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.3, n.6, p. 300-312, dez. 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n.1, fev. 2005. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/11/9>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

ROSA, Alexandre Reis. "Nós e os índices": um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 108-114, Dec. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Mai 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000400010>.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat, PINHEIRO, Liliane Vieira. Avaliação da Produtividade Científica dos Pesquisadores nas Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. In: **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.13, n.2, p. 193-222, jul/dez, 2003. Disponível em <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/97/0>>. Acesso em 09 mar. 2016

SOUZA, Francisco das Chagas de. Comunicação científica no Brasil: criação e evolução da Revista Encontros Bibli.. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 140-158, jul. 2008. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1804>>. Acesso em: 01 dez. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n1p140>.

UFT - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Bacharelado em Jornalismo**. Disponível em <<http://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/cursos/10748-comunicacao-social-jornalismo>> Acesso em 30 de Nov 2016.

UNIRG - CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG. **Jornalismo**. Disponível em <<http://www.unirg.edu.br/cursos/graduacao01/jornalismo.html>> Acesso em 30 de Nov 2016.

CAPÍTULO 4

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E CIBERCULTURA

Darlene Teixeira Castro¹

Introdução

No século XIX, com Augusto Comte e Karl Marx e suas linhas de pensamento enfocando a atitude cientificista, propiciou o surgimento das academias científicas possibilitando o intercâmbio e sistematização do conhecimento e, assim, as pesquisas e estudos passam a ter um caráter institucional. Criava-se a ilusão de que a ciência pudesse resolver todas as dúvidas e inquietações do homem.

Foi nesse período de grande euforia e afirmação do homem que novas técnicas agrícolas foram criadas, as máquinas a vapor, os novos métodos de navegação e as ferrovias ampliaram o comércio, com o telégrafo e o telefone, barreiras geográficas foram quebradas e na área da saúde, possibilitou ao homem maior estimativa de vida. Toda a construção do saber científico era visto sob uma ótica positivista, que tem como características o empirismo, a objetividade, e a experimentação e tudo são calcadas na experiência para a validação do saber e tem relação com as pesquisas que tratam de verdades objetivas e quantitativas.

Segundo os historiadores, houve pelo menos duas revoluções industriais: a primeira começou pouco antes dos últimos trinta anos do século XVIII, caracterizada por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, o processo corte em metalurgia e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; a segunda,

¹ Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Letras (Ulbra). É professora na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura Contemporâneas. E-mail: darlene.tc@unitins.br.

aproximadamente cem anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone (CASTELLS, 2003b, p. 71).

Segundo Hobsbawn (1986), citado por Dagnino (2002), os principais progressos técnicos da segunda metade do século XIX foram essencialmente científicos; ou seja, exigiam como mínimo indispensável para invenções originais algum conhecimento das novas evoluções no campo da ciência pura, para um processo muito mais organizado de experimentação científica e de comprovação prática e uma ligação cada vez mais estreita e contínua entre industriais, tecnólogos e cientistas profissionais e instituições científicas.

A grande transformação que ocorreu no século dezenove – a descoberta de um método de invenção – fez com que a ciência passasse a seguir regras de funcionamento próprias, permitindo com isso agilizar os processos de mudança, tornando-os mais conscientes e previsíveis. O conhecimento passou a ser buscado em caminhos planejados, desejados previamente, e não de forma aleatória. A busca do conhecimento técnico-científico deixou de estar apoiada no passado, no conhecimento adquirido e acumulado, para estar orientada pela antevisão de onde se quer chegar, assumindo um caráter funcional. Assim, a tecnologia deixou de ser vista simplesmente como algo que permitia a transformação de conhecimentos teóricos em máquinas. (DAGNINO, 2002, p. 25).

As ciências humanas surgiram na segunda metade do século XIX devido às necessidades e problemas da sociedade e, uma das maiores mudanças veio com a Revolução Industrial. Através dela, surgem grandes progressos e inovações, mas, também, os problemas que toda essa revolução causou, principalmente para a sociedade. Sobre isso, Laville e Dionne (1999, p.53) nos afirma que: "de qualquer modo, os ritmos impostos pela revolução industrial e

pela vida urbana destroem ou transformam os antigos modos de vida e levam ao individualismo, assim como ao isolamento".

Com toda essa expansão e urbanização, à distância entre as camadas sociais tornam-se cada vez mais visíveis e desencadeiam os diversos problemas sociais. Parte daí, a necessidade de se desenvolver as ciências humanas para se tentar compreender e de intervir na ordem social da mesma forma que as ciências naturais tentavam dominar a natureza.

É nessa época que as ciências humanas nos dão, criando-os, redefinindo-os, os numerosos conceitos que hoje parecem indispensáveis a nossa inteligibilidade do real: industrialização, urbanização, democracia em sentido atual, capitalismo, ideologia, classe social, massa, proletariado, crise. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 54).

Somente a partir da segunda metade do século XX que as ciências humanas atingiram os padrões científicos que desde o início já prevaleciam na Europa. Essa defasagem se deu por dois motivos: o primeiro, diz respeito à não-autonomia do pensamento científico-racional em relação à ordem patrimonial e escravocrata dominante no Brasil durante o século IX e, com isso, era difícil que a ciência pudesse se desenvolver, pois não se podiam contrariar os interesses da elite dominante. Outro fator foi à resistência cultural aos fundamentos de uma concepção científica do funcionamento das instituições e da origem dos comportamentos humanos, própria do contexto dominado por valores e interesses religiosos e conservadores.

Kuhn (1992, p. 125) afirma que "... consideramos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior". Com isso, mostra que as revoluções científicas não ocorrem de forma cumulativa, mas sim pela ruptura das teorias até então adotadas.

Percebe-se que à medida que os problemas mudam, mudam também, os padrões que distinguem uma verdadeira solução científica de uma simples especulação metafísica. A tradição científica normal que emerge de uma revolução científica é não somente incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente incomensurável com aquela que a precedeu.

Kuhn (1992) põe em questionamento os princípios, teorias e conceitos que até então orientavam a investigação científica. Seu conceito de paradigma diz respeito ao que é compartilhado e aceito pela comunidade científica e coloca que no decorrer das análises podem acontecer erros, pois a ciência não é feita só de acertos e só assim é possível conseguir as inovações que já assistimos e que devem ser cultivadas continuamente pela comunidade científica.

O termo inovação vem sendo muito utilizado nos diversos setores do conhecimento. Percebe-se que estamos num turbilhão de acontecimentos a que podemos chamar de revolução científico - tecnológica. A inovação é um conjunto de ações – funções – pessoas num todo integrado e, para que um processo de inovação aconteça, é preciso analisar as informações que perpassam os diversos segmentos envolvidos.

No processo de inovação é importante verificar as estratégias que podem ser utilizadas, lembrando sempre que elas mudam de acordo com as alterações surgidas no mercado e devem ir de acordo com as necessidades das organizações.

No próximo item, pretende-se aprofundar um pouco mais o conceito de inovação e, posteriormente, abordar o que as novas tecnologias da informação vêm proporcionando na chamada sociedade da informação.

Inovação para a tecnologia da informação

Inovação pode ser definida, segundo Amabile (1996), como a implementação bem sucedida de idéias criativas, dentro de uma

organização; ou como o processo de trazer novas idéias – as idéias criativas mencionadas por Amábile.

Kanter et al (1998) propõe um modelo mais formal para o fenômeno de inovação. Essa autora parte das etapas envolvidas no micro-processo de geração de uma inovação para derivar fatores sociais e estruturais que a facilitariam, em cada etapa. De forma bastante resumida, seu modelo pode ser sintetizado observando-se cada etapa e essas condições. De acordo com Kanter, as fases principais do processo de inovação e seus determinantes são como seguem:

1. Geração de idéia e ativação de inovação;
2. Construção de coalizões;
3. Realização da idéia e produção da inovação e
4. Transferência e difusão do produto inovador desenvolvido na etapa anterior.

Tornatsky e Fleischer (1990) consideram que o processo de inovação tecnológica envolve o desenvolvimento e a introdução de ferramentas derivadas do conhecimento através das quais as pessoas interagem com seu ambiente.

Em uma organização, a inovação tecnológica é a introdução de novos produtos ou métodos de produção, uma nova forma de fazer as coisas. Ela pode ser considerada incremental, que seria apenas uma adequação em um processo já utilizado, e a radical, que abre oportunidades para a criação de novos processos ou produtos. Geralmente, as inovações tecnológicas radicais envolvem um nível maior de imprevisibilidade, justamente por se tratar de algo novo, desconhecido até então.

A inovação tecnológica pode envolver produtos e processos. Um exemplo de produtos seria a inserção de um novo carro no mercado e, no processo, uma nova forma de se fabricar o carro. Antes de se fazer uma inovação, seja ela incremental ou radical, é

preciso a realização de pesquisas de mercado para verificação da demanda deste produto e a verificação do ambiente econômico, juntamente com os aspectos socioculturais nos quais os consumidores estão inseridos.

Druker (1998) considera que a inovação deve ser uma prática sistemática e apresenta como fontes de informação: pesquisa e desenvolvimento, mudanças na percepção e novos conhecimentos.

A transição de um ambiente de pesquisa para um ambiente de produção requer um processo de aprendizagem organizacional específico. Um modelo de inovação deve considerar: o processo de inovação – suas etapas e suas características – bem como as condições sociais que o influenciam. Todas as etapas do processo de inovação são influenciadas pela capacidade das equipes na formação de sistemas de conhecimento e informação (Salomon e Engel, 1997).

Para identificação dos determinantes das vantagens competitivas pode ser feita uma análise dos direcionadores de custo e/ou da diferenciação. A idéia é identificar as oportunidades para aumentar o valor apropriado pela organização com as atividades desempenhadas. (Porter, 1985).

O processo organizacional é o modo pelo qual a empresa se estrutura e em que grau sua estrutura favorece a inovação. Um dos principais fatores é o aprendizado (Kim, 1997). Quanto mais a empresa for organizada para o aprendizado, mais chances terá de se capacitar tecnológica e inovativamente. Outro fator é a habilidade que a empresa tem de se reconfigurar, ou seja, de desenvolver as transformações necessárias exigidas num ambiente de rápidas mudanças, conforme argumenta Teece (1997).

A inovação foi tradicionalmente abordada enquanto resultado das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D e identificada como o avanço da ciência. Hoje se reconhece que a inovação é, antes de tudo, o resultado de um processo de aprendizagem organizacional e que os principais recursos

utilizados nesse processo são: a informação (sobre o avanço da ciência e tecnologia - C&T, sobre os mercados, os concorrentes, as regulamentações) e o conhecimento (as competências, o *know-how*, a P&D), em um ambiente organizacional favorável.

A complexidade crescente das tecnologias torna necessária uma grande diversidade de conhecimentos e informações para inovar. Esses recursos se encontram distribuídos em diferentes tipos de organizações (empresas, universidades, centros de pesquisa e governo). O sistema de inovação é formado por esses organismos e caracterizado pelas relações estabelecidas entre eles com o objetivo de promover a inovação.

No Brasil e, mais especificamente as empresas brasileiras, a preocupação com as questões relativas a informação e a inovação são em grande parte importadas, muitas vezes das matrizes. Há baixa atividade de inovação, falta de sistematização e continuidade das relações entre os atores da inovação no Brasil (universidades, empresas, órgãos governamentais).

Assim, a baixa conectividade do sistema de inovação brasileiro, caracterizada pela fragilidade dos fluxos de informação e de conhecimento no seu interior, está relacionada a baixa atividade de criação tecnológica de nossas organizações. Castells afirma que

Sem dúvida, desde o início dos anos 70, inovação tecnológica tem sido essencialmente conduzida pelo mercado: e os inovadores, enquanto ainda muitas vezes empregados por grandes empresas, em particular no Japão e na Europa, continuam a montar seus negócios nos Estados Unidos e, cada vez mais, em todo o mundo. (CASTELLS, 2003b, p. 107)

E é essa integração que faz das TIC um avanço para a sociedade contemporânea. No próximo item vamos abordar como as TIC podem auxiliar e ampliar as modalidades de interação e de comunicação, no contexto da cibercultura.

As tecnologias da informação na sociedade contemporânea

Toda a revolução científico-tecnológica introduziu profundas mudanças no mundo contemporâneo e já estão instaladas na economia e na sociedade do conhecimento. Um exemplo é a quebra de barreiras geográficas, propiciando maior rapidez e qualidade na comunicação e interação entre culturas e meios sociais. Constitui-se, agora um sistema global integrado, mas, como todo processo social, somente uma parcela da sociedade participa dele.

Segundo Dagnino (2002, p. 15), “... a tecnologia não deve ser tratada como uma variável isolada e independente da sociedade, e invocam o conceito de “sociedade tecnológica” para afirmar que todo o nosso sistema socioeconômico, cultural e político está impregnado de tecnologia”. O autor acrescenta ainda que “[...] o desenvolvimento da tecnologia está em grande medida associado às necessidades econômicas [...]”.

Na opinião de Rodriguez (2002, p. 105) “uma organização inserida na Sociedade da Informação, deverá tirar total vantagem do uso de modernas tecnologias da informação, para ganhar competitividade”. E do mesmo autor (2002, p. 97): “Os principais componentes de uma organização voltada para a sociedade da informação são: o hardware, o software e as pessoas. Enquanto que a sociedade do conhecimento está baseada nas pessoas e nos valores intangíveis.”

Com isso, verifica-se que de nada adianta colher, armazenar, tratar, manipular e interpretar dados, se não for aplicada com o sentido prático de gerar valor e vantagem competitiva. Pensando nisso, está se investindo cada vez mais em gestão do conhecimento.

Gestão do Conhecimento é, em seu significado atual, um esforço para fazer com que o conhecimento de uma organização esteja disponível para aqueles que dele necessitem dentro dela, quando isso se faça necessário, onde isso se faça necessário e na forma

como se faça necessário, com o objetivo de aumentar o desempenho humano e organizacional. (GORDON, 2001, p. 245).

Verifica-se, portanto, que a informação é apenas parte do conhecimento e que, se não for bem trabalhada, não terá valor dentro da organização. Para que este processo ocorra de forma satisfatória, é preciso que todas as pessoas estejam engajadas no processo, pois as melhores descobertas podem estar dentro do próprio ambiente de trabalho.

Seguindo os conceitos abordados por (Terra, 2001), em termos bastante práticos, a gestão do conhecimento implica, necessariamente, no:

- Desenvolvimento de competências inter-relacionadas nos planos estratégicos, organizacionais e individuais;
- Aceleração da geração de novos conhecimentos de valor competitivo;
- Aumento da colaboração entre funcionários;
- Facilitação do acesso dos funcionários às fontes de treinamento (*on-line* e *off-line*) informações e conhecimento;
- Descobrir Capital Intelectual e Conhecimento já existente na empresa;
- Gerar novas receitas com base no reuso de conhecimento / capital intelectual existente na empresa;
- Proteger o capital intelectual existente na empresa;
- Alavancar conhecimento existente na empresa e no ambiente externo para melhor servir os clientes;
- Melhoria do processo decisório tanto no nível gerencial, na produção e na linha de frente da empresa;
- Redução de custos e re-trabalho;
- Não reinventar a roda e
- Evitar atividades de baixo valor agregado.

Percebe-se que, para as empresas se manterem competitivas no mercado, devem saber utilizar as informações, ou seja, transformá-las em conhecimento com o apoio de todos os membros da organização. Os avanços das tecnologias da informação apoiados com aos novos conceitos da gestão do conhecimento facilitam esse processo.

A mais valiosa função da tecnologia na gestão do conhecimento é estender o alcance e aumentar a velocidade da transferência do conhecimento. A tecnologia da informação possibilita que o conhecimento de uma pessoa ou de um grupo seja extraído, estruturado e utilizado por outros membros da organização e por seus parceiros de negócios no mundo todo. A tecnologia ajuda também na codificação do conhecimento e, ocasionalmente, até mesmo em sua geração. (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 151).

Para Feenberg (2003, p. 11) “quando você escolhe usar uma tecnologia, você não está apenas assumindo um modo de vida mais eficiente, mas escolhendo um estilo de vida diferente [...], e uma vez que uma sociedade assuma o caminho do desenvolvimento tecnológico será transformado inexoravelmente em uma sociedade tecnológica, um tipo específico de sociedade dedicada a valores tais como a eficiência e o poder [...]”.

É importante deixar claro que as comunicações feitas através das tecnologias da informação não substituem a necessidade do contato pessoal. A avaliação das atividades desenvolvidas deve ser contínua de forma que se verifique o envolvimento e comprometimento do pessoal envolvido.

Outro fator que deve ser analisado é que todos os modelos criados com o auxílio das ferramentas de tecnologia de informação -TI só terão valor se tiverem a intervenção do capital humano, fator este, essencial para melhor compreensão do processo de levantamento dos dados, verificação do processo de inteligência e sua transformação em conhecimento. A partir disso, esse

conhecimento passa a ser estratégico e, se for devidamente analisado, poderá vir a ser inteligência que pode servir de base para o processo de tomada de decisão.

Verifica-se que a informação e o conhecimento constituem recursos econômicos fundamentais e, ancorado nas tecnologias de informação passam a servir de objeto da sociedade da informação.

Para o desenvolvimento social, político e econômico, faz-se necessário à disseminação do conhecimento que pode ser apoiado nas tecnologias da informação, propiciando uma grande quantidade de informações, principalmente pela Internet, de forma a facilitar a otimização dos processos e criação de novas formas de aprender e pensar.

Para Castells (2003a, p.10), “a internet é uma tecnologia particularmente maleável, suscetível de ser profundamente alterada por sua prática social, e conducente a toda a uma série de resultados sociais potenciais – a serem descobertos por experiência, não proclamados de antemão”. E ainda complementa que:

A elasticidade da internet a torna particularmente suscetível a intensificar as tendências contraditórias presentes em nosso mundo. Nem utopia nem distopia, a internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade. (CASTELLS, 2003a, p.11).

Com toda essa avalanche de informações e o grande volume de dados, faz-se necessário meios para o tratamento, armazenamento e recuperação dessas informações. Existem diversas ferramentas que podem ser utilizadas para a criação de banco de dados com recursos para buscas e monitoramentos de forma constante.

Dentre as abordagens, o que vem se destacando como recursos estratégico é a gestão do conhecimento.

Podemos observar que ao longo de vários séculos o papel do conhecimento para os indivíduos, para as organizações e para as sociedades mudou de vários modos, mudanças que se tornaram evidentes desde o início deste século, e aproximadamente desde 1960 e estão se tornando parte de uma grande revolução chamada algumas vezes de pós-modernismo. (WERSIG, 1993, p. 231).

Para o autor, essa mudança do papel do conhecimento tem quatro dimensões:

- Despersonalização e tecnologias de comunicação;
- Credibilidade e tecnologias de observação;
- Fragmentação e tecnologias de apresentação; e
- Racionalização e tecnologias de informação.

Com relação á credibilidade do conhecimento, verifica-se que anteriormente os métodos de observação e as tecnologias eram bastante simplificadas, fáceis de se provar alguma coisa. Mas, “... desde o início do século, as técnicas de captura do conhecimento – tecnologias, métodos de pesquisa, teorias – tornaram-se mais sofisticadas levando muitas áreas da ciência a uma situação onde o conhecimento produzido dificilmente poderia ser entendido ou provado por um punhado de pessoas no mundo”. (WERSIG, 1993, p. 231).

Segundo Wersig (1993, p. 232), “o universo do conhecimento está se desmembrando de forma crescente por muitas razões. Uma delas, certamente, é o absoluto volume, que torna impossível para qualquer pessoa acumular todo o conhecimento disponível”.

E ainda complementa que “... o conhecimento tem se tornado mais importante do que nunca. Uma das razões é que nosso mundo, devido ao crescimento do conhecimento sobre si e os efeitos do conhecimento para a organização das sociedades, tornou-se muitíssimo complexo e continua se tornando mais

complexo, em parte devido ao advento de todas as tecnologias destinadas a reduzir a complexidade do conhecimento”. (WERSIG, 1993, p. 233).

Para Buckland (1991, p. 358), “... o progresso da tecnologia da informação permite melhorias em nossa habilidade de fazer descrições físicas: as fotografias melhoraram em relação aos desenhos, as imagens digitais melhoraram em relação às fotografias”.

Essa transformação vem proporcionada à criação de um novo profissional: o profissional da informação. Tal profissional deve ter a capacidade de aprender a trabalhar de forma rápida e constante, em diversos sistemas e estar disposto a assumir riscos.

A gestão do conhecimento pode ser vista como o conjunto de atividades que busca desenvolver e controlar todo tipo de conhecimento em uma organização, visando á utilização na consecução de seus objetivos. Para isso, é preciso estabelecer políticas, procedimentos e tecnologias que sejam capazes de coletar, distribuir e utilizar efetivamente o conhecimento. (MORESI, 2001, p. 137).

De acordo com Moresi (2001), várias são as ações que devem ser executadas diariamente em atividades de gestão do conhecimento:

- Descobrir conhecimentos (experiências, práticas otimizadas) de modo que todo individuo possa usá-los no contexto dos papéis da organização;
- Assegurar que o conhecimento esteja disponível com oportunidade nos locais de tomada de decisão;
- Assegurar que o conhecimento esteja disponível com oportunidade sempre que for necessário no contexto dos processos organizacionais;

- Facilitar o desenvolvimento efetivo e eficiente de conhecimentos novos (aprendizado baseado em casos históricos);
- Assegurar que os conhecimentos novos sejam distribuídos a todos os segmentos da organização envolvidos em sua utilização;
- Assegurar que todo público interno da organização saiba onde os conhecimentos estão disponíveis e como acessá-los.

As empresas que queiram ter êxito num mercado sujeito a mudanças rápidas devem manter-se um passo à frente da concorrência, monitorando e reagindo a qualquer transformação. As redes de informática são vistas como forma de tornar isso possível; encurtam o tempo e a distância; ajudam a empresa a distribuir a produção pelo mundo inteiro. (...) Este novo e conceito e realidade resultam da internacionalização e globalização da economia da informação. McGARRY, (1999, p. 123).

Segundo Castells (2003b) um novo salto tecnológico permitiu a difusão da internet na sociedade em geral: a criação de um novo aplicativo, a teia mundial (world wide web – WWW), que organizava o teor dos sítios da internet por informação, e não por localização, oferecendo aos usuários um sistema fácil de pesquisa para procurar as informações desejadas.

Em fins da década de 90, o poder de comunicação da internet, juntamente com os novos progressos em telecomunicações e computação provocaram mais uma grande mudança tecnológica, dos microcomputadores e dos *mainframes* descentralizados e autônomos à computação universal por meio da interconexão de dispositivos de processamento de dados, existentes em diversos formatos. (CASTELLS, 2003b, p. 89)

É a partir do desenvolvimento da revolução da tecnologia na informação que a formação dos meios de inovação foram

descobertas, aplicadas e testadas em processos de tentativa e erro: aprendia-se fazendo.

Com a aceleração da cibercultura, cria-se a mediação entre o espaço público virtual e o espaço público global/local, sem limites geográficos ou de tempo. Ampliam-se os processos de (re) configuração e as novas formas de interação, evidenciando a ciberneticidade.

A cibercultura nasce nos anos 50 com a informática e a cibernética e começa a se tornar popular na década de 70 com o surgimento do microcomputador e se estabelece completamente nos anos 80 e 90, principalmente com o *boom* da internet. (LEMOS, 2004).

A cibercultura caracteriza-se por três leis fundadoras: a liberação do pólo de emissão, o princípio de conexão em rede e a reconfiguração de formatos midiáticos e práticas sociais. (LEMOS, 2004). Esses três pontos vão proporcionar uma mudança social na vivência do espaço e do tempo e os processos de re-mixagem contemporâneos. (LEMOS, 2006).

Na cibercultura é possível verificar novos meios e critérios de criação e criatividade, em que a idéia principal é a liberdade da informação, ou seja, a liberação do pólo de emissão, “tudo deve estar na rede”, de forma re-configurada, em que nada é substituído, mas aprimorado em busca de inteligências coletivas.

Lévy (citado por Lemos 2004d), afirma que a valorização da inteligência coletiva pode ser estimulada pelas novas tecnologias digitais e em rede. Tem-se a valorização dos capitais social, intelectual, cultural e técnico. Em conjunto esses capitais formam as competências e riquezas de uma localidade. A partir desse modelo, é possível se fazer uma análise em projetos de configuração de uma cibercidade.

O lema da cibercultura é “a informação quer ser livre”. (LEMOS, 2006, p. 54). Segundo Lemos (2004a) o atual sonho da cibercultura é a existência de uma nuvem de conexão pairando sobre nossas cabeças, podendo ser acessada de qualquer lugar. O

autor alerta também que o problema é ainda a falta de um modelo econômico, pois a demanda social existe.

Com a sociedade da informação é possível criar oportunidades para a utilização de novos métodos e técnicas para o processamento das informações. Isso pode ser mais bem trabalhado com os recursos tecnológicos, propiciando novas demandas ao poder público e, conseqüentemente, novas formas de interação com a comunidade.

O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação: é por isso que, voltando a moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação. (CASTELLS, 2003b, p. 54).

Para Castells (2003b) esse novo paradigma da sociedade da informação tem algumas características e, dentre elas podemos citar: a informação é sua matéria-prima; os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade; predomínio das lógicas de redes; flexibilidade; e crescente convergência das tecnologias.

É importante se promover a sociedade da informação visto que esse novo paradigma oferece novas perspectivas para os indivíduos, ampliando um novo modo de produção para a informação. Com isso, tem-se a possibilidade de criar novos conhecimentos gerados e utilizados pela sociedade.

Castells (2003b, p. 53-54) nos adverte que: “na verdade, conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação”.

Castells (2003b, p. 69) ainda complementa que “o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso”.

Com isso, percebe-se que as TIC não devem ser consideradas como ferramentas, mas processos que devem ser desenvolvidos para a criação e geração de conhecimento. A sociedade da informação acaba trazendo novas responsabilidades para os que desejam propor projetos que visam a diminuir a exclusão digital, pois a idéia é possibilitar a geração de novos conhecimentos para a sociedade.

Lemos (2004c, p. 11) afirma que “a cibercultura potencializa aquilo que é próprio de toda dinâmica cultural, a saber, o compartilhamento, a distribuição, a cooperação, a apropriação dos bens simbólicos e, ao instaurar uma cultura planetária da troca e da cooperação, estaria resgatando o que há de mais rico na dinâmica de qualquer cultura”.

A cibercultura acaba potencializando as diversas formas e circulação cultural baseada na troca de conhecimentos, na apropriação e no desenvolvimento do trabalho de forma coletiva e compartilhada, com novas maneiras de se relacionar com o outro e com o mundo.

Para Lévy (1999), o fato de o ciberespaço mundializar o consumo (de produtos e de informação) não é sinônimo de dominação. Pelo contrário, a característica principal desse novo meio de comunicação é que quanto mais universal, menos "totalizante" (ou totalitário).

Lemos e Cunha (2003) afirmam que podemos compreender a cibercultura como a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica que surgiram com a

convergência das telecomunicações com a informática na década de 70. A cibercultura é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais.

A cibercultura nasce do desdobramento da relação da tecnologia com a modernidade que se caracterizou pela dominação, através do projeto racionalista-iluminista, da natureza e do outro. (LEMOS e CUNHA, 2003).

A ampliação desse fenômeno ocorre com a internet. Temos a nosso dispor um número cada vez maior de informação e, como se sabe, ainda é para uma pequena parcela dos indivíduos. A partir disso, é preciso lutar para garantir acesso e condição para apropriação das tecnologias de informação e comunicação.

Para Lemos (2007, p. 4) “criar um território é se apropriar, material e simbolicamente, das diversas dimensões da vida. O Estado e as instituições tendem sempre a manter territórios como forma de poder e controle. Toda territorialização é uma significação do território (político, econômico, simbólico, subjetivo) e toda desterritorialização, re-significação, formas de combate a inscrição da vida em um “terroir”, “linhas de fuga”.

Nesse contexto, a cibercultura é uma cultura da desterritorialização em que os problemas de fronteira agravam as crises de controle e acesso. A internet é, efetivamente, máquina desterritorializante sob os aspectos político (acesso e ação além das fronteiras), econômico (circulação financeira mundial), cultural (consumo de bens simbólicos mundiais) e subjetivo (influência global da formação do sujeito). (LEMOS, 2007).

Segundo o autor o que tem feito do ciberespaço um mecanismo de liberação da emissão, de reconfiguração cultural e de sociabilidade coletiva em rede é a potência para a criação de linhas de fuga em um espaço de controle informacional. Essas linhas de fuga vêm obrigando a indústria do entretenimento e da cultura massiva a readaptações.

Um site é sempre uma territorialização ou uma desterritorialização, lugar de controle que pode ser uma linha de fuga

ao poder instituído, ou a reafirmação desse mesmo poder. Podemos dizer aqui que a cibercultura não apenas destrói hierarquias e fronteiras, mas também as institui em um processo complexo de des-re-territorializações. (LEMOS, 2007).

Compreender a cibercultura só é possível a partir de um pensamento móvel, que dê visibilidade a processos de mobilidade urbana, de cidades globais e nomadismos informacionais. Na cibercultura a rede passa a envolver os usuários e os seus objetos de forma conectada, modificando assim as formas de se produzir e consumir informação. A era da conexão é a era da mobilidade. (LEMOS, 2007, 2004a).

Lemos (2004b) afirma que o espaço urbano, na atual era da cibercultura, a cidade ciborgue é a cidade contemporânea permeada por espaços de fluxos de informações digitais planetárias e suas diversas tecnologias ligadas por redes telemáticas. Emergem da cidade-ciborgue questões como cidades virtuais, governo eletrônico, cibercidadania, exclusão e inclusão digital, ciberdemocracia, questões estas urgentes para a compreensão da cibercultura do século XXI.

Neste contexto, a informação ganha peso estratégico em busca de economias que possam flexibilizar, descentralizar para aplicação da gestão da informação para consumo e serviços baseados na construção do conhecimento. Seria o que Castells (2003b) chama de sociedade em rede. As tecnologias do ciberespaço alteraram drasticamente o significado de distância e de tempo instaurando uma nova forma de comunicação mundial. Para a transmissão de informação através do espaço, a distância torna-se secundária. (LEMOS, 2004b).

Lemos (2004b, 2004c) afirma que o espaço virtual não substitui o espaço físico, mas adiciona funcionalidades e que a cibercultura instaura uma cultura de compartilhamento e de trabalho colaborativo.

Os avanços tecnológicos acabam impondo uma reorganização constante, impulsionada pelas avalanches de

informação disponíveis na “rede”, mas isso não significa maior construção de conhecimento e de sentido.

Castells (2003b, p. 8) afirma que “a influência das redes baseadas na internet vai além do número de seus usuários: diz respeito também à qualidade de uso”. O autor ainda acrescenta que “cabe ao leitor filtrar, interpretar e usar, de acordo com seu próprio contexto, a contribuição analítica que posso oferecer com base em minha própria teoria e observação”. (CASTELLS, 2003b, p.12).

Para Castells (2003b, p. 442) “a comunicação mediada pela internet é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha tido a oportunidade de chegar a conclusões sólidas sobre seu significado social” (CASTELLS, 2003b, p. 442).

Segundo Couto e Fonseca (2005), o conceito de comunidade possibilita diversos enfoques na constituição teórica do homem e de seus relacionamentos sociais. Tal noção remonta aos primórdios da humanidade, considerando-se que o homem sempre buscou se associar a outros da sua espécie para suprir as diversas necessidades de sobrevivência (proteção mútua, convívio social, diversão, procriação e cuidado da prole).

Quando falamos em comunidade de aprendizagem, devemos levar em consideração o que a compõe: pessoas, objetivos, políticas comuns e TIC. Isso faz com que as pessoas compartilhem informações e interesses comuns.

Castells cita, entre outras coisas, que, como nas redes físicas pessoais, “os usuários da internet ingressam em redes ou grupos on-line com base em interesses em comum” (CASTELLS, 2003b, p. 444).

As transformações provocadas pela sociedade do conhecimento exigem das pessoas uma aprendizagem constante, disposição para trabalhar em equipe, superar desafios, resolver problemas complexos.

Uma distinção fundamental na análise da sociabilidade é entre os laços fracos e laços fortes. A Rede é especialmente apropriada para a geração de laços fracos múltiplos. Os laços fracos são úteis no fornecimento de informações e na abertura de novas oportunidades a baixo custo. A vantagem da Rede é que ela permite a criação de laços fracos com desconhecidos, num modelo igualitário de interação, no qual as características sociais são menos influentes na estruturação, ou mesmo no bloqueio, da comunicação (CASTELLS, 2003b, p. 445).

As transformações provocadas pela sociedade do conhecimento exigem das pessoas uma aprendizagem constante, disposição para trabalhar em equipe, superar desafios, resolver problemas complexos. Com isso, é nítido se perceber que essas interações possibilitam o envolvimento mais descompromissado, e claro, a efemeridade das amizades on-line.

Considerações Finais

Percebe-se que em todos os períodos da história, o homem necessitou de alternativas para resolução dos problemas que surgiam e assim, ter possibilidade de enfrentá-los sem serem derrotados pelas forças naturais. Não se deve esquecer que um dos principais objetivos da ciência é a compreensão das questões que circundam o mundo de forma que possa tentar controlar suas causas e efeitos para o bem da sociedade.

Resumidamente, a ciência, em toda a extensão histórica, tem hoje uma característica dialética, perpassando pelos dois lados da moeda: entre o desenvolvimento e suas conseqüências, das descobertas e as seqüelas deixadas, dos experimentos mal sucedidos para apropriação do conhecimento atual, fazendo com que o desenvolvimento da ciência sobreponha aos milagres das idades anteriores. Conforme colocado por Regis de Moraes (2002 p. 52), "... como toda obra humana, a ciência se mostra como uma síntese de opostos. Nela estão nossas glórias, como também nossas

misérias”.

Lê Coadic (1996, p.27) nos diz que “a informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento”.

As novas tecnologias vêm permitindo extrapolar as fronteiras de espaço/tempo, favorecendo assim, a velocidade da coleta e processamento das informações, interatividade em qualquer parte do mundo, cabe verificar como as pessoas distribuem e utilizam a informação de forma que vire conhecimento.

Por meio das tecnologias de informação é possível monitorar, coletar e analisar as informações tanto no ambiente externo como interno da concorrência oportunizando maiores e melhores escolhas no processo de tomada de decisão. Este monitoramento deve abranger os aspectos tecnológicos, científicos, técnicos, políticos, sociais, comerciais, focando o ambiente e a sociedade.

É por essa razão que se faz necessário favorecer uma ampla utilização das tecnologias de informação e comunicação nas atividades, com políticas que trabalhem com diretrizes que estabeleçam uma intrínseca relação entre a teoria e a prática.

Mediante a tudo isso, faz-se necessário implementar novas formas de comunicação e organização da informação, em espaços dinâmicos e interativos. Um exemplo seria os ambientes que giram em torno do que chamamos de ciberespaço que ampliam a disseminação da informação, criando novas formas de interatividade para a produção de conhecimento.

Tudo isso é pertinente visto que as sociedades contemporâneas já estão a exigir um novo tipo de indivíduo e de trabalhador em todos os setores sociais e econômicos: um indivíduo dotado de competências técnicas múltiplas, habilidade no trabalho em equipe, capacidade de aprender e de adaptar-se a situações novas.

Referências

- AMABILE, T. M. **Creativity in context**. Colorado: Westview Press. 1996.
- BUCKLAND, Michael. Information as Thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p. 351-360, 1991.
- CASTELLS, Manoel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003a.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 7. ed. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2003b.
- COUTO, E. S.; FONSECA, D. O. da C. L. Comunidades virtuais: herança cultural e tendência contemporânea. In: PRETTO, N. de L. (org.). **Tecnologia e novas educações**. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 53-67.
- DAGNINO, Renato. Enfoques sobre a relação Ciência, tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, dez. 2002. Disponível em <http://www.dgz.org.br> . Acesso em 15 março. 2009.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Campus, 1998. 237 p.
- FEENBERG, Andrew. O que é Filosofia da Tecnologia? , 2003. Disponível em <http://www-rohan.sdsu.edu/facult/feenberg/oquee.htm> . Acesso em 15 março. 2009.
- DRUKER, P. F. **The discipline of innovation**, Harvard Business Review, nov-dec, 1998.
- GORDON, G. **Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial: uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade: posfácio**. São Paulo: Negócio Editora, 2001. 315 p.
- KANTER, R. M.; KAO, J.; WIESERMA, F. **Inovação: pensamento inovador na 3M, Dupont, GE, Pfizer e Rubbermaid**. São Paulo: Negócio Ed., 1998.

KIM, L. **Imitation to Innovation-The Dynamics of Korea's Technological Learning**. EUA: Harvard Business School Press, 1997.

KUHN, Thomas Samuel. As crises e a emergência das teorias científicas. *In: A estrutura das revoluções científicas*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 257p. (série Debates – Ciência). p. 93 a 143.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. Ciências Humanas e Sociedade. *In: ____*. **A construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999. cap.3. p. 51-82.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 117p.

LEMOS, André. **Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura**. In: Médola, Ana Silvia; Araújo, Denise; Bruno, Fernanda. (orgs), *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática*, Porto Alegre, Sulina, 2007.

LEMOS, André. **Ciber-cultura-remix**. In: Araújo, Denise Correa. (org), *Imagem (ir) realidade: comunicação e cibermídia*. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 52-65.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 2 ed. Porto Alegre, Sulina, 2004.

LEMOS, André. **Cibercultura e mobilidade: a era da conexão**. *Comunicaciones Móviles*. In: Razón y Palabra, n. 41, Octubre/Noviembre, 2004a.

LEMOS, André. **Cidade Ciborgue. A Cidade na Cibercultura**. In: Galáxia. Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica e Cultura., n. 8 outubro de 2004. PUC-SP, São Paulo, EDUC: Brasília, 2004b.

LEMOS, André. **Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma cultura “Copyleft?”**. In: *Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura*, FACOM/UFBA, Salvador, vol 2, n. 2, p. 9-22, dez 2004c.

LEMOS, André. **Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva**. In: Lemos, André. (org). *Cibercidade. As cidades na cibercultura*. Rio de Janeiro, ed. E-papers., 2004d, p. 19-26.

LEMOS, André.; CUNHA, Paulo (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, 2003. p. 11-23.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1999.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 206p.

MORESI, E.A.D. Gestão da Informação e do Conhecimento. TARAPANOFF, Kira (org). **Inteligência Organizacional e Competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 111-142.

PORTER, M.E. **Competitive Advantage**, New York: The Free Press, 1985.

REGIS DE MORAIS, J.F. **Filosofia da Ciência e da Tecnologia**. 7ª Edição. Campinas: Papirus, 2002. 180p.

RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, M. V. **Gestão do conhecimento nas empresas**. Rio de Janeiro : E-papers Serviços Editoriais, 2002. 272 p.

SALOMON, M. L. E ENGEL, P.G.H. **Networking for innovation**: a participatory actor-oriented methodology. Amsterdam: Royal Tropical Institute, 1997.

TERRA, J. C. C. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial: uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade. São Paulo : Negócio Editora, 2001. 315 p.

TEECE, D. J.; PISANO G., SHUEN, A. **Dynamic Capabilities and Strategic Management**. Strategic Management Journal, vol 18:7, pp. 509-533, 1997.

TORNASTSKY, L.G.; FLEISCHER, M. **The process of Technological Innovation**. Massachusset: Lexington Books, 1990.

WERSING, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, v. 29, n.2, p. 229-239, 1993.

* Todas as traduções deste artigo são de responsabilidade da autora.

CAPÍTULO 5

CULTURA, COMUNICAÇÃO E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Maria Lúcia Adriana Silva Gomes¹

Rodrigo Barbosa e Silva²

Introdução

Da prensa de Gutenberg aos *smartphones* do século do século XXI, muita coisa mudou nos processos comunicacionais entre seres humanos. É inegável que essas mudanças, cada uma a seu modo e a seu tempo, foram fatores preponderantes na formação cultural da sociedade e também afetaram a construção da identidade coletiva dos indivíduos contemporâneos a elas.

Dentro dessa perspectiva, esta pesquisa pretende refletir de que forma as novas tecnologias na área de comunicação, que possibilitaram a aquisição da informação sobre os mais variados temas por um número maior de pessoas, afetam culturalmente a sociedade atual.

O estudo em questão tomará como base os conceitos de cultura e identidade e comunicação, dessa maneira, faz-se necessário, a priori, entender a inter-relação entre eles e ainda buscar a compreensão de como os três são afetados pela constante evolução tecnológica vivenciada pela humanidade no decorrer da história.

¹ Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2010) e pós-graduação *latu sensu* em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos. E-mail: dricasgomes@gmail.com.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Marília (1999), mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2003) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2012). Atualmente é professor do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) e professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), onde coordena o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e é líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Transversalidade. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

Conceituando cultura

A raiz da palavra cultura apresenta definição bastante simples, vem do latim *colere* que significar cultivar, e estava associada originalmente às atividades agrícolas (SANTOS,2006;CUCHE, 1999 apud SIQUEIRA e SIQUEIRA, 2007). No entanto, a despeito de seu significado original, a definição de cultura tornou-se algo de uma complexidade tamanha, capaz de gerar conceituações em diversas áreas do conhecimento, quais sejam: antropologia, filosofia, sociologia, semiótica, entre outras.

Foram os romanos os primeiros a ampliar o sentido do termo, empregando-o para “designar o desenvolvimento de uma faculdade humana da mesma forma como se cultivava o solo” como explica Siqueira (2007), tornando-se sinônimo de “refinamento, sofisticação pessoal [do pensamento], educação elaborada de uma pessoa” (SANTOS, 2006, p.27).

No tocante a essa problemática de se estabelecer um julgamento consensual para o termo, Santaella (2003, p.27) afirma que não há palavra mais difícil de ser definida, “dificuldade que resulta não da falta de definições, mas do excesso”.

O ápice dessas discussões em torno da busca desse conceito se deu com maior intensidade no século XIX, momento em que se percebeu a necessidade do estabelecimento de uma concepção mais científica, com a finalidade principal de compreender as nações conquistadas, assim como, pela importância do momento histórico pelo qual passava o Velho Mundo nesse ínterim. A Europa vive no período, uma fase de muitas transformações na forma do pensamento, rompendo com a visão estritamente religiosa da origem do homem, e em sua organização social, frutos da revolução industrial vivida ao longo do século XVII e regidas pela expansão mundial do capitalismo (COTRIM, 1996; SANTOS, 2006).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi eleito um conceito de cultura proveniente da antropologia, área do conhecimento que entende cultura como a relação entre o ser humano e o meio em que vive (GEERTZ, 1989). Desta forma, para fins deste trabalho, tem-se que cultura é um “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR *apud* LARAIA, 2008, p.25).

Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que as características culturais de um povo não são inatas. Cultura é uma aquisição. Harris (1969) endossa esse posicionamento ao compreender cultura como um processo de aprendizado, no qual o indivíduo adere determinados padrões de comportamento ao sabor da estrutura social que ele participa.

“Nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança no ambiente resulta numa mudança de comportamento” (HARRIS, 1969 *apud* LARAIA, 2008, p.26).

Santos (2006) corrobora salientando que não há um indivíduo sequer desprovido de cultura, isso porque ela surge do processo de interação entre os membros de uma sociedade. E esse processo está ligado à maneira de organização social; ao conhecimento de cada membro sobre essa organização; como também à transmissão dessa organização para as gerações posteriores.

Kroeber *apud* Laraia (2008, p. 43) acrescenta que cultura, vista por esse viés, é própria dos seres humanos, ao que ele exemplifica ao ilustrar que se um cachorrinho for criado por uma gata, em meio a outros filhotes de gato, desde o nascimento, ele, ao tornar-se adulto, não vai miar, ou lambear os pelos para higienizar-se, nem muito menos enrolar-se nas pernas do dono como farão aqueles com os quais foi criado. Em contrapartida, uma criança

nascida na França, filha de pais franceses, adotada logo após o nascimento por um casal de chineses, que a criem como filha, se tornará uma adulta com hábitos autenticamente asiáticos e não falará “nem uma só palavra de francês, mas o puro chinês, sem um vestígio de sotaque”.

Laraia (2008) traz em sua obra outro esclarecimento de Kroeber, que ratifica a ideia de que cultura é adquirida e não inata. Este último esclarece que não obstante sua importância vital, o equipamento biológico do homem não é, apesar de ser comum a todas as pessoas, fator cultural. Todavia o é, por exemplo, a maneira como cada grupo satisfaz suas necessidades fisiológicas (comuns a todos os indivíduos da espécie humana), sendo elas alimentação, descanso, sono, sexo, excreção, definidas pelo psicólogo americano Abraham Maslow como a base hierárquica das necessidades do homem (MASLOW, 195? *apud* CASTRO, 2008).

COMUNICAÇÃO E CULTURA NA CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL

Assim sendo, tem-se que a personalidade social do indivíduo é determinada por fatores externos e adquirida por meio de um processo de aprendizado, que os antropólogos denominam endoculturação. E essa aprendizagem só é possível se estiver balizada em dois pilares que fundamentam o conceito antropológico de cultura, daí se configuram de grande relevância para este estudo (LARAIA, 2008).

O primeiro desses pilares é a comunicação, que atrelada à cultura são elementos que constituem a identidade do ser humano e o diferencia dos outros seres vivos. Não há como analisar cultura e ignorar a comunicação, da mesma forma que comunicação não pode ser compreendida como fenômeno isolado, “é necessário considerá-la integrada às relações culturais, não é possível desvinculá-la da cultura” (PINTO, 2000, p.5). É bem verdade que a forma de comunicar cultura pode variar dependendo do período

histórico e do grupo na qual está inserida, todavia a comunicação é elemento imprescindível. Isso acontece dada a natureza dinâmica da cultura, como concordam Geertz (1989). Laraia (2006), Santaella (2003), Santos (2006) e Siqueira, D; Siqueira, E (2007).

Carneiro (2009) assinala que a comunicação humana se diferencia da dos demais animais pelo seu caráter simbólico. Santaella (2003, p.65) concorda e ressalta que a linguagem permite que o homem planeje e programe o futuro, incitando-o a “projetar e corrigir o que fez ontem”. Chadin (1986 apud CORREIA, 200?) complementa ao chamar de capacidade reflexiva, essa faculdade humana de “não mais apenas conhecer, – mas conhecer-se; não mais apenas saber, mas saber que se sabe”. E Laraia (2006, p. 95) arremata elucidando que os homens têm a capacidade de questionar seus próprios hábitos e modificá-los.

Diante do exposto até aqui é possível constatar que processos culturais são mediados por comunicação. Constatação essa, reforçada pela seguinte afirmação de Santaella (2003, p.65): “toda e qualquer apreensão do mundo se dá inelutavelmente pela mediação da linguagem”. Januário (2005, p.15) também é guiado por essa mesma percepção, segundo ele, cultura equivale a “compartilhar conhecimento”. E esse compartilhar só é possível por meio da comunicação.

E a comunicação, por sua vez, apesar de está entrelaçada à cultura, é tratada por Berlo (2003) como um processo independente. Entende-se aqui processo “como qualquer fenômeno que apresente contínua mudança no tempo” (ALONSO, 2002 apud REIS). Dentro desse contexto, Berlo (2003, p.25) explica que é adequado analisar a comunicação como processo, porque ela “não é coisa estática, parada. É móvel.”

O processo da comunicação proposto por Berlo (2003) aponta seis ingredientes indispensáveis para sua composição. São eles: 1) Fonte: parte que origina a mensagem; 2) Mensagem: idéia a ser transmitida; 3) Codificador: módulo que transforma a idéia a ser transmitida em sinais para compor a mensagem; 4) Canal:

condutor da mensagem; 5) Decodificador: módulo que traduz e dá sentido a mensagem àquele que a receberá; 6) Receptor: parte que recebe a mensagem.

Entendendo isso, é possível concluir, por exemplo, que o ‘diálogo’ entre um *youtuber* - indivíduo que se utiliza do site *Youtube* especificamente para compartilhar vídeos sobre os mais variados assuntos, geralmente produzidos e estrelados por si próprio (CAMBRIDGE ADVANCED LEARNER’S DICTIONARY & THESAURUS) - e os seguidores do seu canal representa uma extensão do processo comunicativo do ser humano, resultante dos avanços culturais e tecnológicos vivenciados na sociedade. Pode-se dizer que é uma versão amplificada daquele processo da comunicação concebido por Berlo, no qual podem ser percebidos todos os seis elementos, mas, dispostos em uma dimensão espacial bem maior que a da comunicação interpessoal.

O segundo pilar sustentador do conceito antropológico de cultura, segundo Laraia (2006), é a faculdade do ser humano de produzir instrumentos que aperfeiçoem seus processos biológicos e otimizem as condições de vida em seu hábitat.

Tal capacidade criativa humana deu origem a diversas fases tecnológicas da sociedade, acarretando em uma séria de mudanças culturais, cada uma a seu tempo. Pode-se dizer que essas fases vêm evoluindo desde os períodos pré-históricos do homem, Paleolítico e Mesolítico (500.000 A.C. à 18.000 A.C): fase em que ele começa a dominar a natureza, fabricar utensílios, usar trajes para se proteger do frio, usar o fogo e, dentre outras coisas, desenvolver a linguagem para se comunicar; até chegar ao digitalizado e interativo século XXI (FÓTON DROPS, 2008). Todavia, a evolução tecnológica na qual se vive hoje começou a ser mais intensa entre os séculos XVIII e XIX, justamente no período em que as discussões em torno dos conceitos de cultura iniciaram seu processo de sistematização. Santaella (2003, p.196) traduz esse momento:

Se antes da Revolução Industrial, as relações entre homem e máquina eram ainda incipientes, limitando-se a truculentos artefatos, do tipo de uma catapulta, ou a instrumentos, tais como os de tortura, o relógio e alguns instrumentos de medida e de pesquisa como o telescópio, a partir [desse período], esse cenário começou a passar por profundas e crescentes transformações.

Tais inovações tecnológicas também foram percebidas no campo da comunicação, os meios daí pra frente só evoluiriam. Fascioni e Vieira (2001) relatam que apesar dos tipos móveis de Gutenberg terem surgido em meados do século XV, somente com a Revolução Industrial é que vieram as transformações mais significativas, tais como o advento das prensas a vapor em 1869, que substituíram os operadores manuais, e do equipamento de fotocomposição em 1950, que permitiu, entre outras coisas, a sobreposição de imagens e textos.

Todo esse frenesi tecnológico que envolveu os meios de produção e de comunicação incitou mudanças no aspecto cultural de toda a sociedade. Causa que pode ser explicada ao citarmos Fábio Gomes, quando diz que “cada novo meio de comunicação propicia o aparecimento de um correspondente ciclo cultural” (2005, p.6). No final do século XIX as mudanças são tão representativas que Pinto (2000, p.37) chega a considerar o período como uma das épocas mais exuberantes da história mundial.

Regiões do globo se comunicam através do telégrafo; o telefone facilita os contatos humanos; realizam-se com êxito os experimentos cinematográficos, a imprensa se transforma em empresa capitalista; a propaganda estimula o consumo; aparecem os primeiros automóveis, mudando as estruturas urbanas; por fim o homem inicia a grande aventura pela conquista do espaço.

E é claro que o Brasil não ficou imune à Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra que permeou e influenciou o mundo inteiro. Foi com a vinda da família

real portuguesa em 1808, motivada pelos ataques do Império Napoleônico francês a Portugal e pela crise econômica vivida pela monarquia por causa do avanço da nova ordem econômica mundial baseada no capitalismo, que a antiga colônia tomou parte de todas essas mudanças tecnológicas e culturais que o Velho Mundo estava vivenciando (COTRIM, 1996).

Aliás, D. Pedro II foi um grande interessado e importante incentivador das ciências e das novidades tecnológicas. Foi por intermédio dele, por exemplo, que o telefone chegou em solo brasileiro, apenas um ano após a invenção ter sido patenteada por Alexander Graham Bell. “O interesse do imperador pelo aparelho foi tanto que ele se tornou a primeira pessoa a comprar ações da ‘Bell Telephone Company’, companhia de Bell e também um dos primeiros donos do equipamento no mundo” (PORTAL DO PLANALTO, 2015).

AS FACES DA CULTURA NA ERA DA TECNOLOGIA

Mas voltando a falar em cultura, essa evolução tecnológica que o mundo vivencia de tempos em tempos, tanto nos meios de produção quanto nos meios de comunicação, também transforma as relações humanas e intensifica os abismos sociais. Dessa maneira, torna-se impossível discutir cultura e ignorar suas subdivisões, traçadas a partir das relações de domínio existente em toda sociedade, acentuada ainda mais com a expansão do capitalismo.

Dentro desse contexto, Domingues (2008) esclarece que inicialmente a palavra era utilizada apenas referindo-se a “alta” cultura, ou seja, não havia divisão, cultura somente estava relacionada ao conhecimento erudito detido por uma pequena fatia da sociedade, as classes dominantes. Entretanto a própria elite, concebeu o conceito de cultura popular, antônimo utilizado para designar os elementos da “baixa” cultura, entendidos como

inferiores, atrasados e empreendidos pela maior parte da população, as classes dominadas.

Entretanto, o conceito que subdivide a cultura que será observada com mais atenção por esta pesquisa é a cultura de massa, a qual — na avaliação de Santos (2006, p.66) — é contemporânea ao advento dos primeiros meios de comunicação como o cinema, o rádio e a televisão e surgiu também a partir de uma concepção elitista,

[...] onde as instituições dominantes têm de prover e até mesmo criar as necessidades de multidões e de seus participantes anônimos, da mesma forma que desenvolvem mecanismos eficazes para controlar essas massas humanas, fazê-las produzir, consumir e se conformar com seus destinos e sonhos.

Tais subdivisões só acentuam o caráter dinâmico e criativo de cultura, Anchieta (2009) destaca que o sentido do conceito muda juntamente com as diferentes transformações sociais. E ainda segundo a autora, essas transformações foram decisivas na mudança das significações culturais. Os conceitos de erudito e popular perderam a força diante da cultura de massa, haja vista que “os meios de comunicação potencializaram o conhecimento do que era distante” (ANCHIETA, 2009, p.56).

Outra que também partilha desse mesmo pensamento é Figueiredo (2008, p.42), a autora considera a cultura de massa “como ponto de intersecção entre a erudita e a popular”, por estar associada a elementos “consumidos” por grande parte da sociedade e de diferentes classes.

Canclini (2006) também contrapõe essa subdivisão em camadas: erudita, popular e massiva, apresentado a concepção de cultura híbrida. Zilá Bernd (2005), fazendo referência a Bakhtin (1978), define híbrido como pontos de vista que não se misturam, mas se cruzam dialogicamente.

Assim, a cultura híbrida proposta por Canclini (2006) demonstra que em vez de serem categorizados, os elementos culturais devem ser analisados em um universo integrado. Podendo fazer parte de contextos sociais díspares sem perder sua essência caracterizadora. Porto (2005, p.48) traz em seu trabalho um exemplo que torna mais palpável o pensamento de Canclini (2006). Ao analisar matéria jornalística que versa sobre uma apreciação acadêmica em torno do *Manguebeat* – movimento musical pernambucano caracteristicamente popular, a autora aborda justamente essa inter-relação que existe hodiernamente entre os centros de cultura escolarizada, “pólo da dita cultura erudita”, e a cultura considerada inferior.

Anchieta (2009, p.56) apresenta outro exemplo que reafirma esse perfil híbrido da cultura, aponta que a cerca que separava erudito, popular e massivo estão sendo derrubadas e novas peculiaridades atribuídas ao termo. A autora traz a tona uma provocação, o qual afirma categoricamente que “a música de um Pixinguinha – negro, pobre, com pouca educação formal – é elitista”, e incorpora a ela ingredientes que encaminham ainda mais ao entendimento dessa hibridação, questionando sobre como classificar Maria Bethânia e Adriana Calcanhoto, clássicos da música popular brasileira, interpretando, respectivamente, clássicos de Zezé Di Camargo e Luciano e Claudinho e Buchecha, ambos ídolos das camadas mais baixas da população.

Canclini (2006) explica ainda que esse processo de hibridação cultural não foi gerado apenas pelas mudanças nos moldes de produção e tecnologia, mas também por outro fator igualmente responsável: a grande aglomeração do homem moderno nos centros urbanos. Acerca disso, cita o exemplo de cidades latino-americanas que no início do século XX abrigavam apenas 10% da população do país e tiveram esse número acrescido para 60 ou 70% de umas três décadas para cá.

O hibridismo de Canclini (2006) toma dimensões ainda mais complexas quando levadas ao âmbito das cidades, tendo em vista

que aqui aparece outro termo a envolver o sentido de cultura, o deixando ainda mais gelatinoso: a indústria cultural, que atribui às relações sociais novas nuances, incisivas para a formação de uma sociedade na qual a cultura passa a ser assimilada como produto.

Herom Vargas (2004, p.1) explica que esse aspecto é proveniente de algo que ele denomina como “lógica mercantil do capitalismo”. Dentro dessa perspectiva, Siqueira, D. e Siqueira, E. (2007, p. 4) trazem à discussão uma previsão de Karl Marx que muito contribui para a elucidação sobre essa relação entre capitalismo e indústria cultural: “[...] sob a égide do capital tudo ganha ares de mercadoria” (grifo nosso). Abdallah, Amorim e Garcia (2005) compactuam do mesmo pensamento de Marx e assinalam que a expansão do mercado produtor e consumidor infundiu mudanças cruciais na sociedade e impôs a esta uma cultura estandardizada.

Ou seja, a indústria cultural, desde seu início, tem se encarregado de construir um simulacro formado de recortes de formas simbólicas locais e regionais. Mesmo as manifestações culturais que não são produzidas com intenção mercadológica são logo apropriadas por esse jogo. A capoeira, luta africana reinventada na Bahia, nunca desejou chegar ao cinema hollywoodiano, no entanto, foi levada para lá pela sumidade dos *blockbusters* de Jean-Claude van Dame (ABDALLAH; AMORIM; GARCIA, 2005, p.3).

Balizado nessa ilustração, entende-se Indústria Cultural como “uma forma de mercantilização da cultura de forma vertical, autoritária, que procura adaptar as mercadorias culturais às massas e as massas a essas mercadorias” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985 apud BARBOSA, 2004). Sendo que, ‘massas’ nesse contexto significa a homogeneização das classes sociais, como explica Barbosa (2004), que destaca também o poder de sedução que a indústria cultural detém. Segundo ela, o processo de

massificação atinge tanto indivíduos das classes mais altas, quanto das classes mais baixas.

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer (2002, p.15) estabelecem que “o mundo inteiro é forçado a passar pelo crivo da indústria cultural”. Sendo possível porque o poder que ela exerce sobre os indivíduos é mediado pelo divertimento oferecido pelos seus diversos produtos. A sensação de bem-estar provocada por esse divertimento é, na visão dos autores, o que neutraliza qualquer resistência em relação ao que é submetido ao consumo dos indivíduos. “Divertir-se significa estar de acordo [...], significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra” (Adorno e Horkheimer, 2002, p.41).

COMUNICAÇÃO DE MASSA E A INTERNET

Santos (2006) atribui aos meios de comunicação de massa a disseminação dessa cultura homogênea arquitetada pela lógica da indústria cultural. Todavia, se opõe a essa concepção de conformismo inquestionável por parte das massas. A indústria cultural, apesar ser reconhecidamente produtora de visões de mundo de diferentes atores em camadas distintas da população, não está imune ao que o autor chama de “contradições da vida social” (SANTOS, 2006, p.70). As massas são compostas de membros pertencentes a realidades sociais díspares, em muitos casos com históricos e tradições que, apesar da interferência dos meios de comunicação de massa, são conservados internamente pelos indivíduos.

Além disso, os interesses e motivações pessoais, forjados na educação familiar, religiosa ou acadêmica, são fatores que podem influenciar na adesão ou não aos produtos da indústria cultural. É necessário avaliar com cuidado essa sedução irresistível, pois os indivíduos não são massa o tempo todo. Um mesmo ator social está vinculado a inúmeros grupos sociais, nos quais desempenham

papéis que exigem dele tomadas de decisões diferenciadas em resposta estímulos comuns.

Com o surgimento e popularização da internet essas transformações sociais e culturais tomam novos rumos e proporções, como sintetiza Lévy (1999, p.32):

No final dos anos 80 e início dos anos 90, um novo movimento sócio-cultural originado pelos jovens profissionais das grandes metrópoles e dos campus americanos tomou rapidamente uma dimensão mundial. Sem que nenhuma instância dirigisse esse processo, as diferentes redes de computadores que se formaram desde os final dos anos 70 se juntaram umas às outras enquanto o número de pessoas e de computadores conectados à inter-rede começou a crescer de forma exponencial. Como no caso da invenção do computador pessoal, uma corrente cultural espontânea impôs um novo curso ao desenvolvimento tecnocômico. As tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento.

A chamada “Geração Z” (TAPSCOTT, 2010 apud CERETTA;FROEMMING, 2011) que nasce nesse período marcado pela cibercultura, tão bem descrito pelos estudos de Lévy (1999), é afetada pela força da evolução tecnológica de seu tempo, possui costumes e formas de se relacionar com o meio e com o outro totalmente diferente da geração de seus pais, por exemplo. É fortemente caracterizada pela utilização de meios virtuais para se comunicarem e obterem informações do mundo ao seu redor e das pessoas com que convivem diariamente.

Tapscott (2010 apud CERETTA;FROEMMING, 2011) explica que essa geração nasce a partir de 1989 e já com essa realidade, ou seja, a vida é apresentada a eles com toda a gama tecnológica (que abrange internet, *smartphones*, sites de busca, redes sociais entre outros) já posta. Como constatam Ceretta e Froemming (2011,

p.19): “esses adolescentes da Geração Z nunca conceberam o mundo sem computador, chats e telefone celular”.

A maneira de levar a vida dessa nova geração causa estranhamento nas pessoas que não nasceram na era digital, levando muitos pais e até professores a considerar que a juventude de hoje não sabe aproveitar a vida. Entretanto, Meyer (2014) frisa que não se pode comparar gerações, tendo em visto que “as coisas” estão mudando cada vez mais rápido. No que diz respeito à tecnologia, considera que o mundo está caminhando para ser cada vez mais dependente dela e que as mudanças serão cada vez mais aceleradas.

Um exemplo que se pode levar em consideração para entender melhor a previsão do autor, é o computador de mesa, ou PC como é conhecido popularmente, a sigla é do inglês *personal computer*. Na década de 90 ele era o sonho de grande parte dos brasileiros, atualmente, os celulares *smartphones* fazem tudo que eles faziam, só que com mais agilidade, e com a vantagem de poder ser levados no bolso para qualquer lugar. Resultado: segundo dados do IBGE, em 2014 o celular estava em 80% das casas brasileiras e os PCs em 76,6% (GOMES, 2016). Outra pesquisa, só que essa do Comitê Gestor da Internet, também do ano de 2014, revelou que 82% dos adolescentes entre 9 e 17 anos acessaram a rede mundial de computadores por meio de telefones móveis, enquanto 56% navegaram utilizaram os dispositivos fixos (MELLO, 2015).

Diante do exposto, é possível compreender que tecnologias estão surgindo e se tornando obsoletas em menos tempo do que em outras épocas, entretanto, cada uma delas deixa marcas na sociedade, de forma a influenciar suas relações e até sua maneira de ver o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões levantadas neste trabalho, pode-se concluir que comunicação e cultura são influenciadas pelas tecnologias vivenciadas pela sociedade no decorrer de sua evolução histórica. O homem, como ser dinâmico e adaptável às mudanças, é capaz de transformar o meio em que vive por meio dos conhecimentos que adquire com capacidade de reflexão que possui.

Essas transformações ocorreram ao longo do tempo, na medida em que o ser humano evoluiu nas formas e condições com as quais estabeleceu a comunicação com seus pares. Ao que parece, diminuir a distância entre pessoas e povos constituiu, por muito tempo, objeto de desejo da humanidade, mesmo que se fizesse isso de forma inconsciente sob o pretexto de conquistar novos mercados e rotas de comércio.

A pesquisa ora realizada revelou que os meios de comunicação de massa surgiram para atender determinadas demandas da sociedade moderna. De acordo com as revoluções socioculturais e tecnológicas vivenciadas em cada período, a forma de produzir conteúdo e de trabalhar a informação sofreu grande impacto, além disso, estudos realizados na área que contribuíram sobremaneira no aperfeiçoamento da comunicação como ciência.

O homem, como ser cultural, é constantemente transformado em suas relações sociais. Toda informação que recebe é assimilada e, a partir dela, não se tem mais o mesmo receptor. Nessa media, os processos comunicacionais mudaram e moldaram o “ser” e o “estar” dos povos e fizeram surgir uma nova cultura. Tudo isso é cíclico, com certeza, a partir do conhecimento de novas expressões de realidade, aquilo que hoje é considerado inovador se tornará ultrapassado.

Referências

- ABDALLAH, Paloma; AMORIM, Gabriela; Garcia, RODRIGO. **Cultura: um produto economicamente homogeneizado**. Artigo apresentado no V ENLEPICC - Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Faculdade Social da Bahia. Salvador: BA, 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/PalomaAbdallah.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2009.
- ANCHIETA, Isabelle. Jornalismo cultural: por uma formação que produza o encontro da clareza do jornalismo com a densidade e a complexidade da cultura. In: AZZOLINO, Adriana Pessatte (Org.). **Sete Propostas para o Jornalismo Cultural: reflexões e experiências**. São Paulo: Miró Editorial, 2009, p. 53 - 68.
- BARBOSA, Marisa Geralda. **Algumas considerações acerca da indústria cultural: suas potencialidades politizadoras e reprodutoras**. In: REVISTA URUTÁGUA – REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR (CESIN-MT/DSC/UEM), n.5. Maringá: PR, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//005/14soc_barbosa.htm>. Acesso em 03 mai. 2009.
- BERLO, David K. **O Processo da Comunicação: Introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BERND, Zilá. **Híbrido**. E-dicionário de Termos Literários Carlos Ceia. 2005. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/H/hibrido.htm>>. Acesso em 16 abr. 2009.
- CAMBRIDGE ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY & THESAURUS. Disponível em: <<http://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/youtuber>>. Acesso em 10 out 2016.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CASTRO, Paulo Vieira de. **Maslow não conheceu a Sociedade de Consumo e isso faz toda a diferença!** 2008. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/central/opiniaio/2008/maslow>>. Acesso em 16 abr. 2009.

- CERETTA, Simone Beatriz; FROEMMING, Lurdes Marlene. **Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente.** Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar - RAUnP, ano III, n. 2 - abr./set. 2011. Disponível em: <file:///D:/User%20Cliente/Downloads/70-325-1-PB.pdf>. Acesso em 10 dez 2016.
- COTRIM, Gilberto. Revolução Industrial e Lutas Proletárias. In: **História e Consciência do Mundo: da Idade Moderna ao mundo atual**, 1 grau, vol. 2, p. 72 - 81. São Paulo: Saraiva. 1996.
- DOMINGUES, Petrônio. **Cultura popular e cultura erudita: as construções de um conceito na produção historiográfica.** 2008. Disponível em: <http://gpcir.sites.uol.com.br/ce/petronio.pdf> Acesso em: 22 abr. 2009.
- FIGUEIREDO, Rúbia Medeiros. **Revista Bravo!: estudo comparativo do jornalismo cultural frente às pressões de mercado.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - UMESSP. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.metodista.br/poscom/cientifico/publicacoes/discentes/art/artigo-0039/>. Acesso em 07 nov. 2008.
- FÓTON DROPS - INFORMATIVO SOBRE USOS DA TECNOLOGIA MULTIMÍDIA, 004, set 2008. **Evolução da Comunicação Humana e dos Meios de Comunicação.** Disponível em: <http://www.foton.com.br/drops/004.html>. Acesso em 22 abr. 2009.
- FREITAS, Eduardo De. **Primeira Revolução Industrial.** Brasil Escola, 200?. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/primeira-revolucao-industrial.htm>. Acesso em 14 de abril de 2016.
- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMES, Fabio. **Jornalismo Cultural.** Porto Alegre: Brasileiro, 2005. Disponível em: <www.jornalismocultural.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2008.
- GOMES, Helton Simões. **Smartphone passa PC e vira aparelho nº 1 para acessar internet no Brasil.** 06/04/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/smartphone-passa-pc-

e-vira-aparelho-n-1-para-acessar-internet-no-brasil.html>. Acesso em 01 dez 2016.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **A Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação das massas**. In: ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. Seleção de textos: Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 7 - 74.

JANUÁRIO, Marcelo. **O Olhar Superficial: As transformações no Jornalismo Cultural em São Paulo na passagem para o século XXI**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-10102006-175215/>>. Acesso em 25 jun. 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1ª edição, 1999.

MELO, Daniel. **Celular é usado por 82% das crianças e adolescentes para acessar internet**. 28/07/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/celular-e-usado-por-82-das-criancas-e-adolescentes-para-acessar-internet>>. Acesso em 15 dez 2016.

MEYER, Maximiliano. **Quais as diferenças entre as gerações X, Y e Z e como administrar os conflitos?**. 16/10/2014. Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/13498-quais-as-diferencas-entre-as-geracoes-x-y-e-z-e-como-administrar-os-conflitos>>. Acesso em 01 dez 2016.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (200?). **O império e as primeiras tentativas de Organização da educação nacional (1822-1889)**. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html#_ftn1>. Acesso em 14 abr 2016.

PINTO, Virgílio Noya. **Comunicação e Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 2000. (Série Princípios).

PORTAL DO PLANALTO, 2015. **Dom Pedro II foi o primeiro governante brasileiro a visitar os Estados Unidos, em 1876.** Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/dom-pedro-ii-foi-o-primeiro-governante-brasileiro-a-visitar-os-estados-unidos>>. Acesso em 10 dez 2016.

PORTO, Ana Carolina Costa. **O jornalismo e o Saber Local - Análise da construção do conceito de cultura na revista Continente Multicultural.** João Pessoa - PB, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/porto-ana-carolina-jornalismo-saber-local.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2008.

REIS, Lucinéia Bueno dos. **A comunicação como componente na qualidade de serviço: Qual a importância da comunicação para as organizações?.** [200-]. Disponível em: <http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao_corporativa/artigo11.htm> Acesso em 22 abr. 2009.

SANTAELA, Lúcia. **Cultura das Mídias.** São Paulo: Experimento, 3^a ed., 2003.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 110).

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; SIQUEIRA, Euler David de. **A cultura no jornalismo cultural.** In: LUMINA - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, vol.1, n. 1, Jun. 2007. UFJF: MG. Disponível em: <www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina>. Acesso em: 20 out. 2008.

VARGAS, Herom. **Reflexões sobre o jornalismo cultural contemporâneo.** In: ESTUDOS DE JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS, ano 2, n. 4, dez. 2004. São Bernardo do Campo: SP. Disponível em: <<http://docs.google.com/fileview?id=oBojVdpJtroh9NmQ3MDZmYjctYjUzYSooZTBmLWFhMGQtYmMzOTc4ZTdjYTc4&hl=en>>. Acesso em 10 fev. 2010

CAPÍTULO 6

O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA ACCOUNTABILITY: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS

Camila Pena de Alencar¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

A internet possui um caráter eminentemente democrático, pois ajuda a promover uma comunicação horizontalizada, mais igualitária e independente; em oposição aos meios de comunicação tradicionais que, muitas vezes, estão atrelados a grupos políticos/partidários, que tendem a disseminar determinada ideologia e a grupos controladores a serviço dos interesses de mercado.

Nessa perspectiva, a internet possibilita que os usuários possam expressar e compartilhar ideias além das barreiras de tempo e espaço, expandindo o processo de comunicação participativa cidadã. Ela tem um grande potencial de transformação, corroborando com o aumento da transparência e participação da sociedade nas ações governamentais, fortalecendo as relações democráticas.

No Brasil, a internet foi consagrada como fenômeno de comunicação no Fórum Social Mundial, ocorrido em 2001, na cidade de Porto Alegre-RS. Na ocasião, constatou-se que organizações não-governamentais e entidades civis estavam

¹ Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (2008), Especialização em Comunicação Corporativa pela Universidade Gama Filho) e Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão - Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: camilapenaalencar@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

utilizando cada vez mais a rede mundial de computadores para divulgar reivindicações e desenvolver espaços de interação e mobilização pelos direitos de cidadania (MORAES, 2001, p. 1).

Segundo Castells, a sociedade espera que a internet seja um instrumento ideal para promover a democracia, pois ela dá fácil acesso à informação política, além de permitir que os cidadãos sejam quase tão bem informados quanto seus líderes. Dessa maneira, ela traz a possibilidade dos cidadãos “solicitarem informações, expressarem opiniões e pedirem respostas pessoais a seus representantes” (CASTELLS, 2003, p.128).

O advento da internet trouxe grandes expectativas em relação às possibilidades de participação democrática, além da esperança de renovação da esfera pública e da democracia participativa (GOMES, 2005b). Neste contexto, as tecnologias informacionais de comunicação criam novos formatos de organização social, pois modificam a maneira de interagirmos uns com os outros; reformulam o modo como os indivíduos se organizam; abrem espaço para a manifestação de múltiplas vozes e possibilitam novas formas de manifestações e mobilização social.

Em se tratando de mobilização social, a internet constitui espaço legítimo para o exercício da liberdade de expressão e da cidadania. Por meio das diversas ferramentas disponibilizadas na rede, indivíduos e grupos sociais se manifestam em prol de determinada causa e ampliam sua participação na esfera política.

Os exemplos se multiplicam, bem como a lista das vantagens da internet para a intervenção política de grupos alternativos e marginalizados. São inegáveis o valor e o sentido da internet para a sociedade civil organizada, mas também para as mobilizações esporádicas e as intervenções pontuais que mais correspondem aos modelos de esfera civil não-orgânica que, a meu ver, predomina nesses dias... Além disso, direita e esquerda, grupos democráticos e grupos antidemocráticos, todos têm o seu espaço de manifestação na rede. Grupos que não detêm a chance, por uma razão ou outra, de se fazer presentes na esfera de visibilidade pública predominante,

encontram na internet a oportunidade de dar o seu recado (GOMES, 2005b, p. 69)

Ao permitir que o cidadão se faça presente, diversos grupos são constituídos no ciberespaço. Eles procuram fiscalizar a ação do poder público utilizando o ambiente virtual como alternativa de comunicação, diante da falta de transparência pública do Estado. Assim, a internet cada vez mais é utilizada como espaço para trocar informações, fiscalizar prestação de contas dos entes públicos, suscitar debates e discussões em torno de temas de interesse coletivo, fazer denúncias e promover/organizar manifestações. Neste sentido, as redes digitais, como espaços autônomos da sociedade civil, expandem ambientes democráticos e criam mecanismos que fortalecem o controle social perante as ações governamentais.

Disponibilização de informação/dados sobre orçamentos públicos, criação de observatórios sociais e ouvidorias, utilização de petições públicas e de listas de discussões para trocas de experiências são alguns mecanismos utilizados por usuários da internet para atuação na esfera política. Essa participação pode ser realizada por grupos sociais instituídos formalmente (associações, organizações não-governamentais, conselhos de políticas públicas, etc.) ou informalmente (comunidades virtuais, movimentos sociais, entre outros).

A Associação Contas Abertas, objeto de estudo deste artigo, é um exemplo desta atuação formal. Estimular a participação do cidadão na elaboração e no acompanhamento dos orçamentos públicos; fomentar a transparência, o acesso à informação e o controle social; estimular a fiscalização das contas públicas e promover o exercício da cidadania, especialmente na relação entre o governo e a sociedade³ são os principais objetivos da Associação Contas Abertas, que utiliza as ferramentas disponíveis na rede para

³ Informação extraída do site oficial da Associação Contas Abertas: <http://www.contasabertas.com.br/site/quem-somos/a-contas-abertas>

executá-los, servindo-se da Comunicação Pública como viés para o exercício da *accountability*.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA & ACCOUNTABILITY

Para Jorge Duarte (2007), o conceito de comunicação pública origina-se da noção de comunicação governamental, que no século XX esteve atrelada a ideia de autoritarismo, no período da era Vargas e da ditadura militar. No Brasil, a implantação do sistema de radiodifusão, nos anos 20 do século passado, consagrou o conceito de comunicação pública como sinônimo de comunicação estatal.

Após a redemocratização política e a promulgação da Constituição de 1988, o conceito de comunicação governamental passou a abranger um viés mais democrático: com a criação de mecanismos para atender às exigências de informação e às demandas por transparência no setor público.

Nesse contexto, a comunicação pública torna-se de suma importância, tanto para entidades do terceiro setor quanto para o governo, pois ela viabiliza o atendimento ao direito do cidadão de ser informado e ser informado.

A Comunicação Pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil - inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público. Ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo (DUARTE, 2007, p. 2).

Há certa confusão com os conceitos de comunicação governamental e comunicação pública. A primeira refere-se aos fluxos de informação que envolvem o Estado (compreendido como o conjunto das instituições ligadas ao Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade. Já a segunda diz respeito à interação e aos fluxos informacionais concernentes a temas de interesse coletivo, que não se restringem às ações governamentais. A existência de recursos públicos ou interesse público assinala a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública (OLIVEIRA, 2004).

Nessa premissa, ao tratar de temas relativos ao interesse coletivo, como prestação de contas públicas (*accountability*), a Associação Contas Abertas emprega a comunicação pública para disseminar informações sobre sua atuação, utilizando a internet e suas potencialidades para este fim.

De acordo com Campos, existe certa dificuldade na tradução do termo *accountability* para o português, bem como sua aplicabilidade para a realidade brasileira, pois falta a nós o próprio conceito. Em termos sintéticos e aproximativos, a *accountability* pode ser pensada como a transparência, engajamento do poder público com a prestação de contas, e também a responsabilização dos governantes pelos seus atos. “Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor” (CAMPOS, 1990, p. 35).

Para a autora, o desenvolvimento da consciência popular é a pré-condição para uma democracia participativa e, por conseguinte, para a *accountability* do serviço público. Uma sociedade desmobilizada não será capaz de garantir a *accountability*. Dessa forma, é importante a atuação de entidades do terceiro setor (como a Associação Contas Abertas) nessa mobilização, pois a verdadeira *accountability* não parte apenas dos

entes públicos; é exercida também por meio dos controles externos que exercem pressão sobre os agentes políticos.

DEMOCRACIA DIGITAL, CIBERATIVISMO E REDES SOCIAIS

Atualmente, vivenciamos a chamada *democracia digital*, que consiste na implementação de um novo modelo de democracia capaz de abarcar, de forma mais holística e ampla, a participação dos cidadãos na esfera política. O verbete democracia digital e suas variações (democracia eletrônica, e-democracy, democracia virtual, ciberdemocracia, etc) vêm sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores interessados em novas práticas e renovadas possibilidades para a política democrática (GOMES, 2015a).

A democracia digital pode ser concebida como o emprego de dispositivos (computadores, tablets, smartphones), aplicativos e ferramentas (redes sociais, fóruns de discussão sites, blogs) que promovem discussões acerca de práticas políticas e sociais do próprio Estado ou Nação. A democracia torna-se digital ao ganhar espaço nos desdobramentos tecnológicos e ambientes digitais, sendo a internet a forma mais utilizada atualmente para a participação da sociedade civil organizada nos assuntos relativos à esfera política (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011).

Dessa forma, a ideia de democracia digital pode ser associada ao avanço das redes sociais, que permitem um diálogo mais participativo do que em outras ferramentas comunicativas e potencializam a comunicação multidirecional, constituindo um instrumento de democratização.

As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. Neste livre espaço público da internet, os indivíduos compartilham sentimentos, conectando-se entre si; concebem projetos a partir de múltiplas fontes do ser; formam redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais (CASTELLS, 2013, p. 19).

Grupos com causas e comprometimentos comuns (constituídos por meio de ONGs, movimentos sociais, associações, etc), utilizam as redes sociais com o intuito de dinamizar suas lutas; divulgar ideias, dados e informações; buscar apoio para determinada causa; fomentar debates e discussões; organizar e mobilizar pessoas para manifestarem contra ou a favor de uma causa, exercendo assim o que denominamos de ciberativismo.

Graças à plataforma digital, os chamados à mobilização social ultrapassam barreiras geográficas, atropelam fusos horários e desconhecem grades de programação. Os intercâmbios tornam-se rápidos e acessíveis. O ciberativismo alicerça campanhas e aspirações à distância, no compasso de causas que se globalizam (combate à fome, defesa do desenvolvimento sustentável, preservação do equilíbrio ambiental, direitos humanos, luta por um sistema de comunicação pluralista). As entidades civis valem-se da Internet enquanto canal público de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas (MORAES, 2001, p. 11)

O ciberativismo consiste em uma estratégia para formar coalizões temporais de pessoas que, ao utilizarem ferramentas dispostas no ambiente online, geram uma massa crítica de informações e debates para que este transcenda o ciberespaço e saia às ruas ou modifique a forma de comportamento de um número amplo de pessoas. Ferramentas como as redes sociais podem difundir uma mobilização que expresse adesão ou rejeição à determinada conjuntura/postura/ideia política, ocasionando uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública (MORAES, 2001; UGARTE, 2007).

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS

A Associação Contas Abertas é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne pessoas físicas e jurídicas, lideranças sociais, empresários, estudantes, jornalistas, bem como quaisquer interessados em conhecer e contribuir para o aprimoramento do dispêndio público, notadamente quanto à qualidade, à prioridade e à legalidade.

Fundada em 2005, sua principal missão é oferecer permanentemente subsídio para o desenvolvimento, aprimoramento, fiscalização, acompanhamento e divulgação das execuções orçamentária, financeira e contábil da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) de forma a assegurar o uso ético e transparente dos recursos públicos, preservando e difundindo os princípios da publicidade, eficiência, moralidade, impessoalidade e legalidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal⁴.

Por meio da utilização do estudo de caso como abordagem metodológica, analisou-se as redes sociais (Facebook e Twitter) da Associação Contas Abertas, nos meses de outubro a novembro de 2016, e investigou-se o papel dessas ferramentas na disseminação de conteúdos relativos à transparência, ao controle social, à fiscalização de gastos públicos e ao combate à corrupção. Utilizou-se a metodologia qualitativa, a partir da técnica de entrevista em profundidade com membros da equipe da Associação Contas Abertas; além disso, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental pertinentes ao objeto de estudo.

Através da aplicação entrevista estruturada⁵ com a jornalista responsável pelas redes sociais da Associação Contas Abertas, Dyelle de Souza Menezes, verificou-se que a inserção da

⁴ Informação extraída do site oficial da Associação Contas Abertas: <http://www.contasabertas.com.br/site/quem-somos/a-contas-abertas>

⁵ Entrevista realizada no mês de outubro de 2016, por meio de questionário estruturado.

entidade no universo das redes sociais possibilitou maior divulgação de suas ações perante o cidadão, fortalecendo a transparência e o exercício da *accountability* no tocante à fiscalização das contas públicas.

Segundo a jornalista, quando iniciou seus trabalhos, em 2005, a Contas Abertas necessitava dos veículos de comunicação de massa para que sua mensagem fosse transmitida: “a Contas Abertas passou a utilizar o Twitter em 2010, a página do Facebook surgiu em 2011 e o canal no You Tube mais tarde, em 2014. A intenção foi intensificar o contato direto com a população sem precisar dos meios tradicionais de comunicação. Os principais resultados foram um crescimento do número de visualizações do site institucional (atualmente são de 500 mil acessos por ano) e maior conhecimento do nosso trabalho”.

Dessa forma, constata-se que, com a criação dos perfis no Twitter e Facebook, houve uma mudança no processo comunicacional da Contas Abertas, possibilitando menor dependência dos veículos de comunicação tradicionais. As redes sociais permitem a criação de valores, sejam eles individuais ou coletivos, e abrem um leque de opções para a comunicação estratégica, seja nas comunicações organizacionais, na divulgação de uma empresa, de uma marca ou de um produto ou na comunicação social conhecida como tradicional (NETO; BARRETO; SOUZA, 2015).

TWITTER

Criado em 2006 nos Estados Unidos, o Twitter é um microblog mais comumente utilizado para mensagens rápidas, já que os textos escritos têm a limitação dos 140 caracteres. Ele é estruturado com seguidores e pessoas a seguir, onde cada usuário pode escolher quem deseja seguir e ser seguido por outros. Cada página particular pode ser personalizada pelo usuário através da construção de um pequeno perfil. (RECUERO, 2009, p. 173)

O Twitter da Associação Contas Abertas possui, mais de 31 mil seguidores e, desde sua criação em 2010, já publicou quase 4 mil tweets (mensagens) em sua *timeline* (linha do tempo). A rede social é bastante utilizada para direcionar os seguidores às reportagens divulgadas no site institucional da entidade.

Segundo a Associação Contas Abertas, a escolha dos temas a serem abordados em suas redes sociais depende da pauta do dia da sociedade. Por exemplo, se tiver alguma votação no Congresso sobre assuntos relacionados à temática de gastos públicos, esse tema será elencado nos perfis do Twitter e do Facebook.

Por outro lado, se uma empresa está sendo investigada, a Associação Contas Abertas busca dados e informações sobre a ligação desta empresa com o Governo Federal, contratos que foram firmados, valor da licitação, possíveis desvios, etc.

Figura 9: Tweet divulgado no dia 31 de outubro no perfil da Associação Contas Abertas



De forma geral, em se tratando da comunicação pública, são produzidas e divulgadas reportagens no site institucional da Contas Abertas, em que muitas trazem denúncias de corrupção, prejuízo ao erário, má utilização do dinheiro público, entre outras pautas. As redes sociais são de suma importância para a

propagação dessas informações, pois elas direcionam o cidadão e possibilitam que ele saiba mais sobre determinado assunto, comente e se mobilize contra determinada ação/conduta praticada por agentes públicos.

Para o secretário-geral Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, o controle da sociedade contribui de forma decisiva para a responsabilidade fiscal, a qualidade e a legalidade dos gastos públicos. O desafio tem sido popularizar os temas orçamentários para que se amplie o controle exercido pelos cidadãos sobre os recursos públicos e as redes sociais contribuem para essa popularização.

FACEBOOK

A cada ano, o Facebook tem apresentado resultados crescentes quanto ao número de pessoas conectadas à rede social. No final de 2015, contabilizou 1,55 bilhões de usuários⁶. A Pesquisa Brasileira de Mídia – PBM 2015, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e realizada pelo IBOPE com mais de 18 mil entrevistados⁷, mostrou que o Facebook é a rede social mais utilizada pelos brasileiros. A pesquisa apontou que 92% dos internautas acessam redes sociais, sendo as mais utilizadas: Facebook (83%), Whatsapp (58%) e Youtube (17%).

Tendo em vista essa crescente inserção do Facebook no cotidiano dos brasileiros, organizações e empresas estão aderindo a essa ferramenta, que pode auxiliar demasiadamente na comunicação estratégica.

⁶ Resultado oficial divulgado por Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, no dia 4 de novembro de 2015.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10102457977071041&set=a.529237706231.2034669.4&type=3&theater>

⁷ A Pesquisa Brasileira de Mídia está disponível no endereço: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>

A fanpage no Facebook da Associação Contas Abertas possui atualmente 44.417 mil curtidas. Nela, os usuários visualizam os posts divulgados, comentam e interagem entre si. Essa interação social mediada por computador caracteriza-se por ser uma interação mútua, dialógica, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada da relação, afetando-se mutuamente (RECUERO, 2009).

No mês de outubro e novembro de 2016, período de análise desta pesquisa, foram divulgados, na fanpage oficial da Associação Contas Abertas, 40 e 54 posts, respectivamente. Conforme dados da entidade, cerca de 80% das pessoas que visitam seu site institucional foram direcionadas por meio do Facebook, o que demonstra a importância desta rede social na disseminação das informações, principalmente na divulgação das reportagens produzidas sobre gastos públicos

Figura 10: Comentários do post “Com apoio do Planalto, Câmara articula anistia a caixa 2”, publicado no dia 24 de novembro.

The image shows a screenshot of a Facebook post with several comments. The comments are as follows:

- Lia Souza** Isto é política? Isto que estão o tempo todo fazendo nestas "comissões " nossos jovens estão aprendendo, como a esperança leva o trouxa a sepultura, espero que a nova safra façam diferente destes.
Curtir · Responder · 1 · 24 de novembro às 11:47
- Lícia Maria Guimarães Teixeira** É o que eles querem principalmente Paulo Colhno para ficar mais famoso.
Curtir · Responder · 1 · 24 de novembro às 11:53
- Lícia Maria Guimarães Teixeira** Já viram o Livro dele, que postaram?
Curtir · Responder · 1 · 24 de novembro às 11:54
- Tardelli Carvalho** A capacidade dos políticos de modo geral, mas em especial dos parlamentares, de ignorar e desrespeitar a vontade popular é absurda. Pro futuro, o pior: perder uma eleição já não soa como o cenário ruim dada a aparelhagem que não deixam desmontar. Haja ingenuidade pra continuar acreditando em mudança.
Curtir · Responder · 24 de novembro às 14:14
- Lia Souza** Luis Neto concordo e já que estas pessoas são inocentes, perante a lei redigida por eles, MPF deve articular outro PL acabando com esta farra de privilégios.
Curtir · Responder · 24 de novembro às 12:03
- Andréia Silva** Políticos articulam para nos roubar e se safar, quem fica brigando se dividindo entre coxinhas e mortadelas, é o povo! !
Curtir · Responder · 4 · 24 de novembro às 11:32
- Lia Souza** Dividir enfraquece, isto mesmo que desejavam, e conseguiram.
Curtir · Responder · 1 · 24 de novembro às 11:56
- Andréia Silva** Verdade Lial
Curtir · Responder · 1 · 24 de novembro às 11:58

De acordo com a Associação, as redes sociais trouxeram liberdade para o trabalho, não só da Contas Abertas como também de diversas entidades da sociedade civil que visam informar o cidadão de suas atividades. Além disso, as redes sociais permitiram que informações, que não interessariam aos grandes meios de comunicação, tivessem oportunidade de serem transmitidas aos cidadãos. Muitas vezes, o que é divulgado nas redes sociais da Contas Abertas torna-se notícia na mídia brasileira. Um exemplo disso é a seção Carrinho de Compras, divulgada semanalmente no site institucional da entidade e em suas redes sociais, que traz informações e dados sobre compras realizadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em âmbito federal. Tais informações têm pautado os veículos de comunicação e estimulado a produção de reportagens a partir do que foi apurado e divulgado pela Associação.



Figura 11: Post divulgado no dia 13 de novembro na fanpage da Associação Contas Abertas.

Nessa perspectiva, as informações da Contas Abertas servem de referência para os jornalistas que acompanham as contas públicas brasileiras. O site da Contas Abertas já registrou mais de 16 milhões de acessos nos últimos 11 anos. A entidade foi citada em mais de quatro mil matérias publicadas pelos principais veículos de comunicação da imprensa brasileira e do exterior, como o *Financial Times*, *The Wall Street Journal*, *The Economist* e *New York Times*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia digital foi conquistando espaço na medida em que os cidadãos passaram a utilizar os recursos midiáticos, como as redes sociais - ferramentas que possibilitam atuar no fomento da transparência pública e exercício do controle social. Dessa forma, as redes sociais têm um papel basilar para o estreitamento das relações de atores sociais e entes federativos; abrindo caminho para que aqueles obtenham conhecimento, troquem informação, interajam e, ainda, que se mobilizem contra condutas ilícitas desses.

As referidas plataformas colaborativas oferecem como ganho democrático a educação cidadã para a criação de políticas públicas, simplificação e democratização do acesso às informações referentes à esfera governamental e estímulo à participação ativa na deliberação dos processos democráticos e como consequência, há o aumento do engajamento e envolvimento de pessoas que antes não tinham contato com esse conhecimento.

As efetivas possibilidades da internet devem ser relativizadas ante um contexto das forças de dominação e poder que, aliás, também fazem uso dessas próprias tecnologias para manter seu status de dominação. Em outras palavras, o fato de se ter internet não significa que tudo se transformará milagrosamente, cabendo “apenas a nós explorar as

potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano” (LEVY, 1999, p.11).

A Internet oferece novas ferramentas de intervenção, como as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos online, murais, anéis de sites e árvores de links. É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos (MORAES, 2001).

Nesta discussão torna-se importante ponderar que os recursos tecnológicos, por si sós, não podem promover efetivas e concretas mudanças sociais; estes são instrumentos à disposição dos cidadãos, que possuem a verdadeira capacidade de ação/transformação. Assim, a internet constitui um ambiente repleto de possibilidades para o exercício da democracia, pois motiva mais os cidadãos, que possuem acesso à rede, a envolver-se nas questões políticas.

Referências

CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990. Disponível em: <https://accountabilityadmpublica.wikispaces.com/file/view/Accountability+Quando+poderemos+traduzi-la+par+o+portugu%C3%AAs+-+Anna+Maria+Campos.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 1. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público.** São Paulo: Editora Atlas S.A. 2007.

GOMES, Wilson. **A Democracia digital e o problema da participação civil na decisão política.** Revista fronteiras: estudos midiáticos, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005a.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas.** Revista da FAMECOS, Porto Alegre, nº 27, p. 58-78, 2005b.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: 34, 1999.

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital.** 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/moraes-denis-ativismo-digital.pdf>>. Acesso em: 8 de outubro de 2016.

NETO, Manoel Rocha; BARRETO, Laís Karla da Silva; SOUZA, Lieda Amaral de. **As mídias sociais digitais como ferramentas de comunicação e marketing na contemporaneidade.** Quipus: Revista Científica das Escolas de Comunicação e Artes e Educação, UnP. Natal: Edunp, Ano 4, nº 2, jun/nov.2015.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública.** Campinas-SP: Editora Alínea, 2004.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

UGARTE, David de. El Poder de las redes: **Manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo e las redes.** 2007. Disponível em: <http://deugarte.com/gomi/el_poder_de_las_redes.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

CAPÍTULO 7

A COBERTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL DO TOCANTINS

Rose Dayanne Santana Nogueira¹

Cynthia Mara Miranda²

Introdução

A mídia é um importante ator social quando desempenha seu papel, que não é restrito ao ato de informar à sociedade, mas que avança pelo estímulo à discussão de temas e espaço de visibilidade, sobre questões que demandam maior debate no âmbito da esfera pública. “Em outras palavras, o jornalismo tem o poder de selecionar e hierarquizar questões, definindo urgências e prioridades, canalizando demandas e cobrando respostas dos poderes constituídos” (VIVARTA, 2011, p.16), ou seja, podendo assim pautar agendas de enfrentamento aos problemas sociais e também para a construção de políticas públicas.

A violência contra mulher é um problema que atinge uma grande parcela da população brasileira e espalha por todo seio familiar e social, até porque são mães, esposas, filhas, trabalhadoras. Dados do IBGE de 2010, extraídos da ferramenta Estatística de Gênero³, apontam que são as mulheres as responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias brasileiras⁴. No Tocantins, em 2010, as mulheres representavam 49,22% da

¹ Mestranda em Comunicação e Sociedade (UFT), jornalista, graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2008). Atualmente trabalha na Coordenação de Jornalismo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

² Doutora em Ciências Sociais (UnB), professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

³ A ferramenta “Estatísticas de Gênero”, do IBGE, é uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, produzida em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁴ Taxa referente ao montante de 50 milhões de famílias que residiam em domicílios particulares em 2010.

população⁵ e a proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família era 36,7%.

Nesta toada, as mulheres têm ocupado cada vez mais espaço no mercado de trabalho, ao passo que os dados relacionados à violência contra elas também aumentam e preocupam. As mulheres brasileiras estão submetidas a uma realidade violenta e assustadora, quando a percebemos em números. Segundo a Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado realizada pela Fundação⁶ Perseu Abramo/SESC do ano de 2010, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no país.

Moreno (2012) pontua que a violência é uma temática muito abordada pela mídia, a qual tem dado destaque a situações de violência que atingem, em sua grande maioria, a propriedade privada dos indivíduos, quando veicula, por exemplo, notícias de sequestros, roubos, assaltos, etc.

Ao considerar os altos índices de violência contra a mulher que o Brasil possui e a forma como afeta a sociedade, estima-se que esta seja uma pauta que os meios de comunicação se interessem, devido ao seu valor-notícia, que se constitui a partir de conceitos subjetivos por meio dos quais os editores avaliam o que será ou não veiculado naquele meio de comunicação.

No entanto, Moreno pondera que quando a pauta da violência de gênero aparece, ela está sempre isolada do seu contexto, ponderações e consequências, tornando-se visível apenas:

quando tem o potencial de atrair e prender atenção –,
personalizando-a, explorando imagetivamente o sofrimento e

⁵Dado obtido por meio da ferramenta “Estatísticas de Gênero”.

⁶ Realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, com objetivo de apresentar a evolução do pensamento e do papel das mulheres brasileiras na sociedade. É a segunda edição da pesquisa, a primeira é de 2001, e ouviu a opinião de 2.365 mulheres e 1.181 homens, com mais de 15 anos de idade, de 25 unidades da federação, cobrindo as áreas urbanas e rurais de todas as macrorregiões do país.

espetacularizando-a enquanto der audiência e não ferir interesses comerciais (como quando se exibiu, por dias a fio, a história do sequestro de Eloá, no ABC Paulista; mas suicídios ou as tentativas de estupro no metrô não são noticiados) (MORENO, 2012, p.26).

Ao levar em conta que, segundo as Teorias do Agendamento, elaboradas por McCombs e Shaw (SHAW apud WOLF, 2001), os meios de comunicação têm a capacidade de inserir temas que serão objeto de discussão na agenda pública, pautando assim nosso dia a dia, as nossas rodas de conversa, espera-se que a partir do tratamento dado às notícias sobre a pauta da violência contra a mulher seja possível avançar nesse debate para a busca de soluções para o problema, por meio de um debate público consistente.

Segundo Miranda, no campo jornalístico, as questões sociais apresentam-se de forma restritiva e sem fomentar o debate. A autora sinaliza dois pontos que contribuem para essa realidade: a rotina produtiva, que prioriza mais questões econômicas e índices de audiência e a também a formação dos estudantes de graduação, onde, na maioria das vezes, não há iniciativas para qualificar os profissionais da comunicação para cobertura social. (MIRANDA, 2010).

No entanto, é preciso ponderar que pautas como a violência contra as mulheres tratam de um fenômeno complexo e multidimensional e que, ao contrário do que acontecia na década de 1970 – com aspectos de uma cobertura muitas vezes sensacionalista e preconceituosa, reduzida a um viés policial – precisaria trazer uma abordagem mais ampla e circunstancial e ainda, ser pautada e problematizada como questão de interesse público, que questione, por exemplo, “a ocorrência deste fenômeno social: o padrão cultural de matar mulheres” (AZEVEDO; GARCIA, 2011, p. 5).

Diante desse contexto de perigo iminente no qual vivem as mulheres brasileiras, este artigo tem como proposta analisar a cobertura do impresso Jornal do Tocantins, quando a pauta é a

violência contra a mulher, com objetivo de identificar se essa cobertura contribui ou não para o enfrentamento desse problema social.

Para isso foram escolhidos para a análise três meses de 2016, os quais trazem datas temáticas para a agenda de lutas dos movimentos de mulheres e feminista brasileiros, quais sejam: março, devido ao Dia Internacional da Mulher 8 de março; agosto, mês em que se comemora o aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), sancionada no dia 07 de agosto; e novembro, com o 25 de novembro, data alusiva ao Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher.

O caminho norteador desta pesquisa é o quanti-qualitativo, e a metodologia utilizada para este estudo foi conduzido pelo método da análise de conteúdo, da autora Laurence Bardin (2009), a qual é frequentemente referenciada nos estudos de Comunicação. Além disso, os caminhos que guiam essa análise encontram argumentos no estudo⁷ realizado pela ANDI – Comunicação e Direitos e o Instituto Patrícia Galvão que monitorou, no ano de 2010, jornais diários em todo país, mas que não contemplou nenhum veículo do Tocantins.

A coleta de dados no Jornal do Tocantins priorizou o tema da violência contra mulher no ano de 2016 nas semanas temáticas em que o assunto é abordado: Dia Internacional da Mulher (8 de março) e Dia Internacional do Combate à Violência contra Mulher. Para este estudo, foram analisadas 21 edições, em dias entre: 05 a 12 de março; 05 a 12 de agosto; e 20 a 27 de novembro. A coleta foi feita a partir do acesso às versões digitais do Jornal, disponíveis no site do periódico.

⁷ Estudo pioneiro realizado pela ANDI – Comunicação e Direitos e pelo Instituto Patrícia Galvão, no âmbito de projeto vinculado ao Observatório Brasil de Igualdade de Gênero (Eixo Comunicação e Mídia).

A pauta e o veículo

O livro “Mulheres e Movimentos⁸” de Claudia Ferreira e Claudia Bonan (2005) traz, em suas informações adicionais, um Calendário de Mobilização Feminista, que apresenta 14 datas de lutas para as mulheres do Brasil e do mundo. Entre elas, os dias 8 de Março⁹ e 25 de Novembro¹⁰. O livro traz imagens e informações registradas entre os anos de 1989 e 2002, logo, não consta no calendário referido a data da sanção da Lei Maria da Penha¹¹, que é do ano de 2006. No entanto, esta é uma data crucial para o enfrentamento da violência doméstica no Brasil e tem sua importância reconhecida mundialmente. Em 2009, o Fundo de

⁸ O livro “Mulheres e Movimentos” é composto por fotografias de autoria de Claudia Ferreira registradas entre os anos de 1989 e 2002, com pesquisa e texto de Claudia Bonan. São registros de aspectos da cultura e sociedade dos anos 80, 90 e 2000, como as mobilizações dos movimentos de mulheres, negros, indígenas, trabalhadores rurais e homossexuais. O acervo do livro está disponível por meio do projeto que leva o mesmo nome “Mulheres e Movimento” no link <http://www.mulherese Movimentos.com.br/index.html>.

⁹ Simbolicamente, o mês de março é considerado o mês da mulher, devido à data do 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres. É comum que haja, nesse mês, uma agenda de atividades em “homenagem”. Para o movimento feminista, o março é um momento para reafirmar o significado que a data tem para luta das mulheres por igualdade ao longo da história, por exemplo, a anticapitalista. São muitas as explicações para a origem e significado da data, a referência deste artigo para esse data é o livro da pesquisadora Ana Isabel González, “As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres”, da editora Expressão Popular/Sof, publicado em 2010 (ÁLVAREZ GONZALEZ, 2010).

¹⁰ De acordo com colunista da Revista Bula, Lara Brenner, no texto alusivo à data que escreveu no dia 23 de novembro de 2016, relata que no dia 25 de novembro de 1960, as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas pelo ditador Rafael Leônidas Trujillo, da República Dominicana. As três combatiam fortemente aquela ditadura, foram encontrados no fundo de um precipício, estrangulados, com os ossos quebrados. Segundo a colunista, em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas instituiu 25 de novembro como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em homenagem às “Mariposas”. Disponível em: (<http://www.revistabula.com/5521-25-de-novembro-dia-internacional-da-nao-violencia-contra-a-mulher/>). Acesso em: 10 nov 2016.

¹¹ A sanção da Lei Maria da Penha foi um marco do combate à violência contra a mulher no Brasil, e se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. A Lei é resultado do esforço coletivo dos movimentos feministas e de mulheres aliados ao poder público e reúne medidas de prevenção e punições para as agressões, que alterou o Código Penal possibilitando que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameacem a integridade física da mulher.

Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem)¹² classificou a Lei Maria da Penha como uma das três legislações mais avançadas para enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo.

Neste momento, possivelmente, uma brasileira está sendo vítima de violência. O “Mapa da Violência 2015¹³: homicídio de mulheres no Brasil” revela que, em média, 13 mulheres foram assassinadas por dia no ano de 2013, e que entre os anos de 2003 e 2013, houve um aumento de 21% no período em relação ao número de homicídios de mulheres, que passou de 3.937 em 2003 para 4.762. O Tocantins, por sua vez, ocupa a 13ª posição no ranking de taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil), em 2013, com 5,7, e que a capital, Palmas, figura na 6ª posição com 9,5. Em 2003, foram 22 mortes de mulheres no Tocantins e em 2013 foram 40, o que representa um aumento de 81,8%.

Com a pretensão de ter um indicativo de como é a cobertura da pauta de violência contra a mulher no Estado, por meio de um estudo empírico, optou-se pela escolha do Jornal do Tocantins, que é o maior e mais antigo jornal do Estado, e tem circulação diária, com exceção das segundas-feiras. O diário completou 37 anos de existência em 2016, e possui importância histórica para o Estado, uma vez que já existia na região do Norte Goiano, que atualmente é o Tocantins. Com suas mais de três décadas de existência, o Jornal já passou por várias mudanças em seu formato ao longo dos anos, chegando a circular, por exemplo, com 24 páginas. Atualmente, desde o dia 23 de agosto de 2016, o

¹² O relatório bianual global “Progresso das Mulheres no Mundo e 2008/2009”, do *Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)*, traz, entre as constatações, a classificação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) como uma das três legislações mais avançadas para enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo, que estava ao lado da Lei de Proteção contra a Violência de Gênero da Espanha (2004). Disponível em: (<https://nacoesunidas.org/unifem-lanca-relatorio-global-progresso-das-mulheres-no-mundo/>). Acesso: 11 nov 2016.

¹³Elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, com dados do período de 2003 a 2013.

periódico sofreu a mais recente mudança, e passou a circular com até 12 páginas. Uma alteração para otimizar o conteúdo e também para seguir resistindo à crise financeira que afeta o país (COSTA, 2016).

Aportes sobre o método e os resultados obtidos para o corpus de análise da pesquisa

Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo, método escolhido para este trabalho, é um conjunto de instrumentos metodológicos e técnicas de análise das comunicações, que se aplicam a discursos diversificados, a qual permite inferir conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens, permitindo investigar além do conteúdo, também seu significado. Logo, a análise de conteúdo é guiada por três fases, que são, conforme Bardin: pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos resultados.

No caso dessa pesquisa, durante a pré-análise foi estabelecido o esquema de trabalho, com a definição dos procedimentos, que permitiu a escolha das edições a serem analisadas. Com a definição do ano de 2016 e período para coleta, oito dias de cada mês, o qual abarcasse as datas temáticas, o clipping foi feito entre os dias 05 a 12 de março; 05 a 12 de agosto; e 20 a 27 de novembro.

Em seguida, o material do clipping foi organizado a partir da leitura flutuante, a qual, segundo Minayo (2007), consiste em tomar contato exaustivo como o material para conhecer seu conteúdo. Nessa etapa, buscou-se matérias que trouxessem a temática da violência.

Com essa separação, foi feita a organização dos dados do clipping, ou seja, catalogar todos os materiais que seriam utilizados efetivamente para análise, ou seja, as matérias que falam sobre violência para avaliar se a pauta foi destaque e como foi esse destaque, além da exclusão de matérias repetidas, por exemplo.

A segunda fase foi a exploração do material, que consistiu na busca pelo cumprimento do que foi definido anteriormente para a análise. A partir de uma leitura mais exaustiva, nessa etapa o material separado e organizado foi explorado, definindo assim o corpus da pesquisa, composto por, prioritariamente, 14 matérias sobre a temática da violência contra a mulher, as quais foram coletas em 21 edições¹⁴, que circularam durante 24 dias. Além das 14 matérias, considerou-se ainda 09 (nove) conteúdos sobre o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, contabilizadas em separado. Logo, o corpus total da pesquisa é composto por 22 conteúdos, separados em reportagens, artigos, notas.

Tabela 1: Corpus da Pesquisa			
Temática: Violência contra mulher			
Mês/ Data temática	Dias (Período)	Edições	Conteúdos com a Temática violência contra a mulher
Março - 08/03	05 a 12/03/2016	7	4
Agosto - 10/08	05 a 12/08/2016	7	8
Novembro - 25/11	20 a 27/11/2016	7	1
Total	24	21	13
Temática: 8 de Março			
Mês	Dias (Período)	Edições	Conteúdos com a Temática do 8 de Março
Março	05 a 12/03/2016	7	9
Total	8	7	9
Total geral de notícias do corpus de análise de conteúdo da pesquisa: 22			

Fonte: Jornal do Tocantins

Nota: Dados trabalhados pelas autoras.

¹⁴ O total de edições é diferente do total de dias, devido ao fato do Jornal do Tocantins não circular às segundas-feiras.

O material foi organizado, guiando-se pelo objetivo e pelo referencial teórico, assim como pelos critérios já estabelecidos para o estudo, que apresentou os seguintes resultados: 14 conteúdos sobre o tema violência contra a mulher, dos quais, três foram reportagens, nove notas breves, e dois artigos de opinião. E ainda 09 (nove) com a temática do 8 de Março, sendo uma reportagem, três notas e cinco artigos de opinião. Das 21 edições analisadas, em nove não foram identificados conteúdos sobre a temática da violência contra a mulher, ou sobre o 8 de março.

Tabela 2: Formato da Notícia				
<i>Temática: Violência contra mulher</i>				
Mês	Reportagens	Notas	Artigos	Capa
Março	0	4	0	0
Agosto	2	4	2	1
Novembro	1	1	0	0
Total	3	9	2	1
<i>Temática: 8 de Março</i>				
Mês	Reportagens	Notas	Artigos	Capa
Março	1	3	5	1
Total: 9				
Total Geral	4	12	9	2

Fonte: Jornal do Tocantins

Nota: Dados trabalhados pelas autoras.

Na terceira fase, que consiste na interpretação dos resultados, foi feita a análise propriamente dita, tornando-os significativos e válidos, a partir do embasamento teórico utilizado. Nesta fase, foi realizada a inferência dos resultados e sua análise, conforme pontua-se a seguir.

A análise da cobertura

Os resultados coletados por meio das etapas iniciais da análise de conteúdo foram analisados a partir da metodologia de

monitoramento de mídia desenvolvida pela ANDI¹⁵ para analisar a cobertura da pauta de gênero pela imprensa brasileira no ano de 2010, a partir de uma pesquisa realizada em parceria com o Instituto Patrícia Galvão¹⁶.

Antes de prosseguir com a análise dos resultados desta pesquisa é crucial que se discorra sobre o monitoramento que baliza este artigo. A ANDI e o Instituto Patrícia Galvão monitoraram, no ano de 2010, o total de 16 jornais, incluindo todos os diários de circulação nacional e também veículos de cada uma das cinco regiões brasileiras, porém nenhum deles do Tocantins. O resultado foram 2.381 notícias filtradas com foco na mulher, a partir de três categorias de análise: violência, poder político e decisão, e trabalho.

O estudo constatou que desses assuntos o que mais atrai o interesse da imprensa é a violência contra as mulheres, representando 63,30% dos textos jornalísticos clippados, em relação aos outros dois temas monitorados: poder político e decisão com 17,80%, e trabalho (renda e ocupação) com 18,90%.

A análise das notícias de cada categoria filtradas no monitoramento guiou-se pelo objetivo de observar o comportamento dos jornais diários, a partir dos seguintes critérios: menção de estatísticas sociais, políticas públicas e legislação sobre o tema, a ótica investigativa adotada pelo/a jornalista, as fontes de informação utilizadas e a caracterização dos atores retratados.

¹⁵ A ANDI é, atualmente, um dos principais mediadores entre a grande imprensa e os grupos sociais que defendem os direitos desses segmentos etários. Criada formalmente em 1993, mas atuando de maneira voluntária desde 1990, a ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária, que articula ações inovadoras em mídia para o desenvolvimento. Em 2011, a ANDI ressignificou sua existência e ampliou sua missão, manifestando-se segundo três vetores: Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação. Disponível em: (<http://www.andi.org.br/sobre-a-andi>). Acesso em: 7 ago 2016.

¹⁶ Fundado em 2001, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização social sem fins lucrativos que atua nos campos do direito à comunicação e dos direitos das mulheres brasileiras. Em 2009, criou a Agência Patrícia Galvão produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras. Disponível em: (<http://agenciapatriciagalvao.org.br/quem-somos>). Acesso em: 7 ago 2016.

Logo, utilizando-se esses mesmos critérios, o presente artigo foca, prioritariamente, na categoria da violência contra a mulher, conforme discorre-se a seguir.

O trabalho de promover a inclusão de temas específicos na agenda midiática é classificado na Teoria da Comunicação como *agenda-setting*. Elaborada por McCombs e Shaw, essa teoria defende a ideia de que os meios de comunicação têm a capacidade de inserir temas que serão objeto de discussão na agenda pública.

[...] As pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW apud WOLF, 2001, p. 144).

No mês de março, a temática da violência contra a mulher não compôs o agendamento no período analisado no impresso Jornal do Tocantins. Foram identificados apenas quatro conteúdos referentes à violência contra a mulher, que eram notas com conteúdo informativo, sem muitas informações sobre os atores envolvidos, ora caracterizavam a vítima, mas sem citar nomes, ora o agressor, citando os nomes quando se tinha um suspeito, a principal fonte da informação é a Polícia (Militar e Civil), e a ótica investigativa do jornalista guiada pela narrativa factual. Sem menções às legislações, políticas públicas e estatísticas sociais, todas com o viés policial; também não teve matéria de capa sobre o assunto.

No entanto, para além dos conteúdos sobre a violência contra a mulher, durante a leitura flutuante foram identificados conteúdos que tratavam especificamente sobre a data do 8 de março que não entraram na quantificação, pois não traziam a temática da violência contra a mulher, que é o foco do estudo. No

entanto, levando em consideração a importância da data, optou-se por fazer uma análise também desse material.

De forma geral, o foco do agendamento para o 8 de Março foi a categoria trabalho, pontuando sobre renda, ocupação e empreendedorismo; além de notas sobre programações institucionais alusivas à data, e artigos de opinião que falavam de abordagens sobre o “eterno feminino e a maternidade”, passando pelo perfil das mulheres homenageadas na data em detrimento da pluralidade de mulheres brasileiras, assim como o aprisionamento às regras de comportamento ao qual estão submetidas, além das vitórias conquistadas ao longo dos anos e os desafios que se têm pela frente.

A reportagem de capa da edição nº 6703, do dia 8 de março, trazia o seguinte enunciado. “Olha elas e... a paixão de Raimunda pelo volante, o charme de Sonaira como bombeiro, a alegria de Consuelo como taxista, e a garra de Raisnara como policial!”, dentro do diário, o título da notícia era “Mulheres estão cada vez mais fortes”.

Produzida por mulheres jornalistas, a reportagem caracterizava as mulheres da matéria principal, como “esposas”, “divorciadas”, “mães”, “donas de casa”, dizendo quem eram, e sobre as profissões “masculinas” nas quais trabalhavam, uma vez que a maioria delas se inspirou nos “maridos” ou “irmãos” para escolher ingressar no trabalho. Na matéria, as personagens relatam ainda que precisam tomar atitudes “masculinas” sem deixar de ser “femininas” e “sem descer do salto”. De acordo com a Costa&Yannoulas (2011), “as funções de reprodução social e biológica no mundo privado ainda recaem sobre as mulheres, mesmo aquelas que se arriscam por um mundo tradicionalmente masculino”.

Nas matérias correlatas, as personagens são empreendedoras que investiram no próprio negócio, caracterizando-as. Os ramos de negócio são floricultura e cosméticos. Outra correlata, fala do perfil da profissional no mercado de trabalho.

Chama atenção ainda a diagramação da matéria, que além das fotos das mulheres caracterizando seus trabalhos, traz um fundo azul e elementos como batom, salto, flor e bolsa. Além disso, no Box que traz dicas para as mulheres empreendedoras, ao citar os ramos de negócios, as sugestões são cosméticos, alimentos, eventos e moda, é contraditório quando se tem na matéria principal o incentivo às mulheres apostarem em profissões “masculinas”.

As fontes de informação são as próprias personagens, especialistas, professores, e a ótica pela qual se guia as jornalistas para narrativa não prioriza dados sobre a situação das mulheres nas profissões citadas, no que se refere à quantidade, desigualdades salariais, por exemplo. Não há informações sobre legislação, estatísticas, ou políticas públicas.

As edições pré-selecionadas do Jornal do Tocantins no mês de março traziam algumas matérias com foco na presidenta Dilma Rousseff, na operação Lava-jato, no processo de impeachment. Uma dessas chamou atenção, pois de forma indireta, embora devesse ser direta, traz a questão da violência contra a mulher.

Uma reportagem da edição nº 6704, na editoria de política, do dia 09 de março, tem como título “Dilma faz apelo por ‘diálogo’ e ‘união’” – da agência Folhapress. O texto traz como foco questões sobre o então anunciado rito de *impeachment*, com declarações de Dilma sobre a continuidade do seu mandato, etc. No entanto, vale destacar que tais declarações foram dadas durante um “evento para assinatura de portaria na área da saúde” (trecho da matéria), portaria que só foi citada a partir do 7º parágrafo dos 10 totais da reportagem. A portaria em questão regulamenta pelo SUS a realização de cirurgias plásticas reparadoras, decorrentes de sequelas causadas por violências contra a mulher. O Jornal do Tocantins não repercutiu esse assunto, com especialistas, ou dados, por exemplo, para orientar as mulheres do Estado sobre essa política, etc. Apenas reproduziu uma matéria da agência Folhapress, cujo foco era o mandato da presidente Dilma.

A análise do conteúdo de matérias que trazem esse viés político abrem questões para outras ponderações, como a imagem da mulher política, e os desafios e ataques que enfrentam quando ocupam esses cargos, no entanto, tal abordagem já abre margem outro estudo.

O aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha – considerada pela ONU como uma das legislações mais importantes do mundo para o enfrentamento da violência contra a mulher –, e os avanços adquiridos nessa primeira década da Lei não integraram o agendamento do Jornal do Tocantins, ficando restrita apenas aos artigos de opinião.

Foram dois artigos de opinião, escritos por duas promotoras de justiça, publicados na edição nº 6834, do dia 07 de agosto, data do aniversário da Lei, que falavam sobre a Lei. Citavam políticas públicas, a luta pessoal de Maria da Penha, casos recentes de violência contra a mulher, a importância de romper o silêncio, da contribuição da primeira década de sua sanção, o reconhecimento mundial de sua importância, além de trazerem dados estatísticos da violência doméstica, o histórico da Lei, e dos desafios para sua efetivação.

Em todo período analisado em agosto, foram duas reportagens, sendo uma matéria de capa, além de quatro notas, sobre violência contra mulher, que traziam basicamente um conteúdo também informativo, sem muitas informações contextuais. Uma delas falava sobre a prisão de um suspeito de matar dois bebês no Estado de Goiás, mas que foi preso no Tocantins. Ele era natural do Estado. O homem teria matado os bebês da sua ex-namorada, porque não aceitava o término do relacionamento.

A *Asociación Civil La Casa del Encuentro* da Argentina adota a denominação “*feminicidio vinculado*”, para contabilizar dados em que os homens agridem, matam, as pessoas que são próximas às mulheres para atingi-las. “*Partiendo del análisis de las acciones del feminicida, para consumir su fin: matar, castigar o destruir psíquicamente a la mujer sobre la cual ejerce la dominación*”

(RICO&TUÑEZ, 2013, p. 25). De acordo com a publicação do *Observatorio de Femicidios* “Adriana Marisel Zambrano” de *La Asociación Civil La Casa Encuentro*, o livro “*Por Ellas – 5 Años de Informes de Femicidio*”, entre os anos de 2008 a 2012, foram registrados na Argentina 166 vítimas do “*femicidios vinculados*”, entre elas, homens e mulheres, meninas e meninos. No Brasil, o feminicídio passou a ser tipificado como crime somente em 2015 e o termo não foi encontrado em nenhuma das notícias clippadas para esta pesquisa.

Seguindo na análise das notícias do mês de agosto, foi identificada uma matéria que falava de um homem que foi preso por matar a ex, o que atualmente segundo a legislação brasileira é considerado crime de feminicídio. Outra matéria, trazia a denúncia de tentativa de uma jovem militante do Partido Social Cristã (PSC) contra o deputado e pastor Marcos Feliciano, com foco no vídeo que ele gravou dizendo que embora perdoasse a moça, esperava que ela fosse “responsabilizada pela falsa comunicação do crime”.

De forma geral, todas as matérias analisadas tinham a mesma narrativa factual, com viés policial, identificando vítima e agressor, tendo como fonte a Polícia, sem mencionar legislação, políticas públicas ou estatísticas sociais sobre o tema.

A matéria de capa da edição nº 6838, do dia 12 de agosto, traz o caso de uma menina de 15 anos que “teria sofrido estupro coletivo na Capital”, o título interno da reportagem era “Polícia investiga mais um caso de estupro”. A matéria foi escrita por uma mulher, caracteriza apenas a vítima, mas sem identificá-la com nome ou iniciais, assim como idade, tinha 15 anos. Mais uma vez a ótica adotada foi a narrativa factual, e além da Polícia, há informações da Secretaria de Segurança Pública e OAB. Ao narrar o fato, a jornalista cita a situação do “processo correr em segredo de justiça”, conforme assegura a Constituição, e do atendimento que a vítima recebeu na Rede. Quanto às estatísticas, apesar do título enunciar “mais um estupro coletivo”, não há dados na

matéria que fale de quantos mais estão sendo investigados, entre outras informações.

No mês de novembro, foi identificada uma matéria sobre a pauta violência contra mulher¹⁷ com indícios de uma cobertura jornalística que cumpria a função social de promover a discussão qualificada sobre a violência contra a mulher, com um conteúdo contextualizado, com certo aprofundamento investigativo, ao contrário do que se observou na maioria das matérias analisadas pela ANDI e Instituto Patrícia Galvão sobre a violência contra a mulher.

Os dados coletados revelam que o foco majoritário dessa cobertura está em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial, deixando de lado uma abordagem mais ampla do problema. Segundo o levantamento, mesmo após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, os veículos noticiosos brasileiros ainda têm dificuldades em tratar a violência contra as mulheres como fenômeno complexo e multidimensional (VIVARTA, 2011, p.8).

No entanto, embora a leitura de uma matéria com essas características promova certo otimismo, é preciso considerar que é apenas “uma” entre tantas que circulam diariamente no veículo estudado, que seja na imprensa de forma geral. Apesar do fio de esperança, ainda há um longo caminho pela frente para o que o jornalismo de fato cumpra esse papel social.

A reportagem de capa da edição nº 6929, do dia 25 de novembro, trazia alguns dizeres na capa que já dava o indicativo da abordagem que viria na matéria completa. “Superando traumas e dores” era o título; e “Violência – No Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, casos como o da assistente social Jéssica Gomes, que deu a volta por cima e largou o seu agressor, mostra que é possível ser feliz, psicólogo orienta”; e a legenda foto era

¹⁷ Nesse período, o Jornal do Tocantins já contava com novo formato.

“Jéssica Roseanne Gomes foi vítima e presenciou vários atos de violência contra a mulher dentro de casa”.

A reportagem, escrita por um jornalista homem e com duas páginas (abertas), tem como título interno “É possível viver”. Com conteúdo que apresentava abordagem informativa e interpretativa, caracterizou a personagem, com nome, idade, profissão, de onde veio, o histórico de violência que vivenciou desde a infância até a libertação do agressor e a emancipação por meio do estudo. A reportagem traz especialistas na área, como psicólogos, médicos, e profissional do direito, e tem como fontes o Ministério Público, a personagem, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e Organização Mundial de Saúde. A ótica investigativa do jornalista foi guiada por uma narrativa para além do factual, também interpretativa, narrando a história de superação da personagem, e trazendo uma visão mais ampla e global do fato informado.

Cita a Lei Maria da Penha, seus objetivos, os tipos de violência descritos na Lei, inclusive dando exemplo. Aborda as políticas públicas, como cursos profissionalizantes do “Sistema S” e da rede de proteção às mulheres vítimas de violência. Apresenta uma série de dados estatísticos sobre a violência contra a mulher, de diversos tipos e situações de violência às quais as mulheres estão diariamente submetidas.

Na matéria principal, há boxes que trazem dados, orientações, conteúdo educativo, e opinião de especialistas. A reportagem, que é de capa, traz critérios jornalísticos, e faz cumprir o papel social do jornalismo, para além de informar trazendo números que demonstram a gravidade dessa situação, mas também mostrando caminhos para superar esse problema social. No entanto, vale destacar que não há citação sobre a luta dos movimentos de mulheres e feminista, apesar de constar na análise feita por uma procuradora que consta na matéria, porém, a profissional cita que a base do problema é o machismo e patriarcado.

Além dessa análise, há um boxe onde uma médica psiquiátrica aponta como um agressor em potencial pode ser identificado, sobre a violência contra a mulher ainda ser socialmente aceita; e como buscar meios de sair da situação de violência.

Considerações Finais

Considerando que na teoria jornalística do agendamento a mídia consegue definir sobre quais assuntos as pessoas vão falar e, ainda, dizer como pensar, quando temas como a violência contra a mulher, por exemplo, ganham espaço na mídia teria mais chance de despertar a atenção da esfera pública (TRAQUINA, 2005). Ademais, integrando a agenda das redações, poderia ser abordada de forma mais aprofundada e figurar na lista de prioridades da sociedade e do Estado.

Logo, há de se considerar também que a igual capacidade que a mídia tem de agendar temas e suscitar o debate, ela também pode suprimir e silenciar assuntos relevantes ao mesmo tempo em que complexos. No entanto, definir o que é notícia e o que será noticiado é um desafio diário vivenciado no jornalismo, e permeia a discussão teórica sobre os critérios da noticiabilidade e os valores-notícias.

O comportamento do Jornal do Tocantins reflete muito do que foi constatado pelo estudo realizado pela ANDI e Instituto Patricia Galvão. Levando em conta tendências da cobertura, os conteúdos, a identificação dos atores envolvidos, a ausência de informações contextualizadas sobre a legislação, políticas públicas e menções a estatísticas sócias, além da ótica investigativa do jornalista ser conduzida sempre pela narrativa factual, deixa o jornalismo ainda distante de contribuir efetivamente para o enfrentamento desse problema social. O termo feminicídio, por exemplo, não foi encontrado em nenhum dos conteúdos analisados.

A situação das mulheres vítimas de violência é um problema grave, e a mídia poderia ajudar a transformar esse cenário, levando ao debate público esse problema social, com abrangência de conteúdo, ética, aprofundamento investigativo, e dados, sem restringi-lo ao viés policial, muitas vezes sensacionalista e preconceituosa.

Não há um olhar interpretativo e aprofundado quanto à cobertura da violência de gênero e o jornalismo não está cumprindo uma função social, de trazer essas questões à agenda midiática, com abrangência de conteúdo, ética e aprofundamento investigativo, e assim contribuindo para os avanços na busca de soluções. No entanto, é preciso ressaltar ainda que, exceto na matéria sobre o pastor e deputado Marcos Feliciano culpabilizando a vítima, não foi identificada nenhuma outra tentativa de culpabilizar a vítima, o que já é avanço.

Por fim, a leitura de uma matéria como a do dia 25 de novembro promove certo otimismo, mesmo que seja apenas “uma” entre tantas que circulam diariamente no veículo estudado, que seja na imprensa de forma geral. Apesar do fio de esperança, ainda há um longo caminho pela frente para o que o jornalismo de fato cumpra esse papel.

Referências

ÁLVAREZ GONZALEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: SOF / Expressão Popular, 2010.

RICO, Ada Beatriz; TUÑEZ, Fabiana [et.al]. **Por Ellas... 5 años de Informes de Femicidios Observatorio de Femicidios en Argentina**. 1era edición. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, 2013.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos; GARCIA, Loreley Gomes. Violência contra mulheres na agenda midiática. In: **Revista Espaço do Currículo (Online)**, v. 4, p. 1-19, 2011. Disponível em:

http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view_/3762/5841.

Acesso em: 02 de dez 2016.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2014 - **Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acesso em: 25 de nov 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=o&cat=&tema=NaN>. Acesso em: 25 de nov 2016.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Ligue 180: uma década de conquistas**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacaoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>. Acesso em: 25 de nov 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 25 de nov 2016.

COSTA, Luiz Armando. **Jornal do Tocantins: 37 anos de resistência às crises financeiras. Quase uma religião para manter a perspectiva visionária de Seu Jaime**. Disponível em: <http://luizarmandocosta.com.br/noticia/jornal-do-tocantins-37-anos-de-resistencia-as-crisis-financeiras-quase-uma-religiao-para-manter-a-perspectiva-visionaria-de-seu-jaime/8763>. Acesso em: 02 de dez. 2016.

COSTA, Anabelle Carrilho da, YANNOULAS, Sílvia. Cristina. **Construindo novos túneis: subterfúgios das engenheiras para deslocar as fronteiras da divisão sexual da ciência e da tecnologia**. INTERthesis (Florianópolis), v.8, p.36 - 56, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p36> Acesso em: 10 de dez. 2016.

FERREIRA, Claudia. BONAN, Claudia. Mulheres e Movimentos. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa mulheres brasileiras nos espaços público e privado**. São Paulo, Agosto de 2010. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em: 25 de nov 2016.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, C. M.. Caso Isabella Nardoni: um olhar sobre a qualidade da cobertura jornalística sob o tema violência. **Revista Querubim**, v. 11, p. 42-47, 2010.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. São Paulo: Publischer Brasil, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais- Flacso; 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 25 de nov 2016.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. ANDI; Instituto Patrícia Galvão. Brasília: 2011. Disponível em <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-te>. Acesso em: 25 de nov 2016.

CAPÍTULO 8

ASPECTOS GERAIS DA VIOLÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Clifton Moraes Correia¹
Rodrigo Barbosa e Silva²

1. INTRODUÇÃO

A violência em todas as suas formas tem sido uma das grandes causadoras das mazelas ocorridas no mundo ao longo dos séculos. Seja pela força física, por meio de guerras e batalhas ou pela degradação sexual e moral, a violência sempre gera consequências negativas não apenas pelas vítimas, mas principalmente para toda a sociedade.

As questões envolvendo a violência sempre servem de debates e discussões. Seja pela discussão da sua origem, ou pelas suas causas e consequências, seja pelas análises sociais dos seus agentes. De qualquer maneira, a violência sempre gera e gerará debates e controvérsias quanto a sua caracterização.

Independente desses fatores, o fato é que a violência está em pauta no cenário internacional, devido o aumento da sua prática e da sua extensão. Mulheres, negros, homossexuais, crianças, idosos, dentre outros perfis, estão sendo vítimas cada vez mais da violência.

O que se nota é que essa onda de violência é causada, como já citada acima por vários fatores e que acaba por mostrar um pouco como ela se inicia e se propaga ao longo do tempo,

¹ Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo pelo OPAJE-UFT. E-mail: cliftonmoraes@hotmail.com.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Marília (1999), mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2003) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2012). Atualmente é professor do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) e professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), onde coordena o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e é líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Transversalidade. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

deixando de ser apenas um ato específico para se tornar uma ação maior.

O tratamento dado à violência em todas as suas esferas, tem chamado a atenção não apenas do Poder Público, ainda muito ausente, mas, sobretudo, da sociedade, que cansada de sofrer os seus danos, vem lutando para que essa realidade seja mudada.

Diante de toda essa realidade, o presente estudo busca elaborar de maneira geral as origens da violência, tentando entender como ela se iniciou e como ainda se inicia. Além disso, discorre-se também dos seus tipos e das consequências advindas do seu ato, mostrando claramente que qualquer conduta de violência gera mais violência e mais desestruturação da sociedade e dos indivíduos.

2. A VIOLÊNCIA E SUAS ORIGENS

Muito se discute qual é a origem da violência. Diversas correntes têm surgido apresentando a real origem da violência. O que é unânime, porém, nas causas originárias da violência é um denominador comum: os seres humanos, as pessoas. O principal autor, culpado e vítima é uma pessoa.

Outra questão já pacificada é de que a violência existe desde os tempos primordiais das civilizações, e que foi assumindo novas formas à medida que o homem construiu as sociedades. *A priori*, a violência era compreendida como agressividade instintiva, como forma de sobrevivência do homem à natureza.

O surgimento e a organização das primeiras comunidades, que originou as culturas, criaram também a tentativa de controlar a agressividade natural do homem. Souza (2010) explica que a política foi o principal instrumento de solidificação da violência, com a instauração dos Estados modernos, onde ela era inclusive utilizada como estratégia para a conquista e manutenção do poder.

Com o início das guerras, onde todos os homens são contra todos os homens, a violência ganha contornos mais abrangentes, partindo de um interesse e/ou ideologia política para uma batalha de força física, buscando sempre autenticar o poder. No pensamento do filósofo Hobbes, os homens quando estão em seu estado de natureza são todos iguais, quanto às faculdades do corpo (força) e do espírito (inteligência) e quanto às esperanças de atingir seus fins. Os fins nesse caso são a própria conservação e a sobrevivência da sua vida. No entanto, quando os homens desejam a mesma coisa e ao mesmo tempo, se tornam inimigos e lutam entre si em defesa de seus interesses pessoais.

A partir daí, emerge um ambiente de tensão permanente, onde ambos vão à luta em condições de guerra, buscando não apenas o enfrentamento ofensivo, mas numa atitude, tendência ou disposição constante para a luta. Esse contraponto dos interesses políticos e externos para interesses individuais é uma outra forma da violência.

Muito tem se falado de onde vem à violência. Sob um olhar mais humano e individualista, pode-se entender que em muitos casos ela surge ainda no ventre da mãe. Alguns estudiosos como o escritor e filósofo americano L. Ron Hubbard, em suas obras, afirma que a mente humana grava experiências de dor física e emocional ainda na gestação da mãe.

Ele entende que existe um forte relacionamento entre a mãe e a criança durante a gravidez, a ponto de que a criança no útero grava a dor física, como quedas, impactos, etc., e a dor emocional da mãe. Winther (2015, p. 02) afirma que “quanto mais às mulheres são maltratadas durante a gravidez e quanto pior for à infância de nossas crianças, mais violência teremos ao redor. Quanto mais sofrimento, mais chances terá de ser tornar um perigo à sociedade”.

Outra corrente também usada como motivadora da violência, se encontra no convívio social. O aumento do desrespeito às regras básicas de convivência tem levado a uma degradação da

qualidade de vida, a destruição do convívio social e ao isolamento dos indivíduos. De coisas simples, como um “bom dia” ao próximo a casos mais graves, os seres humanos não vêm mais respeitando o seu semelhante, causando a onda de violência urbana já conhecida atualmente.

Segundo Carvalho (2013, p. 01) “como resultado dessa degeneração social, temos os crimes mais graves, que são fruto da má educação, da perturbação mental, e do instinto predatório e violento do ser humano”.

Nos dizeres de Camargo (2014) as causas da violência se remetem ao processo histórico e as várias lutas enfrentadas pelos homens de antigamente. No caso específico do Brasil, Camargo (2014, p. 01) defende que “a escravidão, a colonização mercantilista, o coronelismo, as oligarquias antes e depois da Independência, somados a um Estado caracterizado pelo autoritarismo burocrático, contribuíram para o surgimento e aumento da violência”.

Outros fatores também devem ser citados, como a urbanização acelerada, trazendo um grande fluxo de pessoas para as áreas urbanas, as fortes aspirações de consumo, causadas principalmente pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, as desigualdades sociais que acabam por motivar os agentes menos favorecidos a cometerem atos barbáries, além do pouco investimento na área da educação, que é um dos grandes benefícios que podem diminuir a conduta violenta.

Por outro lado, tem a ausência do Poder Público, que diante de atos de violência pouco fazem ou se omitem da sua responsabilidade. Quando o Estado se ausenta da sua própria comunidade, abre-se espaço para a criação de grupos cujo uso da força física ou do poder autointuído se instala e fortalece.

Diante desses fatores, constata-se que a origem da violência pode ser encontrada em várias situações. Mas o que é comum em todas essas causas é que ela é iniciada pelo homem, ou

seja, as armas, as drogas, o dinheiro, os bens materiais, não são os reais geradores da violência e sim o homem.

2.1 Tipos de violência

Antes de descrever os tipos de violência, é necessário ressaltar o seu significado. Vários são os conceitos que são dados à violência. Mas de maneira geral, a violência “caracteriza-se pela aplicação de procedimentos ostensivos ou ocultos que visam assegurar, moderar ou coibir uma ação do indivíduo ou grupo social” (SOUZA, 2010, p. 02).

Em outro conceito, tem-se:

Violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Brasil, 2005).

Há diversas formas onde a violência se apresenta. Seja qual for o ambiente ou a situação em que ela esteja presente, os seus atos serão sempre em desacordo com o senso comum, não sendo tratado como algo normal, independente de qual seja a classe social ou religião do indivíduo.

Em relação aos seus tipos, inicialmente encontra-se a violência física, que é mais praticada entre os indivíduos. Esse tipo de violência se caracteriza como qualquer conduta que venha a ofender a integridade ou a saúde corporal de alguém. É aquela violência que está ligada ao corpo humano.

De acordo com Santion *et al* (2012, p. 01) “a violência física é caracterizada pela ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade de uma pessoa, podendo causar lesões internas, externas ou ambas”.

Na violência sexual, também muito praticada, a pessoa é obrigada de modo não consensual a ter relações sexuais (físicas ou verbais) ou a participar de outras relações sexuais com o uso da

força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, ameaça ou qualquer outra forma que venha a anular ou limitar a vontade pessoal.

O Código Penal Brasileiro considera que a violência sexual é caracterizada “de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno” (BRASIL, 2009).

Tem-se também a violência psicológica, que significa:

A violência psicológica é ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação, à auto-estima ou ao desenvolvimento pessoal (SANTION *et al*, 2012, p. 02).

Na violência moral, ela é a ação que visa caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação de outrem. Já na violência patrimonial, pode ser entendida como aquela ação que implica em retenção, subtração, destruição (parcial ou total) de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens e valores.

Há ainda outros tipos de violência que vem sendo bastante praticados, principalmente nos dias atuais, onde os valores de respeito ao semelhante tem sido tão distorcido. Nessa circunstância destaca-se a violência contra a mulher, que é qualquer conduta – ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção motivada apenas pelo fato de a vítima ser mulher.

Nesse cenário, destaca-se ainda a violência doméstica, que ocorre em casa, no ambiente doméstico contra o funcionário (a). Ou ainda a violência familiar, que ocorre dentro da própria família, nas relações entre os seus membros como os pais e filhos ou vice-versa, entre marido e esposa ou sogra e padastro/madastra, dentre outros.

E por fim encontra-se a violência institucional, que é motivada pelas desigualdades de gênero, étnico-raciais, econômicas, etc., e que são predominantes em diferentes sociedades e que estão ganhando cada vez mais espaço, o que acaba por causar desconforto e não-aceitação por parte de determinado grupos sociais, gerando assim a supracitada violência.

3. DAS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA

Uma vez praticado um ato de violência, ocorre de maneira imediata as suas consequências. Seja qual for a consequência, todos os agentes envolvidos juntamente com a sociedade sofrerão as consequências negativas desse ato, e somente negativas, uma vez que ao tratar desse assunto, não há espaço para benefícios ou lado bom.

Danos emocionais, diminuição da autoestima, transtornos de personalidade, diminuição do patrimônio, traumas e em casos mais graves, a morte, várias são os danos vindo da violência ao ser humano, sendo todas elas responsáveis por transformar a vida de muita gente.

A violência social é ainda mais agravante, pois atinge um número maior de vítimas. Além de ser um constrangimento físico ou moral, a **violência** é um ato vergonhoso que vem ocorrendo rotineiramente, em todos os lugares do Brasil e no mundo. Nos dias de hoje, quase ninguém se sente mais seguro em andar na rua, ou na volta ao seu lar, pois o número de homicídios causados pela violência tem deixado muitas pessoas morrerem, causando nas famílias muito sofrimento e dor, seja por causa de um assalto, uma bala perdida ou outra causa de violência.

Completando esse cenário, continuam a ocorrer no Brasil, graves violações dos direitos humanos. As vítimas tendem a serem aqueles que mais precisam de proteção: os pobres urbanos e rurais, os povos indígenas, os negros, as mulheres, os jovens e também aqueles que trabalham em prol dos mesmos: advogados,

sacerdotes, líderes sindicais, camponeses. Os violadores costumam ser agentes do Estado, cuja responsabilidade legal é a proteção dos cidadãos. A despeito de algumas exceções notáveis, a impunidade ainda predomina para a maioria dos crimes contra os direitos humanos.

E é justamente a impunidade que gera ainda mais violência. A omissão de muitos membros da sociedade e do próprio Estado frente aos atos de violências vistos aos olhos nus, acaba por causar ainda mais desordem, pois incentiva ao agente violentador a continuar a praticar seus atos, vez que imagina não haver consequências pelas suas ações.

Nesse sentido, apresenta-se:

Em muitas cidades emergiram forças que passaram a explorar a desintegração social do ambiente urbano, para impor formas próprias de regulação social. As brechas cada vez maiores entre riqueza e pobreza, juntamente com as atividades do crime organizado e a disponibilidade de armas, criaram uma mistura explosiva, em que se deu a escalada da violência social brasileira. Somando-se a isso a inadequação do judiciário e a propensão de certos setores da polícia a agir como juiz, júri e carrasco daqueles que consideram “elementos marginais”, formou-se um vácuo político e legal em que ocorrem violações brutais dos direitos humanos (MORAIS, 2015, p. 01).

Dessa forma, pode-se observar que a violência acaba gerando como consequência social, a perda total da confiança dos brasileiros frente ao Poder Público, ou seja, a relação entre a procura da justiça e a estrutura e motivação do Estado para proporcioná-la e/ou resolvê-la. Desta feita, para a grande parcela dos brasileiros, principalmente para aqueles que integram os setores mais vulneráveis da população, o Brasil é também um país sem justiça. Não é que o povo não acredite na justiça. É que suas convicções são cruelmente destruídas pelas próprias pessoas cujo dever seria preservá-las.

Além da falta de apoio, a violência também gera consequências na família e de forma mais acentuada no indivíduo. A vítima de uma violência claramente irá sofrer as maiores mazelas dessa ação, podendo nunca mais recuperar a confiança ou a autoestima. Tem-se como exemplo, as mulheres, que são as maiores vítimas nos dias de hoje. Todas elas, em maior ou menor grau sempre sofrerão a dor e o sofrimento de serem vítimas de uma violência, se ela for de teor sexual, esse dano é ainda mais forte.

De qualquer modo, há soluções para que a violência não seja cada vez mais presente na sociedade. A repressão controlada e a polícia tem um papel crucial no controle de violência, principalmente quando ela se torna na criminalidade. Todavia, essa repressão controlada deve ser simultaneamente apoiada e vigiada também pela sociedade civil.

De acordo com Camargo (2014, p. 01) “temos de conceber, divulgar, defender e implantar uma política de segurança pública, sem prejuízo da preservação de nossos compromissos históricos com a defesa de políticas econômico-sociais. Os dois não são contraditórios”.

Assim, a solução mais eficiente contra a violência envolve os mais diversos setores da sociedade, não somente a segurança pública ou um judiciário eficiente, mas também demanda com urgência, profundidade e extensão da melhoria do sistema educacional, da saúde, da habitação, do emprego, dentre outros fatores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, fica evidente constatar que a violência vem trazendo terríveis consequências para a população em geral, gerando prejuízos de toda ordem para a sociedade e para

o Estado. Não há nada de produtivo e benéfico no ato de violência, seja em ele contra quem for.

A violência possui raízes na desordem, no escárnio, no prejuízo, no atentado à liberdade do outro, dando à vítima todas as consequências negativas para a sua vida. Por conta disso, é tão combatida, debatida, repudiada e não aceitável no mundo moderno, pois fere os princípios básicos da dignidade do homem.

Para que as suas práticas sejam sanadas, é preciso ter políticas públicas de combate e prevenção, em todas as esferas da sociedade e o Estado, para que o número de vítimas possa aos poucos ser diminuído. Seja nas escolas, no trabalho, na imprensa jornalística ou até mesmo no seio das famílias, a conscientização dos malefícios da violência deve sempre ser abordada.

Referências

Brasil. (OMS) **Ministério da Saúde**. Brasília; 2005. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/>>. Acesso em: 09/06/2016.

CAMARGO, Orson. **Violência no Brasil, outro olhar**. 2014. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-no-brasil.htm>>. Acesso em: 08/06/2016.

CARVALHO, Fábio. **A real causa da violência**. 2013. Disponível em: <<http://ambienteediversidade.blogspot.com.br/2013/08/a-origem-da-violencia-social.html>>. Acesso em: 08/06/2016.

MORAIS, Regis de. **A Violência na sociedade brasileira**. 2015. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/sociologia/a-violencia-na-sociedade-brasileira>>. Acesso em: 06/06/2016.

SANTINON, Evelyn Priscila; SILVA, Lucia Cristina Florentino Pereira da; MELO, Celia Regina Maganha e; PARENTI, Patrícia Woltrich; ARAÚJO, Natalúcia Matos; TRINTINÁLIA, Maryam Michelle Jarrouge; GUALDA, Dulce Maria Rosa. **Direitos humanos: classificação dos tipos de violência contra a mulher e diplomas legais de amparo e prevenção**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 104, set 2012. Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12273>. Acesso em: 06/06/2016.

SOUZA, Rodrigo. **Origens da Violência**. 2010. Disponível em: <<http://professorrodrigossouza.blogspot.com.br/2010/08/origens-da-violencia.html>>. Acesso em: 09/06/2016.

WINTHER, Lucia. **A origem da violência**. 2015. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/a-origem-daviolencia/89936/>>. Acesso em: 09/06/2016.

CAPÍTULO 9

LIBERDADE DE IMPRENSA SOB AMEAÇA: UMA ANÁLISE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO TOCANTINS

Gabriela Pereira Melo¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Introdução

Lidar com a comunicação dos fatos implica muito mais do que um Registro Profissional. Não se trata de diploma, questão para outras discussões, mas enfrentar os riscos pertinentes à profissão. Ser jornalista implica encarar notícias com interesses envolvidos em não divulgá-las, insatisfações sobre como foram divulgadas e emitir opiniões que não são do agrado geral.

Uma relação de risco contínuo e compromisso com o exercício da profissão e a esperança na garantia das liberdades de imprensa, de expressão e de informação contidas nas normas nacionais. A legislação brasileira garante a inexistência de censura e ainda rege com o intuito de garantir que a democracia seja exercida com todos os direitos de comunicar e de ter acesso à informação.

Apesar de toda a garantia dada por lei, os casos de violência contra os jornalistas brasileiros não param. Insatisfeitos com a propagação da notícia se envolvem em agressões de modo a censurar e impedir o livre exercício da profissão. Os jornalistas,

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo (OPAJE-UFT). Membro do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gabrielamelogpm@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor no Programa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

responsáveis pelo apanhado de informações sobre política, economia, dentre outras editorias, que chega a cada indivíduo, recebem barreiras ao tentar produzir o material necessário para que se tenha conhecimento.

Por diversos motivos, os agressores também estão no Tocantins e os jornalistas têm sofrido impedimentos como intimidações, ameaças, agressões físicas e morais. A seguir, esta pesquisa busca entender os casos acometidos no estado, suas origens, vítimas e motivos.

O direito garantido à liberdade de imprensa

A profissão de jornalista implica lidar com informações de compartilhamento indesejado, o que acarreta em riscos ao profissional que trabalha para tornar públicos os acontecimentos diários e em alguns casos, opinar sobre eles. Em meio aos impasses encontrados na profissão e na própria rotina do cidadão, a Constituição Federal de 1988 trata de forma específica, nos artigos 220 a 224 da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e a censura.

Os artigos 5º, inciso IV, IX, XIV e 220 da Constituição regulamentam liberdade de expressão do pensamento e liberdade de imprensa:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
[...]

Art. 220 Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social.

É possível observar que a legislação brasileira dispõe sobre a relevância do livre exercício da profissão, sem censura alguma e ainda da livre expressão do pensamento. O risco acometido aos profissionais quando exercem o direito de expressar e informar implica em restrições, censura e, conseqüentemente, violência moral, física ou psicológica, atos entendidos moralmente como criminosos e puníveis, segundo a legislação.

Logo, por estar previsto no artigo quinto da constituição, é considerado um assunto de extrema relevância, pois tem relação direta com a ideia de democracia, que revela a participação da sociedade em todas as decisões do Estado, tendo-a como algo que é do povo, é feito pelo povo, para o próprio povo, como esclarece Moraes (2012, p.20), o Estado Democrático de Direito é regido por “normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais” e ainda:

A censura prévia significa o controle, o exame, a necessidade de permissão a que se submete previamente e com caráter vinculativo, qualquer texto ou programa que pretende ser exibido ao público em geral. O caráter preventivo e vinculante é o traço marcante da censura prévia, pois, como sendo a restrição à livre manifestação de pensamento sua finalidade antidemocrática, pois, como salientado pelo Ministro Celso de Mello, ‘a liberdade de expressão é condição inerente e indispensável à caracterização e preservação da sociedade livre e organizadas sob a égida dos princípios estruturadores do regime democrático’ (MORAES, 2012. P. 52)

Por essa razão, o Jornalismo tem relação direta com democracia, pois é um direito fundamental previsto na Constituição e serve fortalecer tal ideia. Portanto, o trabalho do jornalista, desenvolvido de forma ética, pode contribuir para fiscalizar o setor público, além das ações dos governantes e envolvidos com os recursos públicos. O acesso às ações do executivo, judiciário e legislativo brasileiro é facilitado pelos veículos de comunicação que as acompanham constantemente.

Segundo Blanco (2014, p.3), a liberdade de imprensa e de expressão contribuem diretamente para escolhas conscientes e “avanços na democracia”, portanto, “a sociedade é a maior interessada no fluxo de informações”.

O cidadão comum que busca atualização sobre política, economia ou decisões judiciais, tem em mãos o jornal resumindo, comentando e selecionando cada fato. Informar-se na fonte é um tanto quanto rebuscado e inacessível para a parcela da população que não tem o costume ou tempo para acompanhar na íntegra uma discussão do Supremo Tribunal Federal, por exemplo.

Apesar da liberdade estabelecida, a Lei de Liberdade de imprensa (Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953) regula a liberdade e responsabilidade dos veículos diante do trabalho desenvolvido. Portanto, não deixa de tratar da punição dos abusos, os casos de calúnia, difamação e injúria ou mesmo, informações falsas. Acrescentou-se a legislação de 1953, o direito de resposta que democratiza e fortalece as ações do jornalismo. Trata-se de dar espaço ao acusado ou acusada pelo jornal para manifestar a versão própria dos fatos.

Direito-dever de informar faz com que a sociedade como um todo acompanhe a vida nacional. E esse acompanhamento implica na procura da eficiência no tocante à administração pública. Por isso é que a imprensa tem esse papel de relevância, para mim insuplantável, na busca de correção de rumos e de dias melhores para esta sofrida República. E que assim o seja, em que pese o horizonte nublado nos dias de hoje. (MELLO, 2014. P.26)

Os abusos realizados por hora na profissão não descaracterizam a liberdade de opinar ou noticiar os fatos sem a existência de censura. Todavia, é necessário destacar a diferença entre censura e controle. A censura remete a regimes ditatoriais e inexistente na democracia vivida no Brasil atualmente. A Constituição, como citado anteriormente, define no artigo 5º, inciso IX proíbe a censura e ainda no artigo 220, § 2º enfatiza que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

Censurar é vedar o exercício da liberdade de manifestação, portanto é que é muito sensível, pois qualquer tipo de restrição pode implicar na sua vedação, indo contrariamente a ideia de democracia, que é o principal pilar do sistema jurídico brasileiro.

Em julgamento, o Supremo Tribunal Federal considerou a lei de imprensa (Lei nº 5.250/1967) não recepcionada pela nova ordem democrática. Dentre outros argumentos, alegaram que não deveria haver censura à liberdade de expressão e liberdade de imprensa exercida, conforme determina a constituição. Para os ministros a lei limitava esses direitos ao exigir o nível superior de jornalismo para o exercício da profissão.

O controle, por sua vez, é permitido pela mesma legislação, mas não retira a liberdade do veículo noticiar os fatos. Pode ser encontrado em formato administrativo no artigo 21, inciso XVI; controle judicial nos artigos 5º, inciso XXXV, e 223, § 5º; controle realizado pelas próprias emissoras; ou mesmo o controle social (art. 224).

O controle social é exercido por meio do Conselho de Comunicação Social instituído pelo Congresso Nacional. Apesar do nome, o Conselho foi criado como órgão auxiliar de consulta ao congresso, de modo a não ter como função fiscalizar, mas realizar estudos para contribuir com os trabalhos legislativos. Portanto, não limita a liberdade de expressão, mas contribui para regulamentações que cooperem para a área no congresso. A lei

8.839/1991 é responsável por regular a matéria e tratar do conselho.

Além disso, é importante destacar a ideia de liberdade de pensamento quando houver excessos, pois é neste momento que entra em cena a fiscalização do Estado, podendo até mesmo chegar ao Poder Judiciário.

Contudo, elucidadas as leis que permeiam os direitos e deveres da imprensa perante a sociedade, é possível conhecer e analisar os excessos cometidos em atos violentos contra os jornalistas em exercício da profissão no estado do Tocantins. Dentre os casos em que a violência é usada para impedir o profissional de exercer seu papel, é possível encontrar ameaças registradas e agressões físicas.

1.1 - O jornalismo sob ameaça

Não é de hoje que os jornalistas são alvos daqueles que não aceitam a publicação de notícias que porventura revelem um lado negativo e que podem demonstrar uma realidade bem diferente da apresentada. No Mundo, no Brasil não são poucos os casos de violência, intimidação e mortes praticadas contra os profissionais da imprensa, na intenção de amedrontar e silenciar os profissionais.

No Tocantins, não é diferente, no último dia 30 de novembro de 2016, o jornalista Wesley Silas da Silva foi surpreendido por uma ligação do atual presidente da câmara de vereadores de Gurupi, Wendel Gomides. Na ligação uma série de xingamentos e ameaças, tudo isso porque no portal de notícias de propriedade do jornalista havia sido publicado um artigo de opinião, onde um leitor descrevia a atuação do parlamentar que parecia atender os interesses pessoais, deixando de lado a coletividade e a população. A publicação do texto foi o suficiente para que vereador se revelasse um homem ameaçador, e por outro lado o jornalista se sentiu no dever de revelar o ocorrido e buscar

Itaporã Tida Guerra para produzir material publicitário para a campanha, em vez de captar as imagens que precisava, foi abordado por três homens, eles partiram para agressão física, destruíram o equipamento e partiram para a intimidação com ameaças. O jornalista prestou queixas na delegacia da cidade mais próxima, Colmeia, onde foi lavrada a ocorrência. Nunca mais se ouviu falar do caso.

No mesmo ano e no mesmo mês, mais um caso envolvendo jornalistas, dessa vez na cidade de Juarina. O governador na ocasião, Siqueira Campos, se irritou ao ser questionado pela repórter Thais Ramalho, que na época trabalhava para o Portal Cleber Toledo, sobre a relação com o senador João Ribeiro e a deputada estadual Luana Ribeiro. Segundo matéria publicada no portal sobre o tema, o gestor teria dito: “Não tenho problema com ninguém. Agora, se você veio para arranjar uma opinião sobre Luana, Pedro, Paulo Joaquim, pode tirar o seu cavalo da chuva, meu amorzinho”, e não parou por aí, Siqueira também apertou o queixo da repórter e disparou: “Você não vai conseguir que eu dê um palpite nem contra nem a favor de ninguém, meu anjo”. E finalizando, na saída do evento teria jogado o chapéu na repórter.

Ainda de acordo com a matéria publicada pelo Portal CT⁵, outro caso teria acontecido com outra repórter em abril do mesmo ano. Ao ser questionado sobre a participação da Delta Construção S/A na administração estadual, o governador Siqueira Campos perdeu a paciência e para a pergunta feita, teria disparado “minha filha, você pergunte isso ao diabo. Faça essa pergunta ao diacho, e a mim não. Nesses dois casos só houve o registro por parte do site que teve os profissionais desrespeitados.

Teve ainda o caso do assessor de comunicação da prefeitura de Lagoa da Confusão⁶, Wiliam Gonçalves de Souza

⁵ <http://www.clebertoledo.com.br/n48137>

⁶ <https://agexonline.wordpress.com/2012/08/22/jornalista-acusa-presidente-de-camara-municipal-de-tocantins-de-agressao/>

Borges que foi agredido com socos e pontapés pelo presidente da Câmara Municipal, Vagner Oliveira. O motivo foi o registro fotográfico para uma reportagem sobre saúde pública na região. O jornalista sofreu escoriações nas mãos, além de golpes na cabeça e nas costas.

O caso mais grave foi do repórter da Record News de Araguaína⁷, Luis Schewelm, que sofreu golpes na cabeça com uma barra de ferro e teve costelas quebradas durante a cobertura de uma caminhada seguida de comício da coligação “Estreito vai mudar”. Incitada por um locutor que fazia a divulgação em carro de som, a população se volta contra o jornalista por acreditar que ele espionava para o adversário e juntamente com vereadores o ataca violentamente com chutes, pontapés e um golpe na cabeça dado por uma chave de roda, o profissional foi levado desacordado em cima de uma caminhonete até o hospital mais próximo, e de lá transferido para Araguaína com suspeita de traumatismo craniano e costelas quebradas.

De acordo com a FENAJ (2012) no ano de 2012, houve um preocupante aumento do número de casos de violência contra jornalistas no Brasil, desde agressões verbais à violência extremada dos assassinatos de profissionais. Três jornalistas e outros sete profissionais da comunicação foram mortos e, ao que tudo indica, por causa de suas atividades profissionais. Os números preocupam, pois significam mais do que atentado às pessoas, “é um atentado contra a liberdade de expressão e de imprensa e contra o direito, garantido a todos os cidadãos, de acesso à informação”.

O Relatório 2012 violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, destaca que a região Norte em 2012 foi a segunda mais violenta, com o registro de 17 casos de agressões aos profissionais.

⁷ http://www.tocnoticias.com.br/ler_noticia03.php?idnoticia=2471

A maioria das vítimas de violência em razão do exercício profissional do Jornalismo foi do sexo masculino, onde o registro foi de 68 casos de agressões contra jornalistas do sexo masculino e 24 contra profissionais do sexo feminino. Existiu também dez casos em que o gênero do jornalista agredido não foi identificado. Nesse ano, três jornalistas foram assassinados.

O ano agora é outro, o cenário também. No Brasil explodem as manifestações de ruas e com elas o pior ano para os profissionais da imprensa. A FENAJ classificou 2013 como o ano da violência de rua contra a categoria. Na cobertura das manifestações populares 143 jornalistas e outros quatro comunicadores populares sofreram agressões, mas no total 181 sofreram algum tipo de violência, um número 133% maior que no ano anterior. Seis casos foram registrados no Tocantins.

Os jornalistas continuaram sendo vítimas de violência, intimidações, ameaças, agressões físicas e verbais, impedimento do trabalho e mortes, bem menores que nos anos anteriores – foram registradas apenas duas -. Agora os agressores também eram os policiais, manifestantes e também os políticos.

No Tocantins parlamentares destilam palavras ácidas contra jornalistas, mesmo com o flagrante ilícito, eles partem para as ofensas em busca de defender ações indevidas praticadas por parlamentares e ou familiares. Em abril de 2013⁸, o deputado Wanderley Barbosa não economizou nos substantivos para desqualificar o jornalista Eduardo Lobo por ter publicado no Site T1 notícias, matéria que revelava aos cidadãos que o filho do parlamentar, servidor da prefeitura de Palmas, não cumpria expediente no paço municipal e sim no gabinete do pai deputado, esse por sua vez, esqueceu ser representante legítimo do povo e na tribuna não economizou palavrões e xingamentos, tanto ao repórter, como o site e também a proprietária. Um outro deputado

⁸ <http://m.tnnoticias.com.br/politica/barbosa-volta-a-atacar-portal-e-reporter-stalin-pega-carona-e-faz-xingamentos/48195/>

e já conhecido da imprensa por desrespeito aos jornalistas também resolveu engrossar o coro. Stálin Bucar tomou as dores e também disparou pesado contra os jornalistas. Como ação efetiva somente o pedido do Sindicato da categoria pedir ao Ministério Público Estadual e FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas medidas contra ataques constantes aos profissionais da imprensa no Estado.

O repórter Eduardo Azevedo⁹ foi vítima de uma agressão inusitada. O governador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos, puxou-lhe as duas orelhas, durante coletiva, porque este lhe fez uma pergunta sobre assunto diferente da pauta da entrevista coletiva previamente divulgada.

O jornalista Eduardo Lobo foi agredido verbalmente pelo deputado Wanderley Barbosa, na Assembleia Legislativa. O deputado desrespeitou o profissional chamando-o de vagabundo e outros termos de baixo calão, atitude considerada uma tentativa de intimidação ao trabalho do repórter e atentado às liberdades de expressão e de imprensa.

Manifestantes hostilizaram duas equipes da TV Anhanguera¹⁰, retransmissora da TV Globo, na cidade de Palmas, em 20 de junho. As equipes eram compostas pelos repórteres: Ana Paula Rehbein, Charles Barros, Paulo Carneiro e Dinaredes Parentes. Apesar de os repórteres terem enfrentado dificuldades para realizar entrevistas e gravar, não houve agressão física, apenas intimidação ostensiva, com gritos como: “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”.

O ano de 2014 também não foi fácil para os jornalistas, ainda no reboque das manifestações populares e por se tratar de um ano político. Foram registrados três assassinatos e 129 casos de agressão. Pior que as agressões é a certeza da impunidade e que

⁹ <http://www.t1noticias.com.br/politica/incomodado-com-pergunta-siqueira-campos-se-irrita-e-puxa-orelha-de-jornalista/53129/>

¹⁰

<http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/59538/equipe+da+globo+em+palmas+to+e+cercada+e+ofendida+por+manifestantes>

nada não passará de um reportagem nos sites na maioria dos casos, e exatamente por entender que essa é uma situação grave que a ONU – Organização das Nações Unidas aprovou a criação do Dia Internacional pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas, com data fixada em 2 de novembro. Felizmente para o Tocantins, o ano foi atípico e nada se ouviu falar sobre agressão a jornalistas.

Quadro diferente em 2015, em comparação com o ano anterior, houve um acréscimo no número de casos de violência contra jornalistas, saltando de 129 para 137, com a morte de dois profissionais, um deles, estrangeiro. Este ano também aparece um dado preocupante, cresce o número de assassinatos de outros profissionais da comunicação. Segundo a FENAJ (2015) radialistas, comunicadores populares e blogueiros foram vítimas em nove casos.

Ainda de acordo com a Federação, entre as violências sofridas pelos jornalistas, 49 delas são agressões físicas (a maioria sofrida nas manifestações populares), 16 casos de agressões verbais, 28 são de ameaças e ou intimidações, nove atentados, 13 ocorrências de impedimentos do exercício profissional, nove cerceamento à liberdade de expressão por meio de ações judiciais, um caso de censura e oito prisões. No Tocantins foram quatro casos registrados no Relatório 2015 da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, e um que não consta da publicação.

Em oito de março o repórter cinematográfico Fábio Dione, do programa Rota de Araguaína, foi agredido e teve a câmera quebrada, enquanto fazia uma reportagem policial. Ele registrava imagens de uma ocorrência que envolvia tentativa de roubo e um familiar da vítima, ao tentar impedir o registro da imagem, deu um chute nas costas do profissional.

Dois meses depois novo registro, o repórter cinematográfico Elciomar Lino, foi agredido com um soco por um vigilante que presta serviços de segurança no Hospital Geral

Público de Palmas (HGPP). Ele fazia imagens para reportagem da TVE Palmas, quando o agressor lhe desferiu vários socos, que atingiram sua boca, seu queixo, peito e braço esquerdo. Elciomar estava na companhia da repórter Charlyne Sueste, que foi empurrada e agredida verbalmente ao questionar a agressão. A equipe estava autorizada pela Secretaria de Saúde do Estado a entrar no hospital e estava acompanhada do assessor de comunicação da unidade hospitalar.

No mês de outubro, o jornalista Emivaldo Alves teve negado o acesso ao sinal de internet por um servidor da área de tecnologia da informação da Assembleia Legislativa do Tocantins. Ele necessitava do sinal para transmissão de notícia a Brasília.

No encerramento do ano, o jornalista Claudemir Brito, repórter e editor do portal de notícias que tem o seu nome, foi agredido dentro da Câmara de Vereadores, quando registrava a sessão do dia 10 de dezembro, que tratou de projetos polêmicos, como o aumento do IPTU e a autorização para a venda de imóveis públicos. O irmão de um secretário de governo do Município tentou evitar que as imagens fossem feitas, dando um tapa no aparelho celular do repórter, que também foi atacado fisicamente e sofreu ameaças para que as imagens não fossem divulgadas. Os agressores foram contidos por policiais militares e um grupo de populares presentes na sessão. O repórter saiu da Câmara de Vereadores escoltado pela Polícia Militar.

E teve ainda a agressão à equipe da TV Anhanguera de Araguaína¹¹. O repórter Lucas Ferreira e o repórter cinematográfico Phablo Martis dos Santos foram agredidos por um servidor do Hospital Regional de Araguaína. Os dois faziam a cobertura da greve dos servidores, quando o servidor público ordenou que eles se retirassem do local, o que foi prontamente atendido, porém as filmagens continuaram em frente à Unidade de

¹¹ <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/12/equipe-da-tv-anhanguera-e-agredida-durante-gravacao-no-veja-video.html>

Saúde, o que causou irritação e uma ação inesperada de empurrar o profissional, e consequente derrubada e a quebra do equipamento de filmagem. Antes disso o microfone e celular do repórter já havia sido tomados. O Relatório de 2016 ainda não foi divulgado, mas já existem notícias de casos de intimidação a imprensa.

Manifestantes ocuparam a parte externa do Grupo Jaime Câmara¹² no Tocantins, pixaram as portas do prédio, impediram a saída dos trabalhadores e por horas protestaram nas imediações, impedindo inclusive o trânsito no local.

Numa outra ocasião¹³, uma equipe fazia a cobertura de uma manifestação em frente a sede do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária em Palmas quando o veículo foi atingido por uma líquido vermelho, semelhante a tinta.

E o jornalista Bernardo Gravito¹⁴ sofreu intimidação na pagina pessoal do *Facebook*, o fato teria ocorrido porque em uma matéria o profissional escreveu a palavra campus, com acento, o que o leitor destacou ser errado, e escreveu várias palavras pejorativas e ofensivas, numa alusão que a redação estava equivocada insinuando que o profissional não teria tido uma formação adequada e propagando um discurso de ódio e intolerância.

Análise dos dados

É válido lembrar que a Região Norte foi classificada no último registro da Fenaj (2015) como a terceira região mais

¹² <http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/manifestantes-atingem-funcion%C3%A1rio-e-guarda-no-grupo-jaime-c%C3%A2mara-1.1100472>

¹³ <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/06/manifestantes-fazem-protesto-e-ocupam-sede-do-incra-em-palmas.html>

¹⁴ <https://eduardoazevedo.wordpress.com/2016/04/01/discurso-de-odio-apos-discussao-sobre-grafia-da-palavra-campus-internauta-xinga-jornalista-tocantinense-e-dispara-voce-e-a-cara-dos-ineptos-formados-na-uft-incompetente/>

violenta do país, responsável por 16,06% das ocorrências. Em primeiro lugar no *ranking* está Sudeste, levando em consideração o significativo número populacional das grandes cidades, não é uma porcentagem de ocorrências assustadora quando se fala em proporção, tendo em vista regiões menos habitadas; e em segundo lugar, a região nordeste.

Os casos de violência de modo a censurar ou limitar o exercício da profissão implicam, como já especificado, em crimes tanto de violência como de violação à liberdade de expressão, liberdade de manifestação do pensamento e liberdade de informação, direitos garantidos por lei. Os casos de violação podem ocorrer por diversas origens, inclusive, por autoridades de maior responsabilidade diante da legislação.

Para a análise de dados, é possível ter uma visão ampla dos registros dos casos de violência contra os jornalistas do Tocantins que totalizaram 17 entre o início de 2012 e final de 2016. O estudo se dará pelo tipo de violência causado ao profissional, o gênero do profissional e a caracterização do agressor, lembrando que em cada caso de violência registrado, pode haver registro de um ou mais tipos de violência, um ou mais tipos de agressores e um ou mais profissionais, variando nos gêneros.

Tabela 1: Tipos de violência

Violência	Quantidade de casos
Ameaça/Intimidação	5
Agressão Física	7
Assédio Moral/ Violência Psicológica	6
Impedimento ao exercício profissional	1
Atentado à instituição	1

A agressão física ao profissional lidera, sendo cometida em seis dos casos a vítimas do sexo masculino e apenas um do sexo

feminino. Apesar de no Brasil inteiro, o número de jornalistas mulheres ser superior ao de jornalistas homens, como afirma a Fenaj (2015), as violências contra jornalistas homens supera em relação às mulheres. No Tocantins não é diferente, principalmente quando se trata da violência física.

Em segundo lugar, é possível observar a violência moral ou psicológica com seis registros, sendo quatro por agressores caracterizados como autoridades públicas. As autoridades públicas do Tocantins lideram a intolerância ao exercício do jornalismo.

Consequente, a violência por ameaças ou intimidações, cinco registros, em três casos por autoridades públicas, um por manifestantes e outro por um segurança. As causas de intimidações são diversas, observa-se a crítica pelo estilo de retratação dos fatos às grandes empresas de comunicação, como a afiliada da TV Globo, por parte dos manifestantes; cidadãos incomodados com a exposição de situações pessoais e ainda pessoas públicas incomodadas com a interpretação dada à atuação no representar a sociedade.

Tabela 2: Gênero

Gênero	Quantidade de casos
Homem	13
Mulher	5

Como já retratado, as jornalistas mulheres dominam o mercado de trabalho. Para comprovar, a Fenaj (2012) em relatório sobre o perfil dos jornalistas brasileiros detectou que 64% dos profissionais são mulheres e apenas 36% homens. Ainda assim, os homens têm sofrido mais com a violência e intimidação ao livre exercício da liberdade de imprensa.

Apesar de não ser vítima nesse caso, a violência enfrentada pelas mulheres tem sido de outras origens no mercado de trabalho. O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (2016) questionou

jornalistas mulheres do Brasil se acreditam que já deixaram de serem designadas a uma pauta pelo fato de serem do sexo feminino. A resposta de 70,7% das entrevistadas foi sim. O fato deixa o questionamento quanto a que tipo de pauta as mulheres são conduzidas. Outro dado da pesquisa é que 77,9% das entrevistadas afirmaram sofrerem assédio moral.

Tabela 3: Caracterização do agressor

Agressores	Quantidade de casos
Políticos/ Assessores/ Parentes	10
Manifestantes	3
Seguranças	1
Populares	3
Não identificados	1

Por fim, a identificação dos agressores que em sua maioria estão relacionados a cargos de autoridades públicas. Os dados são alarmantes quando se pensa em tamanha função dos agentes políticos diante da expressão da democracia e representação da sociedade. Há uma contradição, tendo em vista a responsabilidade pela tomada de decisões e proteção da lei, mas nos casos citados não a respeitam, tornando habitual e comum, os abusos cometidos, e a impunidade.

Júnior (2015, p.1) fortalece que a censura ou ameaça advindas do poder público são situações que em hipótese alguma acrescentam a um “Estado livre, para o pleno exercício da profissão do jornalista e para a ampla liberdade de expressão”. Pode se considerar plena ameaça à democracia vivida e à liberdade de comunicar.

Conclusão

O Estado do Tocantins muito tem a desenvolver, tanto a questão cultural, quanto a importância do livre exercício do jornalismo e exposição dos fatos. Agressões extremas e intimidações ameaçam a democracia, a liberdade de expressão, o direito à manifestação de pensamento e acesso aos acontecimentos no Estado, fatos que levam o cidadão a formar a sua convicção sobre a política e o atual cenário, ou seja, a essência do exercício da democracia. Jornalistas que perguntam demais, segundo agressores, podem ser impedidos de continuar seu trabalho com a certeza da impunidade pelo outro lado.

As mulheres jornalistas têm buscado a sua colocação no mercado de trabalho, mesmo diante dos obstáculos apresentados como assédio, representam a maioria na profissão, mas são isentas, em ser maioria, nos tipos de violência analisados. A maioria dos casos de violência contra os jornalistas são contra homens, sejam cinegrafistas ou repórteres de diversas empresas de comunicação.

Os dados mais alarmantes são quanto aos agressores, pois além de estarem presentes na comunidade, encontram-se principalmente no poder público, este, na verdade, o maior responsável por representar e resguardar as leis pensadas para o bem comum. Instrumentos positivos são usados para interesse próprio em forma de abuso de poder e certeza da impunidade.

Ignorar os que correm atrás dos fatos, destrata-los e até agredi-los é parte das ações dos agressores presentes em maioria no poder público. A cultura do excesso de poder e da falta de importância dada ao livre trânsito da verdade, ou da manifestação de opinião, resguardada pela democracia, ameaça o resguardo. É preciso voltar os olhares para a importância da democracia antes que a vaidade a esconda.

Os dados atuais refletem um retrocesso social e não um avanço, afinal de contas, quanto mais a sociedade exercer o seu

direito de “ficar sabendo das coisas”, mais é repelida, seja por meio das falta de respeito dos próprios agentes públicos às leis por eles criadas, seja em razão da impunidade, revelada pela repetição exagerada de fatos desta magnitude. A presença de leis que coíbem os abusos cometidos contra aqueles que lutam pela transparência da Administração Pública não intimida os Governantes, criando a cultura do medo, o que a longo prazo levará a falta de profissionais para exercê-la, afina de contas, será preferível resguardar a própria integridade. Salvo os jornalistas “heróis”, que assumem o papel de levar a verdade à tona, mesmo diante da falta de respeito e da incerteza da integridade de suas próprias vidas, papel este desempenhado por poucos, pois não é natural do ser humano optar por viver no cerne da falta de respeito, falta de integridade e até mesmo de certeza de que viverá mais um dia.

Referências

BLANCO, Patricia. **Liberdade de Expressão e Democracia**. [on-line]. Edição 1: São Paulo/SP, Instituto Palavra Aberta, 2014. Disponível em: < http://www.palavraaberta.org.br/docs/Revista_Liberdade_IPA_WEB.pdf r> . Acesso em 15 de dez. de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário** nº 511.961/SP – São Paulo. Relator: Gilmar Mendes. portal do Supremo Tribunal Federal (STF), 17 Junho 2009. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp> > . Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. **Lei de Liberdade de Imprensa**. Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L2083.htm > . Acesso em 10 dez. 2016.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas (org.). **Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país.** Florianópolis, UFSC, 2012. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016

JÚNIOR, Décio. **Jornalista é vítima de censura por parte de deputado.** Observatório da Imprensa n. 859, 14 Jul. 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/violencia-contra-jornalistas/jornalista-e-vitima-de-censura-por-parte-de-deputado/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. **Liberdade de Expressão e Democracia.** [on-line]. Edição 1: São Paulo/SP, Instituto Palavra Aberta, 2014. Disponível em: <http://www.palavraaberta.org.br/docs/Revista_Liberdade_IPA_WEB.pdf>. Acesso em 15 de dez. de 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** – 28 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

SINDICATO DOS JORNALISTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa: Desigualdade de Gênero no Jornalismo.** Distrito Federal – DF, 2016. Disponível em:

CAPÍTULO 10

O TELEJORNAL DFTV 1º EDIÇÃO E A VEICULAÇÃO DA VIOLÊNCIA

*Wéllida Araújo Resende da Rocha*¹

*Francisco Gilson Rebouças Porto Junior*²

*Rodrigo Barbosa e Silva*³

Introdução

Os meios de comunicação são grandes disseminadores de informações sejam elas das mais variadas temáticas. Podendo-se citar matérias de entretenimento, política, economia, violência, tecnologias entre outros. Nesse sentido esses meios de comunicação propagam diversos conteúdos que, geralmente, formam opiniões, informam, causam discussões. Ou seja, diariamente fazem parte das discussões presentes na vida pessoas. Nesse aspecto, com a presente pesquisa busca-se entender como determinados programas de televisão como o DFTV 1ª Edição, da rede Globo de televisão, divulga a violência sem se tornar o programa de cunho policial e, de certa forma, sensacionalista. De acordo com dados do Atlas da Violência 2017 divulgado, no dia 05 de março deste ano, e compilado pelo Instituto de Pesquisa

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo. Pós-graduada em Jornalismo Contemporâneo / Universidade Federal do Tocantins e-mail: welldaresende@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Marília (1999), mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2003) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2012). Atualmente é professor do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) e professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), onde coordena o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e é líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Transversalidade. E-mail: rodrigo.bs@unitins.br.

Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os dados sobre a violência no Brasil revelaram que em 2015 foram registrados 59.080 homicídios. Segundo o documento disponível no site do IPEA (2017): “Isso significa 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Os números representam uma mudança de patamar nesse indicador em relação a 2005, quando ocorreram 48.136 homicídios”. A pesquisa analisa vários quesitos que influenciaram neste aumento:

O estudo analisa os números e as taxas de homicídio no país entre 2005 e 2015 e detalha os dados por regiões, Unidades da Federação e municípios com mais de 100 mil habitantes. Apenas 2% dos municípios brasileiros (111) respondiam, em 2015, por metade dos casos de homicídio no país, e 10% dos municípios (557) concentraram 76,5% do total de mortes. Os estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio no período analisado estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. O destaque é o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídios no estado era de 13,5 para cada 100 mil habitantes. Em 2015, esse número passou para 44,9. Em seguida estão Sergipe (134,7%) e Maranhão (130,5). Pernambuco e Espírito Santo, por sua vez, reduziram a taxa de homicídios em 20% e 21,5%, respectivamente. Porém, as reduções mais significativas ficaram em estados do Sudeste: em São Paulo, a taxa caiu 44,3% (de 21,9 para 12,2), e, no Rio de Janeiro, 36,4% (de 48,2 para 30,6).

Nesse sentido é importante discorrer sobre como a violência é abordada pela mídia. Segundo Nogueira (2014, p. 9) a mídia, de certa forma, não está cumprindo o papel para o qual foi incumbido, já que enfoques em determinados programas jornalísticos de cunho policial são sensacionalistas. “Por outro lado, analisando o desempenho da mídia atualmente, as abordagens sensacionalistas relacionadas aos direitos humanos em geral e à violência em particular parece não corresponder ao papel outrora desempenhado”.

Nogueira (2014) lembra que determinados assuntos são mais frequentemente abordados devido alguns critérios jornalísticos que classificam notícias como mais ‘quente’, ou seja, com publicação mais imediata em detrimento de outras que são tidas como ‘frias’. E nesse caso assunto que tratam de violência geralmente são divulgadas assim que chegam nas redações. A autora cita um ponto importante sobre o impacto desse tipo de publicações (2010, p. 9): “Os receptores das informações, então, acompanham esse movimento e cotidianamente seguem construindo suas visões de mundo, nas quais estão incluídos valores sociais, orientações de condutas individuais e públicas, modelos de convivência”.

De acordo com Nogueira (2014) as discussões sobre a violência abordadas pela mídia de certa forma banalizam a violência ao invés de colaborarem para a diminuição e conscientização da sociedade sobre esta problemática social. Nogueira (2014, p. 10), em seu trabalho analisa a questão dos direitos humanos sob a seguinte ótica:

“Para atingir esse objetivo sem cair em explicações simplistas que ressaltam o caráter manipulador da mídia, procurar-se-à discutir e analisar criticamente as idéias do jornalismo como um quarto poder, da passividade do receptor de informações, de que vivemos em uma sociedade do espetáculo e de que os direitos humanos “não vendem jornal” ou que “é defesa de direito de bandido”.

Nogueira (2014) também aborda sobre a questão da mídia ser o quarto poder e a influencia e a formação da opinião publica através da publicação de seus conteúdos. Uma vez que para a autora vários critérios são levados em consideração antes da publicação de um material, entre eles, questões comerciais e políticas (2014, p. 11 e 12).

Em primeiro lugar, é preciso observar que “a mídia” não é uma entidade; antes, é formada por pessoas que possuem valores e visões de mundo relativamente distintas – assim como também ocorre com o que é classificado como “público” receptor. Segundo, tomando como objeto de investigação o cotidiano das atividades jornalísticas (PEREIRA, 1998; TRAVANCAS, 1993; DARNTON, 1990), explicações simplistas que descrevem a produção das notícias como condicionada a interesses puramente políticos ou comerciais, perdem a dimensão real de como o campo jornalístico funciona concretamente. Deixam de lado o modo como os critérios para seleção e enfoques dos assuntos que virarão “notícia” operam em uma dimensão micro e cotidiana sob pressão do tempo (os deadlines de fechamento dos jornais impressos diários, p.ex.) e pelas relações pessoais e profissionais que se desenvolvem nas redações ou fora delas, entre jornalistas, fontes e empresários do campo das comunicações.”

Silva (2010, p 3;4) menciona que os programas de televisão de cunho policial tratam da vida de pessoas comuns e isso atrai audiência. “O grande diferencial dessas produções, a nosso ver, é a representação da vida cotidiana, concreta, ratificando Hoggart (1973), quando afirma que a vida das pessoas comuns é extremamente interessante. É a vida mundana, com suas problemáticas sociais, que faz o telejornal policial”.

De acordo ainda com Nogueira (2014, p. 14) a abordagem sensacionalista de determinados programas jornalísticos do gênero policial buscam noticiar aquilo que dá mais audiência, e em detrimento disso acabam banalizando a violência. “Os efeitos dessa superexposição a conteúdos violentos seria a produção pública da banalização da violência e, no nível das subjetividades, do desenvolvimento de atitudes *blasés*”. Nogueira (2014) também explica que o jornalista que produz esse tipo de conteúdo o faz sobre vários fatores, entre eles, a linha editorial do veículo de comunicação e com isso está cotidianamente sob determinadas pressões internas da empresa e em contra partida também sobre códigos de ética profissional.

Para Nogueira (2014) é necessário que os meios de comunicação, quando sensacionalizam algum ato de violência, repensem a forma de abordar o assunto para que por meio do conteúdo publicado hajam possibilidades e uma mensagem que leve a transformação social (2014, p. 18) “Longe de deixar de abordar um assunto que faz parte de nosso cotidiano, trata-se, antes, de pensar alternativas de enfoques que possibilitem uma reflexão profunda sobre nossos próprios padrões socioculturais de violência e sobre possibilidades de transformação social”. Segundo Silva (2010) um exemplo de programa de cunho policial é o Se Liga Bocão, da rede Record na Bahia. O referido programa, de acordo com o autor, não existiria se fossem os casos de polícia veiculados. Silva (2010, p. 10) ainda menciona os problemas encontrados neste tipo de noticiário.

Ao menos nesta configuração atual, o programa não teria fôlego para continuar no ar, pois se percebe que o jornalismo praticado ali é um jornalismo preguiçoso, sem apuração dos fatos, que transforma as notícias no campo da segurança pública em fabulosos eventos policiais. Temos, então, um jornalismo antigo, ultrapassado, arcaico, contrariando as transformações observadas na cobertura policial nos últimos anos, onde as questões de polícia, de segurança pública, estão envolvidas num contexto maior, relacionadas a outros importantes aspectos da vida cotidiana.

Nesta perspectiva Souza (2015, p. 2) também comenta alguns programas jornalísticos de gênero policial acabam sendo tão sensacionalistas que infringem, por exemplo, os direitos humanos e acabam propagando mais violência. “Em alguns casos tal cobertura é pautada pela violação contra os princípios dos direitos humanos e incita à violência em uma programação que ocupa grande parte do horário televisivo, da difusão radiofônica e dos jornais populares”.

Souza (2015, p.3) aborda que por vezes os jornalistas nos mais diversos meios de comunicação ressaltam detalhes de crime que poderiam ser desconsiderados do ponto de vista jornalístico, entretanto essas informações são ressaltadas de modo a ficarem espetaculares e chocantes. “Os modelos de violações de direitos cometidos por jornalistas, jornais e emissoras de rádios e televisão beiram a desumanidade, muitas vezes com detalhes desprezíveis do ponto de vista jornalístico, para intensificá-los e enquadrá-los como extraordinários”.

Segundo Souza (2015, p. 6) a mídia, em muitos casos, ocasiona na violação dos direitos humanos, isso acontece na medida em que reforça preconceitos e estereótipos. Já que são utilizados imagens e conteúdo que apenas criam mais medo na sociedade daqueles que cometem crimes. Principalmente na medida em que se questiona sobre a redução da maioria penal. “Para que a “população de bem” tenha medo dos grupos de jovens criminalizados, a mídia cria a ideia de que todos os motivos de inquietude da vida sociedade, da violência urbana, são fruto da ação desses adolescentes marginalizados”.

Nesse momento é necessário discorrer sobre como está a situação da televisão nos lares brasileiros. Segundo informações da Agência Brasil (2016) “A televisão estava presente em 97,1% dos 67 milhões de domicílios brasileiros em 2014, um crescimento de 2,9% na comparação com 2013. Cerca de 40% tinham televisão digital aberta”. De acordo com o veículo de comunicação, os dados estão no Suplemento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014 divulgado no dia 6 de abril de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números são importantes porque revelam que quase todos os brasileiros tinham o aparelho de TV em casa no período. Sabendo desta grande adesão por parte da população brasileira as empresas de comunicação têm investido significativamente na produção de conteúdos para este veículo.

Agora é necessário discorrer sobre poder que a televisão tem nos lares das pessoas. Segundo Souza (2005, p.3) a televisão tem uma grande credibilidade devido ao fato da instantaneidade já que o que é mostrado ali tem uma carga de muita credibilidade. “A transmissão direta é o triunfo do meio, capaz de compartilhar o testemunho do acontecimento e, por conseguinte, provocar no receptor as mesmas reações dos observadores diretos do fato, que deixa de ser meramente testemunhado para se tornar participado, ocasionando mutações na construção da realidade”.

Souza (2005, p. 4) também comenta sobre como a mídia impressa tenta explorar este mundo das imagens que é utilizada pela televisão. Entretanto cita que muitas vezes as imagens publicadas neste veículo de comunicação acabam sendo sensacionalistas.

A ânsia de cobrir todas as matérias, sem deixar escapar nada, a busca por um furo de reportagem e muitos outros fatores podem comprometer a fidelidade – mesmo que sempre relativa – da informação ao fato. Erros são frequentemente observados e, mais grave, o sensacionalismo toma conta das páginas da mídia escrita. Não se desconhece nem se minimiza a violência nos grandes centros urbanos. Contudo, parece que há certo exagero na representação da violência real.

Segundo Souza (2005, p. 10), muitas vezes, a mídia expõe as imagens de violência utilizadas pelos meios de comunicação para ganharem mais audiência e retorno comercial.

Nesse contexto, a mídia volta-se para a exploração de fatos violentos, destacando catástrofes e gerando a sensação de insegurança, que se torna inerente ao ser humano. Isso legitima a existência dos aparelhos repressivos do Estado ao mesmo tempo em que são promovidos espetáculos dramáticos de alto retorno comercial.

Para Souza (2005) o papel que a mídia desempenha quando explora excessivamente a violência nos meios de

comunicação não cumpre com o verdadeiro papel para qual ela foi instituída, que é informar o cidadão com verdade e ética. Souza (2005), para ilustrar essa situação, menciona o fato da mídia explorar excessivamente a violência no Rio de Janeiro, quando na realidade, para a autora, as ações violentas são menos do que aquilo que os meios de comunicação dizem.

A autora também destaca uma questão interessante, que quando a mídia expõe demasiadamente matérias com cunho de violência ela apenas pressiona os políticos a criarem leis que muitas vezes não cumprem com seu papel, já que muitas vezes é elaborada de forma rápida demais sem o preparo adequado para sua implantação (200, p. 13). “Isso porque leis elaboradas às pressas têm como única função dar uma resposta política à sociedade civil. Os resultados concretos são praticamente inexistentes, já que não se percebe redução nos índices de criminalidade”.

Programas jornalísticos policiais

Nesse momento faz-se necessário discorrer sobre os programas jornalísticos de cunho policial e seu surgimento no Brasil. Segundo Ribeiro (2016, p. 184) esse tipo de programa surgiu na televisão na década de 1990. “Os programas policiais ou sensacionalistas na televisão aberta que surgem no Brasil na década de 1990, como: o *Aqui Agora*, do SBT, são oriundos do formato de programa já praticado na rádio na década de 70 ou até mesmo fora do Brasil”. Ribeiro (2016, p. 194) também destaca que são lançados mais programas com esta mesma abordagem:

“...no ano de 2008, posteriormente o “*Cidade Alerta*”, da TV Record em 1995, apresentado por Marcelo Rezende e o “*Brasil Urgente*”, da TV Bandeirantes em 2001, sendo comandado por José Luiz Datena, exibidos até a atualidade, com elementos do programa “*Aqui Agora*” e de programas relacionados como:

duração exagerada das reportagens, uso de drama e apelação, cobertura de casos polêmicos”.

Nas conclusões de Ribeiro (2016, p. 194) ele destaca que os jornais sensacionalistas atualmente tem aumentado em grande parte das emissoras de televisão aberta “...que utiliza do “sensacionalismo”, do exagero, para aumentar ou manter a audiência dos seus telespectadores, tratando de temas populares e apelativos como: a violência nas favelas, crimes passionais, escândalos envolvendo anônimos ou famosos, “curiosidades”, prisões de bandidos perigosos, assassinatos.

Os autores Esquinsani e Esquinsani (2013, p.89) abordam uma questão interessante sobre o papel da mídia na sociedade, já que segundo os estudiosos ela possui uma função importante no que concerne a decidir o que vai virar notícia e com selecionar assuntos mais importantes em detrimento de outros. “Ao decidir o que será notícia, a mídia também decide – de uma certa maneira –, nossos amores, gostos e problemas”. Vale também destacar que os meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, segundo Depexe e Amaral (2010, p. 214), não exigem que o seu público tenham alto nível de conhecimento ou estudo, já que devido aos recursos visuais não são exigidos certas faculdades para se entender o que está sendo dito. “A importância que as mídias de massa, como o rádio e a televisão, assumem para o público popular é explicada desde a sua forma de transmissão, essencialmente oral ou visual, sem a exigência de um receptor alfabetizado”.

Nesse contexto, um programa que tem uma linha editorial diferente dos programas de cunho policial já citados é o Jornal Nacional, da rede globo de televisão, que segundo Gomes (2005, p. 14) tem um olhar mais humanizado sobre o contexto que deseja retratar. “Há uma outra situação, correlata, em que o JN explora a humanização do relato. Isso acontece de modo especial, mas não exclusivamente, nas matérias esportivas, quando os jogadores e atletas de várias modalidades são construídos como os heróis

brasileiros”. Gomes (2005) também menciona várias características que fazem com que este telejornal tem um contexto comunicacional diferente dos demais já retrados que são confirmados com os operadores de análise que será abordado logo mais adiante.

Gomes (2004, p. 96) também avalia o Jornal do SBT 1ª edição que foi exibido em 2003, mas que possuía várias características como apresentadoras que haviam participado do reality show Casa dos Artistas, da mesma emissora, e que apresentavam notícias de forma a não interagir com as mesmas e manterem a credibilidade deste programa por meio de análises de jornalistas já reconhecidos pelo público. “O telespectador do Jornal do SBT não assiste ao programa buscando a informação qualificada, ele quer mais uma distração que permite repor o estoque de assuntos e histórias que alimentam as interações do cotidiano”.

Programa DFTV 1ª Edição

Para esta pesquisa foi analisado durante sete dias o telejornal DFTV 1ª Edição que é transmitido pela Rede Globo de televisão de Brasília, no Distrito Federal (DF). Segundo informações do site Memória GLOBO (2013) o DFTV teve sua estreia em janeiro de 1983. “A proposta era dar mais voz ao jornalismo local na programação da Globo, com matérias de serviço e comentários sobre os fatos mais importantes do dia, conferindo maior identidade ao noticiário regional, até então incorporado aos telejornais da rede. O *DFTV* ia ao ar às 19h48”. No início o jornal tinha 10 minutos de duração. Desde sua estreia até os dias de hoje o telejornal teve várias mudanças na duração do programa, horários de início, 1ª, 2ª e 3ª edições. Atualmente o DFTV 1ª Edição começa ao meio dia e segue até 12h45 e o 2ª edição 19h15 com duração de 15 minutos. O telejornal é exibido de segunda a sábado. De acordo com o site Memória GLOBO (2013): “o

telejornal é voltado para a prestação de serviços, além de cobrir as notícias diárias. A edição conta com comentaristas, entrevistas em estúdio, quadros e colunas. Uma *Redação Móvel* percorre a periferia do Distrito Federal para reportar problemas que afetam a população e cobrar resposta das autoridades”.

Metodologia

Compreende-se que para fazer a análise de um conteúdo televisivo vários fatores devem ser levados em consideração, podendo-se citar alguns: como os repórteres e apresentadores se portam; efeitos de edição; se são utilizados infográficos; entradas ao vivo, entre outros recursos. Gomes (2007) ressalta que todos esses elementos são importantes, mas que não foram suficientes para uma análise mais profunda de um programa televisivo. Portanto, para a presente análise foi necessário explorar outros critérios como: modos de endereçamento. Para esta pesquisa foi utilizado o método dos operadores de análise idealizado por Gomes (2007, p. 23) que analisa diversos pontos em um programa de televisão. Para Gomes (2007, p. 24) os operadores não podem ser interpretados cada um separadamente, mas precisam ser analisados em conjunto.

Os operadores se articulam entre si, não devem ser observados nem interpretados isoladamente. Ao mesmo tempo, é importante tomar em conta que o objetivo de análise não deve ser descrever ou interpretar cada um dos operadores isoladamente, mas, através dos operadores, acessar o modo de endereçamento de um programa específico: os operadores são os “lugares” para onde o analista deve olhar, não o fim último do esforço analítico.

Esse tipo de avaliação não pode ser considerado como categorias de análises, segundo Gomes (2007, p. 24): “Ressaltamos, no entanto, que não se trata de categorias de análise, na medida mesmo em que não são excludentes e não são

exaustivos, e nem se organizam a partir de quaisquer regras externas ao programa telejornalístico objeto de análise”.

O mediador é o primeiro operador de análise citado por Gomes (2007, p. 24). Segundo a autora, o mediador é o apresentador/âncora de um programa televisivo: “Sem dúvida, em qualquer formato de programa jornalístico na televisão, o apresentador é a figura central, aquele que representa a “cara” do programa e que constrói a ligação entre o telespectador, os outros jornalistas que fazem o programa e as fontes”. Segundo Gomes (2007) é importante analisar como este se porta em frente as câmeras, como se relaciona com os telespectadores.

A autora também destaca que o mediador tende, geralmente, a ressaltar o trabalho de reportagem para, de certa forma, enfatizar a credibilidade do programa. Segundo Gomes (2007) outra característica do mediador é se ele age de forma performática, ou seja, como se estivesse interpretando um personagem, de forma teatral. Gomes (2007) também lembra a importância de se analisar o texto verbal do mediador, para se verificar que tipo de argumentos são utilizados e se são persuasivos.

Outro operador de análise é o contexto comunicativo que, segundo Gomes (2007), é a área onde acontece o processo de comunicação. Sendo que neste caso se refere ao tipo de frases utilizadas, se são familiares aos telespectadores, ou seja, determinados jargões para que assim os indivíduos se identifiquem e se sintam familiarizados com o programa. Além disso, fazem parte do contexto comunicativo o cenário do telejornal, a postura do apresentador, entre outros.

O pacto sobre o papel do jornalismo também compõe o conjunto de operadores de análise. Gomes (2007) explica que este se refere ao papel do jornalismo na sociedade, função social e os valores como credibilidade e imparcialidade adotados pelos programas telejornalísticos. Um dos recursos utilizados para a verificação disso, de acordo com a autora, é se são usadas fontes oficiais, transmissões ao vivo, pessoas sendo entrevistadas ora

sendo a notícia, em outro momento como personagem sendo afetado pela notícia e opinando sobre a informação. Segundo Gomes (2007) quadros narrativos do programa também colaboram para a definição do pacto sobre o papel do jornalismo.

E o último operador de análise citado por Gomes (2007) é a organização temática do telejornal que diz respeito a quais os principais temas abordados pelo programa. Num telejornal, caso abordado pela pesquisa, Gomes (2007) menciona que uma das formas de se verificar como é feita organização temática é avaliar quais os principais assuntos (editorias) do telejornal e como ele se situa num determinado contexto se é uma programação local, regional, nacional ou internacional.

Foram analisados sete dias do telejornal DFTV 1ª Edição, disponibilizados na íntegra no site globoplay.globo.com, sendo que o período analisado foi do dia 15 de maio de 2017 até o dia 22 do mesmo mês. Vale dizer que o dia 18 não foi avaliado porque era exclusivo para assinantes do GloboPlay. Como o intuito de determinar a organização temática do produto jornalístico DFTV 1ª Edição foi elaborada uma planilha de avaliação (Tabela 1). A Planilha de avaliação foi estruturada de modo a cada linha corresponder a uma notícia veiculada no telejornal analisado separadas por dia de análise, a segunda coluna é dedicada a uma descrição sucinta da matéria de maneira tal que sua temática principal seja exposta. A colunas 3 à 5 são assinaladas pelo avaliador caso entenda que a notícia tenha como temática violência no trânsito, urbana ou doméstica respectivamente. Já as colunas 6 à 10 devem ser assinaladas quando o analisador entender que a matéria não tem como temática a violência, ficando assim enquadradas em Política e Economia ou administração pública ou participação do telespectador ou utilidade pública ou lazer e cultura. A última linha é dedicada à contabilização dos totais de cada uma das categorias de notícias criadas nesse estudo.

Tabela 1 - Planilha de Avaliação

		Violência			Não Violência				
		Trânsito	Urbana	Doméstica	Política/Economia	Administração Pública	Telespectador	Utilidade pública	Lazer/Cultura
Descrição da matéria									
1º	Dia								
2º	Dia								
3º	Dia								
4º	Dia								
5º	Dia								
6º	Dia								
7º	Dia								
Total:									

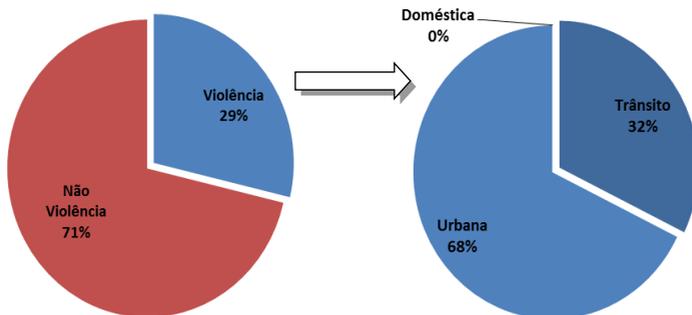
Para a análise foram consideradas como violência no trânsito as notícias relacionadas a acidente e incidentes envolvendo veículos em vias públicas do Distrito Federal. As matérias relacionadas a criminalidade, tráfico, assassinatos, roubos e furtos e agressão, foram classificadas como violência urbana. Já os episódios de discussão, assédio e agressão no ambiente familiar foram

considerados como violência doméstica. As demais notícias que não tratavam da temática violência foram divididas em política/economia, Administração pública, notícias de sugestão dos telespectadores, serviço/utilidade pública e lazer/esporte. Essas subdivisões buscam apontar um dos operadores de análise que verificam a organização temática do telejornal. Não entrou na contagem a informação de uma imagem que aparecia no jornal falando das cidades que estavam com racionamento.

Durante o estudo buscou-se, simultaneamente ao preenchimento da planilha de avaliação, identificar e analisar qualitativamente os demais operadores de análise do modo de endereçamento, ou seja, o mediador, contexto comunicativo e o pacto sobre o papel do jornalismo.

Análise dos dados

A Planilha de Avaliação, que pode ser consultada no Anexo 1, mostra que das 108 notícias veiculadas durante os sete dias de análise do programa jornalístico DFTV 1ª Edição 31 (29%) têm algum tipo de violência como foco, sendo a maior parte dessas relacionadas à violência urbana 68%, contra 32% de violência no trânsito e nenhuma notícia relacionada à violência doméstica. Os gráficos abaixo apresentam a distribuição geral das notícias (direita) e a distribuição das notícias relacionadas à violência (esquerda).

Figura 2: Distribuição de notícias

Analisando as subcategorias de notícias, ou seja, violência urbana, violência no trânsito, violência doméstica, política/economia, administração pública, participação do telespectador, utilidade pública e lazer/cultura tem-se os percentuais de 19%, 9%, 0%, 14%, 20%, 4%, 21% e 12% respectivamente. O gráfico exposto na Figura 2 apresenta esses dados e evidência a preponderância das subcategorias utilidade pública, violência urbana e administração pública que juntas representam 40% das notícias veiculadas.

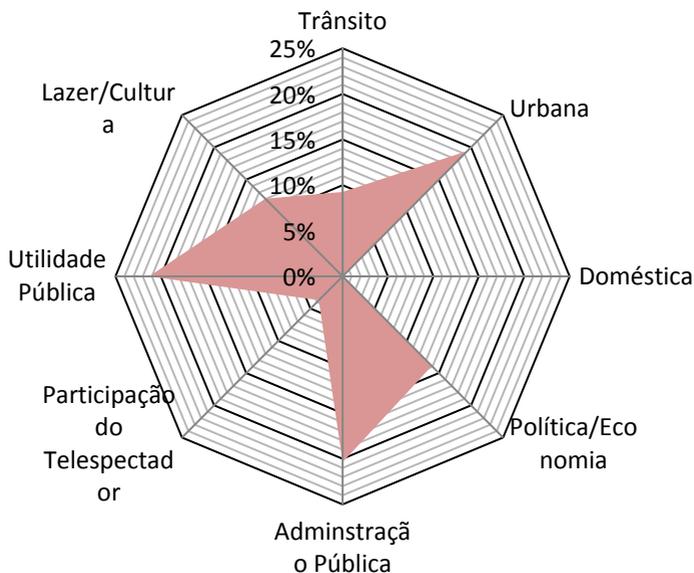


Figura 3: Distribuição de notícias por subcategorias

Ainda sobre a organização temática do telejornal que se trata, visivelmente, de um jornal de notícias locais tiveram como sua maior quantidade, durante os sete dias avaliados, notícias sobre serviços de utilidade pública em seguida notícias sobre administração pública e violência urbana como terceiro lugar como demonstrado no gráfico acima.

Quanto ao operador de análise “mediador”, pode-se notar que este geralmente aparece de terno e gravata transmitindo assim seriedade e credibilidade ao telejornal. Esse mediador diariamente utilizava o seu “boa tarde” após os destaques do telejornal. Além disso, sempre que possível emitia alguns comentários para de certa forma se fazer a voz do cidadão como em uma reportagem veiculada no dia 15 de maio, onde ele proferiu a seguinte fala após uma reportagem que tratava de funcionárias grávidas que não estariam recebendo salário há alguns meses. Sendo que na nota

enviada pelo governo o órgão dizia não ter conhecimento de outros casos. “O governo diz que desconhece outros casos, mas acabou de conhecer agora”, disse o apresentador em tom irônico.

Outro caso aconteceu neste mesmo dia após a exibição de uma reportagem em que um policial havia sido morto por menores durante um assalto. “Pois é, mais uma tragédia na vida deste policial, na vida da atendente e na vida de todo mundo de bem”, disse. No dia 19 de maio o âncora também emitiu sua opinião quando ladrões invadiram uma casa e roubam vários eletrodomésticos e também um cachorro da vítima “virou moda roubar cachorro agora”. Também neste mesmo dia após uma reportagem o mediador comentou sobre o atraso nas obras de pavimentação asfáltica de um setor onde a redação móvel estava. “E se for pro GDF dar uma data que não cumpre é melhor não falar nada não”, a expressão foi dita pelo âncora após a repórter dizer que o governo ainda não havia informado a data do término das obras. No dia 23 de maio um assalto no SAMU também motivou outro comentário do mediador que disse “E como bandido não se importa com nada, até a sede do Samu em Santa Maria foi atacada ontem”.

No que se refere ao contexto comunicativo ele acontece de várias formas entre o apresentador no estúdio e também em vários pontos da cidade transmitidos pelos repórteres, sendo que compõe o cenário no estúdio um telão mostrando ao vivo a Esplanada dos Ministérios. O âncora utiliza diariamente frases como “boa tarde” e ao fim do programa geralmente diz: “ e você pode rever todas as reportagem do DFTV no Globoplay e uma ótima tarde pra você” a fim de se aproximar do telespectador. Além disso, o processo comunicativo acontece em diferentes locais transmitidos por repórteres ao vivo em algum local do DF como no caso da Operação da Polícia Federal deflagrada no dia 22 de maio que buscava investigar possíveis irregularidades cometidas por ex-governadores do Distrito Federal, de onde a repórter trouxe informações ao vivo da sede da PF transmitidas também pelo

Globocop. Também foi verificado nos programas avaliados que a Redação Móvel diariamente estava em diversos pontos da Capital transmitindo problemas da comunidade local.

Quanto ao pacto sobre o jornalismo percebe-se que o telejornal transmite a ideia de agilidade com a notícia já que transmite acidentes, por exemplo, em tempo real por meio do Globocop que possui imagens com qualidade e isso fornece credibilidade ao telejornal como no caso exibido no dia 19 de maio em que foi transmitido um acidente de carro no Eixão Sul, região central do Plano Piloto, onde uma pessoa foi levada em estado grave para o hospital. Na Redação Móvel uma repórter sempre transmite informações sobre problemas locais como no caso exibido no dia 17 de maio que informou sobre os transtornos nos parquinhos que precisavam de reforma em uma cidade satélite de Brasília chamada Samambaia. Do local a repórter trouxe informações ao vivo, posteriormente foi veiculada uma reportagem também sobre o assunto e em seguida é divulgado o posicionamento do órgão responsável por solucionar o problema, geralmente o governo do DF, que se manifesta por meio de nota lida pela repórter.

Também é perceptível a utilização de vários recursos gráficos para ilustrar determinadas reportagens ou entrevistas, como no caso de uma reportagem que discutia a alta inflação de Brasília e para isso foi utilizado, em um determinado momento, um infográfico para explicar a notícia veiculada no dia 22 de maio. Além disso, é perceptível a utilização de imagens e vídeos enviados por moradores do DF citando, geralmente, que são de telespectadores como no caso exibido no dia 23 de maio em que mostrava imagens de um carro forte que foi explodido durante um assalto. Outro caso aconteceu no dia 17/05 onde um motorista e um cobrador foram esfaqueados eles foram levados para o hospital, mas nas imagens, que são de telespectadores, mostra a cabeça do motorista sangrando e o motorista deitado no chão.

Um dado relevante é que, geralmente, as pessoas mais velhas quando estão sendo entrevistadas são tratadas como “dona” e “seu”. Como no caso da reportagem do problema falta de atendimento na UPA da cidade satélite chamada Ceilândia, onde uma das personagens da matéria foi a “Dona Dinorá”, reportagem que foi veiculada no dia 16 de maio. Outra matéria falou sobre o problema de saúde que idosos enfrentam para se alimentar chamado de plesbifagia “há um ano seu Heleno...” (exibida no dia 17 de maio) que com isso busca tornar a reportagem mais humana e se aproximar do telespectador. Algo que chamou a atenção durante a análise foi a não utilização de recurso gráfico chamado GC que são os créditos utilizados durante a reportagem como nome do entrevistado, do repórter, etc.

Sendo neste caso identificados apenas quando o âncora chama o repórter e quando o repórter cita o nome do entrevistado. Sobre a dinâmica do telejornal, durante o período avaliado ele iniciou com a notícia mais importante do dia, em seguida abordava problemas sociais e geralmente terminava com alguma informação mais leve como dicas de saúde, economia, música e cultura. Outra característica importante é que no início do telejornal sempre são mostradas as câmeras do estúdio para mostrar a aparelhagem utilizada para a transmissão do telejornal. No programa também há quadros fixos como o “No fim das contas”, “Sem noção”, “Redação Móvel”, “Pergunte ao Doutor” e “Diversão e Arte”.

Considerações finais

Com o presente artigo conclui-se que os operadores de análise são importantes métodos para a avaliação de programas televisivos já que permite uma investigação mais profunda sobre o processo comunicacional transmitido. Os dados parecem indicar que o telejornal DFTV 1ª Edição dedica 29% de seu conteúdo a notícia com teor violento. Também é importante destacar que as principais subcategorias conteúdos são: utilidade pública, violência

urbana e administração pública que juntas representam 40% das notícias veiculadas. Ou seja, o telejornal em questão transmite um número expressivo de notícias de violência, apesar disso mantém certo distanciamento dos programas de televisão de cunho policial porque se utiliza de um mediador que mesmo emitindo sua opinião age de forma natural e sem utilizar muitas frases de efeito típicas deste tipo de noticiário.

Além disso, a utilização de recursos gráficos, imagens de boa qualidade, helicóptero, redação móvel e uma linguagem familiar e de forma impessoal acabam garantido a este programa um estilo mais distante do gênero policial e sensacionalista. Sendo que a organização temática do telejornal é em sua maioria de notícias de utilidade pública e administração pública denotando que sua programação e foco não são de um telejornal de temática violenta. Todos esses recursos conferem credibilidade ao telejornal e também o torna mais acessível ao interagir com o seu público reforçando sua função social de informar a sociedade sobre os problemas da comunidade.

Anexo 1 – único

		Violência				Não Violência			
		Transito	Urbana	Doméstica	Política/Economia	Administração Pública	Part. do Telespectador	Utilidade Pública	Lazer/Cultura
1º DIA	Acidente com mulher embriagada	1							
	Morte por atropelamento	1							
	Vistoria da água pela CAESB							1	
	GloboCop Tempo							1	
	Falta de aparelhos hospitalares					1			
	Governo dá calote em servidores				1				
	Obras públicas atrasadas					1			
	Destaques do esporte								1
	Enterro de policial vítima de bandidos		1						
	Promoção de policial herói					1			
	Biblioteca pública de braille							1	
	GloboCop Tempo							1	
	Educação financeira				1				
2º DIA	Prisão de traficante		1						
	Operação de fiscais do GDF				1				
	Assalto a mulher		1						
	Diretor de Comunicação exonerado					1			
	Estudante esfaqueado com canivete		1						
	Falta de atendimento UPA					1			
	Treinamento de bombeiros (Globocop)					1			
	Mudança no BRT					1			
	Feira do Agronegócio				1				

	Momento do telespectador						1		
	GloboCop Tempo							1	
	Taxa de água (redação móvel)							1	
	Criança consegue atendimento cirúrgico							1	
	Modificações do corpo idade							1	
	Concurso de bandas								1
	Treinamento de bombeiros (Globocop)					1			
3º dia	Crise da saúde pública					1			
	Licitação problemática de hospital					1			
	Motorista e cobrador esfaqueados		1						
	Assaltos na asa sul		1						
	Mudanças no sistema de transporte							1	
	Pacote de obras do GDF					1			
	Acidente com caminhão desgovernado	1							
	Tempo e temperatura							1	
	GloboCop Tempo							1	
	Captura de cobras							1	
	Revitalização de parque (GloboCop)					1			
	Lançamento de livro								1
	Problemas em parquinhos (Redação móvel)						1		
	Carros mal estacionados							1	
Problemas de saúde de idosos								1	
4º Dia	Acidente envolvendo carros (Globocop)	1							
	Acidentes de transito no DF	1							
	Protestos contra presidente				1				
	Violência em protestos	1							
	Sequestro de mãe e filha		1						
	Roubo de veículos		1						

	Roubo a residências		1					
	Crime ambiental, desvio de água				1			
	Confusão/briga em ponto de ônibus		1					
	Acidente de transito		1					
	Falha na impressão de cartões do SUS						1	
	Desocupação de invasões				1			
	Destaques do esporte							1
	Obras de pavimentação (Redação Móvel)				1			
	Resgate de animais silvestres				1			
	Diversão e arte							1
	Criança consegue atendimento cirúrgico						1	
	Acidente de carro grave (Globocop)	1						
5º Dia	Diversão e arte							1
	Greve de rodoviários				1			
	Acidente em avenida	1						
	Incêndio em apartamento		1					
	Carro apreendido com drogas		1					
	Manifestação política				1			
	Violência em manifestação		1					
	Prisão de suspeito de furto		1					
	Racionamento hídrico						1	
	Cavalos em pistas						1	
	Destaques do esporte							1
	Paralisação de rodoviários				1			
	Agenda cultural							1
	Dica de programação cultural						1	
	Advogado que memoriza toda constituição							1
Concurso de gastronomia							1	
1º Dia	Protesto devido a obras inacabadas				1			

	Invasão prédio do INCRA (Globocop)			1			
	Prisão de suspeito de participação em briga		1				
	Ladrões invadem residência		1				
	Acidente de transito	1					
	Morte por atropelamento	1					
	Capotamento de veiculo		1				
	Medidores de unidade			1			
	GloboCop Tempo					1	
	Novas regras para caminhões pipa			1			
	Quadro "Sem Noção"				1		
	Campeonato de Kart						1
	Destaques do esporte						1
	Desconto em postos de gasolina					1	
	Linha de financiamento governamental			1			
	Inflação elevada em Brasília			1			
7º Dia	Operação da PF prende ex-governadores			1			
	Explosão de carro forte em assalto		1				
	Assalto ao posto do SAMU		1				
	Casos de furto de veículos		1				
	Racionamento hídrico					1	
	Falta de ônibus para transporte escolar				1		
	Operação da PF prende ex-governadores (Globocop)			1			
	Racionamento hídrico					1	
	Combate ao mosquito da dengue (Redação Móvel)						1
	Operação da PF - Prisão de ex-governadores				1		
	Deputada é investigada por irregularidades no mandato			1			

Operação da PF - Prisão de ex-governadores				1				
Concurso de bandas								1
Pergunte ao douto - aftas							1	
Totais:	10	21	0	15	2	4	3	13

Referências

AGÊNCIA, Brasil. **IBGE: 40% dos brasileiros têm televisão digital aberta.** 2016. Divulgada em 06/04/2016 10h17. disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/ibge-embardada-ate-amanha-10h-0604> acesso em 13 de março de 2017.

DEPEXE, Sandra Dalcul. AMARAL, Márcia Franz. **Publicidade autorreferencial do Diário Gaúcho:** encenações do produto midiático e do leitor. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 209 - 222, jan./jun. 2010. disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/12980> acesso em 13 de março de 2017.

ESQUINSANI, Valdocir Antonio. ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **O jovem e a violência: perspectivas de educação dual.** *EccoS - Rev. Cient.*, São Paulo, n. 32, p. 85-101, set./dez. 2013. disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/715/71530929006.pdf> acesso em 13 de março de 2017.

GLOBO, Memória. **Primeiros anos.** 2013. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/dftv/dftv-primeiros-anos.htm> acesso em 06 de junho de 2017.

GLOBO, Memória. **Formato.** 2013. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/dftv/formato.htm> acesso em 06 de junho de 2017.

GOMES, Itania Maria Mota. **Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão.** Intercom 2005. Disponível em

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1315-1.pdf> acesso em 13 de março de 2017.

GOMES, Itania Maria Mota. **Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modo de Endereçamento no telejornalismo** show. Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 25 • dezembro 2004. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3287> acesso em 13 de março de 2017.

IPEA. **Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**. Divulgada em 05/06/2017 11:41. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253&catid=4&Itemid=2 acesso em 06 de junho de 2017.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. **A violência, o campo midiático e a construção social de uma cultura de direitos humanos**. Revista Dat@venia V.6, Nº1(Jan./Jun.) disponível em <http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/3568-10701-1> acesso em 13 de março de 2017.

RIBEIRO, Elthon Ferreira. **Os principais programas policiaiscos da televisão brasileira e a relação com os anunciantes na atualidade**. *Dossiê temático EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 32, p. 85-101, set./dez. 2013. Ano XII, n. 01. Abril/2016. NAMID/UFPB. disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/28607> acesso em 13 de março de 2017.

SOUZA, Diana Paula de. **Jornalismo e Criminalidade: a produção midiática da violência e suas implicações nas leis penais brasileiras**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECA/UFRJ) disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0846-1.pdf> acesso em 13 de março de 2017.

SILVA, Rodrigo Barbosa e. **Arroz, Feijão e Sangue: o telejornal policial no cardápio de almoço dos brasileiros**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. disponível em

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2449-1.pdf> acesso em 13 de abril de 2017.

SOUZA, Daniel Rodrigo Meirinho de. **A criminalização midiática da juventude: uma análise sobre as violações de direitos humanos da cobertura policial.** PIBITI E PIVIC, 2015.

CAPÍTULO 11

AS ESPECIFICIDADES DO FOTOJORNALISMO APLICADAS À FOTOGRAFIA DE CASAMENTO

Melânia Kássia Barbosa e Silva¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

1 Introdução

A fotografia é um dos meios de comunicação visual mais presentes na vida das pessoas, seja para fornecer informações ou lembranças, sendo que lembranças também podem ser informações dependendo do contexto em que o receptor esteja inserido, assim como a intencionalidade de quem fotografa.

Ao abordar as especificidades do fotojornalismo aplicadas à fotografia de casamento, o objetivo é identificar e analisar as possibilidades das fotografias de casamentos possuírem elementos comuns ao fotojornalismo com a finalidade de oferecer um conteúdo em imagem que possua uma grande carga informacional além de técnica.

Com a formação em nível superior, especialmente em Jornalismo, o repórter fotográfico se sente mais comprometido com a necessidade de informar o leitor através de imagens, passando a garimpar informações para fotografar da mesma forma que o faz um repórter de texto para escrever.

Entendendo a importância do fotojornalismo e a facilidade de acesso que as pessoas têm a esse sistema de comunicação, se faz necessário conhecer um pouco mais da sua história e as

¹ Pós - Graduada em Ensino de Comunicação/ Jornalismo: Temas Contemporâneos. E-mail: melk@mail.uft.edu.br.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

transformações que levaram a busca de novos caminhos de registro com as especificidades da identidade profissional. Nesse sentido, o termo fotojornalismo vem sendo usado como meio de transmissão de informação em eventos que anteriormente estabelecia a “foto pose” ou “induzida” que é contrária ao sentido fotojornalístico.

Além de todos os elementos de fundamentação, percebeu-se a importância do texto e do valor notícia que como paralelo a imagem na transmissão de informação tornou-se elementar seu conhecimento e possível aplicabilidade. As abordagens também se atentam ao fotojornalismo e suas especificidades que além de passar pelo processo histórico da concepção fotojornalística através de Sousa (2002) e Boni (2000) em sua complexidade de conceitos e técnicas tipicamente fotojornalísticos, também há a subdivide em três categorias consideradas ramificações do mesmo e que são necessárias para o bom andamento e qualificação deste, que foram: a fotografia de imprensa limitada em seu valor notícia dado por Sousa (1997); a fotografia documental e fotografia social na visão de Ang (2010).

Portanto, esse trabalho se faz necessário na interação do conceito de fotojornalismo com as fotografias de casamento em um novo cenário comercial fotográfico. E ao se tratar de uma pesquisa que tem nas fotografias de casamento com características do fotojornalismo, a sua importância foi feito um levantamento sobre a fotografia de casamento fundamentada na visão de Lovegrove (2010), além de fotografia *fine art*³, devido a utilização do termo em muitas fotografias de casamento apesar de pouco difundido, definido aqui por Galluzi (2015) e Ang (2010). Em complementação foi destrinchada uma entrevista com quatro fotógrafos profissionais de casamento que abordam todas as questões arroladas a essas fotografias e as especificidades do fotojornalismo

³ *Fine Art - arte que brota da necessidade de expressão do artista, apreciada pela sua beleza e significado.*

nelas inseridas com intuito de atestar as fundamentações das possibilidades da interação dos termos como proposto neste estudo.

Foram entrevistados 04 (quatro) fotógrafos especialistas em casamento para que assim pudesse analisar as especificidades do fotojornalismo aplicadas às fotografias e registros de casamentos. A seleção foi feita por busca dos melhores fotógrafos de casamento através do site Inspiration Photographers⁴, que são apresentados por ordem de premiação anual no gênero em questão. Após isso, estes foram divididos por região e escolhidos de forma aleatória. A preocupação foi mesclar esses profissionais nas diversas regiões do país para ao mesmo tempo ter um parecer de cada realidade geográfica. Responderam a entrevista Túlio Isaac (MG), Carol Otollini (RJ), Vinícius Terror (MG) e Wellington Fugisse (RN).

O presente estudo tem por fim averiguar a possibilidade de inserção das especificidades do estilo fotojornalístico nas fotografias de casamento levando em consideração conceitos, histórias e técnicas aplicadas, chegando ao reformulado termo “fotojornalismo em casamento” já existente no mercado profissional. Traz também uma análise das fotografias de casamento dos profissionais entrevistados para melhor complementação levando em consideração a técnica, elementos e composição abordados por Sousa (2002) como característicos dos fotojornalismo, bem como os valores notícia na visão de Sousa (1997).

Toda essa abordagem vem no intuito de fazer um referencial do assunto com o tema proposto e assim analisar se as fotografias de casamento da atualidade, aquelas consideradas como fotojornalísticas, se encaixam nos padrões que as denominam. É uma pesquisa qualitativa que estabelece a relação do mundo real e o sujeito, concatenado a objetividade e a subjetividade. É descritiva e tem a fonte direta como seu ambiente natural.

⁴ <http://inspirationphotographers.com/>

2 Fotojornalismo e suas especificidades

A fotografia, ou mesmo o ato de fotografar e registrar uma imagem desde o seu momento mais rústico de criação até os dias atuais, transparece aos leigos como algo misterioso e quase mágico na captura de um reflexo e sua fixação em uma folha de papel. Tem-se um universo cultural que envolve a fotografia e proporciona a ela o encanto. Isso tudo porque ela se encontra na ciência, na tecnologia e mesmo na arte, num processo que associa a técnica à sensibilidade do olhar do fotógrafo com todas as suas experiências e percepções de mundo.

A história do fotojornalismo é, a priori, impregnada de riqueza, diversidade, vivacidade e mutabilidade, por isso, muito complexa e é também uma história que assiste, gradualmente, ao aumento dos temas fotografáveis, o mesmo é dizer, uma história que assiste à expansão do que merece ser olhado e fotografado. Ao longo dos anos, foram evidentes as transformações no fotojornalismo, com diversas mudanças e muitas aberturas na sua história. Um paralelo longo de quebra de rotinas e combinações profissionais com a oposição vigente entre a objetividade e a assunção da subjetividade.

A questão de ser objetivo ou subjetivo é abordada pelo fato de muitos materiais visuais serem associados à autenticidade da informação. Para diversos autores, o que muitos atribuem como realismo na fotografia é uma conseqüente interpretação cultural, que se der ênfase ao aspecto visual e suas formas sensíveis, descarta as outras extensões que compõem a imagem.

Basicamente, o fotojornalismo é prático e nada é disposto com antecedência. Com isso, a função de um profissional é acompanhar o desenrolar dos fatos sem qualquer tipo de interferência, tornando-se quase invisível diante da cena.

Sousa (2000) destaca que é importante o fotojornalismo ter como ponto de partida a interpretação da realidade pelos olhos do fotógrafo e se a carga de informação que a fotografia possui e o

interesse público que ela desperta conseguir se transpor aos que não estavam presentes, ela consegue alcançar a característica fotojornalística. As sucessivas guerras que ocorreram formaram profissionais de fotojornalismo (BONI, 2000). Em 1933, com Hitler no poder, o fotojornalismo alemão se rompeu e os profissionais fugiram para diversos países do mundo, expandindo a concepção da especialidade até então restrita à França, Reino Unido e Estados Unidos (BONI, 2000).

Assim, surge o fotojornalismo moderno após a II Guerra Mundial, que tem os fotógrafos Henri Cartier-Bresson, Robert Capa e George Rodger como os pioneiros e também fundadores da agência Magnum na França (MARQUES; MARTINS, 2009). Segundo Freund (1995, apud BONI, 2000), o fotojornalismo moderno é associado à possibilidade de fazer fotos “roubadas”, consideradas aquelas fotos em que o fotógrafo não é percebido pelos envolvidos na cena registrada. E com essa evolução veio a necessidade de adaptação também dos equipamentos que eram pesados e volumosos, por outros mais leves e discretos.

Apesar do atraso, o Brasil também se inseriu no fotojornalismo moderno e tem em Sebastião Salgado, Antônio Augustus Fontes e Gervásio Baptista, dentre outros, reconhecidos como grandes nomes da área. Mas foi no Brasil dos anos 20 que a fotografia de imprensa teve seu nascimento associado à revista “O Cruzeiro”, umas das principais a sofrer a influência do fotojornalismo moderno na década de 40 através das revistas “Vu” e “Life”, respectivamente francesa e americana (BONI, 2000).

Em 1929 surge o flash de lâmpada e, na década de 30, surgem as câmeras Ermanox e Leica, com a inovação das objetivas intercambiáveis e o filme de 35 mm de 36 exposições, facilitando a chamada fotografia “roubada”. Neste patamar o assunto fotografado surge com mais ênfase e consegue transmitir a emoção do momento, por não serem fotos posadas, tornando-se mais vivas e nítidas.

Na década de 1930, a fotografia vem associada a um novo discurso: “Já não é apenas a imagem isolada que interessa, mas o texto e todo o mosaico fotográfico com que tenta contar a história” (SOUSA, 2004; p. 36). Assim, a imagem fotográfica vem como apoio ao texto para facilitar a interpretação dos fatos.

Somente a partir do século XX houve a ruptura no fotojornalismo ao deixar de lado a fotografia de notícias como testemunho da verdade, agregando valor ao se tornar ferramenta de crítica social. Assim, nos Estados Unidos denominaram “fotógrafo engajado” o profissional que era capaz de usar seu talento, intuição e percepção para denúncias sociais da época (BONI, 2000).

Na década de 70 surge a fotografia em cores no fotojornalismo brasileiro, mas, no entanto, o fotojornalismo continua a crescer juntamente com a falta de definição de suas fronteiras de gêneros fotográficos, proveniente da falta de fortalecimento da categoria que se inicia na vida acadêmica. (SOUSA, 2002).

A fotografia, por ser complexa e apresentar um espectro muito extenso de possibilidades, foi categorizada em gêneros para um melhor entendimento e mesmo ensino, e assim poder ser estudada e trabalhada separadamente. Como as transformações tecnológicas são incessantes, equipamentos, conceitos, técnicas e até gêneros foram se adaptando para não cair na mesmice e assim perder a potência de “ser fotografia”.

Fotografia Jornalística, Fotografia Documental e Fotografia Social, dentre outras, seja de cunho ilustrativo, informativo ou mesmo comercial, por mais distintas que sejam em suas especificidades, se encontram em essência pois todas são fotografia em sua complexidade. Todas são ramificações do fotojornalismo em suas concepções e idealismo, bem como uma conexão com o momento em que não estava presente. Contudo, “essas informações podem ser passadas, com beleza, pelo simples enquadramento que o fotógrafo tem a possibilidade de fazer”

(LIMA, 1989; p. 11), descartando a ideia de fotojornalismo sem estética.

Para Sousa (2002), os elementos existem para dar sentido a mensagem fotojornalística, mas que toda regra de expressão no jornalismo fotográfico pode ser quebrada se a intenção é deixar a mensagem mais clara. Para tanto, usaremos com ênfase as teorias de Sousa (2002) e Marques; Martins (2009) ao falarmos dessa gama de elementos para a formação da imagem e sua significação.

O texto é um elemento imprescindível da mensagem fotojornalística. Mesmo texto e foto não sendo estruturas homogêneas, para Sousa (2002) “não existe fotojornalismo sem texto”. Ou seja, um instante qualquer registrado em foto pode ter em sua composição expressividade e técnica, mas sem um texto que a ancore, a imagem se torna somente um símbolo de referência ambígua e não vale como representação particular de uma determinada realidade.

Com a ideia do enquadramento como elemento de composição da imagem que no universo fotojornalístico é dado como (re)enquadramento para concentrar a atenção de quem observa no motivo principal e retirar de cena os elementos que desviem o olhar do que é importante, o mesmo, concretiza-se também no plano a fotografia como unidade de significação que se refere ao nível de expressividade da foto.

Entre os diversos planos existentes, os mais utilizados no fotojornalismo, segundo Sousa (2002) são: os planos gerais, mais usados para eventos de massa que por serem abertos são mais informativos e possuem uma ampla visão de tempo e espaço, podendo situar o observador e mostrar a localização concreta; planos conjuntos que são planos gerais mais fechados mas que possa definir os praticantes da ação por inteiro; plano médio que serve para relacionar os objetos com uma visão mais próxima da “realidade objetiva” podendo também, se mais aberto, considerado plano de três quartos ou plano americano; e, grande plano que enfatiza particularidades, este por sua vez mais expressivo que

informativo e ao ser mais fechado é também chamado plano de pormenor.

Para Sousa (2002) a composição também é instintiva, mas os manuais técnicos profissionalizantes aconselham a compor uma foto encontrando um único plano focal forte, a usar a clássica regra dos terços, a aproveitar o primeiro plano para (re)enquadrar o motivo e a levar em consideração a relação entre primeiro plano, motivo e plano de fundo, mas, ao captar o plano de fundo que ele não interfira no motivo.

Para compor uma fotografia é de uso comum colocar o motivo (objeto da foto) no centro visual que resulta numa composição muitas vezes simétrica, criando uma harmonia na imagem com equilíbrio. Todavia é importante distinguir e saber da existência dos termos centro visual e centro geométrico, onde o último é um ponto no centro do formato fotográfico e o outro é um ponto acima, por isso, uma composição deve privilegiar o centro visual em detrimento do centro geométrico.

Outro ponto importante no fotojornalismo é que, apesar da composição simétrica ser mais equilibrada, a assimetria do motivo ganha destaque nesse gênero com uma boa associação com a regra dos terços (uma técnica para não ofuscar o tema principal da imagem dada pelos pontos definidos nas duas linhas verticais e as duas horizontais no formato fotográfico escolhido), aproveitando o primeiro plano, levando em consideração as relações que se estabelecem entre o primeiro plano, o motivo e o plano de fundo.

Ao falar da figura vista sobre um fundo, é importante ressaltar que ela é percebida por um conjunto de sensações quando não preenche todo o enquadramento. E no fotojornalismo, como ponto básico, as figuras têm que se destacar de seu fundo para construir uma mensagem concisa. O que se coloca no plano de fundo, ou mesmo no primeiro plano se torna importante ao ser usado com a intenção de dar força visual e realçar os conteúdos das imagens.

O foco de atenção reforça a figura-fundo no fotojornalismo que vem para privilegiar uma zona da imagem que funcione claramente, o que é obviamente considerado o motivo principal que tenha como retorno a organização dos estímulos condicionando a amplitude temporal do observador. Assim, na busca pela atenção, os vários pontos ou áreas da imagem apresentam seu diferencial, seja pela intensidade dos estímulos (causados pela cor, por exemplo), o contraste entre luz e sombra, a repetição, o isolamento, incongruência, contraste cromático, dentre outros.

A composição que nada mais é que a disposição dos elementos na imagem que intenciona ter um efeito único que a priori é a transmissão de uma ideia e ou de uma sensação. Portanto, para falar de informação em uma fotografia, se fala em composição aliada com o enquadramento e também da forma como os elementos se complementam entre si na imagem, assim buscando da atenção do leitor.

Não menos importante, temos em outra vertente os elementos morfológicos também apresentados por Sousa (2002) e que contribuem para gerar sensações. Primeiro temos o grão, e quanto mais sensível à luz é um filme (quanto maior o valor do ASA/ ISO) mais granulada será a foto e este ruído pode ser usado para gerar sentido à imagem, também pode ser considerada massa a partir do momento que apresenta um conjunto de grãos regular da mesma densidade e diâmetro.

Em seguida há o ponto, uma forma geométrica de acordo a relevância adquirida por contraste ou por segregação figura-fundo ao fotografar isoladamente um motivo sobre um fundo neutro. Já as linhas, outro elemento morfológico citado por Sousa (2002), podem ser implícitas ou explícitas. A primeira quando formada por pontos ligando, por exemplo, uma pessoa a outra, a segunda quando são realmente visíveis através de alguma estrutura. As duas podem ser chamadas de linha de força ao conduzir o olhar de quem observa a imagem. Essa mesma linha de força é a

perspectiva, que recebe esse nome ao proporcionar a sensação de profundidade, como fotografar um muro por cima e mostrar os seus dois lados. Assim estas possuem sua importância no fotojornalismo ao conduzir o olhar até o motivo principal que intenciona.

Outro elemento destacado por Sousa (2002) é a textura, que é capaz de despertar sensações e que, ao estar presente em uma foto, passa a ideia de como seja e em suas particularidades podem até sugerir seu estado de conservação, como rugoso e sujo.

As fotografias como vimos, ainda tem o padrão ou mesmo a repetição de um determinado elemento que pode ser usado pelo fotojornalismo para gerar sentido e até mesmo instigar interpretações. A cor é outro elemento de fundamental importância por atrair a atenção, mas também pode conferir sentido à imagem em função da cultura e do contexto. Por exemplo, ao pretender registrar uma imagem que transmita tristeza, a cor é o que menos se procura pois, sua intensidade é voltada mais para vivacidade e alegria. Neste momento é que se usa a harmonia cromática e ou o contraste cromático.

Já a forma é uma parte da configuração estrutural da atenção, que indica o contorno geométrico do objeto fotografado. Por exemplo, um Mexicano é facilmente identificado e valorizado em uma imagem quando fotografado com seu sombrero que dá a significação exigida na foto jornalística.

Com outra abordagem temos a distância entre os pontos de nitidez mais perto e mais distante do ponto de foco que é chamado de Profundidade de Campo. Esta tem como tendência diminuir a partir do momento que mais se aproxima do objeto focado, da distância focal da objetiva usada e até mesmo da abertura do diafragma, e o inverso também se aplica. A utilização expressiva da profundidade de campo é comum em fotojornalismo.

O movimento é muito comum e utilizado nas fotografias jornalísticas. Travado (congelado um instante do movimento) ou “escorrido” (explora o efeito de arrastamento), o movimento é um

elemento possibilitado pelo obturador que define o tempo de exposição da luz para sensibilizar o filme.

A luz possui diversas características e todas elas são essenciais, por isso, as essenciais na visão de Sousa (2002) serão citadas, exceto a cor que já foi abordada. A qualidade da luz é referente ao tipo de sombra que determinado objeto ao ser iluminado produz, considerada como luz suave que vêm de fontes de iluminação como o céu em neblina, e luz dura que vêm de fontes de iluminação pequena e concentradas como uma lâmpada ou mesmo um flash. Já a direção e o sentido da luz ajudam a determinar o posicionamento da sombra e da área iluminada; a iluminação lateral é o que inicialmente melhor traduz ou mesmo explica a ideia de profundidade devido ao impasse entre o claro e o escuro e em contradição vem a luz frontal que tende a ganhar espaço por falta tanto da sombra como da luz. Com o contraluz, a forma é mais valorizada que o conteúdo e com isso a perda de informação.

E como elemento mais que essencial na fotografia, a iluminação ou mesmo luz é a base da fotografia e sem ela não existiria todo esse universo de captação do momento e sua eternização. A mesma também é responsável por uma gama de motivos que atribuem sentido a uma imagem. Ela ilumina um motivo principal para ganhar seu destaque, dela dependem também a noção de profundidade e relevo que é essencial na significação de uma imagem. E, o contraste é um elemento que depende dos pontos de luz e sombra para objetivar a sensação que pretende causar. Mas existe também no fotojornalismo, o contraste de conteúdo que é muito usado ao mostrar duas realidades de vidas diferentes em uma mesma foto, normalmente usadas para críticas sociais acopladas as fotografias documentais.

Com a junção de todos esses elementos, a fotografia jornalística a priori, é projetada de tal forma que o leitor da imagem se sente mais próximo da notícia e muitas vezes a lente também contribui para isso.

Não desprezando a técnica fotográfica e mesmo o conhecimento técnico, mas na fotografia da atualidade é importante às vezes "substituir a capacidade conceitual por uma capacidade imaginativa" (FLUSSER, apud FERNANDES JR, 2006), pois seguir padrões estipulados há anos como uma forma de obediência na fotografia é fadá-la à mesmice de um sistema fechado. Por isso, há a necessidade de quebrar paradigmas para que se avancem os sinais e, com isso, derrubar as barreiras da forma clássica que define as categorias ontológicas da fotografia.

2.1 Fotografia de Imprensa

O fotojornalismo em sua amplitude conceitual e informativa que permite ramificações com outros gêneros da fotografia, encontra seu diferencial ou mesmo maior representatividade ao ser abordado como fotografia de imprensa e os valores-notícia a ela agregados.

O valor notícia ou critério de noticiabilidade na fotografia jornalística é definido como aquele que caracteriza a foto como notícia, além do fato de serem passíveis de publicação em veículo informativo. No entanto, de forma mais prática, é difícil saber o que é na verdade o "valor jornalístico" pois cada órgão de comunicação possui critérios específicos ao valorizar uma informação. Segundo Sousa (1997), não é fácil definir critério de fotonoticiabilidade pois a mesmo possui uma natureza opaca e esquiva que acaba dependendo do faro e da intuição do fotógrafo para definir o que é importante como notícia.

Para Sousa (2001), as limitações cognitivas dos jornalistas na definição do valor notícia para difusão de determinadas imagens na imprensa é que definem os principais critérios de noticiabilidade na fotografia, como: novidade, atualidade, pressuposição, consonância, relevância, proximidade e desvio e negatividade.

No entanto, para analisar aos critérios de noticiabilidade nas fotografias jornalísticas da Agência de Notícias Lusa, Sousa (1997) estabeleceu critérios de noticiabilidade específicos como as categorias de: *Intensidade e Magnitude*, relacionados a acontecimentos de grande dimensão com personalidades notórias; *Proximidade* entendida de forma geral (geográfica, cultural e ou afetiva); *Surpresa* quando é surpreendente e inesperado; *Continuidade* ao acompanhar o desenrolar dos acontecimentos fotonoticiados; *Previsibilidade* quando é previsível pois facilidade a disposição ou disponibilidade de recursos humanos; *Redundância* caracterizada pela repetição de uma ação por longos anos; *Curiosidade* peculiar de um determinado acontecimento (excêntrico) pode levar à sua cobertura; *Proeminência social* com foco de atenção nas figuras públicas; *Interesse humano* correspondente a informação poderosa pelas qualidades humanitárias e não pelo valor noticioso; *Institucionalidade* com caráter institucional do assunto; *Conflito* entre forças opostas para determinada finalidade; *Oportunidade* em fotojornalismo como captação da ação no instante visualmente forte e irrepetível em que os elementos na foto se conjugam num todo significativo; *Exclusividade* com a fotografia em primeira mão e o *Valor Imagem* que pode ser um critério especificamente jornalístico com a valorização do conteúdo visual da foto, mesmo em detrimento do conteúdo informativo.

A quantidade de variedades fotográficas ditas como fotojornalísticas na atualidade levam a considerar, segundo Sousa (2001), as fotografias de imprensa como sendo aquelas que possuem valor jornalístico para transmitir uma carga de informação em conjunto com o texto que lhes está adjunto.

2.2 Fotografia Documental

Durante a abordagem sobre fotografia documental, pode surgir o questionamento: Mas isso não é fotojornalismo? Sim é

fotojornalismo e fotojornalismo, sim, é foto documental. Um é ramificação do outro e suas concepções se atrelam, diferenciando-se somente em algumas minúcias defendidas por alguns autores.

Para Ang (2010), a fotografia documental é como um instrumento de vigilância social que deve estar sempre atento às histórias da humanidade e que as conta por meio de fotografias ao denunciar as anormalidades dos padrões sociais, políticos, econômicos, dentre outros, revelando muitas vezes coisas desagradáveis que alguns prefeririam esquecer.

Sebastião Salgado afirma:

Não vejo grande diferença entre a fotografia documental e o fotojornalismo. São partes do mesmo todo. O que acho interessante da fotografia é o instantâneo, que tanto o que faz a fotografia documental quanto o que trabalha com um jornal tem. Ele tem ir em busca da novidade. Captar numa fração de segundo a novidade dessa sociedade em que vive [...] Quando vejo as fotografias de estúdio, ou imagens que demoram horas para serem feitas, então acho que essa abertura para as novidades da vida é cancelada (apud CESAR; PIOVAN, 2003, p.42).

A diferença entre fotografia documental e fotografia jornalística talvez não seja tão significativa. Mas, se procurarmos ou observarmos um pouco, veremos que o básico entre elas é a velocidade de execução do trabalho. Enquanto o fotojornalismo acontece mediante uma pauta e com prazos apertados, a fotografia documental se dedica à contemplação do assunto fotografado sem qualquer tipo de imediatismo, podendo acompanhar cada passo da cena, do personagem ou do fato (CESAR; PIOVAN, 2003).

Segundo Ang (2010), a sociedade passou a reconhecer a importância da fotografia documental e do fotojornalismo com seus papéis de agentes transformadores da realidade, e esclarece que a distinção encontrada nos dois gêneros ainda não é concisa. A fotografia documental e o fotojornalismo caminharam juntos na história e, por isso, muitas guerras registradas pela fotografia,

como a Guerra da Criméia e a Guerra Civil Americana dentre outras, são consideradas entre os dois gêneros de forma paralela por muitos autores.

A fotografia documental registra o acontecimento com discernimento, porém, imparcial, revelando o dia-a-dia da natureza humana. Sua abordagem subdivide-se em duas vertentes, uma mais dramática e a outra suave. No extremo dramático temos as coberturas de guerras, de tragédias ou mesmo tráfico animal. Na outra ponta, o enfoque suave volta-se mais para as histórias de família ou celebrações de eventos: batismo, casamentos e eventos. É interessante deixar claro que com essa segunda abordagem, às vezes fica até difícil distinguir a fotografia documental de outros gêneros da fotografia.

2.3 Fotografia Social

A fotografia social, como o próprio nome já diz, aborda o dia-a-dia da vida em sociedade, na cidade, no campo, no país e nas diversas classes da sociedade. Em alguns casos, esse tipo de fotografia também se confunde com a documental ao retratar as condições de vida de uma determinada classe. Inclui-se na fotografia social, a foto de trabalho e de festas populares, sem contar com as fotos de tragédia (morte, enchentes, incêndio), que é uma categoria especial da fotografia social (LIMA, 1988).

Para Lima (1988), na fotografia social, para efeito de publicação em um jornal, o que conta é a quantidade de informação que ela consegue transpor e chamar a atenção para a notícia antes mesmo que ela seja lida. A fotografia policial e a fotografia de esporte também podem ser consideradas do gênero social pelo fato de, respectivamente, uma registrar os conflitos gerados entre uma agente do estado (polícia) e infratores da lei, e a outra ter o poder representar, além do lazer, as causas e consequências políticas e sociais envolvidas nos grandes eventos

esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, por exemplo (LIMA, 1988).

Para Ang (2010) a fotografia de eventos sociais é tão importante quanto os ritos e rituais que ela documenta, pois, as pessoas ficam tão nervosas na hora dos eventos importantes de sua vida que encontram nas memórias fotográficas seu único registro e lembranças.

No início da história fotográfica, pelo lento processo de captação das máquinas e pelas dificuldades encontradas com o manuseio delas, foi criada a estratégia das poses encenadas, porque até então a fotografia não supria as necessidades nos eventos de fluxo rápido, onde os fotógrafos paravam a ação que chamava a atenção e com alguns ajustes fotografava adequando aos seus propósitos (ANG, 2010).

Hoje, a prática se tornou diferente. Houve melhorias, adequações, inovações no meio fotográfico que possibilitaram a agilidade nos eventos sem qualquer tipo de interferência no desenrolar da cena, pode-se registrar o evento em si em tempo real, como casamentos, jantares formais e cerimônias de premiação.

No entanto, que fique bem claro que não há nada de errado registrar um momento que milhares de pessoas registraram, mas que o fotógrafo tem como objetivo a clareza dos acontecimentos de uma cerimônia, onde as informações precisam ser percebidas e vistas, nem que para isso haja interação do fotógrafo com a ação.

3 Fotografia de casamento

As fotografias de casamento são histórias singulares contadas na sua pluralidade de registros, de emoções e sensações pelos fotógrafos aos noivos e seus familiares. Um contexto único que não pode ser repetido, mas somente lembrado e vivido das memórias que as imagens proporcionam.

A fotografia de casamento sempre seguiu um padrão tradicional para registrar a cerimônia em suas diversas etapas com destaque aos momentos simbólicos que definem o conceito de casamento que são: um casal que entra na igreja ou cartório, troca alianças e aceita a união perante suas famílias e amigos.

Na visão de Lovegrove (2010), a tradicional fotografia de casamento é a documentação do evento, como estão vestidos os convidados, quem são os presentes, os acontecimentos que envolvem os noivos e a família, entre outros, mas sempre com imagens em que os retratados fazem poses para registro. Isso leva ao casal um álbum impresso que mostra passo a passo como aconteceu seu casamento. No entanto, essas fotos tradicionais, apesar de bem feitas, carecem de emoção ou mesmo alma. Lovegrove ainda ressalta que quando resolveu trabalhar com fotografias de casamento, usava também técnicas aprendidas na sua carreira anterior e que, nos 200 primeiros casamentos aproximadamente, deixava as câmeras com o diafragma em f_4 e clicava constantemente nessa abertura igual como fazia nas filmagens. Assim, as imagens davam uma ideia de continuidade, isolando os principais pontos de interesse em cada uma delas devido a profundidade de campo reduzida. Para ele, “é fácil fotografar um casal de noivos, a dificuldade está em capturar o amor que existe entre eles. É a habilidade de capturar o amor, alegria, ternura e beleza que faz com que o trabalho de grandes fotógrafos de casamento se destaque dos outros” (LOVEGROVE, 2010, p. 39).

Para o autor, na sua concepção crua, a imagem não precisa ser lisonjeira, desde que consiga comunicar a mensagem corretamente. No entanto, quando o assunto é casamento, a lisonja é tudo, pois o fotógrafo além de documentar tem que transmitir a beleza usando todos os elementos necessários em sua composição e para corrigir possíveis limites impostos pela fotografia de um evento.

As fotografias de casamento são histórias únicas de um casal, compartilhadas em família e que têm no registro da fotografia de casamento uma lembrança íntima de um momento que reúne o passado e o presente. Portanto, a fotografia tradicional de casamento conta a história de um casal e tem o papel de documentar o evento de forma a detalhar todos os aspectos, por mais desinteressante que isso possa parecer. O fotógrafo tem que ser capaz de captar todo o sentimento e emoção do momento para tornar a fotografia atrativa no ramo da fotografia social.

O que determina as imagens e a informação que você quer passar através delas é a técnica, os elementos de composição e até mesmo os equipamentos e suas funções adequadas. Ao criar uma imagem com um grande diferencial, com uma boa carga de emoção que possa contar um momento da história do fotografado, as fotos alcançam o sucesso e conseguem resumir o evento social com um visual universal que pode ser entendido por qualquer um (ANG, 2010).

3.1 Fotografia Fine Art.

Fine art é um termo que tem no inglês a tradução crua de “belas artes”, ou seja, é uma associação da fotografia com as obras de artes de maior destaque (pintura). Assim, temos um nome de maior requinte que casa com a sofisticação da pintura ou mesmo sua dimensão espiritual tendo como o maior propósito a estética e o belo.

Neste caso praticamente há uma inversão de valores, pois para os fotógrafos a fotografia se destaca usando a arte. Em uma outra versão, dos românticos vanguardistas, a arte é que se apossa da fotografia para demonstrar sua beleza. No entanto, todas são vertentes artísticas que promovem sentido estético.

Somente em meados da década de 20 que foi aceito como trivial o debate entre arte e fotografia, e esta, finalmente pôde

definir seu espaço na arte e usar vocabulário próprio sem qualquer dívida com a pintura (ANG, 2010).

No mesmo período, as belas artes libertaram-se da exigência de serem objetivas e reviraram suas noções estéticas de cabeça para baixo, tomando emprestado suas inspirações de qualquer fonte, incluindo, ironicamente, a fotografia. Hoje a fotografia já está incorporada em tantos trabalhos artísticos que podemos questionar: “Mas isto é fotografia?” (ANG, 2010; p. 359).

Para Galuzzi (2015, apud EDINGER, 2014), “a fotografia foi inventada por pintores para auxiliá-los em seu trabalho. Ela é filha da câmera obscura (...). Pois o que foi inventado para auxiliar, a partir do meio do século XIX foi se tornando protagonista. Hoje não existe um grande museu que não tenha um importante departamento de fotografia”. Com essas palavras, em entrevista concedida em 2014 ao jornal Estadão, ele afirma que a fotografia é a nova pintura e o fotógrafo, o novo pintor.

A dificuldade de definir a fotografia *fine art* é porque até a atualidade ainda nem chegou o consenso do que é de fato a arte. O termo, de acordo com o fotógrafo Clício Barroso, é associado às fotografias dos anos de 1930 e 1940 nos Estados Unidos, fortalecida com uma ramificação das artes plásticas através de figuras importantes como o fotógrafo estadunidense Edward Weston. A evolução do termo classificou também grandes paisagens em preto e branco, algo associado ao trabalho do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado (GALLUZI, 2015).

A tumultuada união de arte e fotografia gerou diferentes formas de fotografia que recebeu o nome *fine art*. Alguns autores defendem que esta, como objeto, é superior e que sua revelação ou processo de produção é a base resultante, isso incluindo os melhores padrões de impressão existentes e a qualidade do papel. Outros definem a fotografia *fine art* em uma abordagem conceitual em que a obra é baseada em noções teóricas de belas artes, engajadas, mas nem sempre cativantes. Algumas dessas obras

conceituais também se voltam para a criação contextual da imagem através de intervenções artísticas que isolam o mundo real (ANG, 2010).

As fotografias de casamento consideradas *fine art* revelam um apelo estético expressivo que ultrapassa o registro do momento, alcançando um nível elevado de valor artístico.

Termo originalmente cunhado para diferenciar produções puramente artísticas de outras feitas com algum intuito (seja comercial, memorial etc), a fotografia *fine art* é vista de diversas formas pelos profissionais, alguns até de forma errônea. Mas, grosso modo, é “algo feito unicamente pelo seu valor estético e sem qualquer utilidade prática pode ser considerado “Fine Art”, enquanto que algo com uma função prática, não” (GARCIA, 2009, online).

3.2 Fotojornalismo no Casamento

Ang (2010) ao entrevistar o inglês especialista em casamento Jeff Ascough, escutou que a escolha pelo casamento veio inicialmente em 1991 pois não tinha um estúdio e este segmento de atuação em fotografia não exige espaço próprio. Jeff se considera um inovador e se intitula o primeiro fotógrafo de casamento a utilizar o estilo documentário neste tipo de ambiente e acredita que se especializar em um único gênero fotográfico fará com que você o domine cada dia melhor, pois todos eles são diferentes.

Depois da década de 50 é que a fotografia de casamento deixa um pouco o estúdio de lado e abre espaço para o registro nos locais do evento, e, somente em 1980 que é cunhado o termo “fotojornalismo em casamento”, dito assim pelo ex-fotógrafo de esportes Denis Reggie (ANG, 2010).

Como o dia do casamento é o dia mais importante na vida dos noivos, pelo menos é isso que a maioria deles fala, o papel do fotógrafo é inicialmente não desapontá-los. [...] “procuro

fotografar a noiva em estilo de reportagem, sem parar a ação, apenas acompanhando” (LOVEGROVE, 2010; p. 195).

O próximo passo é o fotojornalismo de casamento, e lá vão as lentes cor-de-rosa! O estilo fotojornalístico tem como ideal mostrar tudo como realmente é, na mais pura forma da reportagem. É fácil fazer mau fotojornalismo, clicando o dia todo sem produzir absolutamente nada de substancial. Os grandes fotógrafos de reportagem são exatamente isso: artesãos do mais alto calibre. Eles têm a fantástica habilidade de estar sempre no lugar certo, na hora certa, com a lente certa – e conseguem o clique nas luzes mais difíceis, tudo isso sem serem percebidos (LOVEGROVE, 2010; p. 39).

Ao abordar a fotografia jornalística em fotos de casamento gera a possibilidade de ser considerado um novo gênero fotográfico na atual conjuntura do momento, o que o torna também complexo e problemático na sua rápida mutabilidade e multiplicidade.

Para Marques; Martins (2009) a principal diferença entre a fotografia de casamento tradicional e a fotojornalística é a interferência do fotógrafo, seja ao chamar a atenção dos noivos para uma foto ou mesmo inserindo luz no motivo principal e assim chamando atenção. Na fotografia jornalística não há qualquer tipo de interferência, apenas o registro da ação.

Ser um fotojornalista em casamento significa ser invisível. Nada de sinais, olhares ou poses solicitadas. Você está ali como um fantasma com uma câmera na mão. Você não chama a atenção dos noivos ou dos convidados, apenas observa – de forma original – cada movimento, cada olhar da cena, e clica tudo aquilo que sente e que é importante ser registrado. Ser um fotojornalista não é estar preso a regras e conceitos, mesmo que elas direta ou indiretamente façam parte da nossa profissão. Ser fotojornalista é ser livre para clicar um casamento como de fato ele é, e não como o montamos através da direção dos noivos, padrinhos e convidados. Ser fotojornalista é registrar a realidade (MARQUES; MARTINS, 2009; p. 27).

Os fotógrafos Otollini (2016), Isaac (2016), Terror (2016) e Fugisse (2016), entrevistados para essa pesquisa, possuem experiência média de 8 (oito) anos entre hobby e atuação profissional, apesar de alegarem que o profissionalismo também é o hobby porque fazem o que gostam com isso a obrigação se torna mais divertida.

Otollini (2016), mesmo não querendo rotulação, mas às vezes se denominando fotojornalista, gosta de ser considerada como fotógrafa das emoções. Já Isaac (2016) considera seu estilo com um forte apelo emocional associado ao estético, com imagens advindas de uma composição bem elaborada e pensada para transmitir as sensações presentes no contexto familiar. Fugisse (2016) considera sua fotografia como artística e Terror (2016) a sente orgânica e não sabe assim se definir em qualquer gênero ou ramificação.

Ao ser abordado se em fotografia de casamento é possível fazer fotos “roubadas”, Isaac (2016) diz que além de ser possível, ele realiza esse tipo de foto a todo momento e que esta exige um bom posicionamento, atenção aos acontecimentos de um casamento, concentração e análise dos momentos, conhecimento ou um mínimo de informação que se deve ter sobre cada evento, com detalhes específicos coletados sobre a família com intuito de identificar as pessoas importantes ou detalhes relevantes. Para este tipo de fotografia também é preciso manter a visão periférica, observando os planos e tentando prever e antecipar cada momento. No entanto, Ottolini (2016) alerta que apesar de ser possível a foto “roubada”, o fotógrafo deve sempre abusar do bom senso para não causar desconforto entre os noivos e/ou convidados, pois este nunca é o objetivo.

Todos os entrevistados acreditam que suas fotos são documentos que narram uma história e que estão construindo um legado visual para cada família que registra, uma recordação valiosa de momentos únicos que, isoladamente ou em sequência,

são capazes de relatar uma trajetória que passará para as próximas gerações. Um registro bem elaborado em fotografia de casamento pode ser uma história sem a necessidade de uma legenda.

Quanto ao conhecimento ou utilização do termo Fotojornalismo em Casamento, o fotógrafo mineiro Isaac (2016) justifica que até os anos 90 a fotografia de casamento era monótona, pouco atraente e que não transmitia nenhuma emoção ou conceito. Consequentemente, os profissionais também não eram bem vistos, tinham pouco respeito e eram mal remunerados. Somente em meados de 95 que os fotógrafos de jornais impressos, principalmente dos Estados Unidos, começaram a se aventurar na área de casamentos, levando o conceito do registro ou captura de forma espontânea dos acontecimentos de sua profissão como fotojornalista para as coberturas de casamentos.

Esses fotógrafos enxergaram muitas possibilidades em um mercado até então sem inovação, abrindo inúmeros precedentes para um novo conceito, uma fotografia mais espontânea, documental, mais artística. Com isso surgem clientes para esse mercado e surge como uma revolução na área de casamentos. No entanto, deve-se levar em consideração que esses profissionais tinham bagagem, conceito, técnica e fundamentos que sustentavam essa nova fase.

Para tanto, ao chegar a era digital, Isaac (2016) acredita que o conceito fotojornalismo é usado em muitas das vezes de forma errônea, de má fé por aventureiros, e assim banalizado. Ainda diz que o fotojornalismo é um conceito extremamente técnico, pensado, em que as imagens são elaboradas, mesmo que em instantes de segundo, mas que contextualizam determinado acontecimento. Os grandes fotojornalistas produzem imagens com composições impactantes, planos focais bem trabalhados e com técnicas extremamente fundamentadas.

Ao falar em fotojornalismo em casamento, Otollini (2016) sempre tenta fazer com que o cliente entenda que é como a fotografia documental e que ela não inventa os fatos, mas destaca a

captura no momento em que está acontecendo. É claro que em casamento tem sempre os momentos para os retratos onde precisa chamar a atenção dos noivos para serem fotografados, mas é interessante manter uma certa distância para ter um pouco de privacidade, o suficiente que possa observar e capturar suas reações. A fotógrafa ainda ressalta que o grande divisor de águas que permitiu transformar a fotografia de casamento em uma fotografia jornalística foi a chegada da fotografia digital, pois na época do filme, o fotógrafo tinha que ter a certeza que o registro foi satisfatório, sendo por isso estáticas para que não ocorresse erro. A chegada da era digital cria a possibilidade de analisar seu trabalho assim que é executado, inclusive fotografando eventos com os personagens em movimento, podendo utilizar a técnica do fotojornalismo sem chamar atenção para si.

Fugindo um pouco das concepções técnicas e tecnológicas, na opinião de Terror (2016), essa transformação veio com o interesse e comprometimento do fotógrafo pela história do casal, pelas pessoas envolvidas com intuito de refletir em suas imagens toda essa vivência. Portanto, Fugisse (2016) já afirma que o primeiro passo é não categorizar nada, sempre fotografando o todo, buscando os momentos - do início ao fim do casamento - sem perder os momentos clássicos do rito matrimonial, mas atento a uma melhor luz, melhor composição e melhor *timing* possível na hora de clicar o momento. O verdadeiro fotógrafo de momentos precisa ter um nível técnico e atenção muito altos. As vezes a diferença entre uma foto incrível e uma foto medíocre é de microssegundos pois o momento decisivo é muito fugidioso e exato.

O profissional diz que por vezes utiliza o conceito de fotojornalismo em suas imagens, pensando o mesmo como fotos espontâneas, sem interferência no momento ou direção do sujeito fotografado, mas, que no geral não considera seu conceito como fotojornalismo apesar de utilizar fundamentos deste.

Isaac (2016) diz que não acredita na transformação desse gênero fotojornalístico de casamento como técnica e sim como

conceito e propostas de atuação, uma questão de comportamento e da interferência ou não para o resultado que está buscando.

Fugisse (2016) acredita na possibilidade de junção entre fotografia jornalística, fotografia de casamento e fotografia fine art, pois defende que a ciência que permite o rigor na criação de uma excelente fotografia de momento também existe na criação de uma fotografia dirigida. A beleza, alcançada pelo senso estético do fotógrafo, em imagens de casamento que a tornem singulares pela composição artística permite a categorização da fotografia fine art, da qual o fotógrafo Wellington Fugisse é seu grande defensor.

No fotojornalismo em Casamento ao falar de iluminação, Marques; Martins (2009) defende o uso da luz ambiente como composição neste tipo de foto que a faz ter maior profundidade e a ambientação que o fotojornalismo exige. “O fotojornalismo deve mostrar o que todos estão vendo de uma forma que ninguém viu. Alterar o enquadramento é uma maneira de começar essa transformação” (MARQUES; MARTINS, 2009; p. 32).

O fotógrafo deve transmitir beleza e a iluminação e direção da luz contribuem sobremaneira para disfarçar imperfeições que possam se destoar do motivo fotografado. Assim, independentemente da situação, o profissional ao adentrar em um recinto que irá trabalhar, avalia primeiro a quantidade de luz a sua volta e em seguida o fundo do ambiente. Os grandes fotógrafos jornalísticos aprendem desde o início a ler bem a luz natural (LOVEGROVE, 2010),

Até aqui pode-se perceber que a fotografia de casamento no estilo fotojornalístico existe como uma revolução nessa área, que pode ser considerada da forma mais simples, como um conceito ou postura, ou mesmo como técnicas e elementos bastantes utilizadas no fotojornalismo para melhor fundamentação desse novo gênero no mercado.

O profissional da fotografia de casamento sempre é imprescindível nos planos dos noivos para o registro de todas as etapas que constituem um casamento, como por exemplo os

preparativos que atualmente usualmente se intitula “*making of*”, a cerimônia e a festa. As peculiaridades de cada fotógrafo é que define seu estilo ou mesmo o seu conceito que conseqüentemente interfere na escolha dos noivos.

A fotografia de casamento com a interferência de técnicas, elementos, conceitos e até de gêneros diversos com ênfase no fotojornalismo, pode melhor ser entendido quando se analisa o mercado prático das fotografias de casamento através da experiência dos profissionais da área.

O fotógrafo Wellington Fugisse, de 27 anos, formação em fotografia, atuante há cerca de 6 anos na fotografia social (fotografia de casamento). Da cidade de Natal – RN, busca sempre o aprimoramento técnico e ampliação de conhecimentos sobre luz, composição, direção de cena, entre outros elementos. Profissional reconhecido, descreve seu trabalho como fotografia artística de casamento. Foi listado em 2013 pela associação internacional AGWPJA (*Artistic Guild of Wedding Photojournalist Association*) e em 2014 pela *Fearless Photographers*⁵ e *Junebug Weddings*⁶ entre os 50 melhores fotógrafos de casamento do mundo. Foi nominado pela *Inspiration Photographers* como Revelação do Ano em 2014 e como Fotógrafo do Ano em 2015, sendo um dos dez fotógrafos mais premiados do país por esta associação. Membro premiado das maiores associações internacionais e nacionais de fotógrafos de casamento, possui dezenas de fotos premiadas pelo mundo, e está entre os cinco fotógrafos mais premiados do Brasil pela *Fearless*.

O fotógrafo Túlio Isaac, 37 anos, de Betim – MG, é formado em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e trabalha profissionalmente há 8 anos com a fotografia de casamento. Possui um estilo com forte apelo emocional e estético referenciando o contexto familiar. Premiado internacionalmente, obteve em 2014 um dos seus mais significativos prêmios, o primeiro lugar na

⁵ Associação que conta com os melhores fotógrafos de casamento do mundo.

⁶ Site americano especializado em fotografias de casamento.

categoria retrato do *Prix de la Photographie Paris* (PX3), considerado a premiação de fotografia mais importante da Europa. Ainda no mesmo ano, foi premiado na categoria emoção pela *Wedding Awards* e teve foto sua premiada no diretório de fotógrafos da *Junebug Weddings*.

Carol Ottolini, com 6 anos de carreira como fotógrafa profissional, iniciou sua carreira aos 32 anos por falta de oportunidade de conhecer pessoas da área ou mesmo acesso ao equipamento. Do Rio de Janeiro (RJ), é formada pela Academia Internacional de Cinema (AIC) em direção de fotografia e atua hoje exclusivamente em casamento e consequentemente em fotos de família. Com foco nas emoções das famílias, a fotógrafa preza pela proximidade conquistada junto aos casais e possui em seu estilo uma influência fotojornalística que procura seguir mesmo sabendo que não é de interesse público. Ganhou em 2014 o prêmio em um round do *Fearless Photographers* (Associação que conta com os melhores fotógrafos de casamento do mundo).

O fotógrafo profissional há apenas 3 anos, Vinícius Terror, mora em Ouro Preto – MG. Inicialmente trabalhava com a fotografia como hobby e desde 2011 até os dias de hoje, vive e se dedica exclusivamente à fotografia de casamento profissionalmente. Ele acredita ser inovador na área por dar uma ênfase maior nas pessoas do que no rito em geral. Ganhou o prêmio *Prix Photo* e nesta premiação teve a oportunidade de conhecer Walter Firmo que se tornou uma espécie de mentor, causando sobre ele grande influência.

Todos os fotógrafos entrevistados consideram importante se especializar em algum gênero fotográfico. Para Wellington Fugisse tal importância se dá no alcance de resultados mais rápidos e eficientes, com excelência e consequentemente reconhecimento na área. Essa opinião é complementada por Túlio Isaac que acredita também que manter o foco especializado em determinado campo de atuação, os esforços e os investimentos são reduzidos para atender determinado conceito ou demanda, além

de direcionar seu tempo. Túlio Isaac ainda ressalta que a fotografia de casamento é um gênero que demanda maior conhecimento e noções de outras técnicas fotográficas, de outros ramos como a fotografia de moda (planejada e valorizando o estético), a foto Still/produto (fotografias de objetos inanimados) e o fotojornalismo (fotografia que conte uma história).

Para Vinícius Terror, ele se especializa e faz cursos das diversas áreas que englobam a documentação da fotografia de casamento porque sabe da sua importância, sendo mais usual entre suas técnicas, a do fotojornalismo e os retratos. Complementarmente, Carol Ottolini, a priori, mostra a contribuição das técnicas além das citadas por Túlio Isaac, assim utiliza a fotografia publicitária e a de retratos como outras vertentes de conhecimento necessárias na fotografia de casamento, além da já usada por ela que é o fotojornalismo. Contudo, um gênero como base é fundamental para traçar uma linha de raciocínio, uma direção e não ficar perdido, por isso, vale observar o evento do casamento em um todo porque é impossível fotografar usando somente um gênero.

Questionados sobre a intencionalidade do fotógrafo no registro do casamento, Wellington Fugisse, Túlio Isaac, Carol Ottolini e Vinícius Terror defendem que o fotógrafo possui uma intenção ao compor uma imagem, que no caso deles se resume em criar um legado visual para a família e descendentes com o propósito de contar o dia do casamento como um todo captando os sentimentos mais intensos. Os sentimentos desse momento são um misto de reações e sensações como, sorrisos, lágrimas, ansiedade, preocupação, beleza, amor, etc. Mas o que conta é que no desenrolar dos fatos existem momentos decisivos e naturais que cada casal pode apresentar em sua particularidade e que o fotógrafo precisa estar atento para congelá-lo no tempo. No entanto, Carol Ottolini faz a ressalva que em alguns momentos de ansiedade e nervosismo, a interferência sutil é necessária até para o bem-estar dos noivos.

Portanto, todos os fotógrafos já utilizaram o fotojornalismo como referência de gênero em suas fotografias de casamento e colocaram o termo como eixo comum possível ou aplicável nos momentos da cerimônia e da festa com os convidados. No entanto, Carol Ottolini e Vinícius Terror também inserem o making of como mais um integrante de aplicabilidade do gênero fotojornalístico. Wellington Fugisse acredita ser mais aplicável em momentos mais sutis, desde a ansiedade do noivo antes da chegada da noiva até os momentos de euforia do casal e dos convidados.

Ao serem abordados opinativamente sobre quais técnicas permitem transformar a fotografia tradicional de casamento em uma fotografia jornalística, as respostas percorreram diversos caminhos entre os entrevistados. Wellington Fugisse, mesmo acreditando não ser bom categorizar, acredita que o verdadeiro de momentos precisa ter um nível técnico e atenção muito alto. Já Túlio Isaac não acredita na técnica como responsável por esta transformação no todo, mas sim conceitos e propostas de atuação, uma questão de comportamento e da interferência ou não na ação. Assim, em casamentos o fotógrafo não pode ser o centro das atenções e sim ser discreto no todo para conseguir capturar momentos expressivos, deve evitar certas fontes de luz que desviem o foco e com isso conseguir uma imagem na forma mais espontânea e natural possível.

Ao serem perguntados se acreditavam nas suas fotografias de casamento como documentos que contam uma história e se elas poderiam alcançar esse objetivo isoladamente ou observadas em conjuntos, todos os entrevistados responderam sim na narrativa de suas fotos, no entanto, Carol Ottolini, Vinícius Terror e Wellington Fugisse veem as fotografias em conjunto com mais probabilidade e satisfação ao contar uma história, mas não desprezam a foto isolada com a carga de informação, pois, acreditam que uma ou outra consegue isso. Já Túlio Isaac acredita que uma imagem única tem o poder e o dever de contar uma história, em que isoladamente ela deve sugerir, denunciar, alegrar, emocionar,

informar algo ao observador e a máxima de uma boa foto não necessita de legenda.

A possibilidade da fotografia de casamento ser classificada como fotojornalística e *fine art* ao mesmo tempo, levou a maioria em concordância, exceto Vinícius Terror que preferiu não discorrer por não possuir um conhecimento mais detalhado do termo. Já Wellington Fugisse acredita que existe uma ciência rigorosa para a fotografia de momento como para uma foto dirigida e com essas duas formas é possível fazer arte. Já Carol Ottolini vê na fotografia digital um auxiliar desse momento, que ao depender do glamour do casamento, pode se permitir um registro espontâneo de algo esteticamente perfeito. No entanto, Túlio Isaac mesmo acreditando na possibilidade da junção desses termos em fotografia de casamento alega que eles não possuem nenhuma ligação entre si e que, do mesmo modo, essas duas vertentes muitas vezes são usadas de forma errônea.

4 Análise e Discussão

Avaliar as fotografias de casamento dos profissionais Túlio Isaac (MG), Carol Otollini (RJ), Wellington Fugisse (RN) e Vinícius Terror (MG), sob a ótica do fotojornalismo e levando em consideração a fundamentação teórica que define o termo, seus conceitos, técnicas, elementos e composição, ajuda a compreender sua aplicabilidade. Destacam-se os aspectos mais importantes em cada imagem, desde que dentro dos elementos constituintes da composição e enquadramento mais comuns ou utilizados nas fotografias fotojornalísticas.

Elementos como texto, (re) enquadramento, assimetria, movimento, planos, foco, regra dos terços, motivo e plano de fundo, centro visual, equilíbrio, luz e contraste, ponto, linha, textura, ruído, movimento, padrão, forma e configuração, profundidade de campo e perspectiva, serão avaliados nas

composições fotográficas que têm por premissa básica ser capaz de informar e captar a emoção dos fatos.

A análise a priori também buscará analisar os critérios de noticiabilidade presentes nas fotografias de casamento através da abordagem de Sousa (1997). Vale ressaltar que o autor acredita na mutabilidade dos critérios de noticiabilidade de acordo com o interesse das organizações e dos meios aos quais serão inseridas. A escolha deste autor para fundamentar metodologicamente a análise se deve pelos critérios estabelecidos por ele para uma agência de notícias na escolha de uma foto jornalística.

No entanto, é importante salientar que todas as fotos aqui apresentadas não possuem o critério de continuidade por não ser uma sequência de fotos focadas na ação, não apresentam a repetição por ser registro de um evento único, não possuem previsibilidade, não possui proeminência social por não registrar figuras públicas e não possui caráter institucional a não ser se levar em consideração a intenção do fotógrafo. Porém, todas possuem valor imagem específico do fotojornalismo com valorização do conteúdo visual em detrimento do conteúdo informativo. Todas as fotos em análise possuem também exclusividade por serem únicas em razão do contrato de serviço profissional, o senso de oportunidade é presente no caráter “roubado” da foto e há uma proximidade relacionada afetiva e geograficamente do fotógrafo com o fotografado. Os demais critérios serão vistos nas fotografias analisadas a seguir.

Em relação ao texto ligado à fotografia jornalística, apesar de suma importância para o fotojornalismo, fica evidente que ele não se encontra nas fotografias de casamento aqui apresentadas e nem em qualquer fotografia, a não ser, a partir do momento que elas integram os materiais impressos.

São selecionadas duas imagens de cada fotógrafo para análise, cabendo salientar que todas as fotos dos fotógrafos Túlio Isaac, Carol Ottolini, Wellington Fugisse e Vinícius Terror são

apresentadas em preto e branco, traço marcante e característico do fotojornalismo.

4.1 Carol Ottolini

Na foto apresentada na figura 1 há uma imagem que não precisa de texto para compreensão ou mesmo interpretação. Trata-se de uma criança em meio a adultos durante uma festa de casamento, mas o centro da atenção na fotografia é o adulto que canta.

Em meio ao movimento travado (congelado um instante da ação) possibilitado pelo obturador, percebe-se que a atenção está voltada para a criança porque todos os olhares e a posição do corpo dos adultos estão direcionadas para seu lado, com uma linha de força que conduz o olhar de quem observa a imagem.



Figura 1: Anjo da noite⁷
Autor: Carol Ottolini

Em um plano geral fotojornalístico, o enquadramento nos ambientou ao local e aos acontecimentos com uma ampla visão de

⁷ Conforme autorização de uso de imagem em termo de cessão.

tempo e espaço, por isso, mais informativo. E, sua apresentação em preto e branco proporciona ainda mais ênfase fotojornalística. Uma composição brilhante e espontânea, uma imagem “roubada”, sem qualquer interferência do fotógrafo ou mesmo do fotografado, em que os elementos se completaram em perfeito equilíbrio.

Vale lembrar que o registro de fotografias de casamento em um estilo fotojornalístico, exige dos profissionais o registro mais especial possível, o que o leva à estética da proximidade (valor notícia) do fotógrafo com o fato, a estar verdadeiramente perto dos acontecimentos, fazendo com que a fotografia passe a ser prova registrada de um fato que pode nunca mais ser visto, mas somente lembrando documentalmente.

A imagem cria uma informação familiar de gerações e comportamentos, uma lembrança de carinho compartilhado e vivido. As expressões visuais no rosto dos convidados trazem uma grande carga de informação do momento e da qualidade da festa e dos sentimentos. As imagens sem os noivos não são menos importantes porque eles não estão presentes, pois, se o intuito é contar uma história, é mais que necessário que seja o mais fiel possível com todos os seus personagens.

4.2 Tulio Isaac

Antes de passarmos à imagem, é importante lembrar que Túlio Issac acredita no termo fotojornalismo de casamento e considera que muitas de suas fotos conseguem captar essa essência de forma conceitual, apesar de não se definir como fotojornalista, mas como alguém que profissionalmente capta a emoção dos noivos, família e convidados.



www.tulioisaac.com

Figura 24: Momento com Deus⁸

Autor: Túlio Isaac

A figura 2, no entanto, possui uma carga de apelo emocional muito grande que pode ser transmitida somente ao olhar a fotografia em questão, o que de imediato já a caracteriza como boa composição, pois consegue transmitir a sensação do momento. É uma foto em plena espontaneidade, sem qualquer interferência do fotógrafo e que têm em sua composição um enquadramento inusitado destacando o motivo principal pelo contraste dos tons claros e escuros da foto em preto e branco. Apesar de utilizar iluminação artificial, possui uma luz suave, pois não se percebe rigidez nos contornos das sombras e nem se sabe onde ela começa e termina.

Há, portanto, uma imagem misteriosa, instigante, com vários elementos e sensações causadas à primeira vista por sua composição que usou o diferencial de luz para seu enquadramento

⁸ Conforme autorização de uso de imagem em termo de cessão.

com estética e arte, diante do momento único captado da noiva em seus pensamentos sobre sua história familiar.

A foto em questão não teve qualquer interferência ou direção do fotógrafo, sendo registrada minutos antes da entrada da noiva na igreja conduzida de mãos dadas por seu irmão. Segundo Túlio Isaac, a noiva planejou seu casamento por cinco anos junto com seu pai, com quem sonhava entrar de mãos dadas na igreja, o que infelizmente não aconteceu, pois, seu pai faleceu de forma inesperada um ano antes da data de seu casamento.

O fotógrafo, ao saber de antemão a história, se antecipa para qualquer momento único que possa acontecer. Com isso, registrou esta foto de seu irmão emocionado no plano esquerdo, sua sobrinha (dama de honra) ao centro e a noiva à direita olhando para o alto como se estivesse falando com alguém em pensamento para ganhar forças e seguir seu caminho.

Uma imagem perfeita na composição dos elementos em suas minúcias e que ainda desperta emoções e nos faz olhar a foto da mesma forma que o fotógrafo. A linha é utilizada na composição de forma explícita, presente na estrutura das grades brancas em evidência, assim como a sequência delas cria um padrão capaz de fazer uma ligação de todos os envolvidos na cena.

Com uma boa profundidade de campo, e assim também de perspectiva, a disposição da imagem no quadro a deixou ainda mais interessante em seu enquadramento, com plano geral fechado - também chamado de plano conjunto, um dos elementos típicos da essência fotojornalística - que deu ao momento uma singularidade nunca vista e com a perspectiva favorável à profundidade, sem tirar o foco de atenção do motivo principal: a noiva.

A iluminação das arandelas, ao mesmo tempo que separa os personagens da cena, os integram num todo organizado. São dois pontos de luz que criam uma linha imaginária dentro do padrão técnico dando a indicação ao olhar do observador e integrando a

figura do irmão e da dama de honra ao motivo principal, assim valorizando toda a composição.

4.3 Wellington Fugisse

Apesar de considerar seu estilo mais artístico, o fotógrafo Wellington Fugisse também utiliza detalhes, elementos e ou técnicas do fotojornalismo na composição de suas imagens.

Na figura 3, os elementos de valor notícia se tornaram presentes ao fotografar um cadeirante “dançando” na festa de casamento e se divertindo. Não que isso seja algo proibido ou impróprio para alguém nessa situação, mas de certa forma pode virar notícia pela surpresa ou originalidade da fotografia e pelo interesse humano que leva a informação pelas qualidades das pessoas em si ao abordar o convidado que direciona a cadeira de rodas. A emoção captada dos noivos ao fundo complementa os valores de noticiabilidade da fotografia.



Figura 3: A cadeira de rodas⁹
Autor: Wellington Fugisse

⁹ Conforme autorização de uso de imagem em termo de cessão.

Trata-se de uma imagem “roubada” que conseguiu colocar o observador no lugar do fotógrafo. Com plano geral, a fotografia nos permite ter uma noção do espaço e do tempo, típicos do fotojornalismo, com um enquadramento que coloca o motivo principal no centro visual do quadro guiada pela linha de força dos olhares de todos os envolvidos ou participantes da cena.

O movimento congelado, eternizou o momento e as emoções com uma composição que proporcionou uma boa integração dos elementos em uma iluminação suave e uma aparente relação figura fundo que colocou o segundo plano como parte integrante da informação para referenciar que se tratava de um casamento.

O valor notícia presente é destacado como originalidade. A iluminação na foto de Wellington Fugisse, proporcionou uma noção de profundidade de campo e relevo que direciona a imagem na sua essencial significação. Ambas com pontos de luz e sombra, objetiva a sensação que pretende causar, característico da fotografia jornalística.

4.4 Vinícius Terror

Na figura 4 temos a fotografia de Vinícius Terror, especialista em casamento a pouco mais de três anos, captando emoções e registrando contextos familiares. Possui uma composição que se preocupou em dispor os elementos para uma integração harmoniosa e equilibrada no enquadramento, permitindo a conexão do observador com o momento.

Com um plano geral - o mais utilizado no fotojornalismo - que possibilita visualizar o evento como um todo e ainda são mais informativos, o fotógrafo também utilizou a clássica regra dos terços que é premissa básica de um bom profissional que se preocupa em evidenciar o motivo em uma composição assimétrica e harmoniosa.



Figura 45: Desespero de um homem¹⁰
 Autor: Vinícius Terror

Na imagem, a relação figura-fundo é uma ação complementar de informação e do desenrolar da ação evidenciado no movimento congelado das duas figuras, o que o torna um plano essencial na intenção de dar força visual e realçar os conteúdos. A presença do foco de atenção é evidenciada e reforçada na relação figura-fundo e apresenta diferencial oriundo do contraste tonal e do isolamento. A disposição dos elementos consegue por si só transmitir uma ideia ou uma sensação até mesmo evidenciado no padrão de repetição proporcionado pelos movimentos iguais, especialmente na figura 4.

As linhas nas duas imagens são determinadas pelos movimentos corporais que oferecem um direcionamento ao motivo principal a ligação de uma pessoa a outra como na figura 4, especialmente pelo único homem que aparece na fotografia com as mãos em direção à mulher que está focada como motivo principal.

Com uma iluminação direcionada e suave, o motivo principal se evidencia e atribui o sentido ao conteúdo internalizado

¹⁰ Disponível em: <http://www.viniusterror.com/>

pelo autor como valor notícia de surpresa, intensidade e magnitude em ambas as figuras.

5 Considerações finais

Fotojornalismo e suas especificidades aplicadas nas fotografias de casamento é uma abordagem muito questionável no meio acadêmico, o que foi presenciado durante a elaboração desta pesquisa. Para tentar chegar ao ponto chave de responder aos questionamentos acerca da escolha do tema e sua viabilidade, foi construída uma linha de pensamento que partiu da base conceitual referente aos assuntos abordados para aplicar entrevistas com profissionais da fotografia de casamento reconhecidos nacional e internacionalmente por suas produções.

O fotojornalismo foi estudado porque é a peça chave de esclarecimento logo que a mesma aborda a técnica, os elementos e conceitos desse gênero que, aplicados às fotografias de casamento, podem torná-las pertencentes à categoria. Já o levantamento sobre fotografia de casamento foi necessário para obter propriedade sobre assunto juntamente com suas funcionalidades tradicionais até os seus meios mais inovadores.

Os gêneros reforçaram a compreensão da fotografia social, categoria em que se enquadra a fotografia de casamento, considerado também um subgênero do fotojornalismo juntamente com a fotografia de imprensa e a fotografia documental.

O fotojornalismo tem como ponto de partida a interpretação da realidade aos olhos do fotógrafo e Lima (1989) ressalta que a função do fotojornalista é acompanhar o desenrolar dos fatos sem qualquer tipo de interferência, tornando-se quase invisível diante da cena. Isso pode ser aplicado à fotografia de casamento, principalmente se amparados por Sousa (2002) ao afirmar que se a carga de informação que a fotografia possui e o interesse público

que ela desperta conseguir se transpor aos que não estavam presentes, ela consegue alcançar característica fotojornalística.

Assim, temos nas fotografias de casamento as características de uma imagem sem qualquer tipo de interferência do fotógrafo, às vezes com uma foto “roubada” que a torna mais natural e irreproduzível, possuindo ligações diretas com a realidade do fotojornalismo. Por mais que diversos autores considerem a realidade como subjetiva, cada ângulo é uma interpretação da realidade que o fotógrafo intenciona transmitir ao leitor da sua imagem.

O que ficou evidente, ainda mais nas entrevistas com os fotógrafos especialistas em casamento, é que o conhecimento do termo fotojornalismo em casamento já existe, bem como sua aplicabilidade no mercado profissional. No entanto, o uso errôneo por alguns fotógrafos deturpa a compreensão do termo e prejudica o trabalho daqueles que são sérios e engajados nesse novo meio que vem ganhando mais força a cada dia. São, na verdade, falsos profissionais que por possuírem uma câmera e conseguirem boas fotos, já acham que são capazes de atuar no mercado. Não que alguém precise estudar fotografia a fundo para ser do ramo e nem que a especialização não seja fundamental, mas conhecer seu universo, suas formas, ter técnica - nem que seja advinda de experiência de anos sem estudo teórico -, é de fundamental importância para calcar a qualidade do fotográfico em um mercado cada vez mais competitivo que exige diversidade.

Chamar a atenção para sua foto e conseguir fixar o olhar de quem a observa é um grande indicador que a imagem tem uma carga de informação ou despertou algo. Quer intencional ou não, utilizar de forma adequada os elementos da linguagem fotográfica para uma bela composição dentro do seu enquadramento, favorece a carga emocional e capacidade de a imagem transmitir informação.

Fotojornalismo em casamento é graça e beleza, técnica e informação, uma história do real acontecido contada aos olhos do

fotógrafo para o conhecimento de todos. A naturalidade de um momento único que desperta emoções plenas e perceptíveis nas mulheres e mais singelas entre os homens. Caso contrário, isso já é um furo de reportagem!

Referências

ANG, Tom. **O fotógrafo completo**. São Paulo: Editora Europa, 2010.

BONI, Paulo Cesar. **O discurso fotográfico: A intencionalidade de comunicação no fotojornalismo**. São Paulo, 2000. Dissertação (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

CESAR, Newton; PIOVAN, Marco. **Making Of: Revelações sobre o dia-a-dia da fotografia**. São Paulo: Editora Futura, 2003.

FERNANDES JR, Rubens. **Processos de Criação na Fotografia**: apontamentos para o entendimento dos vetores e das variáveis da produção fotográfica. FACOM - nº 16 - 2º Semestre de 2006. Disponível em http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_16/rubens.pdf. Último acesso em 07/06/2016.

FUGISSE, Wellington. **Entrevista** concedida a Melânia de Kássia da Silva. Natal - RN, 13 de maio de 2016. [A entrevista encontra-se na íntegra no Apêndice “A” desta monografia].

GALLUZI, Tania. **Fotografia fine art – próspera e exigente**. Revista Tecnologia Gráfica. Edição nº 91 - Janeiro/ 2015. Disponível em http://www.revistatecnologiagrafica.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5685:fotografia-fine-art-prospera-e-exigente&catid=68:materias-especiais&Itemid=188. Último acesso em: 06/06/2016.

GARCIA, Geraldo. **Você sabe o que é “fine art”?**. 10 de outubro de 2009. Disponível em: <http://blog.geraldogarcia.com/index.php/2009/10/voce-sabe-o-que-e-fine-art/#ixzz4CoDvoMm6>. Último acesso em: 06/06/2016.

ISAAC, Túlio. **Entrevista** concedida a Melânia de Kássia da Silva. Betim – MG, 02 de fevereiro de 2016. [A entrevista encontra-se na íntegra no Apêndice “A” desta monografia].

LIMA, Ivan. **A fotografia e a sua linguagem**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.

_____. **Fot Jornalismo Brasileiro: realidade e linguagem** – Rio de Janeiro: Fotografia brasileira, 1989.

LOVEGROVE, Damien. **Fotografia de casamento para profissionais: o guia completo**. Tradução Alex Villegas. Balneário Camboriú – SC: Photos, 2010.

MARQUES, Fernanda e MARTINS, Reinaldo. **Fot jornalismo em Casamento: Inspiração e Informação**. Santa Catarina: Iphoto Editora, 2009.

OTTOLINI, Carol. **Entrevista** concedida a Melânia de Kássia da Silva. Rio de Janeiro – RJ, 03 de maio de 2016. [A entrevista encontra-se na íntegra no Apêndice “A” desta monografia].

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma História Crítica do Fot jornalismo Ocidental**; Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

_____. **Fot jornalismo performático – o serviço da fotonotícia da agência Lusa de Informação**. Tese de doutorado, 1997; Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fot-jornalismo-tese.html> - Último acesso em: 25/06/2016.

_____. **Fot jornalismo: uma introdução a história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. Porto, 2002. Disponível em www.bocc.ubi.pt/pa/sousa-jorge-pedro-fot-jornalismo.pdf - Último acesso em 13/11/2015.

_____. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Porto, 2001. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf> - Último acesso em 13/6/2016.

TERROR, Vinícius Leandro. **Entrevista** concedida a Melânia de Kássia da Silva. Ouro Preto – MG, 18 de maio de 2016. [A entrevista encontra-se na íntegra no Apêndice “A” desta monografia].

CAPÍTULO 12

FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO/JORNALISMO: UMA PESQUISA DESCRITIVA SOBRE OS CURRÍCULOS DE QUATRO UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior¹

Sinomar Soares de Carvalho Silva²

INTRODUÇÃO

Neste estudo pretendemos expor temas comuns em duas áreas do conhecimento permeadas de conceitos como transversalidade e interdisciplinaridade. Os territórios da Educação e da Comunicação são compostos por contribuições de outras áreas e acabam tornando-se campos amalgamados, certamente pela sua raiz comum. Este estudo, portanto, pretende trafegar por temas comuns dos dois campos, mas aprofundando efetivamente nas discussões sobre currículo, motivo de diversos estudos na Educação e responsável pela última grande mudança na área da Comunicação, notadamente na formação em Jornalismo.

Quando pensamos em Educação e Comunicação nos deparamos com uma infinidade de conceitos nesta era pós-moderna, vivemos o nascimento de um novo paradigma econômico e produtivo que valoriza não mais a disponibilidade de

¹ Pós-doutor pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-doutor em Comunicação, na linha Jornalismo e Sociedade (UnB). Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (CEULP-ULBRA) e Pedagogia (FE-UnB) e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Bolsista de Produtividade da UFT. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com.

² Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins e Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins. *E-mail*: sinomaruft@gmail.com. Contato: sinomaruft@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7663037157986323>

capital, mas o conhecimento (BERNHEIM e CHAÚÍ 2008). A valorização do conhecimento e a facilidade do tráfego de informações provoca, diariamente, a produção de uma imensidão de dados numa dezena de meios, Bauman (1999) afirma que viver neste mundo saturado de informações é uma arte que ainda devemos aprender, o que encarrega a Educação da arte mais difícil e admirável que é preparar os seres humanos para este mundo. McLuhan (1996, p.123) defende que a educação não é mais um privilégio de determinadas classes, mas uma “necessidade da produção e da sobrevivência. Quando a própria informação se constitui no tráfego mais importante, a necessidade de conhecimentos avançados se faz sentir mesmo nos espíritos mais rotineiros”.

Esta valorização do conhecimento e do “deter” informação, traz importância para a pesquisa em Educação porque agora as universidades não são apenas centros de debates e diálogos, mas também formadores para o mercado de trabalho, é o viés econômico presente na universidade, mas a pesquisa deve ser ampla, dotando os indivíduos de conhecimento e autoconhecimento, chegar a comunidade, ser alargada e não ser reduzida ao viés econômico da “empregabilidade” ou ao “publicar ou perecer”. Para alargar a área é necessário trabalhar com os demais campos, expandir as conversas com os demais espaços e aproveitar seus conhecimentos para enriquecer a pesquisa em Educação (NÓVOA, 2015). A comunicação é um campo ideal para a parceria com a Educação.

O campo comunicacional tem uma dificuldade conceitual de definir seu objeto de estudo, desenvolveu e recebeu teorias de diversas áreas, mas o que pode ser tratado por alguns autores como dificuldade, como vemos em Martino (2006), para nós parece uma vantagem para a Educação, a Comunicação faz parte, inegavelmente, do fazer pedagógico, vemos que ambas têm temas transversais que as aproximam, como a comunicação em sala de aula, que pode ajudar ou tolher o fluir educativo, a influência da tv

e dos meios hegemônicos na formação de processos escolares e ainda a possibilidade da comunicação ser um meio de educar, para, aliada à tecnologia, dar suporte a diversas formas e experiências pedagógicas, a Educação ainda deve ser capaz segundo Martinez e Peric (2009, p. 11) de:

Valorizar a inteligência coletiva e não a individual; perceber que todos são capazes e não uma minoria; valorizar as inteligências múltiplas; a emoção e a imaginação devem ser tão importantes quanto o conhecimento técnico; ter capacidade de resolver questões abertas e imaginar futuros alternativos, assim como a necessidade contínua de adquirir novos conhecimentos durante toda a vida

Toda essa discussão e mescla do campo da Educação e da Comunicação efetivamente pode ser vivenciada no currículo, que é a representação de todos os embates e lutas na construção de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC). McLuhan (1996, p. 388) aponta os currículos como a nova preocupação do campo educacional porque “a continuar em seus padrões atuais de desrelações fragmentadas, os currículos de nossas escolas não farão senão garantir a formação de cidadãos incapazes de entender o mundo cibernético em que vivem”. Portanto, a construção de um currículo é de extrema importância porque este instrumento é, com efeito, a representação das intenções pedagógicas de determinada instituição.

Buscar esclarecer essas intenções, as semelhanças e diferenças, é o objetivo primeiro deste artigo, que analisará os PPC's do curso de Comunicação Social/Jornalismo de quatro universidades federais na Região Norte do Brasil, a saber: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Rondônia (Unir), na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Amapá (Unifap). Estas instituições foram escolhidas porque promoveram mudanças recentes em seus

projetos pedagógicos na esteira das recomendações do Ministério da Educação (MEC) em 2013.

Ao longo do terceiro tópico mostraremos as recomendações do MEC e sua expressão nos PPC's das universidades analisadas. Durante a investigação ainda buscaremos encontrar a relação academia/mercado, as intenções para a formação de um espírito crítico e empreendedor nos egressos e ainda e sua busca por interdisciplinaridade, prática usada por muitas instituições como forma de integrar propostas de ensino e alunos para leva-los a adquirir diferentes visões de uma mesma realidade, Pires (1998, p. 177) afirma que “a interdisciplinaridade pode ser tomada como uma possibilidade de quebrar a rigidez dos compartimentos em que se encontram isoladas as disciplinas dos currículos escolares”. Portanto, este trabalho foi realizado para abordar duas áreas importantes na modernidade e a escolha da região estudada se deu por uma preferência por valorizar as instituições da região amazônica e promover mais estudos como forma de alargar os conhecimentos sobre o território local. Ao buscarmos na literatura autores que tratam de formação em Jornalismo enfocando a região norte do Brasil não tivemos grandes êxitos, essa escassez de bibliografia refletiu decisivamente no método utilizado para sistematizar esta pesquisa, tema que será abordado no tópico seguinte.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho pretende trazer uma visão sobre os Projetos Pedagógicos de quatro cursos de Comunicação/Jornalismo de universidades federais da região norte do Brasil. Caracterizamos esta pesquisa como descritiva, conceituada por Gil (2008) como o tipo de estudo que busca levantar as características de determinada população ou fenômeno.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.53) “as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando

proporcionam uma nova visão do problema”, podemos inferir também que nossa pesquisa aproxima-se do método exploratório pela escassez de estudos sobre a formação em Jornalismo na região norte do Brasil, Gil (2008) afirma que:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Depois de definido o objetivo descritivo, aproximando-se do método exploratório, decidimos usar a coleta de dados em fontes que Marconi e Lakatos (2003) chamam de primária, em documentos publicados nos portais das universidades na internet, esse critério foi o responsável por excluir a Universidade Federal do Acre (Ufac) da pesquisa, porque apesar de realizar mudanças nos PPC's de seu curso de Comunicação/Jornalismo, o documento não estava disponível no portal à época da realização da pesquisa, em outubro de 2016. Dessa forma, utilizamos nesta pesquisa o método documental para coleta de dados.

A abordagem utilizada nesta pesquisa é qualitativa, não nos preocupamos com números nem elementos quantificadores, Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) definem esta abordagem como preocupada “com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, e continuam, *ibidem* (2009, p.32) “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, encaixando-se com nosso objetivo de mostrar como estas instituições pesquisadas traduzem suas dinâmicas, relações e processos formativos em seus currículos, presentes em seus Projetos Pedagógicos de Curso.

No próximo tópico apresentamos os resultados e discussões com foco em quatro elementos de análise sobre os quais lançamos nossos olhares ao analisar os PPC's. Estes elementos são algumas das recomendações do MEC para as universidades no momento da construção de seus projetos. Não pretendemos esgotar os temas abordados e os elementos de análise escolhidos porque a resolução do MEC e os PPC's apresentam estes temas de maneira imbricada, estando presentes em diversas abordagens dentro de um mesmo documento.

Os elementos de análise foram escolhidos por contemplar o perfil do egresso desejado pelo documento do MEC, de um jornalista conhecedor das várias possibilidades profissionais, capaz de trafegar em diversos meios com habilidade técnica e espírito crítico e inovador, para isso buscamos elementos que demonstram questões relativas ao mercado e sua relação com alunos e universidade, interdisciplinaridade e mecanismos de desenvolvimento de espírito empreendedor e crítico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 27 de setembro de 2013 o Ministério da Educação publicou a Resolução Nº 1 que dispunha sobre a instituição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo. Este documento começou a ser construído em 2009 quando o MEC criou uma comissão de especialistas sob a presidência do professor José Marques de Melo para pensar a formação em Jornalismo em uma sociedade em processo de mudança (BRASIL, 2013).

Depois de realizadas audiências públicas em alguns estados e consultas pela internet chegou-se a conclusão que eram preciso novas diretrizes para a formação num mundo globalizado onde a informação e seu poder estão cada vez mais no centro das importantes decisões. Uma das divergências que a comissão e o documento encontraram foi a oposição da Associação Nacional dos

Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) ao fato do curso de Jornalismo não ser mais uma habilitação da grande área da Comunicação, o curso agora passa a se chamar Bacharelado em Jornalismo e não mais uma habilitação da grande área da Comunicação, a associação defende que esta medida não contribui para o crescimento da área (BRASIL, 2013).

Mas embates são comuns quando se discute espaços formativos. Na Europa, a propósito das mudanças provocadas pelo Processo de Bolonha, as disputas ganharam as ruas puxando mais participação e discordância, foi necessário romper tradições medievais para a implantação desse novo processo formativo. Obviamente não podemos comparar as duas situações, o Processo de Bolonha envolveu grande parte da Europa numa mudança do ensino superior para adequar o continente à globalização e à competitividade moderna, portanto as mudanças tiveram antes do viés pedagógico uma influência econômica. Estas mudanças provocaram alterações não apenas nas estruturas e processos formativos, mas também na mobilidade de estudantes e docentes. Assim, embates são normais porque há sempre o receio da perda de espaço (PORTO JÚNIOR, 2012). Voltando ao Brasil, após a publicação da resolução o MEC estipulou o prazo de dois anos para que as mudanças fossem aprovadas.

Estas mudanças deveriam acontecer com o intuito de formar profissionais éticos, críticos, capazes de desenvolver-se trafegando por diferentes caminhos mercadológicos e de maneira empreendedora. Fomos, então, buscar esse perfil de egresso nos PPC's elencando quatro elementos de análise, o primeiro deles a promoção de um espírito crítico e ético. Antes, porém, é importante lembrar que esta busca está ancorada na complexidade da educação porque os currículos são apontamentos, mas é preciso assinalar a importância da prática docente, de acordo com Nóvoa (1999, p.11) "a acção educativa sempre se revestiu de uma grande complexidade e de margens significativas de imprevisibilidade",

portanto estes apontamentos que são os currículos podem ter suas orientações reforçadas ou não no ambiente da sala de aula.

O ensino da Ética vai contribuir para o enriquecimento do pensamento crítico e das discussões inerentes à carreira. Sobre o tema encontramos em cada uma das universidades uma abordagem diferente para o nome da disciplina que pode ser chamada de *Legislação e Deontologia do Jornalismo*, *Ética no Jornalismo* ou *Ética e Legislação*. A carga horária e posição na matriz curricular muda de uma universidade para outra, tendo assim cada instituição um momento diferente para abordar o tema com o alunado. Na Universidade Federal do Amapá a disciplina concede apenas dois créditos sendo ministrada em trinta horas. Mas o tema é abordado nas ementas de outras disciplinas, pista que a prática docente e o desenvolvimento e estudo de um tema não esgota-se em apenas uma disciplina.

Quando nos atentamos as ementas podemos recorrer às ideias de Christofoletti (2011) ao criticar a enorme quantidade de normas e leis nos cursos de Ética no Jornalismo o transformando em excessivamente normatizador, pouco afeito às discussões. Nas universidades analisadas não encontramos esse caráter, pelo contrário, apenas na Universidade de Rondônia encontramos leis e códigos, mas estes são minoria no conjunto da bibliografia.

O pensamento crítico pode ter ganhos com a abordagem de diferentes temas que promovam novas discussões, este artigo aborda temas confluentes na Educação e Comunicação, um tema portanto que pode trazer ganho para ambos é a *Educomunicação*, tema importante para os cursos de Jornalismo por contribuir para a discussão da realidade educacional com ajuda da tecnologia, obviamente a comunicação na educação não pode ser reduzida a aparatos tecnológicos (PINHEIRO, 2016). Sobre este conteúdo não é encontrado em nenhuma universidade analisada, a exceção para a UFT que oferece a disciplina optativa com uma carga horária de trinta horas. As disciplinas optativas são um espaço que podem contribuir para debates e aprofundamentos em outros temas, mas

é preciso reconhecer que das enormes listas no currículo nem todas são efetivamente oferecidas.

Estas discussões e o desenvolvimento de um espírito crítico podem ser incrementados com o despertar do empreendedorismo no egresso, afinal não há vagas no mercado para todos, estamos agora em busca da abordagem deste tema nos PPC's. Encontramos presença nas universidades do Tocantins, Amapá e Rondônia, em Roraima há apenas uma menção ao tema, na bibliografia complementar da disciplina *Laboratório de Jornalismo*, no primeiro semestre, ao longo de todo o PPC a universidade não trata do tema. Na UFT o assunto é abordado na disciplina *Gestão em Jornalismo*, que substituiu *Introdução às Relações Públicas* que deixou de ser ofertada, há ainda a disciplina *Empreendedorismo*, ofertada de maneira optativa, de acordo com a ementa estas disciplinas buscam promover atitudes empreendedoras, criatividade, comunicação e liderança (BRASIL, 2015). Em Rondônia foi acrescida uma disciplina com carga de oitenta horas chamada *Empreendedorismo e Inovação em Jornalismo*, metade da carga horária é destinada a atividades práticas, esta disciplina não existia no currículo anterior.

Essa busca pelo espírito empreendedor é necessária para gerar autonomia no egresso, para que não dependa apenas das formas tradicionais da comunicação e do mercado, mas ainda é o mercado o destino profissional da maioria dos egressos. A Universidade Federal do Amapá declara que a formação no campo do Jornalismo busca (Brasil, 2015, p. 02) “instrumentalizar os novos profissionais a não apenas assumir papéis no mercado de Jornalismo já existente, mas construir novos espaços empreendedores de atuação jornalística, especialmente no Estado de Rondônia”, reforçando o contexto local da formação.

Em todos os PPC's analisados encontramos uma contextualização do curso e sua realidade local em relação ao mercado, mas não encontramos as opiniões do mercado sobre que tipo de profissional a academia deveria formar, não defendemos

que essa deva ser a opinião hegemônica dentro de um curso de jornalismo, é neste momento de intensa mudança tecnológica e tráfego de informações que a academia deve aproximar-se do mercado e oferecer-lhe respostas, há uma chance para o Jornalismo e a academia provarem que não são responsáveis apenas por entregar um diploma, mas mostrarem que são capazes de construir um profissional que tem conhecimentos e competências para obter esse título (CANAVILHAS, 2008). Esta aproximação com o mercado teve um ganho com a mudança das Diretrizes Curriculares porque agora o estágio supervisionado é obrigatório, nas quatro universidades pesquisadas a carga horária varia de 120 a 200 horas e deve ser realizado nos períodos finais do curso para que o aluno possa colocar em prática o conhecimento aprendido nas disciplinas e laboratórios.

Se a globalização exige do novo jornalista uma formação humanística cada vez mais crítica, integrada às novas tecnologias e maneiras de difusão da informação, deve haver uma integração maior também nas universidades, pois se a tecnologia e as novas formas de comunicação integram as pessoas, porque a formação deve ser engessada e pormenorizada? Para Leite e Benício (2015, p. 47) “torna-se claro que um grupo de disciplinas ministradas separadamente e sem conexões não proporcionará ao estudante a capacidade de vislumbrar, da melhor forma possível, a realidade que o cerca tal como ela é: complexa e sistêmica”.

Se não encontramos evidências da participação do mercado na construção dos projetos pedagógicos de curso, vemos com frequência o tema interdisciplinaridade sendo abordado. A UFT defende que seu projeto busca integrar as disciplinas para promover a interdisciplinaridade e a integração teoria/prática, por meio de semanas acadêmicas e projetos de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2015). Na universidade de Roraima o PPC lembra que essa abertura promovida pela interdisciplinaridade não afasta o Jornalismo das Ciências Sociais, mas aproxima o profissional das nuances contemporâneas (BRASIL, 2015).

Ao observarmos percurso do aluno até o último período é possível perceber que algumas disciplinas conexas apresentam distância entre si na matriz curricular, o que pode, em tese, impactar na interdisciplinaridade proposta para o curso, uma vez que um tema tratado em um período pode levar até dois anos para novamente ser trabalhado, lembrando que estas observações são baseadas apenas no documento disponibilizado no portal das universidades, reforçando mais uma vez a importância do docente e seu fazer pedagógico, o protagonismo do professor é essencial para que estes elementos e outros presentes nos PPC's possam formar um profissional como o documento do MEC defende, é com a ajuda do docente que o aluno selecionará os conteúdos em meio a inúmeras plataformas, bases de dados, periódicos, o papel do professor continua a ser essencial na seleção da informação e da sistematização do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta pesquisa tínhamos o objetivo de abordar a Educação e a Comunicação e suas convergências, decidimos então lançar o olhar para a formação em Jornalismo na região norte do Brasil, analisando os PPC's sob alguns aspectos que contribuem para a formação de um profissional mais atualizado com as complexidades globais. Nas bibliografias consultadas percebemos que nossa intenção inicial de juntar Comunicação e Educação mostrou-se acertada, a área da Educação precisa expandir-se para tornar-se ainda mais relevante na modernidade, as universidades e as escolas não têm mais condições de apenas transmitir conhecimento, precisam instrumentalizar debates, discussões, preparar as novas gerações para entender a complexidade do mundo em que vivemos, para isso trabalhar com a Comunicação é fundamental.

E o território ideal para esta junção é o currículo, local de disputas por espaços e manutenção de ideologias, ao longo do

estudo encontramos muitas informações nos currículos que podem servir de base para outras pesquisas, vimos disciplinas sendo retiradas do currículo, como *Historia da Arte* em Rondônia, *Estudos Contemporâneos* no Tocantins, *Comunicação Comparada* em Roraima e *Semiótica das Mídias* no Amapá, vimos também a junção de duas, até três disciplinas para formar uma única mais voltada para o campo do Jornalismo e menos para a grande área da Comunicação, esta percepção demonstra que este estudo descritivo e exploratório é apenas o começo, estas descobertas nos inquietaram a ampliar este estudo para um olhar mais próximo e com técnicas mais aprofundadas para mostrar como estas políticas formativas foram construídas, a participação do docente e a execução efetiva dos apontamentos do currículo, pesquisas futuras podem ainda comparar estas experiências formativas com outras pelo país e pelo mundo, como a formação proposta pelo Processo de Bolonha, podem também comparar de maneira esquemática a formação das demais universidades que não estiveram presentes nesta pesquisa.

Consideramos, portanto, alcançados os objetivos iniciais de mostrar uma descrição do processo formativo enfocando essas quatro áreas de acordo com a metodologia proposta de forma a ampliar o conhecimento sobre o tema, novas pesquisas dispõem de um campo vasto e rico de estudo, sendo possível manter a parceria e a convergência entre Educação e Comunicação, pois o aluno que é influenciado pelas novas formas de comunicação é o mesmo que recebe os ensinamentos do docente, não há uma mutação de sujeito, dessa forma estas áreas estão extremamente ligadas pela nova configuração global.

5 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização - As Conseqüências Humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 148 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do Conselho Nacional de Educação N° 01/2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, remetidas pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, para apreciação da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação**. Brasília: publicado no D.O.U. de 12/9/2013, Seção 1, Pág. 10. Brasília, DF.

CANAVIDAS, João Manuel Messias. Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade. In: **jornalismo: mudanças na profissão, mudanças na formação**, 2008, Braga, Portugal. **Atas**. Braga: Ceacs, 2008. p. 49 - 56. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/jornalismoo8/article/view/404/378>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Pedagogias, metodologias e tecnologias na formação ético-profissional dos cursos de Jornalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo - Rebej**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.129-177, jun. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/194/142>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

LEITE, Fabiana da Silva; BENÍCIO, Juliana. Interdisciplinaridade no ensino superior: proposta de um novo método. **Ampliando - Revista Científica da Facerb**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.45-54, 01 jun. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://www.cneerj.com.br/ojs/index.php/ampliando/article/view/160/118>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MARTINEZ, Suzana Riquelme Moreno; PERIC, Raja Bou Assi. As exigências educacionais para o mercado de trabalho no século XXI. **Revista Interfaces: Ensino, pesquisa e Extensão**, Suzano, v. 1, n. 1, p.10-12, jan. 2009. Anual. Disponível em: <<http://www.unisuz.edu.br/interfaces/downloads/edicao-1/versao-digitalizada.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

MARTINO, Luiz C.. Abordagens e representação do campo comunicacional. In: EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO, 15., 2006, São Paulo. **Dossiê**. São Paulo: Compós, 2006. p. 33 - 54. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaeconsumo/article/viewFile/5034/4658>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 407 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior**. Dispõe sobre a atualização do texto e retificação da tabela de equivalência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Jornalismo, Câmpus de Palmas (Resolução nº 05/2015 do Consepe). Palmas, TO.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.11-20, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

NÓVOA, António. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em educação?. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p.263-272, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0263.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

PINHEIRO, Rose Mara. A Contribuição da Educomunicação para o Ensino Superior. **Revista Observatório**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.327-344, 30 maio 2016. Disponível em:

<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1692/8717>>. Acesso em: 23 ago. 2016

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino. **Revista do Iv Circuito Prograd: As Disciplinas de Seu Curso Estão Integradas?**, São Paulo, v. 01, n. 01, p.173-182, fev. 1998. Única. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/10.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Entre Comunicação e Educação: o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social**. 2012. 614 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12911>>. Acesso em: 16 maio 2016

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <[http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Resolução do Conselho Do Conselho Universitário**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo, Macapá, AP (Resolução nº 30/2015 do CONSU/UNIFAP). Macapá, AP.

UNIVERSIDADE FEDERAL De RONDÔNIA. **Resolução do Conselho Do Conselho Universitário**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo, Macapá, AP (Resolução nº 30/2015 do CONSU/UNIFAP). Macapá, AP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Resolução da Câmara de Ensino. Aprova as alterações do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Comunicação Social**, Boa Vista, RR (Resolução nº 04/2015 do CENS/CEPE). Boa Vista, RR.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) Nº 34/2015**. Dispõe sobre a

atualização do texto e retificação da tabela de equivalência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Jornalismo, Câmpus de Palmas (Resolução nº 05/2015 do Consepe). Palmas, TO.

CAPÍTULO 13

MEMÓRIA DO PRIMEIRO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

Shara Alves de Rezende¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Para narrar o passado é necessário buscar na memória a recordação dos acontecimentos. É na busca dessa memória do passado que se detém as confirmações do presente e a construção da história. Le Goff (2003) considera que a memória faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. A memória não é só uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder.

Maurice Halbwachs (2006) explica que a memória considerando, primeiramente, o caráter psicológico, é a ideia de que “lembrar” de algo, requer a existência de um acontecimento e de um ator. Nessa perspectiva, tem-se a noção individual de memória, na medida em que se entende que é preciso haver uma pessoa que participou do fato, seja como ouvinte ou como ator, que se lembre daquele fato e que possa guardá-lo e relatá-lo. Temos então, a noção de memória como faculdade de armazenamento de informações e podemos classificá-la como “memória individual”.

Dessa ideia de memória, surge a afirmativa de que é necessário que haja um testemunho para que um fato se perpetue e se torne memória para um grupo. Segundo Halbwachs (2006) é

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo pelo OPAJE-UFT. E-mail: shararezende@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

a esse testemunho, que recorremos “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação. Ainda, conforme o autor, “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso”. A relação entre o testemunho do “eu” e o testemunho do “outro” deve ser harmoniosa no sentido de que ambos devem se entender como fazendo parte de um mesmo grupo e o evento vivido e recordado deve ser comum aos membros desse grupo.

Halbwachs desenvolve um novo conceito de memória. Para o autor, mesmo que a primeira vista a memória seja particular, ela sempre fará referência a um grupo, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006). A memória individual não deixa de existir, no entanto está presente em diferentes contextos e com a participação de diferentes atores, fazendo com que a memória ultrapasse da natureza pessoal/individual para se converter em um conjunto de memórias compartilhadas por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva. Segundo Halbwachs (2006),

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006)

Le Goff (2003) destaca que cabe aos profissionais científicos da memória, como os antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. Diante do exposto e no desejo de se observar o tempo passado próximo, ouvindo os relatos da

memória coletiva de quem os viveu e os relembra, é que este trabalho se propõe a reconstituir a trajetória do primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Estado do Tocantins.

O principal objetivo desse artigo é estabelecer a memória acerca da criação e trajetória do primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Estado do Tocantins. Para isso compreenderemos em quê contexto histórico e político cria-se o Tocantins, em seguida faz-se um breve panorama da imprensa tocantinense para finalmente se contar a trajetória do primeiro curso de Comunicação Social do Tocantins.

Destaca-se que se faz toda essa contextualização para se conhecer os fatos que geraram a constituição, continuação e encerramento do primeiro curso de graduação em comunicação criado em um novo estado. Ressalta-se que esse artigo considera a memória coletiva em registros em documentos públicos e relatos de pessoas que apresentem pontos decisivos acerca da trajetória do primeiro Curso de Comunicação Social do Estado do Tocantins.

Tocantins e a emancipação

O Estado do Tocantins foi criado pelo artigo 13 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, mediante o desmembramento de uma área de 277.321 km², antes pertencente ao Estado de Goiás. De acordo com Cavalcante (2003) a criação do Estado do Tocantins, através da Constituição de 1988, foi à vitória de uma luta secular promovida população e lideranças políticas que viviam no antigo norte de Goiás e legitimando um projeto de autonomia que expressava as necessidades econômicas e político-administrativas.

Conforme Motter (2010) a historiografia é unânime em afirmar que as primeiras incursões sobre o território onde hoje se localiza o estado do Tocantins, foram efetivadas ainda nos séculos

XVI e XVII, através de expedições de bandeirantes paulistas que tinham a finalidade de capturar indígenas e, também, incursões de jesuítas que, vindos da capitania do Pará, chegavam a essas para impedir que a escravização dos indígenas fosse efetivada pelos paulistas. Contudo, foi no século XVIII, com a extração de minérios, que a antiga região Norte de Goiás teve uma efetiva ocupação econômica do seu território.

Motter (2010) destaca que a descoberta de minas de ouro na região, nas primeiras décadas do século XVIII, é que atraiu um grande contingente populacional para as terras próximas à margem direita do Rio Tocantins, instituindo os primeiros núcleos urbanos da região, estes espalhavam-se por uma região vastíssima, ocasionando uma descentralização quase total dos centros administrativos. A autora destaca ainda que a região Norte goiana entrou no século XIX enfrentando uma forte crise econômica. “Com a crise da mineração, as únicas atividades econômicas desenvolvidas na região foram a agricultura e a pecuária, sendo que essas, em função de não haver meios de escoar a produção para os centros importadores, eram desenvolvidas precariamente, tornando-se atividades de subsistência”.

É nesse contexto econômico que inicia a luta pela autonomia da região do norte goiano. Segundo Teixeira a luta pela autonomia, desmembramento e criação do Estado do Tocantins é secular, tornando-se mais efetiva na primeira metade do século XX, momento em que lideranças políticas locais passaram a realizar manifestações públicas em busca a autonomia da região. Anjos (2015) conta que movimento autonomista do norte de Goiás foi iniciado com Lysias Rodrigues, em 1940, sendo fortalecido pelo jurista Feliciano Machado (1956-1960) que juntamente de outras lideranças do município de Porto Nacional criou o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, lançado em 13 maio de 1956, sob o comando do juiz o grupo instituiu o dia 20 de maio como o dia de luta pró-criação do estado do Tocantins. Esse grupo organizou

uma entidade chamada Associação Tocantinense de Imprensa (ATI).

Em 1956, o juiz de direito da comarca de Porto Nacional elaborou e divulgou um Manifesto à Nação, assinado por numerosos nortenses, deflagrando um movimento nessa comarca, revigorando a ideia da criação de um novo Estado, com a divisão de Goiás. O movimento repercutiu na Assembleia Legislativa de Goiás, onde foi apresentado um projeto de criação do Estado do Tocantins, através da Emenda número 1 do Ato Constitucional. (TEIXEIRA, 2003)

Teixeira (2003) afirma que na década de 1980, o plano ganhou força e, em forma de projeto de Lei do deputado federal José Wilson Siqueira Campos, foi por duas vezes aprovado pelo Congresso Nacional (1985), e nas duas ocasiões vetado pelo presidente da República, José Sarney, que alegou ser a medida onerosa e desprovida de interesse público. No entanto, 1987 por decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro, incluiu-se na nova Carta, promulgada em outubro de 1988, a criação do novo Estado de Tocantins.

Teixeira (2003) revela que a escolha da capital do mais novo Estado foi marcada por controvérsias políticas, os municípios de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional estavam entre as prováveis possibilidades de se tornar a capital. Mas, Miracema do Norte (atual Miracema do Tocantins), devido a sua posição geográfica, foi escolhida pelo então presidente da República José Sarney como capital provisória, enquanto se discutia onde ficaria a capital definitiva.

E em julho de 1989, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou projeto de lei do Executivo que criava a cidade de Palmas, a ser construída no centro geográfico do Estado, para ser a capital definitiva do Tocantins. Palmas começou a ser construída no dia 20 de maio de 1989, e em 10 de janeiro de 1990 tornou-se capital do Estado. Sendo que foi na capital do Estado que

aconteceu a criação do primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Tocantins. Para compreender o contexto midiático tocantinense da época iremos abordar um pouco do histórico da imprensa no norte goiano e atual Tocantins.

O jornalismo no norte goiano e Tocantins

Segundo Teixeira (2003) a mídia impressa no norte goiano iniciou-se na década de 1830 com um artigo publicado no Matutina Meiapontense, primeiro jornal do centro do Brasil, editado em Pirenópolis – GO. A luta pela autonomia da região e, posteriormente, pela criação de um estado novo está registrada em diversos jornais que contribuíram para a construção do Estado do Tocantins. Existiram vários outros jornais que eram contra os interesses do então norte de Goiás. Dentre eles destacam-se “o Correio Oficial de Goiás (1837), onde eram publicados os atos do governo de Goiás. Mais tarde, esses atos passaram a ser divulgados pelo jornal O Tocantins, que era o porta-voz do governo de Vila Boa de Goiás e não mostrava interesse em defender a emancipação política do antigo norte”. (TEIXEIRA, 2003)

Teixeira (2003), selecionando alguns jornais localizados no norte goiano, faz um estudo sobre as linhas editoriais acerca do movimento de autonomia e separatista do norte goiano, atual Tocantins.

Em 1860, foi criado O Alto Tocantins, que tinha caráter político e era impresso na Tipografia de O Tocantins e em 1866, o jornal, Alto Araguaia. Em 1891, Folha do Norte e O Incentivo, em 1901. Contrário a essa política e com intenção de desmembramento, citamos o jornal Norte de Goyaz criado no ano de 1905 em Porto Nacional por Francisco Ayres da Silva. Quinzenalmente circulou quase meio século ininterruptamente, sendo que na década de 40 foi contra a criação do Território Federal do Tocantins e contra o movimento para criação do Estado do Tocantins na década de 50. [...] No entanto, surgiu em 1920 O Tocantins e 1921 A Tarde, esses eram porta-vozes da criação do Tocantins. Mais adiante

surge, em 1946, O Araguaatins, que se mostrou contrário à Criação do Tocantins. Em 1951, a favor de um Estado independente é criado o jornal Ecos do Tocantins, sob a direção de Trajano Coelho Neto. Já em 1956, também defendendo os interesses do norte é lançado o jornal Estado do Tocantins; e em 1957, sob a direção de Trajano Coelho Neto, surge o Anuário do Tocantins, considerado a obra-prima do jornalismo impresso tocaninense (TEIXEIRA, 2003).

Logo, na década de 1950 a 1989 o número de jornais cresceu e a imprensa do norte goiano participou de forma mais ativa e direta das discussões sobre a necessidade da criação do Estado do Tocantins contribuindo com a formação da opinião pública sobre a necessidade da região ter autonomia financeira, política e administrativa. Um político da região que percebeu que o apoio da imprensa era importante para a causa foi o vereador da Câmara Municipal de Colinas, então Goiás, José Wilson Siqueira Campos, empossado em 1º de fevereiro de 1966, Teixeira (2003) conta que Siqueira Campos assumiu o comando da campanha Pró-Criação do Estado do Tocantins e com isso instituiu a Comissão de Propaganda, com a finalidade de divulgar os acontecimentos promovidos pela Comissão de Estruturação Jurídica do Estado do Tocantins (CEJET). A Comissão de Propaganda, era um Órgão de Assessoria de Imprensa que se encarregava de emitir informações aos municípios tocaninos e para a imprensa do Sul do país sobre a necessidade de se criar o Estado do Tocantins. Essa foi uma forma de pautar na imprensa do norte goiano e do Brasil sobre a necessidade de se criar o Estado do Tocantins já que na época os veículos de comunicação de Goiás, especificamente de Goiânia, eram radicalmente contra a independência do Norte de Goiás.

Com o aumento dos interesses pela criação do Tocantins, o jornalista Otávio Barros em 1975 relança o jornal Estado do Tocantins. Em 1979 começa a veicular o Jornal do Tocantins, da Organização Jaime Câmara; O Regional e o Correio do Norte, esse último, reeditado pelo Jornalista Luiz de Sousa Pires. Todos esses

jornais eram editados em Araguaína. Assim, com o crescimento da mídia impressa, os jornalistas Oswaldo Ayres e César Freire criam a Associação Tocantinense de Imprensa na década de 1950, entidade que iria congrega os jornalistas do então sonhado Estado do Tocantins. (TEIXEIRA 2003)

É reconhecido o valor do papel da imprensa nortense na luta pela autonomia do norte goiano, desmembramento e posterior criação do Tocantins. A imprensa mesmo de forma incipiente pautou a discussão desse assunto e participou de forma mais ativa durante o processo de tramitação do Projeto de Criação do Estado do Tocantins, como foram os casos dos jornais anteriormente citados e tantos outros, eles tornaram a luta uma realidade.

É sabido que antes e nos primeiros anos após a criação do Tocantins atuaram na mídia impressa, radiofônica e televisiva jornalistas graduados e não-graduados em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, vindos de diversos estados brasileiros. Eles tiveram o incrível papel dar apoio a luta por autonomia, criação e consolidação do Estado do Tocantins. Essas pessoas e veículo tiveram a incumbência de registrar a memória e o que será a história do mais novo estado criado no Brasil.

A trajetória do primeiro Curso de Comunicação Social

Com a criação do Tocantins, os jornais fundados para dar apoio à luta por autonomia e passam a contar os fatos do dia a dia do novo Estado, aquecendo o mercado midiático via meio impresso, radiofônico e televisivo juntamente com o surgimento de outros jornais. Muitos dos profissionais que trabalham com jornalismo não tinham diploma, como também em um raio de 823 quilômetros não havia um Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo para formar profissionais, a cidade mais próxima que ofertava o curso era Goiânia-GO. Entretanto, em 1997, após oito da criação do Tocantins instala-se na Universidade

do Tocantins o primeiro curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Rádio e TV).

O Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo foi criado em meio ao processo de concepção de uma universidade que fosse genuinamente tocantinense e que estivesse presente em diversas regiões do Estado. A Universidade do Tocantins foi instituída em fevereiro de 1990 por meio do Decreto 252/90. No entanto, somente em novembro de 1996, através da Lei 874/96, é que foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede em Palmas, capital do Estado. É nesse contexto que nasce o primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Estado do Tocantins.

O primeiro Curso de Comunicação Social foi planejado para ter habilitação em jornalismo, rádio e TV, o ingresso era através de vestibular para 40 vagas de concorrência ampla, sendo entradas semestrais, uma para o turno noturno e outra para o turno matutino, o primeiro vestibular aconteceu no primeiro semestre de 1997, a carga horária total era de 2.880 horas/aula entre teóricas e práticas, com duração mínima de 8 semestres e máxima 14 semestres, com vigência a partir do segundo semestre de 1997.

A matriz curricular foi construída com 49 disciplinas de quatro créditos correspondente a carga horária de 60 horas, exceto as disciplinas de Teoria da Comunicação II, Antropologia Cultural, Sociologia da Comunicação, Filosofia II que eram de 2 créditos (30 carga/horária) e Projeto Experimental III (Rádio, TV e Jornal) que eram de 8 créditos (120 carga/horária). Cada semestre encerrava com o total de número de créditos de 24 e carga horária de 360 horas. Com exceção do segundo e oitavo períodos que tinham carga horária total de 300 horas e 420 horas, respectivamente.

Vale ressaltar que as disciplinas Projeto Experimental I, II e III (Rádio, TV e Jornal) e Monografia correspondiam a atividades de estágio, totalizando 300 horas. As disciplinas optativas eram Língua Inglesa (Básico, Instrumental e Avançado) e Língua Espanhola (Básico, Instrumental e Avançado). No entanto, a matriz curricular do curso só foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 14 de maio de 1999.

Ao todo, o primeiro Curso de Comunicação Social do Tocantins pertencente a Unitins realizou 10 vestibulares, totalizando a oferta de 400 vagas, e outorgou grau a 121 bacharéis em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Rádio e TV, distribuídos em quatro turmas que ingressam na universidade em 1997/2, 1998/1, 1998/2, 1999/1, até o curso ser transferido para a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2003. Com isso, seis turmas geradas ainda na Unitins foram repassadas para a UFT, responsável por dar continuidade ao curso que na nova universidade passou a ter a habilitação somente em jornalismo, no entanto permaneceu com o mesmo número de estudantes por turma e matriz curricular.

	INGRESSO		SAÍDA	
	Período de entrada	Quant. de matriculados	Período de saída	Quant. de graduados
Turma 1	1997/2	40	2001/2	26
Turma 2	1998/1	40	2002/1	29
Turma 3	1998/2	40	2002/2	30
Turma 4	1999/1	40	2003/1	36

Sobre os primeiros tempos do primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Estado do

Tocantins, os depoimentos são esclarecedores sobre a empreitada de se constituir um curso de comunicação em um estado novo. José Lauro Martins foi coordenador do Curso de Comunicação Social da Unitins por diversos períodos e em entrevista relata que o curso foi criado sem estrutura de laboratórios e sem quadro de professores.

Quando eu assumi a coordenação do curso a primeira turma já estava no quarto período e na época tinha oito disciplinas que não tinham sido ministradas nos períodos anteriores e faltavam cinco professores para o quadro. Outro detalhe é que muitos dos professores não eram graduados na área e os poucos que tinham título de pós-graduação, esse título não era em comunicação ou jornalismo.³

Martins destaca que não existia um ambiente acadêmico na Unitins, devido o curso não ter um quadro de professores consolidado, “os professores eram jornalistas graduados em outros estados que trabalham em redações ou assessorias de comunicação do Tocantins e eram contratados para ministrar aulas”. O ex-coordenador conta que com a necessidade do curso ter professores com títulos de pós-graduação foi imprescindível contratar professores de outros estados para realizarem aulas em módulos no Estado.

Martins expõe ainda que somente entre 1999 e 2000 é que o curso foi estruturado com laboratórios de redação, de fotografia, de rádio e de vídeo. E foi nesse período que o Projeto Pedagógico de Curso (PPC); instrumento que concentra a concepção do curso de graduação, os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, os princípios educacionais vetores de todas as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem da graduação; foi constituído. Esse mesmo PPC foi utilizado pelo o Curso de Comunicação Social da UFT até o ano de 2015.

³ Entrevista com José Lauro Martins, ex-coordenador do Curso de Comunicação da Unitins

O ex-aluno Tom Lima foi da primeira turma, 1997/2, conta que os estudantes que compunham as primeiras turmas do Curso de Comunicação Social eram em sua maioria de pessoas que ainda não trabalhavam com jornalismo.

Eu passei no vestibular e vim de Belém para estudar comunicação social, na minha sala somente a Márcia Alves e a Luciane Goebel já trabalhavam em redação, ambas eram repórteres do Jornal do Tocantins, e quando surgiu o curso elas viram a oportunidade de se profissionalizar.⁴

Lima destaca que o mercado de comunicação absorvia muito rapidamente os estudantes da Unitins. “Eu fui o terceiro estudante da turma a entrar no mercado de trabalho, já no segundo período, como repórter do Jornal do Tocantins”.

O também ex-aluno Whebert Araújo reforça a afirmativa de que as turmas iniciais não eram compostas por jornalistas profissionais que já estavam no mercado de trabalho. “Os jornalistas que atuavam nas redações e assessoria do estado tinham resistência e não consideravam necessário estudar jornalismo, através da graduação, somente depois de alguns anos esses profissionais perceberam a importância de se ter o diploma e buscaram a universidade”.⁵

O primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em jornalismo do Estado do Tocantins teve uma trajetória curta, pois no final do primeiro semestre de 2003 encerra suas atividades, momento em que a Unitins transfere para a UFT diversos cursos de graduação, doa os bens e a estrutura. Todos os estudantes matriculados nos cursos da Unitins são transferidos para UFT. Diante disso, a Unitins resumiu seu campo de atuação e deixa de ofertar nos anos seguintes cursos presenciais, incluindo o Curso de Comunicação Social.

⁴ Entrevista com Tom Lima, ex.

⁵ Entrevista com Whebert Araújo, ex-aluno.

Explica-se que para este trabalho foi selecionado três pessoas que vivenciaram a criação, o desenvolvimento e a transferência do curso para uma nova universidade, essas pessoas tiveram a incumbência de compartilhar sobre suas memórias coletivas acerca do primeiro curso de comunicação do Tocantins. Destaca-se que para pesquisas futuras pretende-se entrevistar o maior número possível de pessoas que foram personagens dessa memória coletiva com a finalidade de detalhar sobre a existência do curso e entender como foram os primeiros do curso após a transferência para a UFT.

Considerações finais

Para Le Goff (2003) a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Para o autor, ter memória coletiva é ter poder, é ter conhecimento é ser objeto da história. Foi com o intuito de se recuperar a memória coletiva sobre a trajetória do primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Tocantins para assim se entender em que contexto surge o curso de comunicação, em que situação se formam os primeiros bacharéis em comunicação social e como esse curso foi encerrado.

Esse estudo se faz importante para reunir em um único documento a memória coletiva narrada de um passado recente acerca da constituição, a continuação e encerramento do primeiro Curso de Comunicação Social do Estado do Tocantins. É no registro dessa memória coletiva que se construirá a história sobre o ensino superior do Tocantins e do Brasil, especificamente em comunicação/jornalismo.

Em trabalhos futuros pretende-se escrever a memória coletiva dos demais cursos de comunicação social, com as suas diversas habilitações, criados no Estado do Tocantins, e como consequência a isso entender como se criou o quadro de

comunicólogos atuantes no Tocantins. Também pretende-se descobrir os motivos que levaram ao encerramento de alguns desses cursos e porque tem diminuído a procura de pessoas que tenham interesse de estudar e se graduar nessa área.

Referências

- ANJOS, Ana Carolina Costa dos Anjos. **Do Girassol ao Capim Dourado: a apropriação de elementos da natureza na construção de símbolos político-identitários no Estado do Tocantins**. 2015. (330p). Dissertação. (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.
- ARAÚJO, Wherbert da Silva. Entrevista 3 [dez. 2016]. Entrevistador Shara Alves de Rezende, Palmas, 2016. 1 arq.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 14 dez. 2016.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LIMA, Tom Jones Moura. Entrevista 2 [dez. 2016]. Entrevistador Shara Alves de Rezende, Palmas, 2016. 1 arq.
- MARTINS, José Lauro. Entrevista 1 [jun. 2016]. Entrevistador Shara Alves de Rezende, Palmas, 2016. 1 arq.
- MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. 158f. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em História. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

(Unisinos), São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2185/AnaMotterHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 dez. 2016.

TEIXEIRA. Irenildes. **O Jornal do Tocantins de 1988 a 1991: o texto, o contexto e a imagem fotojornalística na formação do Estado do Tocantins**. 2003. 113f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) Programa de Mestrado em Comunicação e Mercado da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cpo8o341.pdf>. Acesso em 12 dez. 2016.

TOCANTINS. **Lei nº 70, de 26 de julho de 1989**. Dispõe sobre a criação do município de Palmas. Disponível em: <<http://www.al.to.gov.br/arquivo/6330>>. Acesso em 15 dez. 2016.

UNIVERSIDADE DO TOCANTINS. Secretaria Acadêmica. **Livro de outorga de grau em Comunicação Social habilitação em jornalismo, rádio e TV de agosto de 2001 a março de 2003**. Livro 1, p. 1 - 7.

UNIVERSIDADE DO TOCANTINS. Secretaria Acadêmica. **Currículo do Curso de Comunicação Social**. Livro 1, p. 1 e 2.

CAPÍTULO 14

O ESTUDO DE EGRESSOS DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA MELHORIA DO ENSINO

Shara Alves de Rezende¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Introdução

A avaliação é o ato ou efeito de apreciar ou determinar o valor de algo. No campo da educação, podem ser avaliados um indivíduo, um segmento humano, ações, processos, programas, planos, projetos, propostas, um curso, uma fração ou uma instituição na sua totalidade. (SOMERA, 2008)

As instituições de educação superior passam por avaliações que são utilizadas para sistematizar informações e monitorar a qualidade, além do que é utilizada para implementação de políticas e para apreciação da sociedade. Essa é ferramenta crescente no Brasil usada tanto pelo órgão nacional de coleta de dados sobre a educação superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quanto pelas universidades, cursos de graduação e pós-graduação, a fim de se conhecer a problemática educacional e suas soluções.

Cardona (1995 apud SOMERA, 2008) cita oito variáveis que podem ser objetos de avaliação: os alunos, os egressos, os professores, o currículo, a administração, o ambiente institucional, o impacto social da produção científica, tecnológica, econômica e

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Ensino de Comunicação/Jornalismo pelo OPAJE-UFT. E-mail: shararezende@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

cultural da instituição e a avaliação no sentido de prestação de contas ao Estado e à sociedade do trabalho institucional. Neste estudo pretende-se apresentar informações sobre a importância de se averiguar a opinião do egresso do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Nesta direção, este estudo tem por objetivo apresentar uma síntese das quatro gerações que fazem o marco conceitual da avaliação educacional; em seguida descreve como acontece a avaliação das instituições de educação superior no Brasil; faz uma abordagem de como se estuda o egresso como indicador de avaliação; apresenta pesquisas com egressos do curso de Comunicação Social; e, para finalizar, descreve a metodologia que deve ser utilizada para se desenvolver o estudo com egresso. O método utilizado neste artigo foi a pesquisa bibliográfica e documental.

Avaliação educacional

Para Penna Firme (1994 apud SOMERA, 2008), o conceito de avaliação vem evoluindo desde o início do século XX e expõe explicações dos seus marcos conceituais definidos em quatro gerações, associadas à mensuração, à descrição dos objetivos, ao julgamento de mérito de informações obtidas para tomada de decisões e à negociação ou consenso entre pessoas sobre as questões avaliativas.

A característica da primeira geração avaliativa (1920 - 1930) estava no uso da avaliação para medir o rendimento escolar. Para tanto, o avaliador necessitava criar instrumentos, como os testes e exames e elaborar a classificação dos alunos para determinar o progresso. A segunda geração (1930 - 1940) surgiu pela inquietação dos estudiosos da época que desejavam entender melhor o objeto da avaliação. Importava considerar, não somente o desempenho do aluno, mas também, o currículo e os objetivos dos

programas escolares. O papel do avaliador, neste caso, era descrever os padrões e critérios da avaliação. (SOMERA, 2008)

A terceira geração (1950 - 1980) concebeu a avaliação preservando mensuração e descrição, incorporando o julgamento de mérito ou de valor. A quarta geração de avaliação (década de 1990) tem como característica principal a negociação ou o consenso buscado entre pessoas de valores diferentes, em um processo de ampla participação, fundamentado no paradigma construtivista de interação entre observador e observado, cujo papel do avaliador é o de comunicador e sua abordagem, imbuída de aspectos humanos, políticos, sociais, culturais e éticos, envolvidos no processo. (SOMERA, 2008)

Todas as quatro gerações conceituais sobre avaliação definidas por Penna Firme se misturam, sendo conceitos mutantes “dependendo de sua aplicação prática, das intenções e finalidades, e de cada contexto histórico, o que implica mudança de paradigma no sistema educacional e o despontar de novas repercussões provenientes dos atores que a vivenciam”. (SOMERA, 2008)

Nota-se que todas as gerações foram incorporadas aos processos avaliativos e de alguma forma influenciaram a implementação dos sistemas de avaliação educacional praticados no Brasil voltados ao ensino superior, no caso do decorrer dos anos, especificamente com a Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Avaliação das instituições de educação superior

A avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes é uma realidade no Brasil, sendo conferida ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que conforme a Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004 tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da

expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004)

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) conduz todo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), realiza a coleta de dados sobre a educação superior produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo Ministério da Educação (MEC), como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade. (BRASIL, 2016)

O Sinaes é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Ele possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Inep. (BRASIL, 2016)

As informações reunidas pelos Sinaes têm as seguintes finalidades: a) IES: serve de orientações da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; b) órgãos

governamentais: utilizarão essas informações para orientar políticas públicas; c) estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral: servem para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

O egresso como indicador de avaliação

São muito componentes, dimensões e indicadores a serem avaliados nas instituições de ensino superior. Porém, neste artigo pretende-se destacar o instrumento, auto avaliação, especificamente o indicador estudo de egressos, pois se trata de uma relevante estratégia institucional para obtenção de informações acerca da qualidade da formação discente e de sua adequação às novas exigências da sociedade e do mercado de trabalho. (ANDRIOLA; MCDONALD, 2003 apud ANDRIOLA, 2014)

É baseado nessa constatação que este trabalho se propõe a apresentar argumentos relevantes para a realização desse tipo de estudo com os egressos, especificamente com os egressos do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (nomenclatura e matriz curricular 2003 a 2015) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A intenção de realizar esse tipo de estudo, como já foi dito anteriormente, é de servir de orientações da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social dos cursos Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e assim desenvolver indicadores que permitam análises sobre a funcionalidade, o desempenho e a rentabilidade social e econômica desses dois cursos de graduação.

A pesquisa com os egressos do curso de comunicação da UFT se faz necessária para produzir um conjunto de dados suficientemente amplo e em permanente atualização, que permitam a produção contínua de análises pelos gestores da universidade e do curso, por outros pesquisadores que tenham

interesse por estes dados e por estudantes interessados em utilizar estas informações para seus trabalhos científicos.

Seguindo as Orientações Gerais para o Roteiro da Auto Avaliação das Instituições, para iniciar o estudo deve-se conhecer a descrição do perfil do egresso dos cursos comunicação e jornalismo, ou seja, deve-se apresentar quais os conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES, após isso deve se apreciar a opinião dos egressos sobre a qualidade da formação recebida tanto curricular quanto ética; da gestão acadêmica do curso de graduação; do currículo para o adequado exercício profissional; e também das salas de aula e dos espaços de convivência, adequação das bibliotecas setoriais; dos laboratórios e da acessibilidade dos alunos com necessidades especiais, já que tudo isso interfere no aprendizado.

Também deve-se conferir sobre a atuação profissional dos egressos; qual a situação de inserção profissional dos egressos; qual o índice de ocupação entre eles; há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; quais são as condições de permanência no mercado; qual o grau de satisfação com a área de inserção laboral, bem como com a remuneração; necessita-se conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição; tudo isso com a intenção de revisar o plano e os programas dos cursos.

E por fim, deve-se aferir a existência de atividades de atualização e formação continuada para os egressos, como oficinas, minicursos, seminários, simpósios, congressos, cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*; e se há participação dos egressos na vida da instituição; que tipos de atividades desenvolvem os egressos dentro da instituição; e que contribuições sociais têm trazido.

Para complementar o estudo sobre o egresso, precisa-se detalhar o nº de candidatos que concorrem para ingressar a uma vaga do curso; nº de ingressantes; nº de estudantes matriculados por semestre nos cursos; nº médio de estudantes por turma; nº de

bolsas e estímulos concedidos; nº de intercâmbios realizados; nº de eventos realizados; nº de participações em eventos; nº de trabalhos de estudantes publicados. E ainda se carece de conhecer os seguintes indicadores: Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), Grau de Participação Estudantil (GPE), Tempo médio de conclusão do curso, Aluno tempo integral/professor e Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo.

Estudos com egressos do curso de Comunicação Social

Andriola (2014) em seu trabalho Estudo de Egressos de Cursos de Graduação: Subsídios para a Auto Avaliação e o Planejamento Institucionais fez a seguinte constatação: “raros são os estudos visando o acompanhamento de egressos de cursos de graduação, realizados pelas IES brasileiras”. No caso dos cursos de Comunicação Social essa afirmativa parecer ser verdadeira, pois só se conseguiu verificar três estudos com egressos: o primeiro sendo realizado pelo Núcleo de Pesquisa do Mercado de Trabalho (NUPEM), sob a coordenação da professora Maria Imacollata Vassalo Lopes, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e concluída em 1995, depois de ouvir 3.431 egressos de faculdades de comunicação social de todo o país entre 1989 e 1993, abrangendo recém-formados de seis habilitações (jornalismo, rádio e TV, relações públicas, publicidade e propaganda, cinema e editoração), mostra-nos que dos 1.374 jovens formados em jornalismo, 26% encontravam-se em "desvio ocupacional", ou seja, tinham um emprego fora da área de comunicação social, e 74% estavam trabalhando na área com uma das habilitações consideradas pela pesquisa. (LOPES,1998 APUD PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, 2009)

Desses últimos, 80% trabalhavam em jornalismo na época. Os números relativos à continuidade dos estudos também são positivos. A grande maioria não deixou de estudar. Dos formados

em jornalismo, 39% fizeram outro curso de graduação, 38% procuraram a chamada educação continuada, ou seja, cursos complementares de especialização, extensão ou atualização, e 9% fizeram pós-graduação. (LOPES,1998 APUD PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, 2009)

O segundo estudo foi efetivado pelos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Elton Antunes e Rousiley Celi Moreira Maia, com o título A trajetória e o desempenho do egresso do curso de Comunicação Social. Os autores investigaram a trajetória dos egressos do curso de Comunicação Social da UFMG (1986-1996) no mercado de trabalho, sobre a atuação e o desempenho destes nos diferentes ramos profissionais, segundo as habilitações de jornalismo, publicidade e propaganda, radialismo e relações públicas. (ANTUNES e MAIA, 2001)

O interesse básico foi analisar como a prática profissional se estabelece e se configura diante das demandas do mercado, em função de exigências de um perfil profissional mais especializado ou de um perfil mais generalista, de um saber-fazer mais ampliado e diversificado. Para tal buscaram investigar o engajamento e a atuação dos egressos no mercado de trabalho, evidenciando as condições de inserção e de permanência no campo profissional, bem como os principais fatores que marcam as mudanças na trajetória dos profissionais. (ANTUNES e MAIA, 2001)

O terceiro e último estudo desenvolvido, foi realizado pelos pesquisadores da Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Fabiana Iser, Veronice Mastella da Silva e Mauricio Rebellato, com o título Educação e Atuação Profissional: a Perspectiva dos Egressos de Comunicação da Unicruz. A pesquisa foi realizada com egressos do curso de Comunicação Social, formados entre os anos de 1999 e 2009. Os resultados mostram uma valorização da educação obtida nos bancos acadêmicos, enquanto conhecimento que se articula com a atuação profissional, a partir de sua fundamentação,

sobrepondo os modos de fazer comunicação adquiridos tão somente na vivência mercadológica. (ISER, MASTELLA e REBELLATO, 2011)

Diante do exposto mais uma vez se confirma a necessidade de realizar estudo com egressos, em especial com os egressos do curso de Comunicação Social. A seguir serão detalhados os métodos para realizar essa pesquisa.

A metodologia

A metodologia que se deve desenvolver para chegar a conhecer os indicativos descritos no documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto Avaliação das Instituições para o estudo de egressos revelado anteriormente, será o estudo de campo do tipo *ex post-facto* com os egressos dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) do período 2004/2016, metodologia utilizada pelo pesquisador Andriola no seu trabalho intitulado Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a auto avaliação e o planejamento institucional, publicado em 2014.

A população estudada será composta dos egressos do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, formados de 2004 a 2015, dos anos 2004 (nº de formados = 25), 2005 (nº de formados = 61), 2006 (nº de formados = 81) , 2007 (nº de formados = 69), 2008 (nº de formados = 45), 2009 (nº de formados = 43), 2010 (nº de formados = 28), 2011 (nº de formados = 20), 2012 (nº de formados =67), 2013 (nº de formados = 52), 2014 (nº de formados = 38), 2015 (nº de formados = 23), totalizando, assim 552 ex-alunos.

Para o contato com a população deverão ser percorridas algumas etapas: a) solicitação da relação de todos os egressos na Pró-Reitoria de Graduação da UFT que consta de 552 egressos; b) busca do correio eletrônico e telefones dos egressos nos arquivos da Coordenação do curso Comunicação Social com habilitação em

Jornalismo; c) consulta ao banco de dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Tocantins (Sindjor); d) consulta em sites de relacionamento (redes sociais) e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas. Após isso devem ser realizados contatos telefônicos e via correio eletrônico e utilizada a técnica de *snowball* onde um participante indica outro(s), sucessivamente (BIERNARCKI; WALDORF, 1981 apud BRAQUINHO, 2012);

Para a coleta de dados, deverá ser construído um questionário em plataforma online semiestruturado com questões (abertas e fechadas) relativas ao perfil socioeconômico e demográfico dos egressos; a descrição do perfil de egressos; a atuação profissional dos egressos; e a formação continuada. Os dados deverão ser coletados por meio eletrônico (via web) no intuito de contatar o maior número de egressos. A vantagem do formulário web é que ele permite que os dados resultantes desse processo, seja uma amostra livre de viés, causados por entrevistadores e digitação, além de acesso fácil, barato, rápido e efetivo independentemente da distância (MCCULLOUGH, 1998 apud BRAQUINHO, 2012), além de ser mais confortável e prático, visto que boa parte da população tem acesso a computadores e smartphones.

O procedimento que deverá ser utilizado para a coleta de dados será o e-mail com link que estará alojado o questionário. O questionário será dividido em quatro partes.

A parte (A) incluiu a caracterização dos sujeitos: sexo, data de nascimento, estado civil, número de filhos, local de residência fixa antes do curso e o local de residência atual, tipo de escola que cursou o ensino médio e o ano que terminou o curso de graduação.

A parte (B) abordará a opinião dos egressos quanto ao currículo; a gestão acadêmica do curso; ao currículo para o adequado exercício profissional; as salas de aula e aos espaços de convivência, a adequação das bibliotecas setoriais; aos laboratórios e a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais.

A parte (C) englobará questões sobre a atuação profissional dos egressos; qual a situação de inserção profissional dos egressos; qual o índice de ocupação entre eles; há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; tipo de vínculo empregatício; quais são as condições de permanência no mercado; dificuldades para encontrar emprego na área; qual o grau de satisfação com a área de inserção laboral, bem como com a remuneração; à Comunicação Social/Jornalismo como principal fonte de renda; a posição no provimento familiar; o grau de satisfação com a formação profissional, com a profissão e com a escolha do curso.

E por fim a parte (D) abordará questões relacionadas com a formação continuada do egresso como o nível de qualificação; a participação em eventos científicos e cursos de aprimoramento; os principais motivos que dificultam a participação em atividades de aprimoramento; e se há participação dos egressos na vida da instituição; que tipos de atividades desenvolvem os egressos dentro da instituição; e que contribuições sociais têm trazido.

As questões referentes ao salário e à satisfação devem ser construídas sob a forma de Escala de Likert. Conforme Marconi e Lakatos (1996 apud BRAQUINHO, 2012), para medida de opiniões e atitudes essa escala deve ser construída com proporções para medir as posições do mais desfavorável ao mais favorável. As questões tipo Likert também foram dicotomizadas agrupando: “com certeza sim”, “provavelmente sim”, “muito satisfatório” e “satisfatório” como (sim) e, as respostas “com certeza não”, “provavelmente não”, “muito insatisfatório”, “insatisfatório foram marcadas como (não). Porém as respostas “neutras” foram classificadas como (não) para as variáveis: se consideram jornalistas bem-sucedidos e a satisfação com a formação. Já as respostas “neutras” da variável satisfação com o salário foram marcadas como (sim), para dar enfoque a análise univariada. As seguintes variáveis foram dicotomizadas para análise univariada: se trabalha (sim, não), vínculo empregatício público (sim, não), carga horária de trabalho semanal (menor ou igual 40 horas e

mais de 40 horas), renda líquida mensal (até 3 salários mínimos, mais de 3 salários), o jornalismo é a principal fonte de renda (sim, não), é o principal provedor familiar (sim, não), o jornalismo é a principal ocupação (sim, não), se escolheria o mesmo curso novamente (sim, não), se fez pós-graduação lato ou strictu sensu (sim, não), se participa(ou) de eventos científicos após a graduação (sim, não). (BRANQUINHO, 2012)

Poderá ser utilizado para o banco de dados o software livre LimeSurvey (1.9), a exemplo do que a pesquisadora Nayla Cecília Silvestre da Silva Branquinho utilizou em sua dissertação: Satisfação dos Egressos do Curso de Graduação em Enfermagem de uma Universidade Pública. Neste software serão inseridos o nome e o endereço de correio eletrônico dos egressos e precisará ser codificados para sigilo de sua identidade. O LimeSurvey é um software livre para aplicação de questionários online que possibilita importação e exportação para texto, cvs, pdf, sav, R, XML e xls. Este software pode ser configurado para acesso aberto ao público ou acesso controlado (LIMESURVEY, 2011 apud BRANQUINHO, 2012). Outra característica do LimeSurvey, é que o participante do estudo deve responder a todas as questões para que o questionário seja encaminhado de volta, ou seja, ele não é enviado ao pesquisador se estiver com alguma questão sem resposta.

O envio do questionário através do software LimeSurvey versão (1.9) deve ser feito uma única vez para todos os participantes ao mesmo momento, dia e hora. Ainda usando o modelo da pesquisadora Branquinho (2012) junto ao questionário de ser enviado uma carta convite para participação na pesquisa que incluía as orientações quanto ao preenchimento do questionário e sua devolução. Essa Carta/Convite deverá ser acompanhada por um link protegido por senha para acesso ao questionário. A página inicial do link deverá ter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde os participantes

deverão ler e aceitar para conseguir ter acesso ao questionário. O prazo para a devolução do questionário deve ser estipulado.

Branquinho (2012) orienta que para estabelecer uma aproximação com os participantes no estudo e garantir a devolução do instrumento, deve-se a cada sete dias reenviar um lembrete via e-mail com o link protegido que encaminhará ao questionário para os não respondentes, e próximo ao prazo final estabelecido deverão ser enviados lembretes a cada dois dias até a finalização do prazo para a coleta. Após esse período a coleta de dados deverá ser encerrada. A análise dos dados poderá ser feita utilizando o Programa SPSS (Statistical Package For The Social Science).

Considerações finais

A avaliação das instituições de educação superior se trata de uma ferramenta necessária para se identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; para melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta; e para promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia. (INEP, 2016)

A avaliação das instituições de educação superior deve-se levar em consideração o potencial do estudo de egresso, no que tange a quantidade de informações que eles podem gerar, servindo de orientações para eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Acredita-se que a realização do estudo de egressos do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFT poderá reunir dados que subsidiarão o planejamento de ações de melhorias com vista a fortalecer a formação, a prática profissional e potencializar a satisfação dos egressos.

Durante a pesquisa bibliográfica para produção deste trabalho constatou-se que existe um número pequeno de estudos de egressos de Comunicação Social/Jornalismo, tornando ainda mais relevante realizar esse tipo de investigação. Sugere-se que

além de se realizar o estudo que esse artigo defende, necessita-se também de construir um instrumento de acompanhamento longitudinal dos alunos do curso de Jornalismo da UFT que poderá ser realizado conforme a metodologia de tipo “painel”, em que as mesmas pessoas são entrevistadas periodicamente. Além do que deve realizar pesquisa junto aos empregadores dos egressos a fim de se verificar sobre qual profissional é esse que a universidade está formando.

Referências

- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 203-219, out./dez. 2014. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n54/a13n54.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2016.
- ANTUNES, Elton; MAIA, R. C. M. **A trajetória e o desempenho do egresso do curso de comunicação social.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/COLOQUIO_ANTUNES.PDF>. Acesso em 18 dez. 2016.
- BRANQUINHO, N. C. S. S. **Satisfação dos egressos do curso de graduação em enfermagem de uma universidade pública.** Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Enfermagem) -Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012. Disponível <https://ppgenf.fen.ufg.br/up/127/o/Nayla_Cec%C3%ADlia_Silvestre_da_Silva_Branquinho.pdf>. Acesso em 21 dez. 2016.
- BRASIL. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em 18 dez. 2016.

BRASIL. **Orientações gerais para o roteiro da auto avaliação das instituições.** Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) 2004. Disponível em <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em 19 dez. 2016.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>. Acesso em 18 dez. 2016.

ISER, Fabiana; MASTELLA DA SILVA, Veronice. **Educação e Atuação Profissional: a Perspectiva dos Egressos de Comunicação da Unicruz.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Londrina – PR – 26 a 28 de maio de 2011. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0678-1.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2016.

SOMERA, Elizabeth Abelama. **Reflexões sobre vertentes da avaliação Educacional.** Revista Avesso do Avesso, Araçatuba v.6, n.6. p. 56 68, ago. 2008. Disponível em http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v6_artigo03_reflexoes.pdf. Acesso em 18 dez. 2016

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília.** Brasília, 2009. Disponível em <<https://www.ucb.br/sites/000/1/PDF/2015/PPD/PPCComunicaAAoSoc ialJornalismoePubleProp.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2016.